INSTITUTO HISTÓRICO
da Ilha Terceira

BOLETIM

N.º 18 1960

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Patrocinado e subsidiado pela Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo

SÉDE

Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo — Angra do Heroísmo

DIRECÇÃO (1960-1961)

Presidente — *Tenente-coronel José Agostinho*
Tesoureiro — *Francisco Coelho Maduro Dias*
Secretário — *Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima*

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
Á DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 115
Angra do Heroismo

Boletim

do

Instituto Histórico da Ilha Terceira

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1960)

Presidente honorário: O Ex.mo Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, Dr. Agnelo Ornelas do Rego.

Sócios Efectivos

Dr. Cândido Pamplona Forjaz.
Arquitecto Fernando de Sousa.
Francisco Coelho Maduro Dias, *Tesoureiro.*
Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior.
Tenente-Coronel Frederico Lopes Jr.
Governador do Castelo de São João Baptista, tenente-coronel José Frederico Porto de Assa Castel-Branco.
Padre Inocêncio Enes.
Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte-Real e Amaral.
Tenente-coronel José Agostinho, *Presidente.*
Cónego Dr. José Enes Pereira Cardoso.
Dr. José Leal Armas.
Capitão Luís Ferreira Machado Drumond.
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, *Secretário.*
Major Miguel Cristóvão de Araújo.
Dr. Rafael Valadão dos Santos
Dr. Teotónio Machado Pires.

Sócios honorários:

Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. D. José Pedro da Silva, Bispo Titular de Tiava e Auxiliar do Patriarcado.
Prof. Dr. António de Almeida Garret, Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Prof. Dr. António de Medeiros Gouveia, Secretário do Instituto para a Alta Cultura.
Dr. Armando Côrtes-Rodrigues, Professor do Liceu de Ponta Delgada.
Dr. João Hickling Anglin, Professor e Reitor do Liceu de Ponta Delgada.
Presidente da Casa dos Açores do Rio de Janeiro, Ex.mo Sr. João Soares de Medeiros.
Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, Escritor e Etnógrafo.
Prof. Dr. Vitorino Nemésio, Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Prof. Dr. Wilhelm Giese, Catedrático da Universidade de Hamburgo.
Prof. Dr. Aurélio Quintanilha.
Prof. Artur Alvaro dos Santos Correia de Sousa, Professor do Conservatório de Lisboa.
Dr. Walter F. M. Piazza. Presidente da Sub-Comissão Catarinense de Folclore.
Prof. Dr. Dante de Laytano, Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul.

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM

Vol. XVIII ANGRA DO HEROISMO **1960**
Tipografia Andrade

Infante D. Henrique

(Estudo de Maduro Dias)

A Ilha Terceira e a Colonização do Nordeste do Continente Americano no século XVI

Pelo Dr. MANUEL C. BAPTISTA DE LIMA

Até à presente data são conhecidas, ainda que duma forma imperfeita, as tentativas levadas cabo a por João Álvares Fagundes e Manuel Corte Real para a colonização de lugares da Terra Nova ou regiões adjacentes.

Da primeira destas iniciativas conhecem-se, principalmente, as terras visitadas por João Álvares Fagundes em 1520, ou mesmo em datas anteriores, cuja capitania lhe foi conferida por Alvará de D. Manuel I, de 13 de Março de 1521 (1).

O estudo comparativo entre a toponímia contida neste importante documento e a que se encontra nas Cartas portuguesas da época, designadamente as de Pedro Reinel, de C.1504, Carta Atlântica, Atlas Miller (Lopo Homem-Reineis) de C.1519, Gaspar Viegas, 1534, João Freire de 1546 e de Lopo Homem, de 1554, é de grande importância para a história do descobrimento e evolução da representação cartográfica do Nordeste do Continente Americano, como demonstram os notáveis trabalhos de Harrisse(2), do Prof. Ganong (3) e de A. Cortesão (4).

A esta primeira tentativa de povoamento se refere claramente Francisco de Sousa, no seu «Tratado das Ilhas Novas», composto

na Ilha da Madeira, em 1570, no capítulo que porventura nos deve merecer maior crédito, em virtude de ser aquele em que a descrição geográfica melhor se ajusta à realidade e à representação cartográfica da época que assinala os resultados das viagens de João Álvares Fagundes, com a atribuição do seu nome a ilhas ou outros acidentes geográficos, ao sul da Terra Nova ou a Nordeste da Nova Escócia.

Embora no rosto do referido Tratado se faça menção dos «Portugueses que forão de Viana e das Ilhas dos Açores a povoar a Terra Nova do Bacalhau, vay em sessenta anos», no referido capítulo procura Francisco de Sousa exprimir-se com maior precisão, fixando o facto no seu devido tempo e deixando até, com louvável prudência, uma certa margem de aproximação, quer por deficiência de informação, quer por não lhe merecerem inteira confiança os elementos de que dispunha, pelo que se limita a afirmar cautelosamente que «haverá 45 annos ou 50 que de Vianna se ajuntarão certos homens fidalgos e, pela informação que tiveram da Terra Nova do Bacalhau se determinaram a ir povoar alguma parte dela, como de feito foram, em uma nau e uma caravella.....» (5).

A época fixada concorda com os documentos oficiais conhecidos, porquanto a tentativa de colonização de João Álvares é natural que só se tenha verificado após a concessão da Carta régia de 1521.

É de lamentar que Francisco de Sousa não tenha usado do mesmo cuidado na redacção dos outros capítulos da sua obra, que se apoiam, infelizmente em grande parte, na lenda e na fantasia.

Da segunda tentativa de colonização a que aludimos, estamos informados pela Carta régia de 4 de Maio de 1567, enviada por D. Sebastião ao Dr. Gaspar Ferraz, Corregedor das Ilhas dos Açôres, em que lhe determina que escolha, entre as pessoas que vão partir para a Terra Nova, uma que possua as habilitações necessárias para o exercício do cargo de escrivão daquela capitania, conforme lhe era pedido pelo respectivo capitão, Manuel Corte Real, que em seu requerimento declarava que ora enviava àquela terra descoberta por seu pai (sic) e tios duas

naus e uma caravela, com gente e mantimentos para começarem a povoá-la, indo juntamente nesta armada uma pessoa para, em seu nome, tomar posse da referida capitania da Terra Nova, servir o cargo de capitão, usar da jurisdição e administrar a justiça, solicitando finalmente que pelo Corregedor fôsse escolhido dentre os colonos, aquele que deveria ficar a exercer as funções de escrivão ([6]).

De nenhuma destas tentativas possuimos, infelizmente, documentação oficial que nos esclareça se as mesmas foram efectivamente iniciadas, como tudo leva a crer e, nesta hipótese, do que posteriormente se passou no decurso dessas experiências de fixação das gentes do Continente português e das Ilhas dos Açôres na Terra Nova e regiões vizinhas.

Embora sejam numerosos os documentos que nos falam de viagens de descobrimento efectuadas naquelas paragens, antes e depois das referidas datas, são poucas as referências que encontramos a tentativas de estabelecimentos de núcleos populacionais europeus naquelas regiões, até ao fim do terceiro quartel do século XVI.

O facto não pode deixar de nos causar uma certa admiração se nos lembrármos que, desde os primeiros anos daquele século, Portugueses, Bretões, Normandos, Ingleses e mais tarde Biscaínhos, se entregavam habitualmente, cada ano, à faina da pesca do bacalhau nos Bancos da Terra Nova, ([7]) em cuja costa figura já na Carta de Pedro Reinel, C.1504, uma ilha com a designação de «Y dos bacalhaos», denominação que aparece atribuida à própria terra, na Carta de Diogo Ribeiro, C.1532 sob a forma «Tiera Nueva de los Bacalhaos».

Nessa época, mais do que actualmente, se tornava necessário estabelecer bases naquelas paragens, onde os navios se pudessem reabastecer, fazer aguada e reparar as avarias que houvessem sofrido e as respectivas tripulações repousar ou acolher, em caso de perigo.

Esta necessidade torna-se porventura mais evidente se nos recordarmos que as frotas que ali pescavam, principalmente a portuguesa, compreendiam já um elevado número de unidades. Só do porto de Aveiro, que em 1550 possuia 150 navios

de pesca, partiam por vezes para os Bancos da Terra Nova 60 barcos. Do Porto zarpavam igualmente numerosas caravelas e ainda em 1598, quando a nossa decadência já se acentuava, enviávamos àquelas paragens 50 navios ([8]).

Esta razão não deixaria, naturalmente, de pesar nas resoluções de João Álvares Fagundes e de Manuel Corte Real, ao pretenderem estabelecer núcleos populacionais portugueses naquelas regiões.

O mesmo pensamento ainda, aliado a outras razões, poderá ter levado uma outra família açoreana a tomar idêntica iniciativa, como circunstânciadamente passamos a expôr.

No dia 8 de Fevereiro do ano de 1648, compareceu Guilherme Searsfeld perante o escrivão da Câmara de Angra, Inácio Toledo de Sousa, a quem apresentou dois documentos, sendo um original e outro em pública-forma, pedindo que lhe fôsse passada certidão de ambos.

A pública-forma exibida continha o traslado autêntico, feito na cidade de Angra, a 18 de Abril de 1574, pelo tabalião Baltazar Gonçalves, a pedido de Manuel de Barcelos Machado, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, dos textos dum requerimento de Diogo de Barcelos e resposta de seu irmão Afonso de Barcelos, autuados a instância do primeiro, na Vila de Angra, pelo tabalião Francisco Álvares, aos 7 dias do mês de Outubro do ano de 1531.

O outro documento exibido pelo referido Guilherme Searsfeld era uma Carta testemunhável, mandada passar pelo Provedor da Fazenda, Armadas e Fortificações da Ilha Terceira, João da Silva do Canto, na cidade de Angra, aos 8 de Janeiro de 1568, a pedido do já mencionado Manuel de Barcelos Machado.

A referida certidão passada pelo escrivão da Câmara de Angra a Guilherme Searsfeld, foi por nós encontrada há alguns anos no arquivo da família dos Condes da Praia da Vitória, quando promovemos o seu ingresso no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, onde actualmente se guarda.

O referido documento encontra-se acompanhado dum traslado ou leitura auêntica, que o antecede, feita na cidade de

Angra, em 1 de Outubro de 1828, por José Pinto da Silva Leal e pelo tabalião António Leonardo Pires Toste. As duas peças formam um caderno, com respectiva capa, devidamente cosida com linha de algodão e cuja primeira parte é constituida, como dissemos, pela leitura do século XIX, feita em papel da época e a segunda pela certidão autêntica, em papel do século XVII, de dimensões ligeiramente inferiores.

Na parte superior do rosto do referido caderno encontra-se a anotação: »N.º 151» e logo abaixo, num rectângulo, a legenda: «Hé hum instromento por onde consta/Diogo de Barcelos Machado, e seu filho (sic) Afonço de Barcellos, desta ilha,/á sua custa, descobrirão a Ilha in-/Vocada Barcellona. 1574.» E logo abaixo «Angra».

Declara Diogo de Barcelos no seu requerimento de 1531 que havia alcançado uma mercê de El-Rei para ir descobrir novas terras e que nessa mercê incluira seu irmão, Afonso de Barcelos, como possível associado no referido empreendimento cabendo-lhe, neste caso, uma parte das despesas a efectuar e das terras que porventura se encontrassem.

Como o referido Afonso de Barcelos tivesse logo declarado que não desejava participar na referida empresa, ele Diogo de Barcelos armou um navio á sua custa e partiu na viagem de descobrimento a que se havia determinado, durante a qual encontrou certas ilhas e terras.

Tendo resolvido agora voltar às terras que havia descoberto *«com dous navios que pera lá tenho arendados de ir lá envernar e fazer esperiência em as ditas ilhas sobre a povoação delas»*, pretendia que o referido seu irmão Afonso de Barcelos novamente esclarecesse se desejava ou não acompanhá-lo e, caso afirmativo, que celebrasse no prazo de trinta dias contrato público com ele, aceitando parte das despesas e do proveito que viesse a resultar, liquidando logo a parte que lhe coubesse na despesa já efectuada e, caso negativo, desde já declarava *«ir fazer comesso de esperiência e povoação por mim e meus ajudadores»*, não podendo o referido seu irmão alegar, neste caso, em nenhum tempo, qualquer direito sobre as referidas ilhas e terras.

Tendo-se dirigido o tabalião Francisco Álvares a casa de

Afonso de Barcelos, morador na Vila de Angra, com o referido requerimento, foi pelo dito Afonso de Barcelos respondido que ele e sua mulher não desejavam haver parte nem quinhão nas terras que Diogo de Barcelos tinha achadas, nem concorrer de sua fazenda para as despesas já feitas ou a fazer, pelo que desistia de todos os direitos que lhe conferia o referido Alvará de El-Rei sobre a posse e capitania das terras descobertas.

Diz Manuel de Barcelos na sua petição, que ele havia comprado «*hum navio novo de que he mestre João Cordeiro pera hir povoar a ilha Barcellona de Sam Bardão (sic) em cujo descubrimento seu pai que haja gloria e elle teem gastado mais de cinquo mil cruzados na qual tem já criassam de gado vaquum, e de ovelhas, cabras e porquos*».

Esclarece a seguir que «*não tem o dito navio pera andar aos fretes*» mas apenas «*pera a povoação da dita ilha*» revelando mais que «*está de caminho pera hir por março ou Abril a dita ilha com gente pera a povoar*».

Termina pedindo que para prova do que afirma sejam ouvidas testemunhas e que o navio que o referido provedor lhe tomou para levar o trigo de El-Rei, vá sómente até Lisboa, para poder regressar a tempo de partir para a dita «*ilha nova*» e que de futuro não lhe seja o referido navio tomado para aquele fim.

Seguem-se os depoimentos das cinco testemunhas que foram ouvidas pelo «enqueridor» Gomes Dias Vieira, aos 8 dias de Janeiro de 1568 e cujos depoimentos foram registados pelo escrivão da Provedoria da Fazenda, António da Silva.

Aparece-nos em primeiro lugar Manuel Albernas, morador na cidade de Angra, que corrobora as declarações de Manuel de Barcelos, tanto no que se refere ao descobrimento duma «*terra nova*» chamada «*Barcellona*», efectuado por Manuel de Barcelos e seu pai e ao inicio da respectiva colonização com o lançamento de gados, como também no que respeita ao fim para que fora adquirido pelo referido Manuel de Barcelos o novo barco que se encontrava surto no porto de Angra.

Segue-se o depoimento de João Cordeiro, mestre do referido navio, denominado «A Vera Cruz».

Declarando que tinha um terço naquele barco, confirmou os

depoimentos anteriores, não tendo acrescentado qualquer pormenor digno de menção.

Foi depois ouvido Diogo de Vieira, tio da mulher de Manuel de Barcelos que corroborando as afirmações das anteriores testemunhas, acrescentou que Manuel de Barcelos e seu pai haviam gasto no mencionado descobrimento importantes somas e que aquele «*de cinquo ou seis annos a esta parte ·· mandou lá dois navios com vem saber o primeiro foi avera seis annos pouquo mais ou menos o quoal levou gado vacum, e porquos e da hi a dous annos mandou outro em que foram gados, ovelhas e cabras que deitarão na Terra onde acharão os guados gordos e fermosos e multiplicados..*»

Depôs a seguir Gaspar Rodrigues, morador em Santa Bárbara que, depois de afirmar que o pai do suplicante Manuel de Barcelos havia descoberto a ilha »*Barcellona*», acrescentou que este lá mandára havia seis anos pouco mais ou menos um navio com gado e passados dois anos um outro com mais animais, no «*quoal ele testemunha diz hir e foi a ditta terra, e elle testemunha vio o ditto guado vacum que andava muito fermoso e muito multiplicado e botarão o outro mais guado que levavão na ditta terra..*»

Foi inquirido finalmente Marcos de Barcelos, primo com irmão do referido Manuel de Barcelos, que precisou que o navio em referência adquirido na ilha de S. Jorge pelo seu mencionado primo se destinava a «*hir a ilha nova de Sam Bardam onde elle Marcos de Barcelos e Manuel de Barcelos tem deitado muito gado vacum···*».

O Diogo de Barcelos que nos aparece no requerimento de 1531 é o quinto filho de Pero de Barcelos e de sua mulher Inês Gonçalves Machado (9).

É conhecida a viagem realizada por João Fernandes Labrador e Pero de Barcelos, entre 1492 e 1495, às regiões do noroeste do Atlântico, em cumprimento duma determinação do Rei D. João II de Portugal e durante a qual foi reconhecida, entre outras terras possivelmente visitadas, uma parte da costa sul da Groenlândia (10).

Esta última região aparece durante o século XVI em muitas

cartas portuguesas e estrangeiras com a denominação de «Terra do Labrador», achando-se colocada muito próximo ou até mesmo ligada ao Nordeste do Continente Americano, sobre o qual aquela denominação também por vezes se encontra. (11)

Este facto deve ter levado, possivelmente, os cartógrafos do último quartel do século XVI e do século seguinte, após a exploração do Estreito de Davis e um melhor conhecimento e identificação da Groenlândia, a atribuir a referida denominação apenas à peninsula do Nordeste do Continente Americano ainda hoje conhecida por «Peninsula do Labrador». (12).

Desconhecemos se Pero de Barcelos, tal como parece ter sucedido com João Fernandes, (13) esteve interessado posteriormente noutras viagens de descobrimento. Ao contrário do que uma tradição familiar parecia assegurar, no seu testamento, feito a 9 de Abril de 1507, (14) nenhuma referência se encontra sobre a sua actividade marítima.

É todavia de admitir que não tenha permanecido inteiramente estranho a essa actividade até à data do seu falecimento, porquanto, pouco tempo depois, a 7 de Junho de 1508, era passada a seu filho Diogo de Barcelos Carta de mercê, na qual D. Manuel I lhe concedia numerosos e importantes previlégios, em virtude dos serviços que tinha recebido de seu pai «narmaçam e descubrimento da Parte do Norte». (15)

Não deixa de nos causar certa surpresa que esta carta de mercê tenha sido concedida precisamente a um dos mais novos filhos de Pero de Barcelos e não ao mais velho, como habitualmente sucedia, por se considerar então este como chefe e representante da família.

Não estará a perferência régia fundamentada no facto de Diogo de Barcelos haver acompanhado seu pai nas suas viagens de descobrimento?

Faltam-nos os documentos para o poder afirmar concretamente, mas a hipótese não nos parece absurda.

O privilégio de não lhe poderem ser tomados navios, contido na referida carta de mercê, que Ernesto do Canto considera único em cartas desta natureza e que teremos de admitir que é, pelos menos, muito raro, parece indicar claramente que Diogo

de Barcelos era já nessa data possuidor de navios de uma certa importância. ([16]).

Da actividade marítima de Diogo de Barcelos, pouco mais se sabe do que se contém no seu referido requerimento, por onde se vê que antes de 1531 havia alcançado de El-Rei um Alvará ([71]) que lhe conferia a ele e a seu irmão Afonso de Barcelos a posse e capitania das terras que encontrassem e que efectivamente em viagem ou viagens de descobrimento, realizadas inteiramente à sua custa, havia encontrado até essa data diversas ilhas e terras que agora se propunha povoar.

O facto de Afonso de Barcelos não desejar então como dantes participar nesta empresa, parece não ter levado seu irmão a desistir dos seus intentos porquanto, em seu testamento datado de 8 de Outubro de 1533, encontra-se uma pormenorizada referência a, pelo menos, um dos navios de que era possuidor e que se encontrava no porto da Vila da Praia da Ilha Terceira, onde o referido Diogo de Barcelos residia. ([18]).

Quais tenham sido as regiões descobertas por Diogo de Barcelos e seu filho Manuel de Barcelos, que com ele parece ter estado associado desde longa data neste empreendimento, conforme consta da Carta testemunhável de 1568, é problema difícil a que a míngua e o laconismo dos documentos não nos permitem dar resposta precisa e categórica, ou até simplesmente satisfatória.

O nome de «São Brandão», que Manuel de Barcelos e algumas testemunhas atribuem á «Ilha Nova», cujo povoamento se estava preparando, pouco adianta, pois trata-se como é sabido da designação vulgarmente dada a uma das muitas ilhas fantásticas que povoaram as cartas de marear dos séculos XV, XVI e até, por vezes, do século XVIII.

Mais elucidativa, porém, poderá parecer a denominação *Barcellona*, atribuida à referida ilha, dirivada como é evidente do nome *Barcelos*, por que passou a ser conhecida a família de Pero Pinheiro Mariz, procedente da Vila de Barcelos, após o seu estabelecimento na Ilha Terceira.

Haviamos já notado ([18a]) que na nomenclatura atribuida em diversas cartas de meados do século XVI ao sul da Groenlândia

ou «Terra do Labrador» constava uma baía, angra ou rio de «Manuel Pinheiro» e um rio ou terra «dos Pinheiros», a par da «Terra de João Vaz» e da «Baía de João Vaz», sendo estas últimas denominações universalmente consideradas como alusivas a João Vaz Corte Real e atribuídas por seus filhos ou marinheiros àquelas terras ([19]).

Embora Pero de Barcelos e parte da sua família passassem a ser vulgarmente conhecidos por este último apelido patronímico, quando da sua fixação na Ilha Terceira, como se disse, o certo é que tanto em Barcelos, terra da sua naturalidade, como entre os seus familiares continuou naturalmente a ser conhecido por Pero Pinheiro, apelido que alguns dos seus descendentes continuaram a usar, figurando até um «Pinheiro» no respectivo brasão de armas, não nos constando que outra família nestas ilhas tivesse então usado o mesmo apelido ([20]).

Pareceu-nos pois muito aceitável a hipótese de que as denominações de baía ,angra ou rio de «Manuel Pinheiro» e rio «dos Pinheiros» tivessem relação com as viagens efectuadas por Pero Pinheiro de Barcelos e seus descendentes àquelas regiões e houvessem até sido dadas em consequência das mesmas.

Não nos pareceu, porém, admissível, em face das descrições constantes do manuscrito que encontrámos, que a *Ilha Barcellona* se situasse junto da costa sul da Groenlândia, dada a elevada latitude a que esta última se encontra, a dificuldade em ser alcançada, até mesmo durante a Primavera, ([21]), a improdutividade de toda a região durante a maior parte do ano, salvo algumas zonas arborizadas ([22]) e a natural dificuldade de aclimatação naquelas paragens, de temperaturas baixas, tanto de animais como das gentes açorianas.

Julgámos então mais admissível outra hipótese. Tendo em atenção o que Francisco de Sousa escreve no seu «Tratado das Ilhas Novas» a propósito da intentada colonização de determinada zona das Ilhas de Cabo Bretão, por famílias de Viana e dos Açores ([23]) e conhecendo as diligências levadas a efeito por João Alvares Fagundes depois de 1521, para se estabelecer naquela região, procurámos surpreender uma relação entre estas actividades e os tra-

balhos em que se empenhara Diogo de Barcelos e que seu filho Manuel de Barcelos havia prosseguido.

A família Fagundes a que pertencia João Alvares ([24]) possuia também moradas em Viana e um dos seus ramos estabelecera-se nos Açores, na Ilha Terceira, em fins do século XV ou começos do século XVI, ([25]) tendo-se aqui ligado por laços de consanguinidade com a família Barcelos ([26]).

Seria pois legítimo admitir que as actividades de João Alvares Fagundes fossem conhecidas pelos Barcelos da Ilha Terceira e nada levaria até a excluir a hipótese dum possivel entendimento ou colaboração entre estas duas famílias, aparentadas e evidenciando, na mesma época, propósitos semelhantes.

Sendo assim, o texto de Francisco de Sousa ganharia uma nova importância e estaria correcto neste ponto, uma vez que a data assinalada coincidia, pelo menos em parte, com a das actividades levadas a efeito, isto é, cêrca 1521.

A falta de documentação esclarecedora nada de positivo nos permitiu, porém, concluir a este respeito.

As repetidas alusões de Diogo de Barcelos, Manuel de Barcelos e das testemunhas que figuram na carta testemunhável de 1568 a gado vacum, caprino, suíno e lanígero, lançado na nova Ilha a colonizar, levaram-nos a procurar nas descrições de toda a região do Nordeste do Continente Americano, que abrange a Nova Escócia, o golfo ou Baía de S. Lourenço e a Terra Nova, qualquer referência à existência de gado caracteristicamente europeu, que ali tivesse sido encontrado quando do início do estabelecimento dos franceses naquelas paragens, com Jaques Cartier, em 1534.

As descrições que de momento dispunhamos não eram muito numerosas, nem talvez as mais indicadas, mas permitiram identificar mesmo assim a existência duma fauna daquele tipo e naquelas condições na Ilha de S. João ou Saint-Jean, ([27]) situada no interior da Baía de S. Lourenço, a poente de Nova Escócia e que hoje se chama «Prince Edward Island» ([28]).

Isto levou-nos a admitir, ainda que com as maiores reservas, uma possível identificação da «Ilha Barcellona» com a actual Ilha do Príncipe Eduardo, ressalvando contudo outra identificação

mais plausível, a que pudessemos ser levados pelo aparecimento de novos documentos que melhor viessem esclarecer o assunto.

Quando preparámos a nossa Comunicação ao Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, reunido em Lisboa, em 1960, cujo texto, a que nos reportamos, serve de base e é reproduzido, em parte, no presente estudo, não estava ainda concluida a publicação dos primeiros volumes da *Portugalliae Monumenta Cartographica* e apenas pudemos utilizar algumas cartas avulsas, já então impressas, tendo examinado outras de relance, em virtude do pouco tempo de que despunhamos ([29]).

A publicação do Vol. II daquela notável obra trouxe uma importante contribuição para o presente trabalho, revelando-nos em dois monumentos cartográficos a representação da *Ilha Barcellona*, que até então não nos fora possivel encontrar em nenhuma das cartas portuguesas ou estrangeiras que nos fora dado examinar pormenorizadamente ([30]).

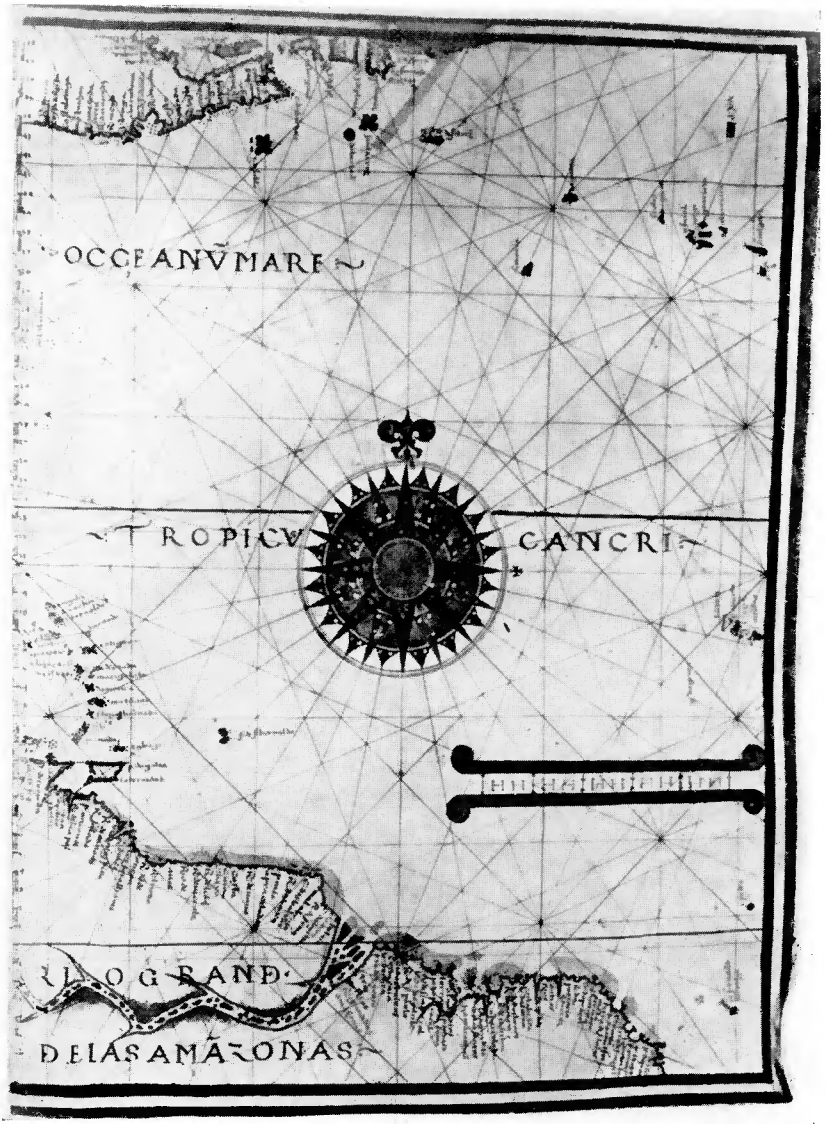
Com efeito no referido volume encontram-se reproduzidos um trabalho do Cartógrafo Bartolomeu Velho e outro que lhe é atribuido, em cada um dos quais aparece figurada a Ilha de que nos ocupamos.

O primeiro é constituido por um grupo de 4 cartas, datadas de 1561, pertencente á Biblioteca da Academia di Belle Arti de Florença, cuja carta do Novo Mundo (Carta B) vem reproduzida na Estampa 202.

Nela se encontram representadas as costas orientais do continente americano e entre estas toda a região da Terra Nova, golfo de S. Lourenço e zona compreendida entre o Cabo Bretão e o Cape Cod.

A figuração destas últimas costas segue o que poderiamos denominar o padrão normal da época, que quase invariávelmente se vê reproduzido nas cartas daquele período. Isto é, a Nova Escócia não é ainda representada como península destacada do continente, tendo entre aquele e as suas costas ocidentais a Bay of Fundy. Apresenta-se, pelo contrário, englobada no próprio continente, de que as suas costas constituem um prolongamento, que termina no Cabo Bretão.

Nestas cartas torna-se dificil, a partir de certa latitude, dizer



Anónimo — Bartolomeu Velho. Atlas de 9 fols. C. 1560 fol. 4 v. Huntington Library and Art Gallery. S. Marino. Califórnia.

com precisão onde termina a costa do continente americano e começa a costa correspondente à Nova Escócia.

Foi, sem dúvida, na zona correspondente à Nova Escócia que Bartolomeu Velho colocou, num golfo ou baía mais ou menos profunda onde se vêem figuradas diversas ilhas, a seguinte legenda, inscrita sobre o continente: «I. barselonas / por serem de / barçelos hos / q̃ as disco /brirão». Mais a sul e identificando uma ilha junto da costa aparece, na mesma carta e tambem inscrita sobre o continente, a verba «I. barcelonas».

A leitura destas legendas, extremamente dificil naquela reprodução que, além de reduzida está muito pouco nítida, encontra-se todavia proporcionada aos estudiosos na nomenclatura daquelas cartas, fornecida a pag. 99 do mesmo volume.

O outro trabalho atribuído a Bartolomeu Velho e reproduzido neste volume, é o Atlas anónimo, de 9 folhas, de cerca 1560, pertencente à Huntington Library and Art Gallery, de San Marino, California, que corresponde ás Estampas 227-236.

Na fol. 4 v. deste Atlas (Estampa 229) encontra-se figurada, em posição aproximada da que ocupa na carta anteriormente descrita, uma ilha situada num golfo mais ou menos profundo «*G: de S: ãtonio*» tendo junto a legenda «*a barcelona*».

Perante a representação cartográfica, o problema fundamental para a identificação da Ilha consiste em saber qual o ponto da costa da Nova Escócia onde foi a mesma localizada.

Uma vez que, nas Cartas de Bartolomeu Velho, a separação entre a Ilha de Cabo Bretão e a Nova Escócia não está visivel nem aparente e se ignora, por consequência, onde começa esta última península, torna-se praticamente impossível localizar nas cartas actuais o «G. de S. ãtonio», profunda e ampla baía, onde aquele cartógrafo colocou «a barcelona».

Admitindo que a separação entre a Ilha de Cabo Bretão e a Nova Escócia é no «R. da baya» ([30a]) e atendendo à posição relativa da «I. de Sablo» e ao facto de que aquele golfo se situa num ponto onde a costa parece mudar de direcção, poderiamos admitir que se tratava da vasta enseada dupla que fica ao Sul da península de Halifax.

A principal dificuldade residiria, porém, neste caso, na própria existência, ou antes inexistência, da Ilha Barcelona.

Com excepção da Madame Island, situada ao norte da Chedabucto Bay e pertencente já à Ilha do Cabo Bretão e da Cape Sable Island, situada no extremo S. E. da Nova Escócia, todas as outras ilhas existentes na costa oriental desta península são de pequenas dimensões, não indo as maiores além de duas dezenas de quilómetros quadrados.

Por outro lado e com excepção das duas referidas Ilhas, todas as outras, tal como acontece com a própria zona costeira a que estão adjacentes, apresentam uma constituição rochosa, de terrenos fracamente produtivos e impróprios para o desenvolvimento de pastagens, como observa o Rev. G. Patterson ([30b])

Parece pois fora de dúvida que nenhuma daquelas ilhas se poderá identificar com a Ilha Barcelona, tal como a descreveram as testemunhas no auto de 1568, isto é, uma terra de excelentes pastagens, onde os gados se desenvolviam e multiplicavam duma forma notável.

Deve ainda acentuar-se que tanto Manuel de Barcelos como as referidas testemunhas falam duma Ilha, sem qualquer alusão à proximidade a um continente ou a qualquer outra grande extensão territorial, o que a verificar-se não deixaria naturalmente de ser referido, como faz por exemplo Francisco de Sousa, quando refere que a gente de Viana ficara instalada no Cabo Bretão, numa «formosa baía».

Parece-nos assim admissível que embora Bartolomeu Velho tenha tido conhecimento da actividade da família Barcelos relativamente ao povoamento duma Ilha, a que se dera o seu nome e que se situava nas proximidades das costas que hoje se chamam da Nova Escócia e ao sul, por consequência, do Cabo Bretão, não conseguiu contudo alcançar informação pormonorisada quanto à situação geográfica e posição relativa da referida Ilha em relação à costa que lhe ficava adjacente.

Talvez por esta razão e porque as tentativas de estabelecimento ou colonização que então se estavam fazendo na zona de Cabo Bretão se situavam invariavelmente em baías ou golfos, figurou Bartolomeu Velho, ainda que conjecturalmente, a Ilha Barcelona num golfo da costa daquela península.

O facto de na carta de c. 1560 aparecer apenas uma Ilha com

esta designação e na carta de 1561 estarem representadas diversas no mesmo golfo e ainda uma outra mais a sul, parece traduzir a incerteza em que o cartógrafo se debatia.

As cartas de Bartolomeu Velho embora tragam uma contribuição para a resolução do problema conduzem-nos, porém, a novas dificuldades que só com o estudo doutras espécies cartográficas onde aquela representação se encontre, o aparecimento de novos documentos ou o exame de antigas e pormenorizadas descrições daquela região. poderão ser definitivamente vencidas.

A contribuição de Bartolomeu Velho é contudo apreciável e ainda que deficiente pela imprecisão da localização, não deve ser subestimada.

Em primeiro lugar é um testemunho contemporâneo dos acontecimentos – descobrimento (?) e tentativa de colonização duma ilha pela Família Barcelos, que a denominou *Barcellona*—mostrando assim que estes factos revestiram de certa importância e a sua notícia não se circunscreveu apenas aos marinheiros e outra gente açoriana que nos mesmos participou, mas chegou também ao conhecimento dos cartógrafos da época, em termos de ser traduzida, ainda que com deficiência, nas respectivas obras.

Revela-nos depois que a *Ilha Barcelona* se situava na costa oriental da Nova Escócia, em posição que difere aliás entre as duas mencionadas cartas, de c. 1560 e 1561.

A par dum bom número de topónimos de origem portuguesa que desde a primeira metade do século XVI têm subsistido, com maior ou menor adulteração, nas costas oriental e norte da Ilha de Cabo Bretão e que atestam a nossa exploração daqueles litorais e uma permanência, mais ou menos prolongada, motivada naturalmente, em grande parte, pela faina da pesca do bacalhau, possuimos informações que atestam haverem os portugueses intentado naquele século a sua fixação nalguns pontos da costa daquela Ilha, precedendo nesta iniciativa franceses, espanhóis e ingleses.

Samuel Champlain, referindo-se aos portos da Ilha de Cabo Bretão mais frequentados ou utilizados, em consequência das pescarias, conta-nos, cerca de 1612: «In this place (Cape Breton) there are several harbours and passages where they catch fish, viz.:

English Harbour (Louisburg), distant from the Cape Breton about two or three leagues, and the other, Ninganis (Ingonish), eighteen or twenty leagues more to the north. The Portuguese at one time wished to inhabit this island, and spent one winter, there, but the severity of the season and the cold made them abandon their settlement.» (31)

De igual modo se exprime *De Laet*, que aliás segue a narrativa de Champlain, quando nos diz: «The Portuguese place Port Ningani from eighteen to twenty leagues to the Northeast of Cape Breton, where they formerly had a settlement, but tiriny of the increasing inclemency of the winter's sky, the cold and frequent storms, they soon abandoned the design.» (32)

Anthony Parkhurst, numa carta dirigida a Richard Hakluyt, datada de 13 de Novembro de 1578, refere-se também ao estabelecimento de portugueses nas costas do Cabo Bretão e suas proximidades, escrevendo, a propósito: «I could find in my heart to make proof whether it be true or no that I have read and heard of Frenchmen and Portugalls to be in the river (the St. Lawrence) and about Cape Breton», acrescentando ainda que «the vile Portugalls, descendents of the Jews and Judas, had prevented him exploring the whole coast of Cape Breton». (33)

Estes e outros testemunhos levaram o Rev. George Patterson, num importante trabalho dedicado à actividade exploradora dos Portugueses no Nordeste do continente Americano e primeiras tentativas de colonização daquelas regiões por europeus, (34), a reconhecer a prioridade da nossa presença naquela região.

O porto de Ninganis, Niganis ou Nigani, situado na costa Norte do Cabo Bretão, que aparece já em cartas do Século XVI, pode ver-se representado também no mapa da Nova França publicado por Champlain em 1632. (35)

Foi nesta Baía, voltada a nascente e constituida por duas enseadas, separadas por uma extensa língua de terra, que se fixou um dos mais antigos se não o mais antigo estabelecimento português desta região.

O local parece corresponder ao indicado por Francisco de Sousa, quando esclarece que as gentes partidas de Viana (e dos Açores) com destino a fixarem-se na Terra Nova do Bacalhau, ten-

do achado aquela região muito fria «correram para a costa de Leste Oeste té darem na de Nordeste-Sudoeste, e ahi habitaram e por se lhe perderem os Navios não houve mais notícia délles...» acrescentando que «isto é no Cabo do Britão logo na entrada da costa que corre ao Norte em uma formoza Bahia donde tem grande povoação...» ([36])

A palavra Ninganis ou Niganis que o Rev. George Patterson supõe de origem Micmac (tribu aborígine), embora confesse honestamente que fora informado tratar-se dum vocábulo português, ([37]) parece com efeito uma corrupção da palavra «enganos», facilmento explicável pela pronúncia defeituosa e com acentuação diferente, tanto dos povos da região como dos outros estrangeiros que demandavam aquelas paragens.

É pois provável que o porto da Ilha de Cabo Bretão hoje denominado «Ingonish» se tenha chamado inicialmente «Porto de enganos», que segundo a pronúncia popular do Norto do País e açoriana seria «Porto d' inganos», com o «o» extremamente breve pronunciado quáse como se fora «e».

Quando as pescarias de Cabo Bretão se tornaram objecto de atenção, os pescadores doutros países procuraram igualmente estabelecer-se em portos daquela Ilha, escolhendo os da mesma nacionalidade uma ou mais enseadas para nelas instalarem as suas bases de apoio e abastecimento.

Os Ingleses fixaram-se no local do actual porto de Louisburg, que então foi conhecido pelo nome de «English Harbour», os Espanhóis no de Sidney, que foi então denominado nas linguas em que se encontravam redigidas as legendas das cartas, de «Rio» ou «Baía dos Espanhóis» e a actual St. Anna Bay chamou-se «Port Dauphin» por ali se haverem estabelecido os Franceses, o mesmo acontecendo com o seu «Port Thoulouse», hoje St. Peter's, sendo de notar que em ambos estes casos, os primitivos nomes portugueses de Santana e S. Pedro foram os que finalmente subsistiram, ainda que sob a grafia inglesa.

O Rev. George Patterson admite mesmo que, tanto em Louisburg como em St. Peters tenha havido uma primitiva ocupação portuguesa, em virtude de na zona de cada um destes portos ter sido encontrado um canhão de ferro, constituido por barras de

ferro forjado atracadas por aros do mesmo metal, que segundo a descrição que apresenta se nos afigura serem bombardas dos fins século XV ou primeiro quartel do século XVI e possivelmento já fora de uso em 1540, como refere.

Com base em antigas obras de fortificação ainda existentes no porto de St. Peters presume o Rev. G. Patterson que o principal estabelecimento português nesta região se tenha ali situado, embora reconheça que no porto de Ingonish, na pequena ilha que fica à entrada da North Bay, foram igualmento encontradas obras de fortificação de época anterior à ocupação francesa e que devem ser consideradas como trabalho dos Portugueses. (38)

A primasia da actividade exploradora dos Portugueses e a prioridade do seu trato nas terras do Nordeste do Continente Americano são defendidas por aquele eminente historiador nos seguintes termos: «Giving due recognition to the presence of other nations on the field, however, enough has been adduced to show that the Portuguese occupied a prominent, I think I may say the foremost, place in the exploration of the north-east coast of America in the 16 th century». E prossegue, seguidamente: It will be seen that they were the first minutely to explore the east coast of Newfoundland and Labrador that in seeking to gather the reasures of the deep, they had thus early, along with the fishermen of other nations, visited the shores of Nova Scotia and the Gulf of St. Lawrence, fishing in their waters, taking refuge in their harbours, trading with the aborigines, and giving names to the points which has become familiar to them.»

A zona da nossa actividade melhor conhecida, pelo menos no que se refere a um período mais recuado, correspondente ao primeiro quartel do século XVI, parece restringir-se ao Labrador, Terra Nova, golfo de S. Lourenço e Ilha do Cabo Bretão.

Tendo em atenção a toponímia constante da carta de capitania de 1521 e as identificações que hoje se tornam possíveis, teremos de circunscrever a zona de acção de João Alvares Fagundes ao sul da Terra Nova e Ilha do Cabo Bretão, o que aliás concorda com o relato de Francisco de Sousa, com excepção apenas da Ilha de Santa Cruz, que parece situada fora daquela área e de que nos vamos ocupar.

O conhecimento pormenorizado das costas orientais da Nova Escócia, exceptuando a Sable Island, parece só haver sido alcançado com a entrada do segundo quartel do século XVI, como aliás se infere da respectiva representação cartográfica, sendo ainda de notar que as costas sul e poente desta peninsula só aparecem figuradas pela primeira vez na segunda metade daquele século. (39)

O Rev. George Patterson coligiu no seu importante trabalho toda uma série de topónimos das costas oriental, sul e ocidental da Nova Escócia, cuja remota origem portuguesa com seguro critério satisfatóriamente demonstra. Esses topónimos foram extraídos das cartas actuais, mas aquele historiador socorreu-se, para sua conveniente identificação e derivação, de diversas peças da nossa cartografia quinhentista, algumas das quais revestem, sem dúvida, do maior interesse para o esclarecimento de assunto.(40)

A pesar do cuidado com que foi percorrida toda a linha da costa oriental da antiga Acadia e examinada a sua longa série de topónimos, respeitantes a cabos, baías, portos, enseados, ilhas, rios e outros acidentes, grandes e pequenas povoações costeiras, nenhum houve que pudesse ser apresentado como derivado de «Barcelona» a fim de ser colocado entre os que foram dados como de origem portuguesa ou até simplesmente ibérica.

Pode admitir-se que o Rev. G. Patterson desconhecia as cartas de Bartolomeu Velho. A importância do vocábulo originário era tam grande, até pelo facto de se poder julgar relacionado com a cidade de Barcelona, que não deixaria de ter sido apontada, caso tivesse sido encontrado.

Por outro lado há que reconhecer que as cartas de Bartolomeu Velho não revelam tambem qualquer superioridade de conhecimento desta região.

Na carta de c. 1560, o sul da Terra Nova aparece ainda sob a forma de Ilhas, a entrada do golfo de S. Lourenço mostra-se extremamente apertada e a Ilha de Cabo Bretão não se distingue da Nova Escócia, mostrando o Cabo Bretão propriamento dito, numa latitude superior à do Cabo Norte.

Estes factos parecem revelar algum atrazo por parte deste cartógrafo relativamente aos importantes progressos realizados no conhecimento daquela região nas décadas precedentes e já regis-

tados em trabalhos anteriores, designadamente nas cartas de Lopo Homem de 1554, e de Diogo Homem de 1558. (41)

Uma vez que tanto a geografia com a toponímia parecem não corroborar a pretendida localização de Bartolomeu Velho, não vemos razão para lhe atribuir mais do que um valor informativo, que talvez possa contribuir todavia para a identificação da Ilha em causa, naquela zona.

Admitindo que a *Ilha Barcelona* não pode ser localizada junto da costa da Nova Escócia, como dela fazendo parte integrante, cumpre preguntar se nas proximidades daquela península e em latitude não muito afastada, não haverá qualquer ilha que corresponda às suas características, tal como foi possivel definí-las.

Essa ilha parece, com efeito, existir e vem sendo representada nos mapas desde o começo do século XVI, ainda que sob diferentes nomes, entre os quais não figura, contudo, que saibamos, o de Barcelona.

Trata-se da actual Sable Island, situada a cerca de 100 milhas da costa leste da Nova Escócia.

Esta ilha encontra-se representada, pela primeira vez na carta de Pedro Reinal de c. 1502, muito próxima do Cabo Bretão, com a designação «sam Johã.» (42) Na carta (7.ª) do Atlas de João Freire, de 1546, ocupa ainda posição semelhante, mantendo a denominação de «Sam Joam». (43) Na carta de Lopo Homem de c. 1550, aparece com o nome de «I Fagunda» e igualmente a SE. do Cabo Bretão. (44) Na Carta de Lopo Homem de 1554, mantem a mesma posição e denominação. (45) André Homem no seu Planisfério de 1559, coloca-a em posição semelhante, chamando-lhe tambem «I. Fagunda». (46) Na carta de Bartolomeu Velho de c. 1560 aparece com a designação de «I. de Sablo.» Diogo Homem na 5.ª fol. do seu Atlas de 1565 apresenta-a com o nome de «S. Cruz», (47) mas já na fol. 6.ª do seu Atlas de 1568 chama-lhe «I. Fagunda». (48) Na 10.ª carta do Atlas de Fernão Vaz Dourado, de 1571, está representada a NE. do Cabo Bretão com o nome de «I. de Satana» e mais a norte a designação «Sablon». (49)

Encontra-se tambem representada em muitas peças da cartografia estrangeira, das quais destacaremos o Mapamundi de Sebastião Cabot, de 1544, onde figura com o nome «S. Cruz», tendo a

sul outra ilha, mais pequena, denominada «del bertõ»; o Mapamundi de Michael Lok, publicado por Hakluyt, em 1582, onde apresenta o nome «S. Johan»; e o Mapamundi gravado por Hondius, em 1590, onde é designada por «S. Juan».

É possivel que a Sable Island tenha sido a «Ilha de Santa Cruz que está ao pé do banco», da carta de capitania concedida a João Alvares Fagundes, em 1521. Nada o poderá confirmar, porém, em nosso entender, a não ser o facto de se encontrar junto dum banco, o qual tira dela o seu nome.

É certo que, por vezes, tambem aparece com o nome de Santa Cruz, mas nas cartas mais antigas apresenta o nome de S. João, enquanto que a NE, nas proximidades do grande banco da Terra Nova é figurada, uma outra Ilha denominada Santa Cruz, o mesmo acontecendo em muitas outras cartas posteriores, inclusivé naquelas em que a Sable Island é designada por Ilha Fagunda.

Esta última denominação poderia levar à suposição de que a ilha pertencera a João A lvares Fagundes, mas nada nos habilita, porém, a concluir que tenha sido por ele efectivamente aproveitada ou colonizada.

A única zona em que sabemos terem-se estabelecido a gentes de Viana, é a do Cabo Bretão ou, mais precisamente, do porto de Ninganis, mas nenhuma informação possuimos quanto ao possivel transporte de gados por parte de Fagundes ou da sua gente para aquelas paragens,

O que está contudo provado é que a Sable Island possuiu no século XVI uma importante fauna, constituida, em grande parte, por gado vacum, cuja origem portuguesa – melhor diriamos açoriana — parece não oferecer a menor dúvida.

Com efeito, Samuel Champlain referindo-se à tentativa do Marquês de La Roche para fundar uma colónia na America, em 1598 e à partida dos seus degredados para a Sable Island, informa-nos que eles encontraram ali «bois castrados e vacas que os portugueses tinham para ali levado havia mais de sessenta anos, as quais foram de grande proveito para o grupo».

Como Champlain escrevia por volta de 1612, o facto referido deve ter sucedido, pelo menos, cerca de 1552. ([50])

Isto está de acordo com o que nos conta o cronista da expedi-

ção de Sir Humphrey Gilbert. Quando viajavam da Terra Nova para as costas do continente Americano, em 1582, tendo tocado no Cabo Bretão, pretenderam fazer o mesmo relativamente à Sable Island, segundo elucida Edward Haies «upon intelligence we had of a Portugal, who was himself present when the Portugals, above thirty years past» por consequência antes de 1553 «did put into the same island meat and swine to breed, which were since exceedingly multiplied».(51) Prosseguindo, acrescenta «This seemed unto us a very happy tidings to have on an island lying so near unto the maine, which we intended to plant upon, such store of cattell, whereby we might at all times conveniently be relieved of victuall, and served of store for breed».(52)

Charlevoix refere, na verdade, que a desventurada gente que se estabeleceu naquela ilha foi ali assolada por algumas tempestades, em consequência do que construiram barracas para se protegerem das inclemências do tempo, com restos de navios espanhóis que tinham ido colonizar o Cabo Bretão e que dos mesmos navios tinham vindo algumas ovelhas e gado vacum, que se haviam multiplicado.

Esta versão é, porém, insustentavel, como observa o Rev. G. Patterson. Embora o naufrágio de navios junto da ilha possa constituir um facto admissivel, para que os respectivos materiais pudessem ser aproveitados para a construção de cabanas era necessário que esta se verificasse não muito depois do naufrágio e o pouco gado que tivesse escapado não poderia encontrar-se muito multiplicado após esse tempo. Todavia Sir Humphrey Gilbert encontrou-o muito numeroso em 1583,—quinze anos antes—e como se viu tudo leva a crer que tenha sido ali lançado mais de trinta anos antes daquela data!

Por outro lado nada se conhece sobre tentativas espanholas de colonização da zona de Cabo Bretão, por isso conclui aquele ilustre historiador com toda a razão: «It seems certain that Charlevoix confounded the Spaniards with the Portuguese, which might the more readily take place, as the latter had for some time been, under the government of the former».(53)

Talvez possamos explicar hoje a confusão de Charlevoix com o auxílio dum novo argumento. Se foi na Sable Island que a Famí-

lia Barcelos se pretendeu estabelecer é natural que o nome «Barcelona», então por ela atribuido àquela Ilha tinha criado a falsa mas compreensivel ilusão duma colonização espanhola a qual é possível tenha permanecido na tradição oral das gentes que frequentavam as regiões da Terra Nova, Cabo Bretão e Nova Escócia mesmo quando já desaparecida e esquecida aquela efémera denominação.

Pretendeu-se tambem que os gados da Sable Island tivessem sido ali deixados pelo Barão de Lery, quando abandonou a tentativa de estabelecer uma colónia na America, para onde partira com emigrantes franceses, em 1518.

Esta versão apoiava-se numa acidental referência de Lescarbot, ao tratar da tentativa de colonização de La Roche, efectuada em 1698.

A história parece, porém fortemente improvável. Em primeiro lugar, naquela data, a França não tinha começado ainda a interessar-se por aquela região do Nordeste Americano. Só seis anos mais tarde seriam aquelas costas reconhecidas por Verezzano, ao serviço do Rei de França.

Depois, nem Champlain, nem Charlevoix, nem qualquer outro historiador conseguir encontrar qualquer fundamento para a referência de Luscarbot à pretendida tentativa do Barão de Lery.

A única tentativa de introdução de espécies da fauna europeia naquelas paragens, que sabemos ter sido efectuada no século XVI é a levada a efeito pela Família Barcelos.

Os documentos que o atestam são além de autênticos, insufismáveis e as datas que fixam para aquela iniciativa (1531(?)—1562 a 1564) estão dentro da época referida por Champlain e Edward Haies, que não tem um caracter de regidez por repousarem numa informação oral e necessáriamente teremos de considerar com uma margem de aproximação, não parecendo exagerado admitir uma latitude de dez a vinte anos para mais ou para menos.

O essencial é a informação em si própria e o facto de se encontrar corroborada por documentos ainda que até agora desconhecidos.

Cumpre pois preguntar se será legítimo identificar a *Ilha Barcelona* com a Sable Island.

A parentemente nada conhecemos que o possa abertamente contrariar e o testemunho insuspeito dum historiador estrangeiro parece até confirmar indirectamente esta hipótese.

Com efeito, refere Winthrop, na sua «History of New England», que John Rose, quando fora arremessado à Sable Island, por volta de 1633, encontrara ali cerca de 800 cabeças de gado, pequeno e grande, todo vermelho e o maior que até então já tinha visto.

Embora o número indicado possa parecer exagerado, estamos informados, pelo próprio testemunho de John Rose, que dezassete franceses da Nova Escócia se estabeleceram na Ilha e começaram a abater o gado até que, quando chegaram bandos idos da Nova Inglaterra para o caçarem, apenas encontraram vivas, segundo declararam, 150 cabeças, o que leva a concluir que o número inicialmente indicado não deveria andar muito longe da realidade. ([54])

Mas o valor excepcional da informação de John Rose para o nosso caso, reside na sua observação de que o gado que encontrara na Sable Island era todo vermelho e o maior que já mais vira.

Rose conhecia o gado inglês e, com toda a probabilidade, o francês, principalmente o da Bretanha e Normândia. Qualquer semelhança, se a houvesse, teria sido apontada. Mas não a encontrou, nem podia encontrá-la, e daí a origem da sua admiração.

Com efeito esse gado vermelho e de grandes dímensões não o encontramos tambem na Península Iberica. Há, é certo, em Portugal uma variedade bovina de grandes dimensões na região de Miranda e outra no Alentejo, que bem poderiam justificar a admiração dum estrangeiro. Acontece, porém, que esse gado é de cor «flava» ou parduenta e não de cor vermelha como expressamente fora registado.

Tambem ainda em Portugal, mas na província do Minho, existe uma família bovina de cor avermelhada. As suas pequenas dimensões estão, porém, longe de poderem corresponder ao grande porte que motivou a admiração de John Rose.

Só conhecemos uma variedade ou tipo de gado bovino, vermelho e de grandes dimensões que se ajusta precisamente à descrição de Rose.

É a que existe na Ilha Terceira e sabemos encontrar-se ali desde o fim do século XV ou começo do século XVI.

É constituida efectivamente por animais de grande porte, que nos machos adultos chegam a atingir 42 arrobas. O principal interesse desta variedade residia talvez no facto de poder ser aproveitada tanto para carne, como para leite como ainda para trabalho com um bom rendimento, embora actualmente se possa considerar suplantada por outras variedades ou castas selecionadas, para cada um daqueles fins.

O gado do Ramo Grande, designação por que é vulgarmente conhecida aquela variedade bovina da Ilha Terceira é, segundo parece, o produto dum cruzamento de gado alentejano, mirandês, minhoto e outros, lançados naquela Ilha, quando do início do seu povoamento, para serem utilizados pelos primeiros povoadores na sua alimentação e no trabalho de arroteamento e amanho das terras. ([55])

O gado em referência não só corresponde às características do que John Rose viu, mas predomina até na região onde se situavam algumas das mais importantes propriedades da Família Barcelos, na Ilha Terceira. ([56])

Uma vez que a *Ilha Barcelona* é situada na cartografia da época (Cartas de Bartolomeu Velho de 1560 e 1561) junto da costa oriental da Nova Escócia; sabendo-se que na referida Ilha foram lançadas apreciáveis quantidades de gado, inclusivé bovino, levado da Ilha Terceira; afirmando diversos exploradores estrangeiros do começo do século XVII, que o gado existente na Sable Island fora ali lançado pelos portugueses em meados do século anterior; atribuindo John Rose a esse gado características que são precisamente as que indentificam o gado do Ramo Grande da Ilha Terceira, parece que talvez não seja ousado admitir a identificação da Ilha denominada *Barcelona*, pela família Barcelos, no século XVI, com a actual Sable Island, que nos séculos XVI e XVII conheceu tàmbem outros nomes.

De todo o exposto parece-nos que se poderão tirar, entretanto, as seguintes conclusões:

a) Que no início do segundo quartel do século XVI, ou em data anterior, Diogo de Barcelos e Manuel de Barcelos, possivelmente em continuação das viagens de seu pai e avô, Pero de Barcelos, descobriram ou encontraram determinadas ilhas e terras cuja

posse e capitania lhes foi assegurada por carta Régia, concedida em data anterior a 1531.

b) Que os referidos Diogo e Manuel de Barcelos pretenderam povoar uma das Ilhas encontradas, a que deram o nome de «*Barcellona*», tendo para ela efectuada diversas viagens, em duas das quais, pelo menos, foi levado gado, que nela lançaram como começo e preparativo de colonização daquela região.

c) Que em face dos elementos de informação de que presentemente dispomos parece possível identificar a referida *Ilha Barcellona* com a Sable Island.

d) Que devendo-se aos Portugueses as mais antigas tentativas de estabelecimento de europeus no Nordeste Americano, uma das primeiras, se não a primeira, foi levada a efeito por açorianos da Ilha Terceira.

Estas conclusões ficam sujeitas como é natural a rectificações determinadas pelo aparecimento de novos documentos ou estudos ou até pelo futuro conhecimento de obras já publicadas, mas neste momento por nós desconhecidas.

Com o presente trabalho pretendemos, principalmente, chamar atenção dos investigadores e historiadores para um documento até agora ignorado e que constitui um eloque nte testemunho da contribuição da gente açoriana para o descobrimento e colonização das terras americanas.

Por isso julgamos de alguma utilidade oferecer agora aos estudiosos, pela primeira vez, a respectiva transcrição, na plena certeza de que ela terá um interesse muito superior ao do nosso modesto estudo.

NOTAS

(1) — A. E. Betttencourt, Descobrimentos, Guerras e Conquistas dos Portugueses em terras do Ultramar, nos séculos XV e XVI, páginas 132-135, Lisboa 1881-1882. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 2, 1877, n.º 3, 1878.

(2) — Henry Harrisse, Découverte et Evolution Cartographyque de Terre Neuve, página 86.

(3) — Prof. W. F. Ganong, Crucial Maps in the Early Cartography and Place Nomenclature of the Atlantic Coast of Canada, II, Otava, 1930 (Separata de Transactions of the Royal Society of Canada, Third Series, Vol. XXIV, Section II, 1930).

(4) — Armando Cortesão, Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos séculos XV e XVI, Lisboa, 1935, Vol. I, páginas 288-290 e 353-355.

(5) — Francisco de Sousa, Tratado das Ilhas Novas, Ponta Delgada, 1877, página 5.

(6) — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «Livro 6.º de Previlégios de D. Sebastião», folha 237. Publicado na íntegra in «Archivo dos Açôres», Vol. IV. Ponta Delgada, 1882, página 337.

(7) — Luciano Cordeiro, «De la part prise parles Portugais dans la découverte de l'Amérique», Questões Histórico-Coloniais, Vol. I, Lisboa 1935, página 60.

(8) — Luciano Cordeiro, ob. cit., página 614.

(9) — Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos) Nobiliário da Ilha Terceira (2.ª edição) Volume II, Porto, 1944, página 281-283.

(10) — Ernesto do Canto. «Quem deu o nome ao Labrador?» in Archivo dos Açôres, Vol. 12, Ponta Delgada. 1892, página 352-371; Manuel C. Baptista de Lima, «Deux Voyages portugais de découvert dans l'Atlantique Ocidentale», Lisbonne, 1945.

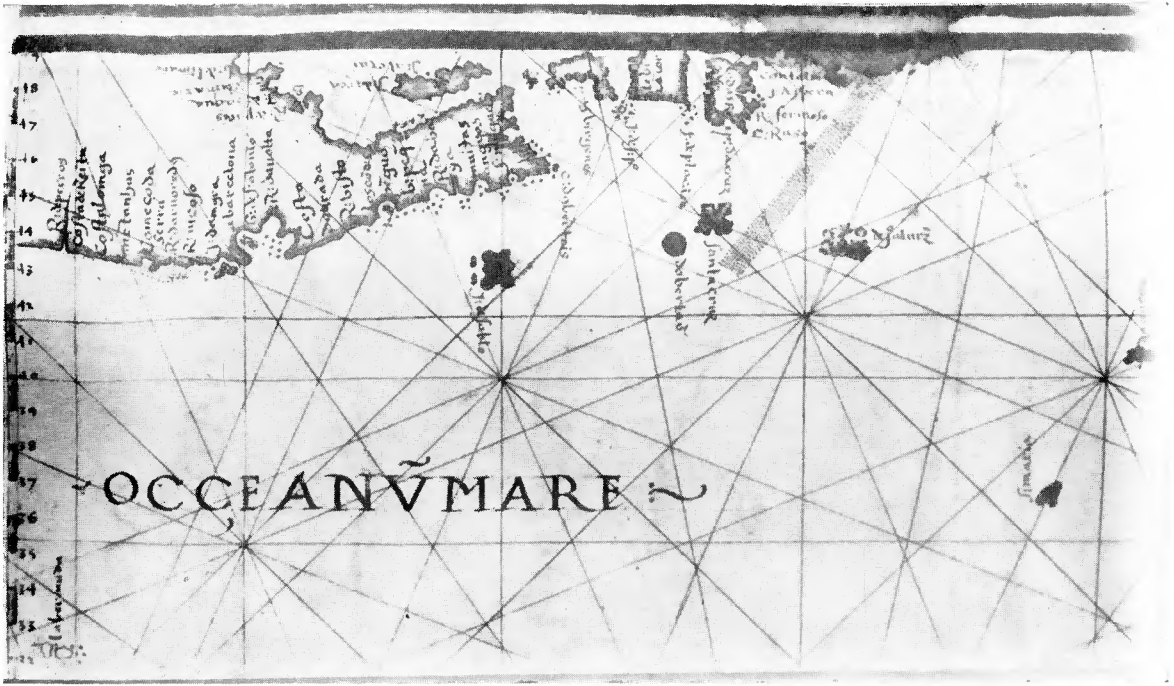
(11) — Pedro Reinel, C. 1504, Carta Náutica. Bayerisch Staatsbibliothek, Munchen, Rep. in Portugaliae Monumenta Cartographica, Est. 8; Anónimo-Jorge Reinel, C. 1519. Planisfério. Anteriormente na Wehrkreisbucherei, Munchen, Rep. in P. M C., Est. 12; Lopo Homem-Reineis, Atlas de 1519, Carta Atlântica, Bibliothêque Nationale, Paris, Rep. in P. M. C., Est. 24; Anónimo-Diogo Ribeiro, C. 1532, Carta da América, Pacifico e Extremo Oriente. Herzog August Bibliothek Wolfenbuttel, Rep. in P. M. C. Est. 41; Anónimo, C. 1550, Atlas de 15 folhas. National Maritime Museum, Greenwich. Folha 14 v.º; Anónimo-Diogo Homem, C. 1558, Atlas de 8 folhas. Bibliothéque Nationale, Paris. Rep. in P. M. C. Est. 159, Fol. 4; Diogo Homem, 1558, Atlas de 12 folhas, British Museum, London, Fol. 10 Rep. in P. M. C. Est. 106; Andrê Homem, 1559, Planisfério. Bibliothéque Nationale, Paris. Rep. in P. M. C. Est. 188; Anónimo-Bartolomeu Velho, C. 1560, Atlas de 9 folhas, The Huntington Library, San Marino, Califórnia, Fol. 4r. Rep. in P. M. C. Est. 230; Anónimo-Livro da Marinharia, C. 1560, Atlas de 20 Cartas. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1.ª Carta Rep. in P. M. C. Est. 88; Lazaro Luis, 1563, Atlas de 10 folhas. Academia das Ciências de Lisboa, Fol. 3r. Rep. in P. M. C. Est. 211; Fernão Vaz Dourado, 1568. Atlas de 20 folhas. Bibliotéca dos Duques de Alba, Madrid. Rep. in P. M. C. Est 246.

(12) — Domingos Teixeira. 1573. Planisfério. Bibliothéque Nationale, Paris. Rep. in P. M. C. Est. 238. Anónimo, C. 1585. Códice de 56 folhas. The Hispanic Society of America, New York, Fols. 15V-16. Rep. in P. M. C. Est. 349; Anónimo-Bartolomeu Lasso-Patrus Plancius. 1592-1594. Rep. in P. M. C. Est. 381. A. Estas três cartas mostram uma dupla Groelândia, figurando ainda na que fica a W. a designação de «Terra do Labrador» e sendo a toponímia da que fica a E. normalmente de origem inglesa e nórdica.

Sobre o assunto veja-se o trabalho de Heinrich Winter — «The pseudo-Labrador and the oblique Meridian» in Imago Mundi, Parte II, página 62.

(13) — Ernesto do Canto, ob. cit., página 367; Idem — Os Cortes Reais-Memória Histórica, in Archivo dos Açôres, Vol. IV, página 449 e seg,; «Cabot Exploration in North America» by David O. True, in Imago Mundi, Vol. XIII, The Hague-Stokholm, página 11.

(14) — Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. I, Angra do Heroísmo, 1943, página 21 e seguintes.



Anónimo — Bartolomeu Velho. Atlas de 9 fols. C. 1560 fol. 4 v. Huntington Library and Art Gallery. S. Marino. Califórnia. Pormenor mostrando o Sul da Terra Nova, o Cabo Bretão, parte das costas do Golfo de S. Lourenço e as costas orientais da Nova Escócia onde se encontra o «G: de S. Atonio» no qual está figurada a Ilha «a barcelona». Note-se ainda a E. do Cabo Bretão e Nova Escócia a «I. de Sable».

([15]) — Archivo dos Açôres, Vol. XII, Ponta Delgada, 1892, pág. 529.

([16]) — Archivo dos Açôres, Vol. XII, Ponta Delgada, 1892, pág. 529.

([17]) — Provàvelmente já de D. João III, que começou a reinar em 19 de Dezembro de 1521. porquanto se se tratasse de D. Manuel era natural que a ele se referisse nos termos habituais, isto é «De El-Rei que Glória haja» ou «De El-Rei que Deus tem», etc.

([18]) — Este documento a que já se referiu o Dr. Henrique Braz no seu estudo «João Fernandes Lavrador», in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. I, Angra do Heroísmo. 1943, pág, 12 e seg., foi ainda por nós encontrado no Cartório da Família Barcelos quando da sua transferência para a B. P. A. Distrital de Angra do Heroísmo, onde actualmente se encontra. Nele dispôs Diogo de Barcelos: «que hum Navio que em esta Villa da Praya fiz com João Martins Linha que Pedro Gonsalves de Antona me disse que se lhe quisece (sic) dar na minha metade a quarta parte porque este navio eu o fazia de toda a carpintaria e João Martins Linha punha os mais aparelhos... e eu lhe dei palavra que sim... se me ele pagasse metade das custas e despesas que eu nelle fizesse,...». Do termo de aprovação do referido testamento datado de 13 de Outubro de 1533, consta ser ele Escudeiro, fidalgo de El-Rei nosso Senhor, sendo testemunhas «Mestre Marcos», ali hora estante, Braz Fernandes, mestre que ensina moços, e Francisco Coelho e João Rodrigues Fortuna moradores na mesma villa e Francisco Gonçalves homem solteiro. Lavrou o texto o tabelião António Rodrigues. Pelo termo de abertura fica-se sabendo que Diogo de Barcelos faleceu na Vila da Praia da Ilha Terceira a 10 de Maio de 1544.

No Cartório da Família Barcelos encontra-se ainda a cópia autêntica feita na cidade de Angra, em 22 de Fevereiro de 1791, pelo tabelião António Gambier da Fonseca, duma pública forma da Carta de Brasão de Armas, concedida por El-Rei D. João III a Diogo de Barcelos e dada na cidade de Évora, a 17 de Novembro de 1533.

([18a]) — Manuel C. Baptista de Lima, *Uma tentativa açoriana de colonização da Ilha denominada «Barcellona» no século XVI.* (Separata do vol. V das Actas do Congresso Internacional de Historia dos Descobrimentos) Lisboa, 1961.

No presente trabalho reproduzimos em parte o texto daquele estudo, devidamento refundido, ampliado e completado com novas fontes de informação e subsidios que entretanto fomos obtendo.

([19]) — Anónimo. Atlas de 15 fols., C. 1550-1560. National Maritime Museum, Greenwich, Rep. in. P. M. C., Est. 196, Fol 14 v.º «ãgra de manuel

pinh.º», a poente de «terra de y.º Vas» e «C. das baxas» e a nascente de «b de y.º Vas»; Anónimo — Bartolomeu Velho. C. 1560, Atlas de 9 folhas, The Huntington Library, San Marino, Califórnia. Rep. in P. M. C. Est. 230, Fol. 4r. «R. de manuel pinheiro» a E. de «b. de y.º Vaz» e a W. de «C. das baixas» e «terra de y.º Vaz;» Fernão Vaz Dourado, 1568, Atlas de 20 folhas. Biblioteca dos Duques de Alba, Madride Rep. in P. M. C., Est. 246. Fol. 5, «b. de manuel pinheiro» a E. de «b. da sera» e W. de «c. das baixas» e «r. dos pinheiros» a E. de «r escuro» e a W. de «b. do pracell»; Anónimo-Fernão Vaz Dourado, C. 1576, Atlas de 20 folhas. Biblioteca Nacional, Lisboa. Rep. in. P. M. C. Est. 331. Fol. 6. «b. de manuel pinheiro» a E de «b. da sera» e a W. de «C. das baixas» e de «tera de y.º Vaz».

(20) — Livro Histórico e Genealógico pertencente à Família Barcelos, folha 90 e seguintes — Genealogia dos Barcelos, Machados e Pinheiros, etc.

(21) — Haja em vista a dificuldade que as caravelas de Gaspar Corte Real tiveram em se aproximar daquela costa na Primavera de 1501, conforme informa Alberto Cantino na sua Carta de 17 de Outubro de 1501 ao Duque Hércules de Este. Vidé Ernesto do Canto, Os Corte Reais — Memória Histórica, in Archivo dos Açôres, Vol IV, Ponta Delgada, 1882, pág. 425.

(22) — Descrevendo a Groenlândia, escreve Malte-Brun: «Le Groenland n'est véritablement qu'un amas de rochers entremêlés d'immenses blocs de glace, l'image réunie du chaos et de l'hiver», Géographie, Tome IX, pág. 38.

(23) — Francisco de Sousa, Tratado das Ilhas Novas, Ponta Delgada, 1877, pág. 6.

(24) — Padre António de Carvalho da Costa, Corografia Portuguesa, Tomo I, (1.ª edição), pág. 205; Francisco de Sousa, Tratado das Ilhas Novas, Ponta Delgada, 1877, pág. 9. nota n.º 4.

(25) — Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos), Nobiliário da Ilha Terceira, Vol. II, Porto 1944, pág. 23.

(26) — Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos), Ob. cit., pág. 25 e 282.

(27) — A ilha de S. João «Y. de S. Juhan» aparece devidamente colocada na Carta Anónima — Diogo Ribeiro de C. 1532, da Herzog August Bibliothek, Wolfenbuttel, Rep. in P. M. C., Est. 41. Na 7.ª Carta do Atlas de João Freire, de 7 folhas, de 1546. The Huntington Library, San Marino, Califórnia, Rep. in P. M C. Est. 76, a Ilha de «Sam Joam» encontra-se a SE do Cabo Bretão;

Na folha 6 do Atlas de 28 folhas, de Diogo Homem, 1568. Säcksische Landesbibliothek. Rep. in P. M. C. Est. 132, está a NW. da Ilha do Cabo Bretão, com a denominação «Ille de Sablõ.»

(28) Malte - Brun, Géographie. Paris S/d. Tomo 9, página 80-81.

(29) Ao Ex.mo Comandante Avelino Teixeira Mota, um dos autores daquela obra monumental, aqui deixamos expresso o nosso vivo reconhecimento pela gentileza que teve de no-las facultar.

(30) Aos Ex.mo Srs. Prof. Dr. Armando Cortesão e Comandante A. Teixeira Mota desejamos consignar a expressão dos nossos mais penhorados agradecimentos pela grande amabilidade que tiveram de chamar a nossa atenção para a importância de que revestiam para o nosso trabalho as cartas de Bartolomeu Velho, publicadas naquele volume.

(30a) Reportamo-nos à carta do Atlas de c. 1560, da qual possuimos uma reprodução mais nitida.

(30b) Rev. George Patterson, The Portuguese on the North - East coast of America, and the first European attempt of colonization there. A lost chapter in American History: «Proceedings and transactions of the Royal Society of Canada» vol. VIII: Montereal, 1891.

(31) Samuel de Champlain, «Voyages» vol. IV, ch. 27. Apud Rev. George Patterson, «The Portuguese on the North-East Coast of America, and the first European attempt at colonization there. A lost chapter in American History.» Proceedings and transactions of the Royal Society of Canada» Vol. VIII. Montereal. 1891.

(32) De Laet, «Novus Orbis» 1633. Apud Rev. George Patterson, Ob. cit., loc. cit.

(33) Apud Rev. George Patterson, Ob. cit. loc. cit.

(34) Rev. George Patterson, Ob. cit.

(35) Samuel de Champlain, «Voyages» París 1632. Os elementos para a publicação desta obra e do mapa em referência foram recolhidos pelo autor nas suas viagens de exploração entre os anos de 1603 e 1629, durante as quais percorreu as costas do golfo de S. Lourenço, a região maritima da Acadia (Nova Escócia e New Brunswick), tendo seguido o caminho que conduz de Quebec e Montereal, através do país dos Iroquis, pelo Lago Champlain até ao vale de Hudson. Subiu, mais tarde, o Saguenay e o St. Maurice,

tendo sido informado pelos Índios de que era possível chegar por estes rios à Baía de Hudson. Dos Grandes Lagos, Champlain navegou no Lago Ontario e no Lago Huron («Mer Douce») e teve conhecimento do Lago Michigan que seria encontrado por um dos seus companheiros, Jean Nicolet, e do Lago Superior que outro dos seus homens, o jovem Etienne Brute, acabaria por achar. Cf. R. A. Skelton «Explorer's Maps» 2nd. Ed London, 1960 pág. 259 e 270. A pág. 260-61 repod. da carta de Champlain da Nova França.

(36) Francisco de Sousa, «Tratado das Ilhas Novas,» Ponta Delgada. 1877, pág. 5.

(37) Rev. George Patterson, Ob. cit.

(38) Os Franceses só iniciaram a fortificação da Ilha do Cabo Bretão após a cedencia da Nova Escócia à Inglaterra, pelo tratado de Utrecht, em 1713.

(39) A representação das costas sul e poente da Nova Escócia, a Bay of Fundy e os adjacentes territorios continentais de Maine e New Brunswick aparecem pela primeira vez, segundo cremos, no Planisferio de Lopo Homem, de 1554, pertencente ao Museo degli Strumenti Antichi, de Florença.

(40) Rev. George Patterson, Ob. cit.

(41) Lopo Homem, Planisfério datado de Lisboa, 1554, pertencente ao Museo degli Strumenti Antichi, de Florença. Rep. in P. M. C., vol. I Est. 27.

(42) Rep. in P. M. C. Est. 8.

(43) Rep. in P. M. C. Est. 76.

(44) Rep. in P. M. C. Est. 26.

(45) Vidé Nota n.º 41.

(46) André Homem, Planisferio de 1559. Bibliothéque Nationale, Paris. Rep. in P. M. C. vol. II, Est. 188.

(47) Anonimo - Diogo Homem, Atlas de 19 fols. de 1565. Biblioteca Pública de Leninegrado, Fol - 5, Rep. in P. M. C. vol. II, Est. 174.

(48) Diogo Homem, Atlas de 28 fols. de 1568. Säcksische Landesbibliothek, Dresden. fol. 6 Rep. in P. M. C. vol. II, Est. 132.

(49) Fernão Vaz Dourado, Atlas de 20 fols. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Rep. in P. M. C.

(50) Samuel de Champlain, «Voyages». Dizemos «pelo menos», porque não nos foi possivel obter o texto original do grande explorador francês e ignoramos se ele tomou para ponto de partida a data em que escrevia ou a da tentativa de colonização do Marquês de La Roche, pois neste caso teremos de recuar aquela data para o ano de 1538, muito proximo da época em que Diogo de Barcelos emprendeu as suas actividades.

(51) Note-se o paralelismo entre esta descrição e os depoimentos das testemunhas ouvidas no auto de 1568.

(52) Apud Rev. George Patterson, Ob. cit.

(53) Rev. George Patterson, Ob. cit.

(54) Cf. Rev. George Patterson, Ob. cit.

(55) Vide: José Miranda do Valle, Bovídeos Portugueses, Lisboa, 1906; Idem, gado Bissules, Lisboa, 1949; Vital de Lemos Bettencourt, Os bovinos da Ilha Terceira, Angra do Heroismo, 1923; Aires de Albergaria Tavares Silva, O gado do Ramo Grande, in «A Patria», n.º 834, Angra do Heroismo, 17/9/937.

(56) As propriedades da Família Barcelos na Ilha Terceira situavam-se inicialmente na zona correspondente às Freguesias de Lajes, Vila Nova e Agualva, que com S. Braz constituem uma das mais ricas regiões agricolas desta Ilha, vulgarmente conhecida desde uma época muito remota pela denominação de Ramo Grande.

Nota do Editor — A certidão referida na página 8 deste artigo, por onde consta que Diogo de Barcelos Machado e seu filho Afonso de Barcelos descobriram a ilha chamada Barcelona, encontra-se, por conveniência de paginação, no fim deste volume.

A Restauração na Ilha Terceira (1641-1642)

Cêrco e Tomada do Castelo de São Filipe do Monte Brasil pelos Terceirenses (1)

Pelo †Major MIGUEL C. DE ARAUJO

PREFÁCIO

Há já alguns anos nos vimos debruçando sobre alguns feitos da História desta Ilha. E a nossa atenção tem-se sempre fixado na época que inclui a perda da independência de Portugal e a da Restauração.

Para nós são os sucessos dessa época os mais aliciantes, os

---

(1) Natural da Ilha Terceira, e tendo aqui feito a quase totalidade da sua carreira de oficial de infantaria, o major Miguel Cristóvam de Araújo estudou com notável minúcia alguns dos factos mais importantes da brilhante história militar da ilha, como testemunham páginas já publicadas neste Boletim. Além do exame consciencioso dos acontecimentos, o major Araújo, possuidor de rara habilidade de desenhador, poude ilustrar esses seus trabalhos com desenhos primorosos e elucidatvios. Publicamos hoje este estudo sobre o cêrco do Castelo, que o nosso saudoso confrade tinha pronto à data do seu falecimento em 17 de Maio de 1962. Mais tarde publicaremos um outro trabalho que ele preparara sobre a mesma fortaleza.

que mais têm suscitado a nossa atenção e aqueles que melhor, mais nitidamente definem o carácter dêste povo, insulado a muitas centenas de milhas do Continente, mas dum portuguesismo que tem resistido sempre a todas as tentativas de estranhos para o destruir, quer essas tentativas sejam simples solicitações, quer venham reforçadas pelo poder das armas.

Durante três longos anos a Terceira, quase só, pequena e fraca no meio do Atlântico, conseguiu resistir às solicitações da poderosa Espanha para se submeter ao seu domínio já efectivo no resto do País. A Terceira não se submeteu. Quando Castela enviou a primeira expedição para a dominar, os terceirenses conseguiram aniquilá-la.

Para a subjugar, dois anos mais tarde, tornou-se mister a Espanha organizar uma frota de mais de 100 navios conduzindo 14.000 homens de desembarque, sob o comando do Marquês de Santa Cruz, o seu mais categorizado almirante. Mesmo para uma nação poderosa como era a Espanha uma expedição como aquela representava um extraordinário esforço. E se ela tivesse sofrido uma derrota, não seria fácil tarefa organizar outra no ano seguinte.

Mas D. Alvaro de Bazan venceu o inepto chefe das forças terceirenses e então a Terceira experimentou os horrores das execuções e dos saques,

E durante cêrca de sessenta anos sofreu o domínio estrangeiro.

No começo do ano de 1641 ainda o Castelo de S. Filipe, construido pelos dominadores com o dinheiro destas ilhas e argamassado com o «suor e o sangue» de centenas de açorianos, ameaçava a Cidade com os seus 160 canhões servidos por castelhanos, mas já a Revolução triunfára em Lisboa e aqui tinha de triunfar tambem.

Mais uma vez a Terceira quase sòmente com os seus recursos em homens, em dinheiro e em material, e o pequeno auxílio das ilhas irmãs, conseguiu organizar e manter 50 companhias que puseram cêrco ao Castelo e uma armada para lhe fazer o bloqueio por mar. E durante onze meses foi sitiado o Castelo — considerado, então, um dos mais poderosos da Europa — para que a sua guarnição se rendêsse.

Ao longo desses onze meses fez-se largo uso da coragem, do heroísmo e da abnegação para afrontar as balas inimigas que choviam sobre os sitiantes, por vezes intensamente, para afrontar o duro Inverno nas trincheiras, frequentemente após longas caminhadas desde as freguesias mais distantes.

O auxílio da Mãe Pátria foi escasso, mas a Terceira compreendeu que não podia ter sido mais substancial e não desistiu nem desanimou,

A primeira expedição de socorro, ansiosamente aguardada, foi atingida por um grande temporal e teve de regressar a Lisboa, desmantelada, e segunda expedição, do comando do General Saldanha, aportou a Angra dias depois de estar rendido o Castelo.

A Terceira, capital dos Açores, soube prestar valioso contributo nestes dois períodos cruciais da vida da Nação — a luta pela manutenção da independência, primeiro, e pela expulsão dos dominadores castelhanos, depois. Não o fez na mira de recompensas, nem as teve. Agiu norteada sòmente por amor pátrio.

Tem-se dito que estes dois períodos da nossa história estão escritos a letras de ouro ; com «sangue, suor e lágrimas» foi ela escrita neste pequenino rincão — e indelevelmente.

Foi por isto, pela acção brilhante dos nossos maiores, nesta época, que resolvemos compilar o que há escrito e ciosamente guardado em arquivos, ou publicado, mas disperso, ou resumido, ou pouco acessível à maior parte das pessoas

Sobre a batalha do Porto das Mós já publicámos um pequeno estudo no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, referente a 1959 (1). Desejariamos fazer o mesmo a respeito da Batalha da Salga. Se encontrarmos no nosso Arquivo Distrital elementos bastantes, não deixaremos de tratar assunto tão aliciante.

Para o presente trabalho que, insistimos, não é mais do que uma simples compilação, servimo-nos das seguintes fontes :

— *Relação da tomada do Castelo de S. Filipe do Monte Brasil da Cidade de Angra da Ilha Terceira pelos Portugueses insula-*

---

(1) Vol. XVII, p. 191 — 229,

nos; e do que sucedeu no sitio dele, que durou onze meses e sete dias. (*Arquivo dos Açores* — Relação anónima),

— *Relação da guerra desta Cidade de Angra com a Fortaleza de S Filipe do Monte Brasil e descrição da dita fortaleza e que cousa ela seja.* (*Arquivo dos Açores* — Relação anónima).

— *Relação do que aconteceu na Cidade de Angra da Ilha Terceira, depois da feliz aclamação de El-Rei D. João IV, que Deus guarde, na Restauração do Castelo de S. João Baptista, do Monte Brasil, até que embarcaram os castelhanos que o ocupavam, composta pelo Reverendo Padre Frei Diogo das Chagas da ordem dos padres menores do Patriarca S. Francisco da Provincia dos Açores.* (*Arquivo dos Açores*).

— *Fenix Angrense* (manuscrito), *Padre Maldonado.* (Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo).

— *Alegrias de Portugal ou Lágrimas de Castelhanos na Feliz Aclamação de El-Rei D. João o Quarto,* manuscrito original do Padre Leonardo de Saa Sotto Mayor, publicado pelo erudito investigador, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima.

Desta obra extraímos, além de muitos outros elementos, as capitulações para a entrega do Castelo e a relação dos capitães que tomaram parte no cêrco com os efectivos das companhias e o número de mortos e feridos que em cada uma houve.

Uma das Relações anónimas, que utilizamos neste trabalho, tem apensas as capitulações e a lista dos capitães e soldados que tomaram parte no cêrco do Castelo. Preferimos, no entanto, copiar uma e outra da obra de Sotto Mayor, mas alterando a grafia para a actual para mais fácil leitura.

M. C. Araújo.

PRÓLOGO

Quando eclodiu a Revolução de 1 de Dezembro de 1640, estava em Lisboa o capitão-mór da Praia, Francisco de Ornelas da Câmara, fidalgo e cavaleiro professo do hábito de Cristo.

Encarregou-o D. João IV de vir a estas ilhas dos Açores promover a sua aclamação para o que antes devia tomar o Castelo de S. Filipe do Monte Brasil, em Angra, ocupado por uma guarnição castelhana.

Em 21 de Dezembro saíu Francisco de Ornelas de Lisboa a bordo de uma caravela que chegou à Baía da Praia em 7 de Janeiro de 1641. Como da caravela fôssem descarregados alguns barris de pólvora, logo começaram correndo vários boatos, avolumados pelo facto de a tripulação do navio se manter no mais rigoroso silêncio quando perguntada por novas de Lisboa.

O capitão-mór fez correr a notícia de que aquela pólvora se destinava á defesa contra uma poderosa armada de França e outra de Holanda que andavam no mar e, possivelmente, viriam atacar a Ilha.

Os boatos, porém, continuavam fervilhando e entre eles o de que havia rei novo e português.

Procurado, logo depois do desembarque, por Frei Diogo das Chagas, seu grande amigo, Francisco de Ornelas comunicou-lhe, sob rigoroso sigilo, a notícia de já estar aclamado rei D. João IV e que vinha encarregado de conseguir a rendição do Castelo de S. Filipe, mas que muito convinha não pôr de sobreaviso o mestre de campo, D. Alvaro de Viveiros, governador daquela Fortaleza.

Para se assentar sobre a melhor forma de conseguir a rendição, de harmonia com as instruções que trazia, devia o capitão-mór reunir-se com o Corregedor, Diogo Botelho, com o capitão-mór de Angra, João de Bettencourt de Vasconcelos e com o provedor da fazenda, Agostinho Borges de Sousa, para os quais trazia cartas de El-Rei.

Segundo as mesmas instruções procuraria conseguir a rendição pacificamente para o que trazia dois planos que seriam

patentes nessa reunião e, depois de discutidos, escolhido aquele que fôsse julgado mais eficiente.

Um dos planos consistia em convocar o Governador do Castelo, D. Alvaro de Viveiros, para uma reunião em que lhe entregaria um maço de cartas, em nome de Filipe III, nas quais se dizia ser necessario aprestar o Castelo para se defender das esquadras francêsa e holandêsa que andavam no alto mar e aquele rei presumia pretenderem atacar esta Ilha. Com este pretexto convenceria D. Alvaro a reforçar a guarnição da Fortaleza com 200 ou 300 homens aos quais seria empresa fácil a tomada do Castelo.

O outro plano consistia em oferecer valiosas mercês a D. Alvaro de Viveiros, ao seu tenente e alferes.

Frei Diogo das Chagas fez saber a Francisco de Ornelas que o corregedor falecera havia tres mêses e discordou dos planos para a tomada do Castelo. Quanto ao primeiro, julgava melhor, no caso do Governador do Castelo comparecer à reunião, prende-lo. Quanto ao segundo plano, não acreditava que desse resultado. Frei Diogo manifestou ainda a sua estranhesa por o capitão-mór não ser portador de cartas para as Câmaras, pedindo a aclamação do novo rei e perguntou-lhe se estava autorizado a substituir o corregedor falecido por outra pessoa. Francisco de Ornelas respondeu que estava autorizado a fazer a substituição mas que ainda não fizera a escolha.

Na tarde deste dia Francisco de Ornelas teve nova conferência com Frei Diogo das Chagas na cela daquele religioso, no convento, tendo sido resolvido de comum acordo efectuarem nova reunião no dia seguinte na residência do capitão-mòr, juntamente com o pai dêste, para assentarem na pessoa que deveria substituir o corregedor falecido.

No dia seguinte, 8 de Janeiro, quando Frei Diogo procurou o capitão-mòr, na sua residência, soube que êle havia partido de madrugada para a Cidade.

Aconselhado por seu pai, resolveu escolher o capitão João Espínola da Veiga, parente de sua esposa, que fazia parte da guarnição do Castelo, para substituir o corregedor.

Muito cedo entrou em Angra F. de Ornelas e dirigiu-se logo para a residência do capitão Espínola, na Rocha, hoje Rua do

Principe de Mónaco, tendo convocado o capitão-mòr de Angra, João Bettencourt de Vasconcelos e o provedor da fazenda, Agostinho Borges de Sousa, a reunirem-se com ele. Este ultimo, porém, não comparceu—o que foi considerado de mau agouro para o exito da conferência—tendo-se ausentado para uma quinta que possuia nos arredores da cidade.

Francisco de Ornelas, vendo falhada esta parte do plano e temendo que Agostinho Borges de Sousa avisasse o Mestre de Campo das diligencias a que procedia, mandou chamar D. Pedro Ortiz de Melo, alferes do Castelo e tambem seu parente – era filho de mãi portuguêsa – e que morava na R. da Oliveira, para o encarregar de levar ao conhecimento do seu chefe as propostas de mercês que D. João IV lhe faria, bem como ao tenente Juan Hernandez Herrera e a êle, alferes, pela entrega pacífica da Fortaleza. D. Pedro Ortiz logo se dirigiu ao Castelo a apresentar as propostas a D. Alvaro de Viveiros o qual não as aceitou e resolveu mandar prender Francisco de Ornelas na madrugada seguinte.

Ou porque tivesse sido avisado ou por suspeita do que planeava, a seu respeito, o Mestre de Campo, Francisco de Ornelas abandonou a casa de João Espínola, durante a noite, dirigindo-se para a Praia onde chegou na manhã do dia 10 com a certeza de terem falhado em absoluto os planos.

Logo que chegou à Praia teve conhecimento de que uma patrulha castelhana tinha ido a casa do capitão Espínola para o prender e que, não o tendo encontrado, seguira até S. Bento em sua perseguição. Falhada esta tentativa de prisão, D. Alvaro de Viveiros escreveu a Francisco de Ornelas convidando-o a ir ao Castelo porque, tendo ido visita-lo á residencia do capitão Espínola, já o não encontrara e desejava, por seu intermedio, saber novas de El-rei.

É estranho o procedimento do capitão João Espínola da Veiga porque estando a soldo dos castelhanos permitiu que em sua casa se tratassem assuntos da natureza dos que Francisco de Ornelas fôra lá tratar. Não menos estranho, porém, é o procedimento do Mestre de Campo que continuou mantendo-o ao serviço.

Chegando à Praia, Francisco de Ornelas procurou o seu confidente Frei Diogo das Chagas para lhe comunicar o insucesso da

sua missão e tratar da sua segurança, pois D. Alvaro de Viveiros certamente envidaria todos os esforços para have-lo às mãos e, díssimulado como era, não engeitaria qualquer processo de o conseguir.

Frei Diogo das Chagas foi de opinião que o melhor era fazer-se imediatamente a aclamação de D. João IV na Praia ou, pelo menos, dar a conhecer aos capitães da Vila o que se passava para serem tomadas algumas providências que frustrassem os intentos do Governador do Castelo no caso de tentar mandar prender o capitão-mór.

Nesta reunião foi tambem resolvido que Frei Diogo das Chagas se dirigisse à Cidade para, o mais dissimuladamente possivel, colher noticias do que là se passava. Chegando a Angra, logo soube que D. Alvaro pedira à Camara, com o pretexto de estar iminente um ataque à Ilha pelas esquadras holandêsa e francêsa, várias provisões para o Castelo entre as quais uma grande quantidade de lenha e duzentas pipas de água para deitar na cisterna; que mandara retirar grande parte da polvora do castelo de S. Sebastião para o de S. Filipe. Soube tambem das diligencias feitas pelo Mestre de Campo para inutilizar o castelo de S. Sebastião, arrasando-lhe as muralhas até ao nivel das baterias, o que não foi consentido pela Camara.

Quanto aos fornecimentos encontrou facilidades da parte do feitor Pedro de Lagar e do provedor da fazenda Agostinho Borges de Sousa, já o mesmo não acontecendo com a Câmara que dificultava ou negava, com vários pretextos, a satisfação das requisições. De tudo quanto se passava em Angra ia Frei Diogo das Chagas dando conhecimento a Francisco de Ornelas.

A 11 dirigiu-se para a Praia com o firme propósito de persuadir o Capitão-mór a informar a respectiva Câmara do que se passava e a abrir a carta destinada ao Corregedor. Francisco de Ornelas, cônscio das tremendas responsabilidades que sobre ele pesavam, e temendo que qualquer atitude que tomasse não fosse do agrado de El-Rei, falhados os planos que estava autorizado a pôr em pratica, mas sem qualquer autorização que lhe permitisse tomar outras iniciativas, opunha-se a estas sugestões, acabando por resolver dirigir-se a Lisboa a informar o Rei do que se pas-

sava e solicitar novas instruções, o que não conseguiu por falta de embarcação.

No entanto e, em resultado de conferência havia entre o capitão-mòr e os capitães da ordenança, já tinha sido resolvido montar guarda e estabelecer rondas, patrulhas e postos de vigilância na Vila para prevenir qualquer cilada que D. Alvaro de Viveiros tentasse.

Depois de se ter preparado para resistir a um cêrco, abastecendo o Castelo, nas quantidades que lhe foi possivel obter — pois a Câmara de Angra contrariava tanto quanto podia aquele desejo — de vinho, carne salgada, azeite, toucinho, arrôz, trigo, água e lenha, resolveu D. Alvaro de Viveiros comunicar ao seu rei o estado em que se encontrava a Ilha, enviando cartas para Sevilha e para a Corunha. Com estas comunicações desejava mandar tambem cartas das câmaras da Ilha reafirmando a sua vassalagem a Sua Magestade Católica. Com êste intuito dirigiu cartas às câmaras da Praia e de S. Sebastião solicitando-lhes reafirmassem a sua fidelidade. Estas Câmaras, embora cortezmente, escusaram-se a satisfazer êsse desejo, dando como principal razão a de que não viam motivo especial para o fazer. Quanto á câmara de Angra, o Governador do Castelo convocou os respectivos oficiais a uma reunião tendo conseguido o seu fim pois se êles não anuissem com certeza teriam ficado presos. Foi portador das cartas o padre castelhano Guizarro, a que adiante teremos de nos referir.

O capitão-mór da Praia, tendo necessidade urgente de relatar os acontecimentos para a Côrte de Lisbôa e de pedir novas intruções, apresou uma caravela que de Angra tinha ido á Praia carregar trigo pertencente á Fazenda e fê-la seguir para Lisbôa a 16 de Fevereiro. A êste episódio nos referiremos noutro capítulo.

Como até ao dia 20 de Março nada se tivesse sabido àcêrca da caravela que partira da Praia em 16 do mês anterior e como de um momento para outro podia chegar o socorro para o Castelo, pedido havia mais de um mês, Frei Diogo das Chagas voltou a insistir com Francisco de Ornelas para que fôsse aclamado D. João IV na sua capitania. O capitão-mòr concordou e Frei Diogo das Chagas logo no dia 21 se dirigiu para Vila de S. Sebastião, de pleno acordo com Ornelas, afim de preparar idên-

tico acto naquela localidade, onde contava com sólidas amizades e tinha um parente fazendo parte da edilidade daquela Vila.

Nova tentativa para se obter a rendição do Castelo

Francisco de Ornelas, antes de proceder à aclamação, ainda fez mais uma tentativa para obter a rendição do Castelo sem luta. Encarregou o Prior do Convento da Graça, Frei João da Purificação, de oferecer a D. Alvaro de Viveiros, de quem era confessor, em nome de El-Rei D. João IV, o titulo de conde com dez mil cruzados de renda pela entrega do castelo. Ao Prior, no caso de terem êxito as suas diligências, ser-lhe-ia dado o Bispado de Angra como prémio.

A 22 dêste mês de Março dirigiu-se o Prior da Graça ao Castelo para se desempenhar da sua missão perante o respectivo Governador. Foi recebido com grande deferência e ouvidas sem manifestações de espanto, surpreza ou ira as propostas às quais retorquiu D. Alvaro que tambem desejava fossem concedidas mercês ao seu tenente e alferes. Desejava, tambem, o Governador do Castelo que as propostas lhe fossem apresentadas em carta. Ficou, pois, resolvido que o Prior iria tratar o caso com Francisco de Ornelas, voltando no dia seguinte ao Castelo munido das cartas com a confirmação das propostas de mercês.

No dia seguinte, como D. Alvaro estranhasse a demora do Prior da Graça, mandou-o chamar com a recomendação de que não esquecesse as cartas. O Prior apressou-se a subir, mais uma vez, ao Castelo levando consigo as cartas, entre as quais algumas de Estevão Borges para o capitão-mór da Praia em que manifestava o seu portuguesismo. D. Alvaro leu atentamente todas as cartas, mandando logo reduzir a auto o seu conteúdo dizendo que em tão grave assunto tudo devia ficar bem esclarecido, fez Frei João jurar que as cartas eram dos próprios que as assinavam e em seguida mandou encerra-lo na prisão.

Depois mandou recado a Estevão da Silveira Borges para que fôsse ao Castelo «o que muito importava ao serviço de El-Rei». Contra os conselhos de vários amigos seus, que conheciam o caracter dissimulado de D. Alvaro, Estevão Borges resolveu dirigir-

se ao Castelo, fazendo-se acompanhar de Pedro de Carvalho, ou Carvalhal, de alcunha o «Galego», «homem de sua casa», tendo ficado os dois prisioneiros. Ambos morreram durante o cêrco em consequência do mau tratamento. O mesmo sucedeu ao Prior da Graça que, sòmente durante poucas horas antegozou as alegrias da esperança de um bispado. E, na prisão onde morreu, chagado e coberto de parasitas, dispôz de certo de bastante tempo para meditar em como são fugases as glórias terrenas.

Não devemos esquecer, porém, que foi tambem vítima do seu patriotismo e da sua boa fé, merecedor portanto das nossas homenagens.

Aclamação de D. João IV na Vila da Praia

Vendo falhadas todas as tentativas para a rendição do Castelo, Francisco de Ornelas resolveu proceder á aclamação de D. João IV, no Domingo de Ramos, 24 de Março de 1641, depois das conferências que teve com os capitães e a nobreza da Vila e dos insistentes conselhos de Frei Diogo das Chagas.

Em seguida à missa do dia foi organizado um cortejo, junto à Igreja Matriz, em que se encorporaram os clérigos, a nobreza da Vila e os frades franciscanos. Por entre grande multidão, que manisfestava exuberantemente o seu regosijo, o cortejo percorreu as ruas da Vila e «outros lugares públicos» soltando o capitão-mór o brado de *Real, Real, Real por D. João IV, Rei de Portugal.* Terminou êste acto publico e solene junto á Câmara.

Nesse mesmo dia Francisco de Ornelas comunicou à Câmara de Angra o facto, solicitando-lhe procedesse tambem à aclamação do novo rei.

Aclamação nas restantes Ilhas do Arquipélago

Os capitães-móres encarregaram o fidalgo Vital Betencourt de Vasconcelos de ir ás Ilhas de S. Jorge, Graciosa, Pico e Faial levar a noticia dos acontecimentos da Terceira, promover a aclamação de D. João IV naquelas ilhas e obter o auxilio possível, especialmente em armas e munições.

Tendo conseguido levar a cabo com êxito a sua missão, regressou a Angra com o socorro obtido, depois de ter encarregado de ir á Graciosa, com a mesma missão — com o fim de se não demorar muito — Constantino Pais Sarmento, o qual encontrou as maiores facilidades naquela Ilha.

A S. Miguel foi enviado o Padre António Mendes de Vasconcelos que não conseguiu fôsse feita a aclamação naquela Ilha por o Conde de Vila Franca, e as Câmaras, os capitães e a nobreza, em reunião convocada para o efeito, terem resolvido aguardar carta de El-Rei a comunicar-lhes a sua subida ao trono e a solicitar-lhes a sua aclamação. Foi, porém, facultado auxilio que constou de pólvora, munições, e farinha bem como a promessa de maior socorro.

Foi ainda enviado àquela Ilha um novo emissário, o Padre Agostinho Paim, o qual obteve a mesma resposta.

Poucos dias depois desta diligência chegaram a S Miguel as cartas de D João IV e logo as autoridades da Ilha procederam á aclamação com toda a solenidade, no dia 19 de Abril.

Só mais tarde, pela distância a que se encontram e pelas condições do mar na quadra que se atravessava, foi possivel comunicar ás ilhas do Corvo e das Flores a subida ao trono de D. João IV para ser feita a respectiva aclamação. Esta ulitma Ilha mandou algum auxilio para o cêrco ao Castelo.

Apresamento dum navio pelos Castelhanos

Quando começaram as hostilidades estavam no porto de Angra dois navios, além de uma caravela varada no Porto de Pipas. Um desses navios, um patacho de 100 toneladas que se destinava ao Brasil — estava carregado com 39 moios de trigo e 30 pipas de vinho, além de outras mercadorias em pequena quantidade.

Este patacho estava ancorado a menos de dez braças da cortina de Santo António, próximo do forte denominado dos Dois Paus (Maldonado).

Os dirigentes da guerra tinham pensado em afunda-lo ou cortar-lhe as amarras para que ele encalhasse, em vista da dificul-

dade de o retirar do ancoradouro sob o fogo do forte. Para o afundar não se dispunha ainda de artilharia, em posição, que tivesse alcance para o atingir. Não lhe foram mandadas cortar as amarras por as noites estarem claras, havendo o perigo de serem atingidos os encarregados dessa missão, quer se deslocassem a nado, quer de barco.

O certo é que o patacho continuou no seu ancoradouro e a única providência tomada foi o seu abandono pela tripulação.

Os castelhanos, sabendo certamente de que constava o carregamento do navio, resolveram toma-lo, tanto mais que o trigo lhes era precioso e, para o moer, não faltavam atafonas no Castelo.

O Padre Maldonado, no seu precioso manuscrito, conta-nos como procederam os espanhois ao apresamento.

No dia 28 de Março dois castelhanos dirigiram-se a nado para bordo do navio levando consigo uma corda para com ela puxarem os cabos necessários à manobra que estava projectada. Uma vez a bordo cortaram as amarras ao navio ao mesmo tempo que lhe passavam um cabo ligado a um cabrestante em terra. Livre o navio das suas amarras os espanhois alaram-no, com o auxilio do cabrestante, a um plano inclinado natural que existe junto ao forte dos Dois Paus, onde ficou encalhado. Em terra tinha sido montado um guindaste com que se procedeu á descarga do patacho.

Dos redutos do Matadouro e da Alfandega foram feitos, segundo Sotto Mayor, 11 tiros de peça sobre o navio que o não atingiram por falta de alcance da artilharia que então estava montada nesses redutos.

Não nos diz Maldonado, nem qualquer outro cronista, o fim que teve o navio mas é facil de supôr que teria sido destruido pelo mar. E, talvez, alguma da sua madeira tivesse servido para aquecer a guarnição da Guarita de Água pois algumas vezes soldados castelhanos desse posto foram apanhar lenha ao Portinho Novo.

E os nossos tambem lá foram para lhe lançar fogo quando a viam já junta pelo inimigo para ser transportada logo que as circunstâncias permitissem.

Tumultos em Angra

Em Angra, o Castelo dominando a Cidade com as suas muralhas altaneiras, eriçadas de canhões, impunha respeito e temor aos menos animosos. A sua guarnição, a despeito de não ser muito numerosa, tinha a comanda-la uma vontade férrea e admitiam-se as possibilidades de auxilio da poderosa Espanha, que não desejaria perder uma posição no Atlântico que condicionava todo o comércio das Indias Ocidentais e Orientais. A todas estas razões acrescentava-se ainda o receio, aliás justificado, de ver a Cidade arrasada. As opiniões estavam, portanto, divididas.

As camadas populares, grande numero de frades e padres, e alguns nobres, eram de parecer que se procedesse á aclamação, mas havia uma forte corrente de parecer contrário. Os ânimos andavam, pois, excitados, as opiniões divididas e êste estado da população mais se exacerbou ao haver conhecimento da aclamação na Praia Reuniam-se grupos pela calada da noite em que o assunto era discutido nem sempre com a cautela que a prudência aconselhava.

No Castelo de S. Sebastião havia uma pequena guarnição, dispondo de pouca pólvora, visto D. Alvaro de Viveiros ter mandado retirar de lá 16 barris, quando tomou as disposições para se encerrar no Castelo de S. Filipe no caso de a população se revoltar.

Continuavam a ser montadas guardas, fornecidas pela guarnição castelhana, no Porto de Pipas, no Portão do Cais, na Prainha, no Portinho Novo, na Guarita de Água — junto ao Tanque do Azeite — e no Fanal.

No Domingo de Ramos D. Alvaro de Viveiros mandou recolher ao Castelo todas estas guardas com excepção das do Portão do Cais e da Guarita de Àgua com um efectivo total de 25 homens.

Pelas dez horas da noite de Domingo de Ramos encontrava-se um numeroso grupo na Rua Isabel Gonçalves — hoje dos Minhas Terras — discutindo o assunto da aclamação. Dêsse grupo faziam parte os irmãos tanoeiros, de alcunha os Minhas Terras, que deram o nome actual á referida rua — e eram dos mais exaltados

e audazes partidarios de D. João IV — Mateus de Azevedo, Manuel Rodrigues, o Altareiro da Sé e dois irmãos seus, o livreiro Gaspar de Carvalho, aos quais se juntou o Padre Gonçalo F. de Córdova. Discutiam os acontecimentos, especialmente a demóra da aclamação na cidade, e estranhavam a ausência do fidalgo António Pires do Canto, o caudilho do grupo, e de Henrique Moniz.

Passaram dois soldados castelhanos, de ronda, um armado de pique e o outro de mosquete e perguntaram «quem vive» ao que os nossos responderam «amigos». Os Castelhanos retorquiram chamando-lhes «Antonistas» e proferindo algumas bravatas. Bartolomeu Dias, que se tinha juntado ao grupo, ergueu um viva a D. João em resposta ás bravatas dos castelhanos. O soldado armado de mosquete conseguiu dìsparar dois tiros, sem que acertasse em pessoa alguma. Os nossos perseguiram logo os soldados, que fugiram, não sem que um deles levasse duas cutiladas na cabeça, tendo ido acolher-se à Guarita da Água

Dispersaram-se logo os portuguêses e no dia seguinte António do Canto, os Minhas Terras e Manuel Rodrigues ainda apareceram na Cidade, mas constando-lhes que o Governador do Castelo os pretendia mandar prender, foram para a Praia.

Por êste tempo já a Câmara de Angra tinha montado uma guarda á Cidade, constituida por uma companhia da ordenança que, por não ter ainda corpo da guarda próprio, se instalava na Câmara. Havia já tambem uma companhia de guarda aos portões de S. Bento e outra no Castelo de S. Cristóvão, que a Câmara tinha tambem ordenado se constituissem, com o pretexto de se defender da Praia, mas com o fim de se precaver contra qualquer surpreza vinda do Castelo de S. Filipe.

Segundo o Padre Sotto Mayor, quem levantou os primeiros vivas a D. João IV em Angra, foram os presos da cadeia, em terça-feira 26 de Março, ao passarem por ali uns soldados castelhanos. Foram mandadas encerrar, por êsse motivo, as portadas das janelas e iniciado um inquerito para se descobrir o cabeça do motin.

Na tarde de terça-feira, 26 de Março, voltou Antonio Pires á Cidade e na quarta-feira, pela manhã andou a passear pela Praça.

Sabendo disto, D. Alvaro de Viveiros mandou o sargento

Russillon, com 6 soldados «dos mais alentados» armados de mosquetes e pistolas, para efectuarem a prisão de António Pires do Canto.

Estava de guarda nesse dia a companhia do capitão Jerónimo da Fonseca a quem o sargento Russillon foi pedir auxílio para efectuar a prisão, tendo antes disposto parte dos seus homens na embocadura da Rua da Sé.

O capitão, porém, respondeu que não tinha instruções que lhe permitissem prestar o auxílio pedido, pelo que resolveram dirigir-se os dois à residência do capitão-mór de Angra, João de Betencourt de Vasconcelos — que morava numa casa situada onde hoje existe a residência do Snr. Dr. Candido Forjaz—para ele resolver o caso. Estavam já os dois a poucos passos da casa do capitão-mór, quando Mateus Garcia, em alta voz, se dirigiu aos soldados da guarda dizendo: «então deixam prender o comandante da guarda?» Imediatamente se estabeleceu tumulto, com grande gritaria, e se ergueram vivas a D. João IV. O capitão Jerónimo da Fonseca regressou logo para o Corpo da Guarda, tendo-se os castelhanos lançado a correr em sua perseguição. Em face da multidão, que já enchia a Praça, desistiram os soldados na perseguição e dispararam as armas tendo sido ferido num braço o alferes Manuel Gonçalves Carvão, que entrava de guarda, resultando-lhe dêsse ferimento deformidade permanente. Os ânimos mais se exaltaram, tendo-se desembainhado muitas espadas. Quando Mateus de Azevedo perseguia um espanhol, foi ferido com uma estocada, não afrouxando, a despeito do ferimento, a perseguição. Um dos castelhanos foi tão gravemente ferido, que morreu. Dos outros, dois fugiram em direcção a S. Francisco e foram presos juntamente com outro que não tomara parte no conflito e se chamava Delgadilho e os tres restantes conseguiram fugir para o corpo da guarda do Portão do Cais descendo a Rua de Santo Espírito.

Várias pessoas começaram a incitar a multidão para atacar a guarda do Portão do Cais. Parece que alguem avisou os castelhanos e eles resolveram abandonar o posto, dirigindo-se para a Guarita de Água, não sem que tivessem desarmado alguns portugueses que encontraram pelo caminho

Depois dêstes soldados castelhanos se terem acolhido á Guarita de Água foram disparados dois tiros de artilharia do Castelo um dos quais matou na Praça um soldado, de ofício pedreiro, chamado Elias de Alafão e uma velha que tinha vindo da Igreja de S. Francisco e se ia recolher ao Corpo da Guarda.

Quartel dos Castelhanos casados

O Castelo de S. Filipe tinha neste tempo uma guarnição de 500 homens além de vários outros servidores para as oficinas de fabrico de balas, de ferreiro, de carpinteiro, para o serviço das atafonas, etc. Dispunha de 160 peças de artilharia, quási todas de bronze, algumas das quais lançavam balas de mais de 36 arrateis, ou sejam cêrca de 16,5 quilos.

Se não todos, a maioria dos soldados eram casados mas, como não havia alojamentos no Castelo para essas famílias, êles tinham as suas residências nas ruas da Cidade mais próximas do Castelo e a êsse conjunto de ruas e respectivas moradias chamava-se «quartel». Pertencendo ao Castelo havia, também, a Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova e, junto a ela, o hospital. Mais próximo do Castelo existiam, como ainda hoje existem, um tanque com chafariz conhecido por Tanque do Azeite, em forma de sector circular, um outro, rectangular, mais pequeno, com duas bicas e uma pequena casa — Guarita de Água» — nas imediações, que servia de corpo da guarda aos soldados que exerciam vigilância sobre os referidos tanques, pois que a água que os abastecia era destinada ao consumo do Castelo, embora lá existisse uma grande cisterna e três no Monte Brasil, além de, pelo menos mais três depósitos para receberem água que mana das rochas daquele monte.

O «quartel» compreendia uma parte da rua, actualmente denominada de Nicolau Anastácio de Betencourt, — Rua do Pintor —, entre a Rua da Oliveira e as Ruas do Mota e da Boa Nova, sendo limitado a Leste pela Rua D. Afonso VI, nêsse tempo chamada dos Canos Verdes e ainda hoje conhecida por este nome. Apesar daquela designação nem todas as casas da zona conhecida por «quartel» eram ocupadas por famílias de soldados.

O Padre Leonardo de Sá Sotto Mayor referindo-se ás primeiras posições tomadas pelas forças portuguêsas no cêrco ao Castelo diz... «e marchando com toda a pressa se plantaram nas bocas das ruas que iam para o Castelo deixando fechados os Castelhanos no seu «quartel». Essas «bocas de ruas» eram: — no Alto das Covas; provávelmente na Rua Serpa Pinto; «nos cantos das casas de D. Rodrigo» (actualmente Recreio dos Artistas); na Rua dos Canos Verdes (para barrar uma travessa que já hoje não existe e que ligava esta rua com a da Boa Nova, cruzando com a Travessa do Moreira); na Rua da Oliveira e na Rocha.

Frei Diogo das Chagas, referindo-se ao mesmo facto, diz:... «tomando-lhes as bocas das ruas, e os fizeram recolher ao «quartel», onde está a sua Ermida da Nossa Senhora da Boa Nova, e em que se fizeram fortes»...

Numa relação anónima coeva, ainda sobre o mesmo assunto, afirma-se: «marcharam em direcção ao «quartel» tomando logo as embocaduras das ruas que vão dar ao Castelo fazendo trincheiras». Ainda em outra relação anónima encontra-se referência ao mesmo facto, que se ajusta á do Padre Sotto Mayor.

O Padre Cordeiro, na sua História Insulana, descrevendo as ruas da cidade diz:... «em décimo lugar vão ainda várias ruas com menos ordem desde o cimo do Portinho Novo para o Norte as quais chamam «quartel», por aqui se alojarem os soldados do Castelo Grande quando todos nele não moravam; e vai parar êste «quartel» pela banda do Castelo á Boa Nova e mais por baixo ao Convento das freiras de S. Gonçalo até ao dito campo das Covas tudo já fronteiro ao Castelo com só a campanha de entremeio de um bom tiro de mosquete». Ora a nona rua, a que êste autor se refere, é a que ainda hoje é conhecida por rua dos Canos Verdes pelo que se pode deduzir que nas restantes se alojavam os soldados casados da guarnição do Castelo. No entanto o troço da actual rua Nicolau Anastácio de Bettencourt compreendido entre a rua da Oliveira e as «Covas» — actual Largo Dr. Oliveira Salazar — não estava incluído no «quartel» como, álias, se depreende da descrição do Padre Cordeiro. Temos, no entanto, dúvidas sobre se entre o Convento de S. Gonçalo e as «Covas», pelo lado do Poente, havia algumas casas fazendo parte

do «quartel» porquanto há um autor que inclui no «quartel» as «dadas de S. Gonçalo» e, pela carta de Linschoten, verifica-se a existência de casas naquele lugar. É certo que aquela carta é de 1595 e êstes acontecimentos se passam em 1641, isto é, a quarenta e seis anos de distância, o que nos permite supôr tambem que o referido convento já estivesse ampliado ao seu tamanho e traça actual, o que não procurámos averiguar.

Terrenos adjacentes ao Castelo

Os terrenos adjacentes ao Castelo, além das respectiva esplanada, em frente aos baluartes voltados a Norte, isto é, entre o Torreão da Bandeira, no Baluarte da Boa Nova, e o Baluarte de Santa Catarina, sôbre a Baía do Fanal, consistiam em terras lavradias utilizadas para culturas cerealíferas e hortas, estas mais especialmente no sitio onde actualmente existe o campo de Jogos da Cidade e nas terras em que, ainda hoje, elas se cultivam. Existia, tambem, pelo menos, um laranjal pertencente a D. Rodrigo Lobo, pois os cronistas a ele se referem.

A rua, hoje denominada Tomé Belo de Castro, não existia, bem como a Rua do Castelo. E calcula-se que esta não devia existir não só por não figurar na carta de Linschoten, como ainda porque, a existir tinha exigido a colocação de um posto de combate na sua embocadura, ou noutro local, para impedir a infiltração do inimigo na Cidade por ali, o que se não verificou.

Assim, o relevo do terreno, naquele tempo, seria muito diferente do actual. Quanto ao Relvão, não existiam as paredes que o limitam, como só muitos anos mais tarde foi construida a muralha de defesa da Baía de Angra. Neste tempo só havia um pequeno troço de muralha defendendo a Alfandega e outro desde o Boqueirão do Cais, onde havia as bicas em que os navios se abasteciam de água, até ao antigo Matadouro, que era situado próximo e a Noroeste da actual Moagem Terceirense.

Os terrenos, a que acima nos referimos, eram divididos com muros de pedra solta ou com sebes de canas, «paredes de canas,» como diziam os cronistas do cêrco ao Castelo.

Aproveitando os pequenos acidentes dêste terreno, que pou-

cos e de pequeno relevo seriam, o abrigo dos muros ou o mascaramento que proporcionavam as divisorias de canas, as patrulhas de um e outro lado mostravam-se cotidianamente activas, procurando fazer prisioneiros, destruir trincheiras e redutos, cavando abrigos para emboscadas, etc. Outra actividade, essa dos soldados castelhanos, sòmente, era a colheita de hortaliças, legumes, cebolas, etc., nas hortas.

E assim, com estas acções na «terra de ninguem» e os bombardeamentos da artilharia assestada nas muralhas do Castelo ou nos nossos redutos se ia alimentando a luta.

Dessas acções de patrulhas, algumas merecem destaque pelos resultados obtidos, pelo número de homens que nelas tomaram parte ou ainda pela sua finalidade. A essas, ás mais destacadas, sòmente, nos referiremos para não alongar com episódios de pequena monta, esta narrativa.

ESTABELECIMENTO DO CERCO

Primeira fase das trincheiras

Após os tumultos na Praça, provocados pela tentativa de prisão de Antonio Pires do Canto, os capitães da ordenança mandaram tocar a rebate para reunirem as suas companhias, marchando depois a ocupar os seguintes postos que barravam as vias de acesso ao Castelo:

Capitão Constantino Machado, nas «Covas», defendendo S. Pedro e Santa Luzia;

Capitão João de Avila, na Rua do Deão Lopo Gil Fagundes;

Capitão João Teixeira de Carvalho, ao canto das casas de D. Rodrigo Lobo;

Capitão Vital de Betencourt Vasconcelos, na Rua da Oliveira;

Capitão Baltazar da Costa Pereira, no Cruzeiro da Rocha, entre os cruzamentos das Ruas de D. Afonso VI e de Jesus com a referida Rocha;

Alferes Manuel Gomes, com 20 soldados da companhia do

capitão Vital de Betencourt, na Rua dos Canos Verdes, na embocadura da travessa já referida no capitulo anterior.

Tanto o Padre Sotto Mayor, como o autor de uma Relação anónima que temos seguido, são concordes quanto aos locais ocupados e comandantes das companhias que os ocuparam, mas Frei Diogo das Chagas, quando se refere ao posto do capitão João de Avila, chama-lhe Rua Nova de S. Gonçalo. Como não tinhamos elementos que nos permitissem situar a Rua do Deão Lopo Vaz Fagundes e como, por outras razões, já estavamos convencidos que aquele capitão se estabelecera na embocadura da rua actualmente denominada de Serpa Pinto, decidimo-nos a optar por aquela localização.

Este autor ainda cita os capitães João Pacheco de Vasconcelos, Francisco do Canto da Câmara e Galaor Borges da Costa como fazendo, respectivamente, parte dos postos dos capitães João de Avila, Vital de Betencourt e Baltazar da Costa Pereira.

Os castelhanos, por sua vez, ocuparam as embocaduras das ruas que do seu quartel conduziam á Cidade e procederam á evacuação das moradias fazendo recolher ao Castelo as famílias e os móveis que lhes foi possivel transportar, após o que incendiaram algumas das casas.

As nossas forças interferiram nesta operação ao mesmo tempo que procuravam melhorar as suas posições, erguendo barricadas com pipas, pedras, couros, etc., nos locais que ocupavam.

Nesta noite os castelhanos lançaram vários ataques aos nossos postos.

Um dêsses ataques, levado a efeito por uns 80 homens, parece que tinha por fim atingir a casa do alferes D. Pedro Ortiz de Melo, na Rua da Oliveira, fazendo esquina para a R. de Jesus, através de uns quintais, para de lá retirar o que fôsse possivel pois a família daquele oficial tinha recolhido ao Castelo. Impediu esta operação a companhia de Baltazar da Costa Pereira.

Segundo a opinião do Dr. Henrique Braz, as «casas de D. Rodrigo Lobo,» então ausente da Ilha em serviço de Castela, de que era parcial, são hoje a séde da Sociedade Recreio dos Artistas.

Quanto ao posto ocupado pelo capitão João de Avila, que uns cronistas situam na Rua do Deão Lopo Gil Fagundes, outros

aos Quatro Cantos ou ainda na Rua Nova do Mosteiro de S. Gonçalo, como afirma o Padre Maldonado, calculo que tivesse sido, nêste primeiro dia de luta, no cruzamento da actual Rua de Serpa Pinto com a Rua Nicolau Anastácio. O Padre Maldonado quando narra os acontecimentos dêste primeiro dia, ao indicar os vários postos ocupados, começa pelas «Covas» e termina na Rocha. Além disso, tendo nós procurado situar a Rua do Deão, consultámos algumas relações de confissões da freguesia da Sé, relativas aos anos mais próximos, embora posteriores, da data em que se passaram êstes acontecimentos. Chegámos á conclusão de que a actual Rua do Conselheiro Nicolau Anastácio teve, naquele tempo, vários nomes conforme o troço de que se tratava. E assim, da Rocha aos Quatro Cantos chamava-se do Pintor, etc. Um dêsses troços, possivelmente, seria a Rua do Deão Lopo G. Fagundes ou Rua Nova do Mosteiro de S. Gonçalo. A situação dos restantes postos é facil de ser determinada ainda hoje, de harmonia com a descrição do Padre Maldonado. Assim sendo, só ficaria por guarnecer aquele troço da Rua Nicolau Anastácio, fronteiro ao Convento de S. Gonçalo, onde, julgamos, se estabeleceu, em 27 de Março, o capitão João de Avila com a sua companhia, pois se existia uma Rua Nova do Mosteiro de S. Gonçalo seria, certamente, junto ao Mosteiro, mas podia tambem ser a actual Rua de Serpa Pinto.

É certo que, em frente ao capitão João de Avila e ás suas forças, ficava o referido Convento, que não permitia que daquele posto fôssem feitos tiros para o Castelo ou suas imediações e que os «Cantos das Casas de D. Rodrigo» e as «Covas» estavam devidamente guarnecidos e, portanto, em condições de impedirem uma sortida dos castelhanos pela actual rua do Conselheiro Jacinto Cândido da Silva ou pelas «Covas» em direcção á Rua da Sé. Mas podia João de Avila, neste dia, ter uma missão de reserva para acudir a qualquer daqueles pontos que fôsse atacado e, muito especialmente, ao de João Teixeira de Carvalho, «aos cantos de D. Rodrigo», por ser mais vulnerável dada a sua proximidade do «quartel». Dêste posto, como tambem do que se estabeleceu na rua dos Canos Verdes, em frente á travessa que já hoje não existe, não faz menção o Padre Maldonado, mas cita-os o P.e

Sotto Mayor bem como uma das Relações Anónimas que consultei e se referem mesmo a um forte ataque inimigo lançado por essa travessa em que houve necessidade de reforçar os defensores daquele posto.

Quanto ao facto de nalguns relatos se atribuir, nêste dia, o posto dos Quatro Cantos ao capitão João de Avila, julgo ser confusão, porque estas primeiras posições tiveram uma duração efémera e já na quinta-feira as nossas forças tinham avançado, após a acupação do «quartel dos castelhanos casados». Mas mesmo que assim não tivesse sucedido, na quarta-feira de Trevas as nossas forças não se podiam ter estabelecido nos Quatro Cantos a não ser que tivessem tomado êsse ponto aos castelhanos, que o ocupavam por estar incluído no seu quartel. Só no dia seguinte, com a chegada das companhias da Praia, foi possivel conquistar o «quartel».

Todos êstes postos foram guarnecidos com peças de artilharia que, Francisco de Castro — mais tarde nomeado capitão da artilharia — e Pedro Alvernaz reuniram, tendo êste ultimo trazido algumas de S. Mateus com grande dificuldade pela falta de quem aparelhasse e conduzisse os carros de bois necessários para o seu transporte.

Ainda nesta noite o Governador do Castelo fez uma tentativa para voltar a estabelecer a guarda no cais, enviando com êsse fim o sargento Linhares que desceu parte da rua da Oliveira para transmitir êsse desejo do seu chefe. O capitão Vital de Betencourt, o jesuita Abreu e o P.e Monteiro opuzeram-se a êsse intento bem como Luiz Pereira e outras pessoas.

Como ficou dito, os castelhanos lançaram vários ataques nêste dia e á medida que ia anoitecendo — e a noite foi muito escura — o fogo do Castelo, tanto de artilharia como de mosquetes e arcabuzes, foi aumentando de intensidade. Foram mais fortemente atacados os postos de Baltazar da Costa Pereira, o do capitão João Teixeira e o do alferes Manuel Gomes que teve de ser socorrido pelo seu capitão Vital de Betencourt e pela companhia da Ribeirinha, comandada por Pedro Jaques, que foi a primeira das existentes nas freguesias rurais a chegar á Cidade. Tambem foi atacado o posto do capitão João de Avila.

Nesta tarde foi designado Mateus de Távora para ir á Praia prevenir o capitão Francisco de Ornelas do que ocorria na Cidade e solicitar-lhe socorro para o cêrco ao Castelo.

Tambem na tarde dêste dia foi retirada a polvora da torre onde se encontrava arrecadada, na travessa da Saúde, passando a ser guardada no Colégio dos jesuitas, a cargo do licenciado Manuel Braz Preto.

Das três para as quatro horas da madrugada do dia 28, quinta-feira de Endoenças, entraram na Cidade as Companhias da Praia comandadas pelos capitães Melchior Machado de Lemos, Baltazar Mendes, Manuel do Couto Vieira e Manuel do Canto Teixeira, as quais foram render as que se encontravam no cêrco do Castelo.

Tomada do Castelo de S. Sebastião

Pelas 8 horas da manhã de 28 de Março saiu da Cortina do Monte Brasil um barco com alguns castelhanos, dirigindo-se para o Castelo de S. Sebastião no intuito de encravar a artilharia, para o que transportava verga de aço.

A companhia da Ribeirinha, do comando do capitão Pedro Jaques, foi designada para impedir o acostamento da embarcação, mas muniu-se prèviamente de machados e outros instrumentos com a intenção de tomar de assalto a referida Fortaleza. Não conseguiu impedir os tripulantes do barco de desembarcarem, mas, aproveitando o facto do comandante do Forte, Respenho, se encontrar com a reduzida guarnição na Bateria Baixa, encravando a artilharia, e com o auxilio dum artilheiro português, conhecido por «Caldeirão», que estava de sentinela na guarita sobranceira á poterna, conseguiu penetrar com os seus homens no Castelo e surpreender a guarnição.

O «Caldeirão» fez sinal a Pedro Jaques para se aproximar da porta falsa, que é situada na muralha Oeste, e lançando uma pequena escada a companhia penetrou no Castelo por essa porta préviamente aberta pelo «Caldeirão».

O Respenho, surpreendido pelo ataque inesperado, quando estava encravando as peças, ainda procurou defender-se, mas foi ferido e feito prisioneiro com mais treze dos seus soldados. Sete

fugiram para o Castelo de S. Filipe atravessando a baía a nado, mas dêsses morreram dois afogados. As peças, porém, foram encravadas e a pólvora incendiada pela guarnição antes do Forte ser tomado.

Havia neste Castelo 14 peças quási todas de bronze.

Redutos

Simultâneamente com a construção das trincheiras, foram construídos tambem alguns redutos para montagem de artilharia.

Em quinta-feira, 28 de Março, já existia um próximo do Convento de S. Gonçalo, para bater o Castelo, outro nas imediações da Alfândega e ainda outro nas proximidades do antigo matadouro que era situado aproximadamente junto onde hoje é a fábrica de Moagem Terceirense, terminus da antiga muralha da beira-mar.

Posteriormente, e com o mesmo fim de se bater o Castelo, foram construídos outros redutos guarnecidos com artilharia.

Um dos mais antigos fortes da defesa de Angra era o Castelo de S. Cristóvão, ou dos Moinhos — como era vulgarmente designado — o qual erguia as suas muralhas no local hoje conhecido por Memória por lá se ter erguido o Monumento a D. Pedro IV. O local circunvizinho ainda hoje é vulgarmente conhecido por Castelo dos Moinhos.

Aquele antigo forte dominava o Castelo de S. Filipe por se situar a maior altitude e tinha condições para albergar uma guarnição de certo vulto, como se pode verificar por uma observação atenta da carta de Linschoten. Ainda em 1583, quando da tomada desta Ilha pelas forças de D. Alvaro de Bazan, êste forte estava em condições de defesa, porque êste almirante apressou-se a dirigir-se para Angra, logo após a sua vitória, além de outros motivos para o ocupar, bem como ao castelo de S. Sebastião, antecipando-se ás forças da defesa da Ilha. O Comendador de Chaste tambem fez ao Conde Manuel da Silva a proposta de virem ocupar os fortes de Angra quando as nossas forças retiraram das suas posições de combate. Não obstante Manuel da Silva

não ter aprovado a ideia, de Chaste ainda fez uma tentativa nesse sentido, mas já tardia pois o inimigo antecipara-se-lhe.

Não descortinamos o motivo porque aquele forte não foi utilizado no cêrco ao Castelo de S. Filipe, pois que se construiram alguns redutos que seriam desnecessários se o Castelo de S. Cristóvão estivesse guarnecido de artilharia.

É possivel que, depois de construido o Castelo de S. Filipe, os castelhanos tenham inutilizado aquele, por não quererem guarnece-lo ou com receio de que viesse a ser utilizado contra êles.

Além dêstes foram construidos vários outros, durante o sítio do Castelo, para neles ser instalada artilharia que o batesse, ou para reforçar as defesas das baías do Fanal e de Angra.

António Gomes Peres construiu na Silveira, á sua custa, um reduto que foi guarnecido com cinco peças de artilharia. O alcaide Bartolomeu Gomes de Oeiras abandonou o cargo, «em que ganhava muitos cruzados», para se dedicar sòmente á luta pela rendição do Castelo e resolveu construir um reduto acima de Santa Luzia numas terras de Antão de Faria. Abandonou, porém, êste reduto para construir outro mais próximo do Castelo, mas ainda em Santa Luzia, o qual tambem abandonou, tendo feito um terceiro, abaixo da Igreja, a menor distância da fortaleza. Neste reduto se manteve até ao fim da luta.

Embora não pudessemos ter identificado os locais onde foram construídos êstes redutos calculamos que o último se tivesse situado em terrenos confinantes a Sul com aqueles onde existe hoje o Observatório Metereológico.

Dêste reduto Bartolomeu de Oeiras atingia o caminho de Santo António, no Monte Brasil.

João da Fonseca Chalon instalou artilharia no matadouro, reduto a que já nos referimos e que foi designado pelo nome de S. João.

Os inglêses que aqui comerciavam construiram um reduto acima da igreja de Santa Luzia, em terras de Luiz Pereira. Mais tarde, quando João da Fonseca Chalon organizou uma companhia, á sua custa, os inglêses passaram-se para o reduto do matadouro, abandonando o de Santa Luzia.

Em 7 de Maio foi iniciada a construção de um reduto nas

terras de João de Betencourt, que foi denominado de S. Francisco, ficando a cargo de Miguel do Canto. Situava-se em terrenos da Madre de Deus, próximo ao solar pertencente ao capitão-mór de Angra. Dali se batia bem o Castelo mas o reduto ficava muito exposto aos tiros do inimigo. Nele foi morto, em 19 de Maio, o Padre Manuel Coelho. Era êste reduto artilhado com um grande canhão de bronze que atingia os alojamentos do Castelo e os redutos castelhanos exteriores á fortaleza, especialmente o «reduto grande».

Ocupação do quartel dos castelhanos casados

Como já se disse, as companhias da Praia renderam, no dia 28 de madrugada, as de Angra que na véspera tinham estabelecido o cêrco ao Castelo. Nesta primeira fase do sítio pretendia-se principalmente evitar que o inimigo fizesse qualquer incursão á Cidade. E assim, em face da exiguidade do tempo e dos meios, foi estabelecida uma linha de barricadas descontinua que, partindo da Rocha, se alongava aproximadamente pela Rua dos Canos Verdes até ao Alto das Covas Ficaram, dêste modo, os castelhanos encerrados no seu «quartel», e no Castelo, e barradas as ruas por onde se poderiam infiltrar na Cidade.

Quando se efectuou a rendição das companhias de Angra pelas da Praia, o capitão Melchior Machado foi ocupar o posto do capitão João de Ávila e o capitão Baltazar Mendes estabeleceu-se no canto da casa de D. Rodrigo. Estes dois capitães, reforçados com a companhia do capitão Manuel do Canto Teixeira, atacaram com as forças de que dispunham o «quartel» e o hospital dos castelhanos, os quais foram desalojados, só tendo ficado um velho doente no hospital. O inimigo retirou para a «Guarita de Àgua» e para o Castelo.

As casas que não tinham sido incendiadas pelo inimigo, na quarta-feira, foram saqueadas, tendo sucedido o mesmo ás casas do capitão João Espínola e do alferes D. Pedro Ortiz.

O Padre Sotto Mayor descreve assim a tomada do «quartel»: — «o que mais certo achei neste caso foi que o capitão Melchior Machado, que no posto de João de Ávila estava *embraccando* a

rodela e *fazendo a espada* foi da sua trincheira entrando polla Rua do Deão Lopo Gil seguindo a sua gente por uma travessa, foy chamar o capitão Baltazar Mendes. que ao canto de D. Rodrigo estava, e entrando mais para o quartel»...

Após esta acção o cêrco ficou estabelecido desde a Rocha, pela actual rua do Mota, Leste da ermida da Boa Nova até ao Alto das Covas e daí por S. Pedro terminando no porto do Fanal onde havia corpo de guarda, para a vigilância do porto, no reduto denominado Santa Cruz.

Esta nova linha defensiva pode ser considerada uma 2.ª fase do cêrco em que êste se completou por terra, isolando completamente o Castelo do resto da Ilha.

Aclamação de D. João IV em Angra

O Domingo de Pascoa, 31 de Março, apresentou-se de sol claro. A cidade, apesar do cêrco ao Castelo e da ameaça em que vivia, da sua destruição, amanheceu radiante. Nesse dia ia proceder-se á solene aclamação de D. João IV. Depois de 58 anos de domínio castelhano, a Ilha Terceira, que se tinha batido durante mais de dois anos para evitar êsse domínio, ia festejar e proclamar a subida ao trono de um rei português a despeito de ter no seu seio, ainda bem arreigado, um núcleo importante de castelhanos optimamente entricheirados numa fortaleza considerada, então, uma das mais poderosas da Europa e que, com os seus canhões, podia entenebrecer as alegrias do dia ansiosamente esperado desde que se espalhara a grata noticia do triunfo da Revolução de 1 de Dezembro de 1640.

Nesse dia os capitães-móres mandaram pedir ao Cabido que adiasse por algum tempo o início da procissão da Ressurreição que se realizava no interior da Sé.

Às 8 horas da manhã, a Câmara, os capitães-móres, os capitães que não estavam de serviço nas trincheiras e a parte da nobreza da Cidade, que não colaborava nesse momento na defesa, chegou á Igreja da Sé, formando um luzido cortejo. À porta principal do templo veiu o Cabido, de cruz alçada, acompanhado pelo Clero, receber o cortejo. Nesse momento o capitão-mór da Cidade, João

de Betencourt Vasconcelos ergeu os vivas do estilo, correspondidos com grande alegria. Depois desta cerimónia o cortejo dirigiu-se para o Altar Mór sendo em seguida cantado um soléne Te-Deum com que terminou a aclamação.

Mais e mais públicas manifestações de regosijo não puderam ser efectuadas por o estado de guerra com o Castelo o não permitir. Sempre que do Castelo era notada qualquer aglomeração de povo na Cidade eram logo disparados sobre essa aglomeração alguns tiros de peça. Já assim sucedera quando, durante uma festa religiosa que se realisara na igreja do convento de S. Francisco, foram disparados vários tiros sobre o respectivo adro.

Aviso frustrado de D. Alvaro de Viveiros para Castela

D. Alvaro de Viveiros procurava todos os meios de comunicar com Castela, insistindo pelos reforços que pedira e ansiosamente aguardava.

Estando na Baía de Angra, á data dêstes acontecimentos, um navio inglês que devia sair em breve, o seu mestre foi convidado a ir ao Castelo, na noite de 1 de Abril pela cortina de Santo António. Tendo o mestre acedido ao convite, foram combinadas entre ele e o Governador do Castelo as condições em que se comprometia a transportar 14 castelhanos portadores de correspondência oficial para Filipe IV.

Pelas dez horas da noite seguinte dirigiram-se os 14 castelhanos, armados numa jangada para o navio que em seguida levantou ferro. Vendo os castelhanos que o barco ao sair se aproximava muito do castelo de S. Sebastião, suspeitaram que o mestre os pretendia traír pelo que, depois de lhe terem feito umas observações, a que o mestre respondeu de modo que mais lhes confirmou as suspeitas, se lançaram ao mar nadando para a cortina de Santo António. Dois dêles morreram afogados e dois foram aprisionados tendo os restantes dez conseguido voltar ao Castelo.

Parece que de facto o capitão do navio inglês estava combinado com os capitães-móres para lhes entregar os 14 espanhoes e a correspondência como se deduz da carta de D. João IV, de 8 de

Maio, aos referidos capitães-móres em que lhes agradece a sua actuação e se refere a êste facto do seguinte modo: «e assim do modo com que impedisteis o aviso com que da fortaleza um navio inglês»... Nesta carta D. João IV acusa a recepção de cartas dos capitães-móres de 28 de Março e de 3, 4, 6, 8, 9 e 16 de Abril.

O navio inglês saíu da baía do Angra pelas 3 horas da madrugada, dirigindo-se porém primeiramente á Praia, decerto para relatar ao capitão João de Ornelas o sucedido. O seu mestre recebera de D. Alvaro de Viveiros, pelo transporte ajustado, 150$000 reis de meio frete, duas pipas de vinho e vários mantimentos.

Primeiro socorro para o Castelo

Numa terça-feira, 9 de Abril, pelo meio dia, apareceu uma nau na altura dos Ilheus das Cabras, aparentando pretender demandar o porto de Angra.

A Câmara de S. Sebastião resolveu enviar um barco de pesca em reconhecimento, no qual embarcou Diogo Alves Machado cuja embarcação chegou á fala com a nau, a bordo da qual vinha como capitão Manuel do Canto de Castro, fidalgo natural desta Ilha, que comandava a expedição.

Era mestre do navio Domingos de Aguiar e a restante tripulação era constituida por portuguêses e castelhanos,

Manuel do Canto convidou Diogo Alves a ir á câmara do navio e alí os dois conversaram sem serem ouvidos pela tripulação. Soube Manuel do Canto dos acontecimentos que se tinham dado nesta Ilha e logo resolveu entregar o navio e a correspondência do Rei de Espanha, de que era portador, aos capitães-móres e passar-se ao serviço do seu País. Ordenou que a nau se dirigisse para o Porto Judeu onde desembarcou o capelão, Frei Bartolomeu, que logo seguiu para Angra para conferenciar com os dirigentes da guerra, acompanhado de Diogo Alves Machado e André Gato.

Manuel do Canto desembarcou nessa noite, dirigindo-se tambem para Angra, onde foi muito cumprimentado pelos seus parentes e amigos. Conferenciou com os capitães-móres a quem

comunicou que com o seu navio vinham duas fragatas que havia dois dias se tinham atrasado em virtude do mau tempo. Comunicou ainda que em Espanha se estava aparelhando uma nau de socorro ao Mestre de Campo, na qual embarcariam 300 homens sob o comando de D. Luìz de Viveiros, irmão daquele.

No dia seguinte o capitão-mór Francisco de Ornelas, simulando levar ordens de Manuel do Canto, induziu a tripulação a desembarcar, tendo sido logo aprisionados os castelhanos.

A nau foi guarnecida com tripulação terceirense sendo dado o comando a Francisco Carvalhal, filho de Estevão da Silveira, prisioneiro no Castelo.

Cêrca da uma hora da tarde de quinta-feira, 2 de Abril, apareceram a Leste duas embarcações que se dirigiam para o porto de Angra. No Forte de Santo António foi içada a bandeira de Castela contra a qual foram dirigidos dois tiros de canhão do Castelo de S. Sebastião, sem que a atingissem.

A nau em que viera Manuel do Canto já se encontrava na vigilância da costa, mas como nessa altura pairasse nas águas da Praia, suspeitando-se em terra que não tivesse visto as duas embarcações, saíram do porto de Angra dois barcos pequenos de cujas tripulações faziam parte alguns inglêses dos que aqui viviam então. Um dos barcos aproximou-se de um dos navios e verificando que era uma fragata espanhola, dirigiu-se para a nau, que já navegava em direcção á fragata, com o fim de a avisar. A nau fugiu a qualquer contacto com o barco de Terra continuando a sua navegação. Por sua vez a fragata, ao reconhecer a nau, dirigiu-se na sua direcção. Logo que os dois navios se aproximaram a distância conveniente a nau intimou á fragata a rendição. Como a fragata era boa veleira, a sua tripulação tentou fugir, pelo que da nau lhe foram feitos seis disparos de canhão que causaram ferimentos em dois tripulantes e determinaram a rendição do navio. Foram aprisionados os seus doze tripulantes que foram substituidos por pessoal da nau e das duas embarcações enviadas de terra em reconhecimento. Assumiu o comando o capitão Roque de Figueiredo, um dos tripulantes dos barcos, o qual abordou a fragata, subindo para o convez com os seus homens.

A outra fragata dirigiu-se para a baía do Fanal, certamente

no intuito de comunicar com o Castelo pela cortina do Zimbreiro, pelo que nada notou do que ocorrera em frente á baía de Angra. Aproximou-se da cortina do Zimbreiro mas, sendo alvejada do reduto de Afonso Gomes Perez, situado na Silveira, com seis tiros de canhão, resolveu o seu mestre contornar de novo o Monte Brasil. Logo que avistou a nau e a outra fragata reunidas, rumou na direcção delas, por julgar a sua tripulação que ainda pertenciam a Castela. Os dois navios manobraram de modo a que a fragata se meteu no meio deles. Intimada a rendição, perante a inutilidade de qualquer resistência, a tripulação rendeu-se, passando a comandar o navio Mateus de Távora que se encontrava no outro barco mandado em reconhecimento.

A guarnição da nau era de 35 tripulantes, que desembarcaram com o seu mestre, Domingos de Aguiar, o qual prestou relevantes serviços durante o cêrco ao Castelo.

Manuel do Canto vinha nomeado capitão general das ilhas com 6.000 cruzados de vencimento por ano e tinha saído de San Lucar de Barrameda em 31 de Março. Segundo declarou, trazia cartas de Filipe IV que lhe foram roubadas antes do embarque, não tendo porém participado o facto com receio de que a viagem fôsse adiada ou desistissem de o enviar naquela missão.

Chamava-se Pascoal de Castilho o comandante da primeira fragata apresada e lançou ao mar todos os documentos de que era portador. O comandante da outra fragata, chamada Nossa Senhora do Carmo e S. Diogo, era Pedro Cardona e entregou a correspondência de que era portador a Mateus de Távora.

Depois do apresamento dêstes navios, ficou a Ilha Terceira de posse de uma pequena esquadra para fazer o bloqueio ao Castelo por mar, completando assim o sítio que já lhe estava posto por terra.

Manuel do Canto entregou aos capitães-móres a seguinte correspondência de que era portador:

— Um prego fechado para D. Alvaro de Viveiros;

— Dois pregos para D. Hierónimo de Sandoval, capitão general da armada da India;

— Dois pregos para Roque Centeno, capitão general do frota da Nova Espanha;

— Um prego para o Corregedor ou quem o seu cargo servisse;

— Um prego para Agostinho Borges de Sousa, Provedor da Fazenda.

Êste Agostinho Borges de Sousa teve artes de passar ao serviço de D. João IV, apesar das atitudes dúbias que manteve durante algum tempo, emquanto não se convenceu de estar sólidamente sentado no trono de Portugal o antigo Duque de Bragança.

Avisos para a Corte de Lisboa

Como na vila da Praia houvesse trigo pertencente ao Erário Régio, o feitor Pedro de Lagar mandou lá uma «caravelinha» de coberta, pertencente a Gaspar Martins, para carregar êsse cereal e transporta-lo para Angra afim-de aumentar a reserva de víveres do Castelo.

Como Francisco de Ornelas tinha necessidade de comunicar a El-Rei o resultado da missão de que fôra encarregado e de solicitar novas instruções e não desejaria tambem ver aumentadas as reservas de mantimentos da fortaleza, resolveu apresar a embarcação para a enviar a Lisboa com cartas suas.

Logo que o Governador do Castelo e o Feitor souberam do apresamento do navio e do intento de Francisco de Ornelas, multiplicaram os pedidos e reclamações para que a embarcação não fôsse desviada da sua primitiva missão. O Capitão-mór da Praia, porém, manteve o seu propósito, terminando por responder a D. Alvaro de Viveiros, ambiguamente, que tambem tinha o dever de avisar El-Rei dos acontecimentos havidos na sua capitania.

Partiu a caravela da Praia no dia 16 de Fevereiro de 1641 sob o comando de João de Melo, que era o portador da correspondência.

Francisco de Ornelas, bem como Frei Diogo das Chagas, decidiram porém não embarcar naquele navio, como anteriormente tinham resolvido, por não lhes «ter parecido bem» ausentarem-se da Ilha naquela altura em que os acontecimentos se precipitavam e atingiam grande gravidade.

Soube-se mais tarde que a caravela fôra tomada por corsários mouros, tendo sido aprisionada a tripulação.

Por esta altura D. Alvaro de Viveiros já tinha mandado dois avisos e dirigido pedidos de auxilio a Castela, sendo um dos portadores das cartas o Padre Guizarro. Um dêsses avisos seguiu num navio que se dirigia a Sevilha e o outro numa embarcação que demandava a Corunha.

O segundo aviso enviado pelos terceirenses seguiu no dia 24 de Março, precisamente no dia da aclamação de D. João IV na Praia. Aproveitando uma caravela que, procedente da Havana, tinha aportado à baía daquela Vila, Francisco de Ornelas deu conta a El-Rei da sua aclamação naquela capitania.

Em 23 de Abril foram enviadas mais noticias a El-Rei numa caravela, procedente do Brasil, que entrou na Baía da Praia. Foram portadores das cartas o capitão João Teixeira de Carvalho e Frei António Paim. Levaram já a noticia da aclamação em todas as ilhas e a do cêrco ao Castelo.

Dois dias depois, em 25, numa das fragatas apresadas em 9, como se viu no capítulo que trata da constituição da armada terceirense, aquela que passou a ser comandada por Roque de Figueiredo, seguiram êste capitão e Manuel do Canto de Castro, êste para dar conta a Sua Magestade da sua acção e beijar-lhe a mão. O capitão Roque de Figueiredo ia encarregado de solicitar auxilio para a luta com os castelhanos Êste capitão regressou num dos barcos da frota que conduziu o Corregedor enviado por D João IV, tendo conseguido o auxilio de 90 barris de pólvora e 200 piques. Roque de Figueiredo foi muito bem recebido em Lisboa, não só pelos ministros, como tambem pelo própio Rei, sendo muito louvada a sua atitude, pois se limitou a solicitar auxílio para a luta que se travava na Terceira não pedindo mercês para si.

No dia 3 de Setembro regressou de Lisboa o capitão João Teixeira, que saíra desta Ilha com avisos para a Côrte, em 23 de Abril, trazendo cartas de El-Rei em que recomendava se continuasse o cêrco porque em breve mandaria socorro bastante para se render o Castelo. Tratava-se da malograda expedição de Tristão de Mendonça que estava sendo organizada.

Armada

Com o apresamento, em 9 de Abril, da nau de Domingos de Aguiar, em que veio Manuel do Canto com socorro para o Castelo e das duas fragatas que a acompanhavam e foram tomadas em 11, foi constituida, como já se viu, a armada terceirense para fazer o bloqueio por mar à Fortaleza, sem o qual o cêrco não teria completa eficácia.

Em 25 dêste mesmo mês de Abril foi contratada para servir na armada, por um mês e por mil cruzados, a náu holandesa em que veio para esta Ilha o Padre Francisco Cabral.

No dia 10 de Maio seguinte chegou ás aguas da Terceira outra nau holandesa, cujo mestre tendo sabido no Faial o que se passava nesta Ilha, veio oferecer-se para colaborar no bloqueio com o seu navio, tendo sido contratado.

Por estes dias André Pereira Dutra contratou uma fragata que, procedente da India, descarregara no Faial, para tambem servir na vigilância da costa. Passou a ser comandada pelo referido André Pereira.

Em 12 de Maio foi apresado mais um navio que trazia correspondência para o Castelo, sendo aprisionados 4 castelhanos e 3 portugueses.

Em 19 de Junho o Conde de Vila Franca enviou de S. Miguel, como auxilio, duas naus para servirem na armada e no dia seguinte foram apresados os dois navios em que veio a expedição comandada por D. Luiz de Viveiros.

No dia 22 de Julho, uma segunda-feira, houve um grande temporal pelo que revirou um navio procedente de Lisboa, tendo ainda alguma carga a bordo. Perderam-se mais dois navios que deviam partir para S. Miguel, um dos quais já tinha a bordo a bagagem dos passageiros e muitos livros importantes pertencentes ao Convento de S. Francisco. Em quatro dias que durou o temporal naufragaram quatro navios, felizmente sem perdas de vidas.

Em 25 de Agosto veio oferecer-se para ser incorporada na armada uma nau francesa que andara a corso nas costas do Brasil. Era artilhada com 24 peças e tinha 80 homens de tripulação. Foi

contratada por um mês, por 2250 patacas mas serviu durante vários mêses.

Na noite de 19 para 20 de Outubro, dum domingo para segunda-feira, a nau de Domingos de Aguiar deu á costa em S. Mateus, tendo-se, porém, salvado todos os seus tripulantes.

Chegou portanto a 12 o número de navios que estiveram incorporados na armada para manter o bloqueio. Não sabemos se durante algum tempo se mantiveram efectivamente os 12 navios naquele serviço, porquanto de alguns se sabe que foram distraidos para outras missões e outros foram contratados por prazos curtos.

Foi capitão-mór desta frota, Manuel Correia de Melo, capitão-mór da Ilha de S. Jorge, e almirante Francisco Carvalhal. O capitão-mór da armada estava embarcado na nau em que veio para esta Ilha o Padre Francisco Cabral e o almirante na nau de Domingos de Aguiar.

Trincheiras. — Terceira fase

Em conselho de guerra, reunido logo nos primeiros dias de Abril, foi resolvido estabelecer uma nova linha de trincheiras «que fôsse mais defensavel», isto é, que fôsse menos batida pela artilharia inimiga e oferecesse mais eficaz protecção contra as armas ligeiras.

Reconheceu-se que a artilharia do Castelo tinha um grande ângulo morto e que, por tal motivo, se os abrigos para a infantaria se aproximassem da Fortaleza não seriam atingidos pelos tiros de peça.

Esse ângulo morto provinha do grande comandamento do Castelo sobre os terrenos adjacentes e ainda da pouca inclinação das soleiras das canhoneiras que impossibilitava de baixar as bocas de fogo a ângulos negativos — abaixo do plano horizontal — muito grandes. Êste defeito foi notado, anos mais tarde, pelo oficial de artilharia, Judice, no relatório de uma inspecção que fez ao Castelo.

Parece que esta deficiência não era contrabalançada por armas do tipo morteiro ou obuz, de tiro muito curvo, pelo menos na época em que se deram os acontecimentos que estamos narrando.

Após os trabalhos preliminares de reconhecimento do terreno, medições e balisamento, foi dado início à construção das trincheiras, trabalho que se realizava quási exclusivamente de noite, porque o terreno era batido pelas armas ligeiras do Castelo e dos redutos que os sitiados já tinham construido ou estavam construindo.

Na Rocha, sobranceira ao Portinho Novo, fez-se a primeira «estância», ou posto de combate, que foi guarnecido com três peças de artilharia e ficou sendo conhecido por «Boceta». Era situado, aproximadamente, no mesmo lugar em que se estabelecera Baltazar da Costa Pereira no primeiro dia de hostilidades.

O segundo posto de combate tinha a forma de meia lua e seguia-se á Boceta. Era situado num dos quintais da actual Rua do Mota e fronteiro ao Portão dos Carros do Castelo. Ficou sendo conhecido por «Amoreiras».

A terceira «estância» situava-se junto a uns fornos de cal (pegada aos fornos de cal, diz Maldonado) e tomou o nome de «Flores» por ter sido construida nas casas «do Flores». Julgamos que este posto de combate teria sido estabelecido no quintal da casa da esquina da Rua do Mota com o largo da Bôa Nova, em frente à fachada Sul do antigo Hospital, porque o Padre Sotto Mayor diz que o quintal do Flores distava 130 passos da Guarita de Àgua.

Êste posto foi construido por Jerónimo Fernandes Coelho, á sua custa, «junto ás casas que dizem dos Flores, por dentro de muitas, entupindoas até ao meio de terra para resistir às balas do inimigo «(Padre Sotto Mayor).

Proximo da Ermida da Boa Nova e a cêrca de 100 braças da Guarita de Àgua (Maldonado) se fez outro posto que, por ser muito perigoso, em virtude da proximidade do inimigo, se denominou «Aventureiro».

O terreno a seguir era plano, descoberto, plantado de hortas, pelo que os trabalhos se tornavam mais perigosos, tendo sido resolvido que toda a gente, sem distinção de classes, trabalhasse e, assim, nobres e religiosos colaboraram com o seu trabalho que era realizado de noite.

A seguir ao Aventureiro foram construidos mais três postos, nas terras de horta, os quais receberam os nomes de «Rosário», «Sacramento», e «Guiné» ficando êste ultimo situado próximo da estância de Santa Cruz, no Fanal, que já existia para guarda e vigilância do porto e era guarnecida, antes das hostilidades, por soldados da guarnição do Castelo. Neste posto de Santa Cruz terminava a linha de trincheiras.

Êstes postos de combate eram ligados entre si por trincheiras de comunicação protegidas por estacas cravadas no terreno (pau a pique) e por fachina de ramagens. Especialmente nos postos do Rosário, Sacramento e Guiné a protecção por pau a pique e fachina era maior, por o terreno ser plano, não oferecendo abrigo suficiente.

As «estâncias» denominadas Amoreiras e Flores eram protegidas por uma escarpa natural que a configuração do terreno proporcionava. As restantes, como já se disse, só beneficiavam da palissada de pau a pique e do mascaramento da fachina.

Foi designado para a direcção dêstes trabalhos Sebastião Cardoso Machado, que tambem tinha a seu cargo a escolha de materiais e o seu transporte, sendo coadjuvado por Roque de Figueiredo, Melchior Machado e Jerónimo Fernandes Coelho.

Os trabalhos, na «estância» do Rosário, foram iniciados no domingo, 25 de Maio, (Sotto Mayor). Concluíu-se esta linha de trincheiras em 19 de Junho, no posto denominado «Guiné».

Os castelhanos interferiram várias vezes com os trabalhos, lançando ataques de patrulhas para procederem a destruições, ou batendo com armas ligeiras os homens que procediam aos trabalhos. As «cavas» construidas por Melchior Machado, só à sua parte, sofreram vários ataques.

Depois do ataque castelhano de 1 de Agosto os capitães-móres ordenaram a construção de um valado desde a «estância» Aventureiro até ao Fanal, pela frente da trincheira e postos de combate, tendo vinte palmos de largura na parte superior e uma altura de cêrca de dois metros (uma lança, segundo diz Maldonado). Assim ficaram as nossas tropas ao abrigo de ataques de surpreza. Na construção desta obra foram gastos 15 dias.

Acção do capitão João de Avila

Simultaneamente com a construção das nossas trincheiras os sitiados construiram redutos na esplanada do Castelo e trincheiras de comunicação que lhes permitissem ocupar os redutos ao abrigo dos tiros dos sitiantes.

Um dêsses redutos estava sendo construido em frente à cortina entre os baluartes de Santa Catarina e S. Pedro e quási no limite oeste da esplanada, portanto no lugar hoje conhecido por Sarilho. Êste reduto, que comunicava com o Caminho Coberto por uma trincheira, ficava sobranceiro aos entrincheiramentos que as nossas forças estavam construindo, especialmente aos do lado do Fanal, dominando-os e dificultando muito a sua construção pelo risco que corriam os homens que ali trabalhavam.

Foi resolvido proceder á sua destruição e foi encarregado o capitão João de Avila de proceder a ela. Na tarde de 25 de Maio, um domingo, aquele capitão que se encontrava na «estância» de Santa Cruz, no Fanal, convocou 23 soldados voluntários para o acompanharem e, depois de lhe ter feito uma exortação, lançou-se com os seus homens, ao ataque do reduto inimigo, com grande ímpeto e, em parte do trajecto, a descoberto. Apesar do grande número de tiros de mosquete feitos do Castelo conseguiu apoderar-se do reduto e destrui-lo com as ferramentas de que se tinham munido alguns soldados, sem que tivessem sofrido perdas. Perante o imprevisto e a impetuosidade do ataque, os castelhanos que guarneciam o reduto retiraram pela trincheira de comunicação para o Castelo. Nesta noite prosseguiu a construção das nossas trincheiras sem a interferência daquele reduto.

Mais tarde foi concluìdo, mas já quando as nossas trincheiras estavam terminadas e as nossas forças convenientemente defendidas contra as armas ligeiras do inimigo.

Organização defensiva dos sitiados

— Segundo informações prestadas por desertores, os sitiados organizaram a sua defesa do modo seguinte:

D. Alvaro de Viveiros tinha o seu posto de comando insta-

lado no coroamento da Porta Principal e sob as suas ordens directas estava a guarnição do Baluarte de S. Pedro.

O capitão de artilharia, D. Rodrigo de Mendonça, tinha á sua responsabilidade a vigilância e a defesa na frente do baluarte de Santa Catarina, situado no extremo Oeste do Castelo.

Ao tenente do Castelo, Juan Hernandez Herrera, coube o posto chamado do «Rastilho», por se situar no troço da muralha em que existe a porta que dá comunicação da Praça do Castelo para o fôsso, que era, então, denominada do «Rastilho». Êste comando abrangia todo o Baluarte da Bôa Nova. Além da vigilância e defesa do terreno na frente tinha o tenente a responsabilidade das sentinelas do Caminho Coberto e das rondas ao Fôsso, serviço que se fazia utilizando a porta do «Rastilho».

Ao alferes D. Pedro Ortiz coube a vigilância e defesa da bateria, então denominada de S. Cristóvão, que defendia a porta ou portão dos Carros.

As baterias dêstes baluartes foram guarnecidas com a artilharia mais grossa existente no Castelo.

Sobre as trincheiras, porém, especialmente na sua terceira fase, esta artilharia era de nenhum efeito em virtude do grande ângulo morto ocasionado pelo comandamento das muralhas sôbre o terreno adjacente e pela pequena inclinação das soleiras das canhoneiras. Para batê-las era utilizada alguma artilharia mais ligeira, ou de tiro mais curvo, além das armas ligeiras de combate.

Mantinham ainda os sitiados um reduto na «Guarita» além de, pelo menos, dois na esplanada, exteriormente ao Caminho Coberto, que eram designados, entre os sitiantes, por »Redutinho» e «Reduto Grande». A construção do «Redutinho», segundo Sotto Mayor, foi iniciada numa sexta-feira, 3 de Maio.

Não conseguimos localizar o «Redutinho» mas calculamos que tivesse sido construído entre a Guarita de Àgua e o «Reduto Grande». Quanto a êste situava-se no lugar hoje conhecido por Sarilho e foi êste reduto, ainda em construção, que o capitão João de Ávila atacou na tarde de Domingo, 25 de Maio, para o neutralizar, a-fim-de que o inimigo, lá estabelecido, não interferisse na construção das trincheiras cuja terceira fase estava sendo activamente levada a efeito. Os castelhanos porém reconstruiram-no e as

nossas tropas, já convenientemente abrigadas, não obstaram a essa reconstrução. Sofreu porém vários ataques de patrulhas e de artilharia, especialmente da postada no reduto de Miguel do Canto.

Êstes redutos eram protegidos por pau a pique, paredes e parapeitos de terra suportada com tábuas, barrotes, etc. Quando eram atacados e os seus ocupantes retiravam, os atacantes costumavam trazer madeira dessas obras de fortificação passageira para alimentar as fogueiras com que aqueciam os seus abrigos nas noites de Inverno. Depois de serem abandonados as tropas sitiantes procederam á sua destruição, tendo retirado muita madeira para aquele fim.

Chegada do Governador da Guerra, Padre Francisco Cabral

Pelas 8 horas da manhã do dia 25 de Abril foi avistado, ao largo e a leste da Cidade, um grande navio que depois se soube ser uma nau holandesa, procedente de Lisboa.

Tambem se teve conhecimento em terra de que a bordo dessa nau vinha o Padre jesuita Francisco Cabral, que fôra nomeado Governador da Guerra e vinha ocupar o seu cargo. Este padre já era conhecido em Angra por ter aqui vindo, como visitador da sua ordem, ao convento dos jesuítas.

Além de vários outros passageiros, a nau transportava uma apreciável quantidade de armas e munições para o sítio do Castelo, socorro êsse que foi muito apreciado, atenta a sua relativa escassêz e a grande distância e a irregularidade de transportes entre Lisboa e estas Ilhas.

Só no dia 27 desembarcou o Padre Francisco Cabral, dando entrada nesta Cidade onde foi recebido por vários capitães e outras pessoas de consideração, além de muito povo, tendo-se organizado um cortejo que subiu as ruas Direita e da Sé.

Ou por acaso, ou por ter sabido da vinda do enviado da Côrte, ou simplesmente, porque o grande ajuntamento de gente lhe tivesse chamado a atenção, o Governador do Castelo ordenou um bombardeamento sôbre a Cidade que incidiu mais intensa-

mente na Praça, precisamente quando lá passava o cortejo, sem que no entanto tivesse feito vitimas.

O Padre Francisco Cabral, que se instalou no convento dos jesuítas, foi portador de cartas de D. João IV para o Cabido, capitães-móres, Câmara e várias pessoas que exerciam cargos importantes.

Por sua vez o capitão da nau apresentou na Câmara uma carta de El-Rei, de que foi portador, comunicando terem-se concluído as pazes com a Holanda. Esta carta foi pregoada no mesmo dia 27 para dela tomar conhecimento toda a população.

A resolução de enviar o Padre Francisco Cabral como Governador da Guerra parece ter tido por fim obviar ás queixas e intrigas que desta Ilha chegavam á Côrte.

Entre os passageiros que viajaram nesta nau vinham sete capitães para comandarem outras tantas companhias que foram organizadas nesta Ilha para reforçaram as que mantinham o cêrco ao Castelo.

O navio foi contratado para servir na armada, colaborando no bloqueio, por mil cruzados mensais.

Corregedor

Ás quatros horas da tarde do dia 29 de Maio chegou á Cidade a notícia de terem entrado na baía da Praia dois navios francêses procedentes de Lisboa.

Num dêsses barcos vinha o novo corregedor, Manuel Figueira Delgado, nomeado por D. João IV para servir nestas Ilhas.

Pela úma hora da tarde do dia seguinte deu entrada solene na Catedral, o novo Corregedor, com toda a solenidade. Prègou o Padre Francisco Cabral, «com altos conceitos e demonstrações persuasorias» no dizer do Padre Sotto Mayor.

Principais acções de patrulhas

— Pelas 10 horas da noite de 18 de Abril estava o capitão Baltazar da Costa Pereira de emboscada com 16 arcabuzeiros postados desde as casas de D. Rodrigo até ás hortas. Ouvindo

barulho verificou que uma patrulha castelhana tinha vindo derrubar uma parede que atravessava as hortas próximo de uma trincheira que estava sendo construida sob as ordens de Melchior Machado. Estabeleceu-se tiroteio em que colaborou o posto das Covas, tendo o capitão João Ibre avançado até ao cemitério da Boa Nova com alguns homens para bater tambem os Castelhanos. Êstes porém conseguiram retirar sem perdas.

— Uma sentinela do capitão Henrique Moniz,que ocupava o posto junto á casa de D. Rodrigo, viu, pelas 2 horas da noite de 3 de Maio, uma pessoa nos cerrados que não respondeu á pergunta de «quem vem lá?» pelo que disparou o arcabuz tendo os soldados castelhanos ripostado. O tiroteio generalizou-se ás «Covas», S. Pedro e quintais de D. Rodrigo. Embora êste tiroteio se tivesse prolongado até á meia noite e tres quartos não houve perdas de parte a parte.

— Em 25 de Maio uma patrulha de oito homens, da companhia de Henrique Moniz, foi surpreendida por outra castelhana constituida por 15 homens. Dos nossos foram mortos dois soldados, um dos quais com 16 feridas — tendo-lhe ainda os inimigos cortado a orelha direita — e o outro com 21. Foram tambem despojados de toda a roupa. Uma patrulha da companhia de João Ibre, que saíu em socorro, não chegou a intervir. Os Castelhanos ocuparam o posto em que tinham surpreendido a nossa patrulha e melhoraram-no durante a noite.

Soube-se mais tarde que o castelhano que mutilara o soldado português, no desejo de receber uma recompensa, levou a orelha a D. Alvaro de Viveiros que ficou muito indignado com o procedimento do seu subordinado, tendo-o punido com prisão. Êste soldado foi morto mais tarde numa acção de patrulha.

— No dia seguinte foram oferecidos dez mil reis a quem fôsse destruir um reduto dos castelhanhos «no cabo da parede das canas», que distava do Castelo «menos de 130 passos». Ofereceram-se 9 homens e, pelas 5 horas da tarde dirigiram-se á referida parede das canas, apesar dos numerosos tiros feitos do Castelo, e destruiram a posição inimiga. Nesta acção tivemos um morto.

Esta patrulha foi reforçada com alguns homens das companhias de aventureiros.

— O capitão Diogo Leite, comandando uma patrulha e o capitão Surdo outra, cercaram o Portinho Novo na noite de 25 de Outubro, pelas 8 horas, tendo aprisionado dois soldados da guarnição do reduto da Guarita de Água que iam carregados de lenha para o seu posto.

— Na noite de 28 dêste mesmo mês o capitão Manuel do Canto Teixeira, comandando uma patrulha, aprisionou um soldado castelhano que deu a noticia da morte do Prior da Graça.

— Em 6 de Dezembro organizou-se uma patrulha em que tomaram parte o capitão Francisco Pires, D. Vicente, o capitão Surdo e o sargento Sodré a qual, com os soldados, atingia o efectivo de 40 homens, levando como guias os desertores do Castelo, Alonso Gomes e Parada. Dirigiram-se ao reduto da Guarita de Água e, tendo surpreendido a guarnição, prenderam 7 soldados dos 10 ou 15 que lá se encontravam. Os restantes conseguiram fugir para o Castelo, não sem que alguns deles tivessem sido feridos.

— Na noite de 27 deste mesmo mês, bastante escura e chuvosa, D. Vicente, com outros, levando por guia o Parada, voltaram ao reduto da Guarita de Água, tendo prendido os dois únicos soldados castelhanos que lá se encontravam.

— Na noite de 31, ainda dêste mês, uma patrulha de 15 soldados, comandada por José Leal, alferes de Francisco do Canto, atacou o Reduto Grande, mas encontrou-o desguarnecido.

— Na tarde de 3 de Janeiro, de 1642, foram avistados, da Boceta, dois soldados castelhanos a pescar na Cortina de Santo António. O capitão Surdo, que guarnecia aquele posto, destacou uma patrulha para atacar os dois homens.

Do Castelo e da cortina de Santo António foi feito nutrido fogo contra a nossa patrulha que se abrigou na Guarita do Portinho Novo. Desceram ao calhau mais 15 castelhanos em defesa dos dois e Henrique Moniz dirigiu-se para a Prainha com a sua companhia para, com os seus fogos, auxiliar a nossa patrulha. Houve 7 feridos e dois mortos nossos e, após duas horas de luta, aproveitando a escuridão da noite, os dois castelhanos recolheram ao Castelo.

— Na noite seguinte uma patrulha constituida por 11 homens

da companhia de Henrique Moniz atacou o Reduto Grande encontrando-o desguarnecido. Trouxe vária madeira para servir no aquecimento das trincheiras, porque as noites eram muito frias.

— Pelas 3 horas da manhã de 13 de Janeiro foi organizada uma patrulha com homens da companhia de Henrique Moniz e aventureiros da companhia de João Ibre, para atacar o Reduto Grande. Por estar desguarnecido limitou-se a patrulha a destrui-lo trazendo tábuas e barrotes para o aquecimento das trincheiras.

Nas muralhas do Castelo foram acesos archotes para iluminarem o terreno no intuito de distinguirem os atacantes sobre os quais dispararam uns 100 tiros de mosquete. Apesar disso não tivemos perdas.

— Às 4 horas da manhã de 14, ainda dêste mês de Janeiro, foi uma patrulha comandada por D. Vicente, com soldados da companhia de Pedro de Betencourt, novamente ao Reduto Grande, tendo feito prisioneiro o único soldado que lá se encontrava, natural de Portalegre, ao serviço de Castela.

Com êste ataque terminaram as acções de patrulhas contra os redutos dos castelhanos já muito desmantelados pelas forças sitiantes e que o inimigo abandonára, certamente pela escassez de soldados, em virtude das doenças que grassavam no Castelo e se intensificaram com o prolongamento do cêrco. Supomos, pelo que dizem alguns cronistas, que uma das doenças que mais atacou os sitiados, era o escorbuto. Entre os géneros alimentícios, arrecadados antes do cêrco, avultavam as carnes salgadas que nesta altura já se encontravam estragadas, produzindo intoxicações, e eram quantidade reduzida. Segundo as declarações de prisioneiros até o trigo, já havia alguns meses, tinha sido atacado pelo gorgulho.

Auxílios recebidos para o cêrco

Em 15 de Abril, pelas 6 horas da tarde, chegou à Cidade a noticia de ter aportado à Praia o navio que fôra a S. Miguel solicitar a aclamação do novo Rei e auxílio para a luta que se travava nesta Ilha contra os castelhanos encerrados no Castelo.

Trouxe pólvora, murrão, chumbo, muitas sacas de farinha e a promessa de mais socorro.

Por esta data chegou o capitão-mór de S. Jorge, que foi comandante da armada do bloqueio, Manuel Correia de Melo,

Por uma caravela vinda de Lisboa, com escala por S. Miguel, chegou a notícia da aclamação de D. João IV, naquela Ilha. em 19 daquele mês de Abril. A caravela entrou no porto da Praia em 22 e trouxe farinha, pólvora, munições e duas peças de bronze enviadas pelo Conde de Vila Franca.

Outro navio grande, tambem vindo naquele dia, e que chegou a ser atacado pelos nossos navios, supondo fôsse socorro para o Castelo, trazia munições e duas grandes peças de bronze, vindas de Lisboa, o que provocou grande regosijo entre a população.

Ainda em 22 de Abril chegou um barco procedente da Graciosa com 3 peças de artilharia.

De S. Miguel veio tambem para esta Ilha, a servir no cêrco, o capitão Diogo Leite com 25 soldados.

O navio que trouxe o Padre Francisco Cabral vinha carregado com 25 quintais de pólvora, 25 quintais de murrão e 25 quintais de balas. Vieram tambem 7 capitães para servirem no cêrco sob as ordens dos capitães-móres.

Nos primeiros dias de Maio chegaram de S. Miguel dois navios com alguma pólvora.

Em 29 de Maio chegaram á Praia dois navios franceses que trouxeram o Corregedor, Roque de Figueiredo e, como carga, 90 barris de pólvora e 200 piques.

Durante o cêrco ao Castelo todos os navios que demandavam esta Ilha tinham de ir para a Praia, para o Porto Judeu ou para o porto de S. Mateus, pois na baía de Angra nem mesmo na do Fanal podiam ancorar por ficarem sob a artilharia das cortinas de Santo António ou do Zimbreiro.

Em 11 de Fevereiro de 1642 chegou a esta Ilha o capitão Jorge de Mesquita num navio holandês, com uma companhia de 62 soldados. No dia seguinte chegou outro navio com 60 soldados sob o comando do capitão Gaspar Gonçalves Arcos. Estes dois navios faziam parte da armada de Tristão de Mendonça, separados do resto da frota pelo temporal que a destroçou, calcu-

lando este ultimo capitão, ao chegar, que a armada tivesse arribado.

Companhias de Aventureiros

Nos primeiros dias de Maio foram organizadas duas companhias de aventureiros, sendo uma comandada por João Ibre Machado, filho do capitão Melchior Machado de Lemos que, com perto de setenta anos, comandava uma companhia, dirigia trabalhos de construção de trincheiras e ainda substituia seu filho no comando dos aventureiros durante os frequentes períodos de doença que ele teve. O comando da outra companhia foi confiado ao capitão Pedro de Betencourt, natural da Madeira, «que serviu Sua Magestade assim no mar como em terra» (Frei Diogo das Chagas).

Estas companhias eram pagas e destinavam-se às missões de mais perigo. A de João Ibre tinha um efectivo de 50 homens e a de Pedro de Betencourt, de 46.

Frei Diogo das Chagas, referindo-se a estas companhias, diz que «eram avantajadas no soldo, não o eram nos trabalhos mais que outras».

Na realidade, nos vários cronistas que consultámos, não vimos referência especial a qualquer acção em que qualquer delas se tivesse evidenciado.

No ataque do primeiro de Agosto os elementos da companhia de João Ibre, que se encontravam na «estância» Aventureiro, recuaram, facilitando o ataque às forças do capitão Baltazar da Costa Pereira. E assim manifestamos tambem o nosso acordo com a opinião de Frei Diogo das Chagas.

A Festa de S. João nas Trincheiras

Eram já tradicionais e decorriam com grande pompa e variadas manifestações religiosas e profanas as festas a S. João na Cidade de Angra,

Neste ano de 1641 estava-se em guerra com o Castelo e não se podia imprimir às Festas o luzimento dos outros anos. Os cas-

telhanos estavam atentos e sobre qualquer ajuntamento que viam na Cidade faziam chover as balas de artilharia, embora quási sempre com fracos resultados. Nunca se descuidavam porém de o fazer, pelo que se evitavam todos os cortejos, mesmo religiosos, e quando tinha de ir O Senhor aos enfermos procuravam-se sempre as ruas, que não fossem vistas do Castelo, para o trajecto.

Mas a Festa de S. João não podia ser olvidada e não o foi neste ano, a despeito da guerra.

Durante o dia embandeiraram os Castelos de S. Cristóvão e de S. Sebastião e os soldados «surriaram alegremente» pelas trincheiras e mesmo nos postos de combate estiveram hasteadas dez bandeiras.

Pela noite adiante foram disparados nas trincheiras e redutos muitos tiros de arcabuz e de mosquete e alguns de peça e no reduto de António Gomes Peres, à Silveira, bem como no posto chamado Guiné, acenderam-se fogueiras.

Com estas manifestações de regosijo gastaram-se, segundo o Padre Sotto Mayor calculou, umas «tres mil livras de polvora» em honra de S. João e tambem do novo Rei.

Socorro para o Castelo

Pelas 8 horas e meia da manhã do dia 20 de Junho demandavam o porto de Angra dois navios inglêses, sendo um grande, armado com 18 peças, pertencente a Gaspar de Lenhe, que D. Alvaro tinha mandado com pedido de auxílio a Espanha, levando a bordo, como portador das cartas, o Padre Guizarro.

Segundo depois se soube estes navios procediam de Sevilha, trazendo uma expedição de 300 homens sob o comando de D. Luiz de Viveiros, irmão do Mestre de Campo, e mais dois capitães, para reforço da guarnição do Castelo, além de um Corregedor português, ao serviço de Castela, para as Ilhas. Para reforço das reservas de munições do Castelo traziam duzentos quintais de pólvora, cento e cincoenta de murrão, muitos piques e duzentos quintais de pasta e chumbo.

Aproximaram-se êstes barcos dos navios holandêses ao serviço do bloqueio, que se encontravam próximo dos Ilheus, e arvoraram nessa altura a bandeira da sua nação. Chegados á fala

com os navios holandêses, foi dito para os castelhanos que a Ilha estava em guerra com o Castelo e que eles não podiam combater contra os portuguêses, por já estar assinada a paz entre os dois países, mas que lhes podiam indicar sítio onde desembarcassem pois a maioria dos habitantes era por El-Rei Filipe. Foi aceite a proposta, tendo os holandêses indicado a Baía das Mós e o ilheu dos Garajaus para o desembarque, do qual os castelhanos não podiam passar a terra senão um a um.

D. Luiz de Viveiros dirigiu-se para a baía ou Porto das Mós e mandou proceder ao desembarque no ilheu que lhe fôra indicado.

Logo que desembarcaram, os castelhanos viram-se impossibilitados de passarem para terra por grande quantidade de gente, principalmente da Vila de S. Sebastião, armada de varapaus, foices e algumas armas de guerra. Os castelhanos, aglomerados num pequeno espaço, ou por não estarem armados com mosquetes ou arcabuzes, confiantes nas informações dos holandêses, ou por não poderem ter feito uso das suas armas, não reagiram.

Em Angra, com a maior rapidez possivel, foi organizada uma coluna sob o comando do capitão-mór da Praia, Francisco de Ornelas, que se dirigiu ao local do desembarque. A coluna era constituida por «gente de cavalo» e duas companhias «dos montes», que estavam na Cidade, a que se juntou a companhia da Ribeirinha. Da Praia seguiram três companhias, do Porto Judeu uma e da Vila de S. Sebastião outra.

Além dos homens armados de foices e varapaus juntaram-se tambem muitos frades e clerigos e ainda muitas mulheres, tambem armadas como lhes foi possivel, as quais pretendiam matar os castelhanos.

Ao Porto das Mós chegaram no entretanto os navios holandêses e outros, o que forçou os castelhanos a entregarem-se.

Na expedição vinham dois capitães, acompanhados das mulheres e filhos, um Corregedor português e o Padre Guizarro, que fôra no patacho como portador de cartas para o Rei de Espanha, enviadas em 7 de Fevereiro por D. Alvaro de Viveiros.

O corregedor e o Padre Guizarro foram mandados, como prisioneiros, para o Convento da Graça e os oficiais e sargentos

ticaram presos no Castelo de S. Sebastião, vencendo uma pataca por dia para seu sustento.

Dos soldados, 250 foram mandados prisioneiros, em troncos, para S. Miguel, continuando aqui na ilha os mais novos e doentes.

Apresamento de uma embarcação construida no Castelo

Pedro de Castro, prisioneiro do Mestre de Campo no Castelo, tinha consigo um escravo negro para seu serviço,

Na madrugada de 27 de Junho o negro conseguiu fugir do Castelo lançando-se a nado para o Recanto do Cais (a exemplo da Maria Tola) e, seguindo depois pelo calhau para o Fanal, foi apresentar-se nas nossas trincheiras.

Nas declarações, que prestou, disse que o inimigo estava construindo uma embarcação na cortina do Zimbreiro, para enviar a Castela, cuja construção já se encontrava em fase muito adiantada.

Foi logo determinado que algumas embarcações de pesca procedessem a uma aturada vigilância, durante a noite, nas proximidades da cortina do Zimbreiro. No porto de S. Mateus estava de prevenção, para perseguir o navio castelhano, o caravelão de Francisco Duarte, o Sardo, pilotado por Lourenço Roiz, com 21 tripulantes e armado com dois falcões de bronze.

Na noite de 14 de Julho, muito escura, propícia portanto aos propósitos do Mestre de Campo, ouviu-se a bordo do barco, que andava de vigilância, o grande alarido que faziam os castelhanos no lançamento ao mar da embarcação, pelo que foi logo prevenido o capitão Sardo

Imediatamente aquele capitão saíu para o mar, navegando rumo ao Sul que julgou fôsse o seguido pelo barco castelhano em virtude do vento que soprava. Durante a noite de bordo do caravelão nunca foi avistado o barco inimigo, mas na madrugada seguinte foi visto a 35 léguas da terra. O Capitão Sardo fez força de vela, tendo conseguido aproximar-se do navio castelhano, intimando-lhe a rendição que foi conseguida sem resistência em face do superior poder de ataque do caravelão, por ser artilhado e ter maior número de tripulantes, vantagem importantíssima na

abordagem. O navio espanhol, que era armado em chalupa, foi apresado e a sua tripulação de 10 homens, sob o comando do sargento Russilon, e constituída por castelhanos e portuguêses, foi feita prisioneira. As cartas de D. Alvaro de Viveiros foram lançadas ao mar, antes da tripulação ser aprisionada, pelo tripulante a quem tinham sido confiadas.

No dia 16 chegaram os dois navios ao porto de S. Mateus. Depois de submetidos a interrogatórios, os tripulantes da chalupa deram entrada na cadeia, sendo os castelhanos mais tarde transferidos para S. Miguel.

A chalupa tinha coberta, mas era mal construída, talvez por haver urgência na sua construção. Não era difícil construir um navio no recinto fortificado, tanto mais de pequeno porte, como era este, pois existia lá um arsenal provido de tudo o necessário à reparação de navios que aportavam a Angra. O Mestre de Campo não teria, certamente, carência de operários especializados em trabalhos daquela natureza, porquanto, quando se encerrou o Castelo, ficaram lá os mestres dos vários ofícios que ali se exerciam e entre êles é crivel e natural que alguns pertencessem á construção naval. Não é de extranhar tambem que entre os próprios soldados alguns houvesse com prática daquele mestér, porquanto havia estaleiros em que se construiam navios de longo curso no Porto de Pipas e no Portinho Novo. A maior dificuldade consistia no lançamento à água, muito especialmente nas condições existentes, em que a embarcação deveria estar completa, pronta a navegar, antes desse lançamento e portanto muito mais pesada. Estas razões influiram possivelmente na construção da chalupa, limitando-lhe ao máximo a tonelagem, sem prejuizo da missão a que se destinava.

Ataque às nossas Trincheiras

Pelas 8 horas da manhã do dia 1 de Agosto os sitiados lançaram um ataque sobre a nossa linha de trincheiras por uma patrulha de uns 60 homens.

Nas nossas trincheiras pouca gente havia àquela hora e mesmo

a que lá se encontrava tinha descurado a vigilância e não tinha as armas de fogo — mosquetes e arcabuzes — em condições de serem utilizadas rápidamente.

O ataque incidiu sobre o posto chamado Aventureiro, em que se encontrava o alferes António de Brum, da companhia de aventureiros de João Ibre, que esboçou alguma resistência, mas ineficaz, pela surpreza do ataque, pela pouca gente de que dispunha e ainda por terem retirado alguns dos seus homens. Vencida esta primeira resistência, o inimigo dirigiu-se pela trincheira de comunicação ao posto denominado Rosário, comandado pelo capitão Baltazar da Costa Pereira, tendo como alferes Manuel da Terra. Aqui havia 20 soldados. Combateu-se valorosamente, tendo o capitão sofrido cinco ferimentos, de que foi julgado morto pelo inimigo. Os castelhanos tiveram 3 soldados mortos, um gravemente ferido e mais dois sem gravidade. Dos nossos morreram 6 soldados. O alferes, segundo Maldonado, combateu com «extremos de valor». Daqui dirigiu-se o inimigo para o posto chamado Sacramento, do comando do capitão Constantino Machado, o qual já vinha pela trincheira de comunicação com cêrca de 20 soldados em socorro do capitão Baltazar da Costa Pereira, tendo conseguido repelir os atacantes.

Simultâneamente uma patrulha inimiga, de efectivo muito menor, dirigiu-se para o posto de Santa Cruz, mas perante a ousadia do capitão de serviço ali, desistiu do ataque.

Este combate custou-nos 19 mortos, 24 feridos e 4 prisioneiros entre eles o sargento Galarça.

Um dos soldados prisioneiros chamava-se José Dias e, tendo sido intimado pelos castelhanos que o aprisionaram a levantar um viva a Filipe IV, quando entre a escolta seguia para o Castelo pelo caminho que conduz á entrada principal, negou-se terminantemente, pelo que um dos soldados que seguia atraz dos presos lhe bateu com a coronha do arcabuz na cabeça, matando-o. A assinalar o facto foi erguida uma cruz no sitio em que êle caiu. Actualmente existe uma lápide, no mesmo lugar, a assinalar aquele acto de patriotismo e coragem, colocada pelo B. I. I. 17 e inaugurada com grande solenidade.

Durante êste ataque, que foi o de maior vulto e o que maior

número de vitimas produziu nas forças sitiantes, toda a artilharia dos baluartes de Castelo voltados ao Norte, isto é, desde o Torreão da Bandeira até ao baluarte de Santa Catarina, estava preparada para entrar em acção,

D. Alvaro de Viveiros seguiu as fases do ataque do seu posto de comando, no Coroamento da Porta Principal.

Pelas circunstâncias de que se revestiu esta acção, tanto no que diz respeito á falta de vigilância e de preparação para o combate manifestadas nas nossas posições, como pelo elevado número de mortos, originou-se um motim popular. Do Outeiro desceram muitas mulheres armadas de paus «e outras bizarmas» a que se juntaram muitos mais populares, que invectivaram e ameaçaram os responsáveis pelas operações de guerra. Apesar da intervenção do Corregedor, no sentido de acalmar o tumulto, os amotinados só se aquietaram depois de terem intimado Luiz Pereira da Horta a assumir o comando das forças sitiantes, no que ele concordou sòmente na intenção de aplacar a revolta.

Surgindo depois a suspeita de que o Padre Guizarro, castelhano aprisionado com as forças de D. Luiz de Viveiros, teria feito sinal aos sitiados para lançarem o ataque, houve novo motim tendo sido o padre violentamente agredido. Ao anoitecer porém já a calma tinha voltado.

Episódio com 3 navios holandeses

No dia 19 de Outubro apareceram três navios ao Sul, que se vieram aproximando do Castelo.

Supondo ser socorro para o Castelo, preparam-se os três navios da armada do bloqueio para evitar o desembarque dêsse socorro, tendo ainda sido utilizada mais uma pequena embarcação inglesa, que tinha chegado nesse dia, na qual embarcaram Pedro de Betencourt, Diogo Leite e outros.

Por ser o vento contrário, não puderam os nossos barcos aproximar-se dos navios holandêses que rumaram ao Sul, no intuito de fugirem aos nossos.

Pelas 5 horas da tarde aproximaram-se nòvamente da ponta de Santo António e a nossa armada conseguiu aproximar-se mais

dêles, mas sobrevindo a noite, os holandêses de novo se afastaram da costa.

Foram então enviadas embarcações pequenas a dar volta ao Monte Brasil para verificarem se dos navios tinha ido alguma embarcação á cortina, tendo constado que próximo do Forte de Santo António estava varado um barco.

De manhã soube-se que um barco com 5 holandêses se dirigiu aos nossos navios. Contaram os holandêses que os seus navios procediam de S. Cristovão, trazendo tabaco a bordo. Na véspera, numa embarcação de um dos navios, foram 12 tripulantes a Santo António, tendo desembarcado e sendo encaminhados para o Castelo. D. Alvaro de Viveiros, pretendendo obter tabaco, reteve 7 dos holandêses no Castelo, enviando os outros 5 a bordo dos navios num barco castelhano para lho trazerem. Os marinheiros, não tendo avistado os seus navios, dirigiram-se aos nossos. Os 7 refens continuaram no Castelo como prisioneiros e D. Alvaro tentou troca-los por castelhanos, como veremos, mas sem êxito.

Companhias de fidalgos

Como tardasse o auxílio prometido por D. João IV, que afinal nunca chegou a efectivar-se em virtude do malogro da expedição de Tristão de Mendonça, e aproximando-se o inverno, em principios de Outubro resolveram os capitães-móres organizar mais quatro companhias, todas comandadas por fidalgos de reconhecida ponderação, que ficaram sendo conhecidas por «companhias dos nobres». Dois dos respectivos capitães, Diogo do Canto e Castro, e Cristóvão Borges da Costa, eram da Cidade e Sebastião Cardoso Machado e Francisco de Andrade Machado eram da Vila da Praia.

Cada uma destas companhias tinha um efectivo de 40 homens, entrando, alternadamente, uma de serviço por 24 horas.

No Alto das Covas, encostada ao muro do Convento de S. Gonçalo — possivelmente onde hoje existe o chafariz — foi construida uma barraca de madeira, coberta de telha, para alojamento da companhia de serviço, a que o publico passou a chamar Bar-

raca dos Fidalgos ou «galinheiro,» por ali se comerem muitas galinhas.

A companhia de serviço constituia uma reserva para acudir a qualquer posto que fôsse atacado, além de fornecer rondas que percorriam as «trincheiras e valados», reforçando a vigilância e fiscalizando o serviço.

A 7 de Outubro, pouco depois da sua construção, abateu-se a Barraca tendo sido prontamente reconstruida e já sendo utilizada no dia 13 seguinte pela companhia escalada para serviço nesse dia.

Desertores

Durante o cêrco ao Castelo, vários foram os desertores que se vieram entregar ás nossas forças, quer por serem portuguêses integrados na guarnição castelhana como soldados, quer por pretenderem libertar-se da fome que se manifestou logo após algum tempo do sítio. E verifica-se que, á maneira que foram aumentando as dificuldades de alimentação entre os sitiados, o número de fugitidos foi tambem crescendo. Alguns desses soldados prestaram bons serviços às nossas tropas, não só pelas declarações que faziam e pelas quais se ajuizava do estado dos sitiados, mas ainda por servirem de guias às nossas patrulhas nos ataques nocturnos aos postos de combate inimigos situados exteriormente ao Caminho Coberto.

Entre os numerosos desertores contou-se uma mulher a quem Maldonado chama Maria Tola. Segundo aquele cronista, a Maria Tola era boa nadadora, o que aliás a sua proeza confirma. Sotto Mayor manifesta a opinião de que teria vindo a «espiar». Nada averiguamos àcêrca do destino que lhe foi dado depois de se ter apresentado nas nossas linhas, pelo que nada podemos conjecturar sobre o motivo da sua aventurosa saída do Castelo.

Na cortina de S. Diogo, ou do Zimbreiro, como então se chamava, a Oeste do Cais do Castelo, existia — e ainda hoje existe — na rocha, um tanque abastecido por água que ali manava. No começo da muralha existe uma escada de pedra, estreita, não permitindo a passagem senão a uma pessoa de cada vez, que dáva

acesso ao referido tanque. Essa escada desce paralelamente e encostada à muralha e dela se serviam as mulheres que ficaram no Castelo durante o cêrco para irem lavar a roupa.

Muitos anos depois aquele tanque serviu ao antigo régulo Gungunhana para tomar banho, ficando a ser conhecido entre as pessoas que viviam no Castelo por «Pôça do Gungunhana»,

A rocha naquele sitio não é muito alta mas só com um bom mergulho se atinge o mar. E foi dali que a Maria Tola se lançou ao mar nadando depois para o Recanto do Cais do Castelo tendo aí subido para o calhau pelo qual seguiu até ao Fanal onde se apresentou no posto de Santa Cruz.

A lista dos desertores é relativamente grande e maior teria sido se o Governo do Castelo não tivesse tomado as drásticas medidas que tomou e que chagaram à aplicação da pena de morte e exposição do cadáver suspenso pelos pés de postes cravados nas baterias da Fortaleza, aos que pretendendo desertar eram presos.

Em 4 de Abril, pelas 11 horas da noite, apresentou-se nas nossas trincheiras o soldado João Gonçalves. ao serviço de Castela, natural desta Ilha.

Na madrugada de 27 de Junho fugiu um preto, escravo de Pedro de Castro do Canto, que estava servindo o patrão, prisioneiro no Castelo. No interrogatório a que foi submetido declarou que na cortina do Zimbreiro os castelhanos estavam construindo uma embarcação para enviarem a Espanha com pedido de socorro.

Em 20 dêste mesmo mês apresentou-se mais um desertor, ao anoitecer, que contou ter sido morto, no tiroteio havido dias antes entre o nosso posto Aventureiro e a guarita de Água, o sargento inimigo Linhares.

Ainda neste mês de Junho, a 28, fugiu outro sitiado pelo Fanal, a nado.

No dia 13 de Agosto apresentou-se nas nossas linhas um soldado chamado Palas Martins.

Em 8 de Outubro fugiu mais um português que ficára no Castelo quando lhe foi posto cêrco. Deu a noticia da morte de Estevão de Silveira.

Das onze horas para a meia noite de 21 dêste mesmo mês apresentou-se nas nossas linhas mais um desertor castelhano.

Ainda a 31 dêste mês, ao anoitecer, se apresentou, mais um desertor.

Na noite de 5 de Novembro conseguiram fugir do Castelo mais dois soldados que se apresentaram nas nossas linhas em locais e horas diferentes.

Na noite de 6 dêste mesmo mês desertou mais um soldado inimigo chamado Salamanca.

A 9, durante a noite, desertou mais um português servindo como soldado no Castelo, chamado Parada.

Durante a noite de 10 fugiu mais um castelhano.

Finalmente no dia 12 apresentou-se nas nossas trincheiras mais um desertor que informou ter sido enforcado um soldado por ter sido descoberto quando tentava fugir. Foi êste o ultimo desertor que se apresentou às nossas forças.

Das nossas forças não desertou qualquer português. Em 4 de Setembro fugiu para o Castelo um espanhol ao nosso serviço. E durante a noite de 12 para 13 de Novembro desertaram três catalães da companhia do capitão Francisco Pires, que tinham vindo com a expedição de D. Luiz de Viveiros e tinham manifestado o desejo de combaterem ao nosso lado. Parece que êstes homens desertaram com o fim de informar o Mestre de Campo do planeado assalto geral ao Castelo. Julgou-se que teriam espalhado entre os sitiados o boato que as nossas tropas tratavam mal os desertores inimigos tendo chegado a matar alguns. A verdade é que se não apresentaram mais desertores nas nossas trincheiras depois da fuga dêstes 3 soldados.

Depois da fuga dêstes 3 catalães foram dispensados quási todos os espanhois que prestavam serviço nas nossas forças, tendo sido mandados presos para S. Miguel. Até haver embarcação que os transportasse ficaram presos na cadeia.

Logo no príncipio do sítio tivemos um soldado prisioneiro que deve ter fornecido ao inimigo a informação de que os seus tiros de artilharia eram altos porque depois daquela prisão os artilheiros baixaram mais as pontarias aumentando os estragos em edifícios. Passou-se o facto do seguinte modo: Na noite de 17 de

Abril, para alardear coragem, o soldado referido foi até junto ao fôsso do Castelo e colheu lá uns cardos que trouxe para as trincheiras. Tendo Francisco de Ornelas tido conhecimento do caso, gratificou o homem com um tostão. Apesar de lhe ter sido recomendado pelo seu comandante de companhia que não voltasse lá, na mira talvez de outra gratificação, quiz repetir a façanha mas foi feito prisioneiro.

Armada de socorro de Tristão de Mendonça

Pelas sete horas da tarde de 28 de Novembro de 1641 chegou à Praia uma caravela procedente de Lisboa trazendo a notícia de que se estava aprestando uma armada para transportar a esta Ilha uma expedição de 1.500 homens sob o comando do general Tristão de Mendonça.

Esta notícia foi motivo de regosijo geral que se manifestou com repique de sinos, toques de caixas e muitos tiros de mosquetes na Cidade.

Na tarde de dez de Fevereiro de 1642, pelas cinco horas, apareceu um navio grande ao largo de S. Mateus No dia seguinte soube-se que o navio era português, fazia parte da armada de Tristão de Mendonça da qual se separára em virtude de um grande temporal e que trazia a bordo o capitão Jorge de Mesquita de Castel Branco com a sua companhia constituída por 62 soldados.

Êste auxílio foi motivo de grande regosijo tanto mais que não se sabia ainda que a armada fôra destroçada.

No dia 14, durante a tarde, desembarcou o capitão Gaspar Gonçalves Arcos que chegára nesse mesmo dia com a sua companhia de 60 soldados a bordo de outro navio. Fazia tambem parte da expedição do general Mendonça.

Esta armada era constituída por doze navios. Apanhada por um violento temporal, arribou. O navio almirante deu á costa na Lourinhã, tendo perecido todos os que nele viajavam, entre os quais o almirante Francisco Duarte; a capitânea, em que vinha o general Mendonça, deu á costa em Cezimbra, no areal. O general com alguns fidalgos desembarcaram, mas a embarcação em que se dirigiam a terra perdeu-se tendo morrido todos os que nela iam.

Os tripulantes que ficaram no navio conseguiram salva-lo e chegar a Lisboa, bem como os outros navios, embora muito avariados.

Frei Diogo das Chagas comenta assim o sucesso: «... o que tudo Deus Nosso Senhor permitira assim para maior glória sua e bem nosso por os ocultos juizos seus, que êle só sabe; porque não faltou quem dissesse vinha o general e governador de todas as ilhas, assim por mar como por terra, e de toda a justiça, Tristão de Mendonça, ameaçando a todos, e prometendo de executar grandes e rigorosas justiças contra aqueles de quem já lá tinham escrito».

Assalto ao Castelo

Como tardasse a chegar o anunciado socorro aos sitiantes e o cêrco já se viesse prolongando por vários mêses sem que houvesse indícios que fizessem supor uma próxima rendição dos castelhanos, reuniu-se em 2 de Dezembro um conselho de guerra no qual foi resolvido efectuar um assalto geral á Fortaleza para decidir rápidamente a luta. Neste conselho de guerra os capitães deram as suas opiniões por escrito.

Na noite de 11 de Dezembro, Manuel do Canto Teixeira, Diogo Leite, Sebastião Cardoso, o sargento-mór António Pires, o sargento-mór de Santa Maria, Mateus de Távora, o Parada e Alonço Gomes foram proceder ao reconhecimento de que tinham sido encarregados na zona compreendida entre a frente do nosso posto do Rosário e o Forte de Santo António, inclusivè, a-fim-de tomarem as medidas para as escadas necessárias ao escalamento das muralhas, que devia ser feito em vários locais simultâneamente, verificando tambem quais os pontos que melhor se prestavam á operação.

Antes porém de ser resolvida a data do assalto foi feita mais uma tentativa junto de D. Alvaro de Viveiros para a rendição do Castelo, mas perante a sua negativa formal foi resolvido em novo conselho de guerra realizar o assalto.

Em resultado do reconhecimento foram mandadas fazer 40 escadas de mão e logo se tratou de obter os barcos necessários ao

transporte por mar das tropas encarregadas do assalto á cortina de Santo António.

Concluídos os preparativos, o assalto foi determinado para o dia 3 de Janeiro de 1642.

Na vespera foi exposto o Santíssimo na Sé e houve confissão geral.

Prègou o Padre Francisco Cabral, exortando os combatentes.

Os capitães designados para o comando das companhias nomeadas para o assalto receberam ordens por escrito, designando-lhes os pontos que deviam atacar.

No dia designado para o assalto o tempo esteve mau, não permitindo o transporte das forças por mar e em face dêste contratempo e das divergências de opinião que havia, os capitães-móres desistiram desta operação e resolveram aguardar a rendição da Fortaleza pela fome. Entre as várias opiniões contrárias ao assalto — segundo refere o Padre Sotto Mayor, que a considerava frívola — havia a de que, se o ataque fôsse coroado de êxito, ficaria diminuido o valor da Fortaleza como poderosa posição para a defesa dos portos da Cidade, então grande empório comercial e base de primordial importância para a navegação entre as Indias e Lisbôa.

Parlamentários

— A 13 de Abril, um sábado, pelas quatro horas e meia da tarde, veio um parlamentário do Castelo às nossas trincheiras, com uma carta, pedindo tréguas no Domingo para que os sitiados pudessem sepultar os seus mortos. Nessa carta propunha o Mestre de Campo uma troca de prisioneiros.

Não foi deferido o pedido da troca de prisioneiros; quanto às tréguas para o enterramento dos mortos eram concedidas, iniciando-se quando fôsse feito nas nossas trincheiras um sinal de tambor.

— Pelas três horas e meia da tarde de 15 de Abril veio mais um parlamentário castelhano às nossas linhas, trazendo cartas de D. Alvaro de Viveiros para a Câmara e capitães-móres propondo

que se voltasse à situação anterior, continuando ele a manter as guardas nos vários postos — Portas do Cais, Porto de Pipas, etc. — até que El-Rei resolvesse em última instância.

A resposta só foi dada no dia 17 pela uma hora da tarde, tendo para isso tocado um tambor na trincheira da Boa Nova dando o sinal ao inimigo para vir às nossas linhas, sendo entregue ao emissário uma carta em que se dizia que o Governador do Castelo era o responsável pelos acontecimentos pois fôra ele quem mandara a escolta em 27 de Março que provocou os tumultos na Praça e que além disso já estava aclamado o novo. Rei D. João IV pelo que não enviasse mais cartas a não ser para tratar da rendição do Castelo.

— Com a chegada do Padre Francisco Cabral fazia-se mister apresentar ao Mestre de Campo, novamente, propostas para a entrega do Castelo, cujas condições o referido jesuita estava encarregado de negociar. Portanto na tarde de 5 de Maio foi um mulatinho ao Castelo com uma carta do Padre Francisco Cabral para D. Alvaro de Viveiros, propondo que viessem duas pessoas do Castelo para tratar de um assunto de grande importância. D. Alvaro respondeu que não conhecia o Padre Francisco Cabral como chefe militar, pelo que lhe escrevesse quem dirigia a guerra.

Às dez horas da manhã do dia primeiro de Junho os capitães-móres enviaram nova carta pelo mesmo emissário, que regressou pelas seis horas da tarde com a promessa de que no dia seguinte viriam conferenciar o tenente Juan Hernandez Herrera e o alferes D. Pedro Hortiz de Melo e propondo fossem para o Castelo, como refens, Sebastião Cardoso e Tomé Correia.

No Domingo, 2 de Junho, pelas 8 horas da manhã, reuniram-se os quatro emissários junto á Guarita de Água. Depois de terem conferenciado durante uma hora, separaram-se sem terem resolvido nada. Pouco depois veio um sargento informar da parte dos sitiados, que enviariam a resposta no dia seguinte. Desta reunião nada resultou.

— A 28 de Junho pelas 5 horas da tarde foi feito nas nossas trincheiras um toque de tambor para que viesse alguem do Castelo ás nossas linhas.

Foi enviado um sargento a quem foi proposta a entrega dum

moço que fôra aprisionado no barco lançado ao mar na Cortina do Zimbreiro (S. Diogo). Não o quiz receber, tendo voltado ao Castelo para apresentar a proposta. Regressou pouco depois com outro sargento, mas recusaram-se a tomar conta do rapaz, tendo aceitado sòmente uma carta de D. Luiz de Viveiros para o irmão.

— No dia seguinte desceu da Fortaleza mais um parlamentário com uma carta do Mestre de Campo para o irmão, uma para o Padre Guizarro e outras de D. Pedro Ortiz para a mãi, irmãs e para o Deão, pedindo-lhes auxiliassem D. Luiz de Viveiros e informando do seu estado de saúde. Estas cartas eram entregues, abertas, ás nossas autoridades.

— Em 26 de Outubro, pelas três horas da tarde, o Mestre de Campo enviou uma carta aos capitães-móres propondo a troca dos sete prisioneiros holandeses por outros tantos castelhanos. Foi-lhe respondido que não era aceite a troca, mas podiam ser resgatados por dinheiro.

— Pelas cinco horas da tarde de 1 de Dezembro os capitães-móres mandaram um parlamentário ao Castelo com uma carta, propondo a vinda de dois delegados do Governador para ser tratado assunto de importância. Logo em seguida mandou o Mestre de Campo um emissário a informar que no dia seguinte enviaria os dois delegados. Na tarde dêsse dia, porém, veio do Castelo a comunicação de que não seriam enviados os delegados, porque não havia em quem confiar e por o Governador do Castelo estar disposto a defende-lo até com sacrificio da sua vida.

— Em 30 de Dezembro ainda foi mandado mais um parlamentário nosso ao Castelo com uma carta para D. Alvaro de Viveiros, intimando-o a entregar a Fortaleza, sendo respondido no mesmo dia que estavam todos dispostos a dar as vidas em defesa.

— No dia 29 de Janeiro de 1642, pelas 4 horas da tarde, foi enviado a D. Alvaro mais um emissário com uma carta do Padre Francisco Cabral, dando-lhe conta dos ultimos sucessos em Portugal e convidando-o mais uma vez a render-se e outra da cunhada de D. Pedro Ortiz de Melo, que chegára havia pouco de Lisbôa, para êste. Às 4 horas da tarde de 31 foi recebida a resposta em

que dizia o Mestre de Campo que convinha o assunto fôsse tratado por delegados de uma e outra parte. Segundo refere o Padre Sotto Mayor, houve regosijo no Castelo quando foram recebidas as cartas dos sitiantes.

— Na tarde de 1 de Fevereiro foi mandado, da parte dos sitiantes, novo emissário, propondo a vinda às nossas linhas de pessoa competente para tratar da rendição.

Logo na tarde do dia seguinte respondeu o Mestre de Campo, informando que não podia sair do Castelo em virtude do juramento prestado ao seu rei, mas que rogava a «Sua Paternidade» o Padre Francisco Cabral que lá fôsse pois lhe garantia, com a sua palavra, salvo conduto. Em seguida houve troca de cartas tendo-se chegado á conclusão de que viriam para as nossas linhas, como refens, o capitão de artilharia D. Rodrigo e o alferes D. Pedro Ortiz. Para conferenciar com o Mestre de Campo foi ao Castelo o Padre Francisco Cabral que se fez acompanhar pelo Padre Monteiro. Os refens mantiveram-se na Boceta emquanto durou a conferência, a qual se realizou no Caminho Coberto. Acompanhavam D. Alvaro, Cristóvão de Lemos e o capitão João Espínola da Veiga. Antes desta conferência foi rezada missa na Sé, ao Espírito Santo, pelo seu bom sucesso.

— A 7 foi recebida nova carta do Governador ao Castelo e, pelas 2 horas da tarde voltou o Padre Francisco Cabral ao Castelo para nova conferência. Durante êstes dias houve tréguas que terminaram em 12.

— Em 24 de Fevereiro, á tarde, foi recebida nova carta pedindo ao Padre Francisco Cabral para ser efectuada outra conferência.

No dia 25 vieram do Castelo, como refens, o capitão D. Rodrigo e o alferes D. Pedro Ortiz, indo como delegados dos sitiantes os capitães Sebastião Cardoso Machado e Jorge de Mesquita, que fazia parte da malograda expedição de Tristão de Mendonça. O Padre Francisco Cabral, ou porque já estivesse enfadado, ou por entender que nesta altura das negociações o assunto fôsse melhor resolvido por militares, como diz o Padre Sotto Mayor, excusou-se de ir a nova conferência. Emquanto durou a reunião os refens castelhanos estiveram, primeiro, na Barraca e

depois foram para a casa que habitava o capitão-mór da Praia. (1) Os nossos emissários conferenciaram com o tenente do Castelo Juan Herrera, tendo sido acordadas tréguas por quarenta e oito horas, para se tratar das condições de rendição, as quais terminavam na quinta-feira 27 de Fevereiro.

Ainda durante estas tréguas vieram como refens, o tenente e o alferes para a casa de Francisco de Ornelas, e foram para o Castelo, tratar das condições de rendição, Diogo do Canto e Francisco Pires. Nesta conferência ficaram assentes as condições de rendição e resolveu-se prolongar as tréguas até ao primeiro de Março.

Entretanto os capitães-móres tomavam as providências para se preparar o quartel para os castelhanos se alojarem durante o tempo em que permanecessem na Ilha. Essse quartel era limitado pela Rua da Oliveira, exclusivé, e compreendia a actual Rua do Principe de Mónaco desde o seu cruzamento com aquela, até á descida para o Relvão, e a Rua do Mota, estas inclusivé. Foram desalojados os moradores e muradas as embocaduras das ruas.

Na tarde dêste dia 27 o tenente e o alferes do Castelo vieram ver o quartel que fôra designado e onde permaneceriam as tropas rendidas até à sua saída para Espanha.

Até ao dia 5 do mês de Março ainda houve troca de refens para se ultimarem os preparativos da entrega do Castelo e para o alojamento dos castelhanos, mas já na tarde dêste dia o tenente e o alferes saíram do Castelo sem haver troca de refens.

Na quinta-feira, 6 de Março, os castelhanos saíram do Castelo, vindo alojar-se no quartel e em 15 de Maio embarcaram numa nau inglêsa com destino à Corunha, ou outro porto de Espanha, cêrca de 300, entre homens, mulheres e crianças.

Ficaram alguns castelhanos na Ilha por se terem casado com mulheres terceirenses. Tanto êsses como os que, sendo portuguêses, serviram no Castelo, não foram hostilizados pela população.

---

(1) — Actual residência do Sr. Carlos Tadeu de Sousa Rocha na Rua do Mota, entre a rua de D. Afonso VI e a rua Nicolau Anastácio.

Balanço da Luta

Embora a artilharia assestada no Castelo não tivesse causado os estragos que se previam no começo da luta, no entanto ficaram muito danificados o Convento de S. Gonçalo, várias casas do «quartel dos castelhanos casados» e outras em diversos pontos da Cidade.

O Padre Sotto Mayor avalia os tiros de artilharia disparados do Castelo em 3.235 e os de mosquete e arcabuz em 56.831 o que, quanto a nós, é um cálculo muito falivel a não ser que êstes números lhe tivessem sido falcutados pelo inimigo. Quanto aos mortos, afirma que dos nossos foram 128 e que tivemos 158 feridos que se curaram dos ferimentos. Além dêstes houve mais 17 mortos e 14 feridos entre pessoas que não estavam envolvidas na guerra. Êste mesmo cronista avalia os mortos do inimigo, por doença, entre homens, mulheres e crianças em 300, além de 14 soldados mortos dentro das muralhas por tiros e 28 nos redutos exteriores ao Castelo, o que prefaz 342 mortos e 20 feridos.

A guarnição do Castelo não devia ultrapassar 530 homens pelo que, somando-se os prisioneiros, familias de oficiais e soldados e mestres dos vários oficios, se pode computar em cêrca de 800 pessoas as que ficaram encerradas na Fortalêza em 27 de Março de 1641. Em 6 de Março, do ano seguinte, saíram do Castelo para o quartel 456 pessoas entre militares e civis, incluindo as mulheres e crianças.

A responsabilidade da pequena guarnição do Castelo estava a guarda e vigilância de toda a linha de fortificações que se estende desde o Forte de Santo António até ao Zimbreiro, numa extensão de meia légua, além do serviço nos redutos, dos ataques de patrulhas, das rondas e sentinelas exteriores ao Castelo. Para manejar a artilharia só existiam 24 artilheiros. O enorme esforço que era necessário dispender por tão reduzida guarnição era ainda agravado pela má alimentação, pois que os géneros a breve trecho se corromperam, provocando as doenças que causaram a maior parte dos mortos.

Causa de facto admiração que os danos na Cidade provocados pelas balas de artilharia tenham sido reduzidos, embora se atenda

a que as peças usadas na época tivessem pouca eficácia, não só pelo que diz respeito às pontarias como ao alcance e efeitos. As primeiras muito empíricas pela falta de aparelhos de pontaria e pelas condições das peças que não eram estriadas, pelo manejo dificil, incerto e muito trabalhoso e o alcance tambem pela ausência das estrias, pelo formato das balas e pela pouca eficácia da pólvora.

Com o prolongamento da luta, a esperança de socorro perdida e o abatimento provocado pela doença e o trabalho intenso ao longo dos mêses, agravados ainda êstes males por uma alimentação deficiente e escassa, não é de estranhar que o moral da guarnição tivesse baixado muito e êsse estado se reflectisse na eficiência com que se batiam os sitiados, muito especialmente nos ultimos mêses das hostilidades.

Finalizamos estas considerações com a transcrição, da Fénix Angrense, do Padre Maldonado, duma relação das pessoas que, não fazendo parte das forças sitiantes, foram mortas pela acção da artilharia do Castelo, por a termos achado muito curiosa.

Pessoas que morreram de balas de artilharia

1 — Padre Manuel de Oliveira
2 — Padre Manuel Coelho
3 — O Cabral que servia os presos
4 — Um estudante natural da Graciosa
5 — Um artilheiro inglês
6 — Uma mulher beata na Praça
7 — Elias de Alafão, na Praça
8 — Um estudante de casa de João Camelo
9 — Uma mulher em S. Pedro.
10 — Um criado de António do Canto
11 — Um filho do Santiago das Barcas
12 — Um menino no «quartel»
13 — Outro em S. Pedro
14 — Um homem que trabalhava no valado
15 — Outro homem no mesmo valado
17 — O Caldeireiro
18 — Um negro na Rua da Oliveira

Certamente por lapso de numeração o autor não incluíu o número 16 tendo passado do número 15 ao 17.

Relação das pessoas que exerceram comandos
ou
cargos nas tropas que cercaram o Castelo

Nomeados por D. João IV exerceram o comando das forças sitiantes os capitães, João de Betencourt de Vasconcelos, capitão-mór de Angra e o capitão Francisco de Ornelas da Câmara, capitão-mór da Vila da Praia.

Precedendo nomeação do Conselho de Guerra exerceram comandos na armada que serviu no bloqueio os seguintes capitães:

Manuel Correia de Melo, capitãc-mór de S. Jorge, — capitão-mór da armada;

Francisco do Carvalhal: — almirante;

Roque de Figueiredo: — capitão de uma fragata;

Mateus de Távora: — capitão de uma fragata;

Manuel de Medeiros: — veio de S. Miguel comandar um navio, pagando á sua custa á tripulação.

Exerceram ainda vários cargos as seguintes pessoas nomeadas tambem pelo Conselho de Guerra:

António do Canto de Castro: — capitão-mór do Terço;

Luiz Cardoso Machado: — capitão da artilharia do Castelo de S. Sebastião;

Francisco de Betencourt Correia de Avila: — Vedor das pagas;

Luiz Pereira da Horta: — Almoxarife dos Armazens das Armas e munições;

Francisco Lopes Guaraveta: — Ajudante;

Pedro Alvernaz: — Ajudante;

António Gomes Pais, licenciado: — Auditor do Exército.

Companhias que tomaram parte no cêrco ao Castelo

Relação extraída de Alegrias de Portugal ou Lágrimas de Castelhanos, publicação do Ex.mo Sr. Dr. Baptista de Lima

Da Cidade

	Efectivos	Mortos	Feridos
1 — Diogo do Canto	146	3	—
2 — Constantino Machado	119	9	8
3 — Jerónimo da Fonseca	92	3	2
4 — Vital de Betencourt	128	3	2
5 — Galaor Borges da Costa	110	8	10
6 — João de Ávila	117	9	4
7 — Francisco do Canto	102	1	3
8 — Baltazar da Costa Pereira	64	13	13
9 — Henrique Moniz	117	3	7
10 — João Pacheco	60	2	6

Ribeirinha

11 — Pedro Jaques	93	2	—

Porto Judeu

12 — Gaspar Gonçalves Vieira	75	—	—

Vila de S. Sebastião

13 — Henrique Fernandes Frois	70	—	2
14 — Domingos Alves Machado	70	2	—

Cabo da Praia

15 — Gaspar Camelo	75	—	2
16 — João de Sousa	75	—	—

Vila da Praia

17 — Melchior Machado	80	—	3

18 — Manuel de Ornelas	70	1	—
19 — Manuel do Canto Teixeira	115	—	2
20 — Manuel do Canto Vieira	74	—	1

Capitania da Praia

21 — Baltazar Mendes	113	1	3
22 — Pedro da Costa	100	1	—

Vila Nova

23 — Francisco Lourenço Rebelo	113	1	3
24 — Gonçalo Vaz Diniz	100	—	—

Quatro Ribeiras

25 — Bento Godinho	76	—	—

Biscoitos

26 — Gaspar Cardoso	96	—	3

S. Roque

27 — Melchior Vaz	90	—	4
28 — Diogo Borges	80	—	1

Santa Barbara

29 — Antão Moniz	86	1	5
30 — Pedro Lourenço	79	—	4
31 — António Gonçalves Tristão	64	3	4
32 — Ascenço Roiz	95	—	—

S. Bartolomeu

33 — Bartolomeu Gonçalves	75	—	—

S. Mateus

34 — Sebastião Rodovalho.	73	2	—

Companhias pagas

35 — Diogo Leite.	40	4	4
36 — Manuel Correia de Melo.	55	—	—
37 — João da Fonseca.	80	9	25
38 — João Ibre (aventureiros).	50	9	9
39 — Pedro de Betencourt (aventureiros)	46	9	6
40 — Pedro de Castro.	40	—	2
41 — António Nogueira de Araújo. . . .	30	1	2
42 — Francisco Pires de Ávila	35	1	1
43 — Francisco Moreira	41	11	3
44 — José Cardoso.	25	12	2
45 — Gonçalo Braz.	52	2	1
46 — Jorge da Fonseca.	60	2	1
47 — Manuel de Medeiros.	26	—	1
48 — João Mendes.	46	—	3
49 — Jorge Mesquita.	62	—	2
50 — Gaspar Gonçalves Arcos.	60	—	—
	3.851	128	158

Capitulações com que se entregou o Castelo de São Filipe do Monte Brasil na Cidade de Angra, da Ilha Terceira

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e quarenta e dois em quatro dias do mês de Março, na Cidade de Angra da Ilha Terceira de Jesus Cristo, nos aposentos de Francisco de Ornelas da Câmara fidalgo da casa de Sua Magestade, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mór e governador desta guerra contra o Castelo de S. Filipe do Monte Brasil desta Cidade, aí estando êle presente e João de Bettencourt de Vasconcelos, fidalgo da casa de El-Rei Nosso Senhor, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mór desta cidade de Angra e outrossim governador da dita guerra; e sendo presente da parte do

Mestre de Campo D. Alvaro de Viveiros, castelhano do Castelo de S. Filipe do Monte Brasil desta Cidade de Angra e governador da guerra dele; o capitão João Fernandez de Herrera, tenente do dito Castelo e D. Pedro Ortiz de Melo, alferes dele, como procuradores do dito Mestre de Campo, como constou de uma sua procuração que me apresentaram, que no fim dêste auto público irá encorporada, para em virtude dela fazerem entrega do dito Castelo aos senhores capitães-móres João de Bettencourt de Vasconcelos e Francisco de Ornelas da Câmara como governadores da dita guerra e sítio, que lhe tem posto estando assim presentes a êste contrato, com os ditos srs. capitães-móres e governadores, o Rev.º Padre Francisco Cabral da Companhia de Jesus, e o Doutor Manuel Figueira Delgado do Dezembargo de El-Rei nosso senhor e seu Corregedor com alçada na Comarca e Correição das ilhas dos Açôres, e os oficiais da Câmara desta dita Cidade, e o capitão-mór Francisco da Câmara Paim e Manuel Correia de Melo capitão-mór da ilha de S. Jorge e da armada dos navios que nesta Ilha se fizeram para esta guerra, e o sargento-mór António do Canto de Castro, fidalgo da casa de Sua Magestade e os provedores das armadas e fazenda, João do Canto de Castro, fidalgo da casa de Sua Magestade e Agostinho Borges de Sousa, e os sargentos-móres André Fernandes da Fonseca, Tomé Correia da Costa, Jerónimo da Fonseca, com os capitães Diogo do Canto e Castro, Sebastião Cardoso Machado e Cristóvão Borges da Costa, Melchior Machado de Lemos, e os capitães de mar e guerra, e de infantaria, e mais capitães que com suas companhias assistem neste cêrco e sítio, a saber: Jorge de Mesquita Castelo Branco, e os mais que se acharam presentes a este efeito e contrato; e logo pelos ditos capitão João Fernandez de Herrera e alferes D. Pedro Ortiz foi dito e disseram que eles estavam contratados e obrigados com os ditos senhores Governadores sobre as capitulações que se trataram sobre a entrega do dito Castelo, como procuradores do dito Mestre de Campo, por as terem contratadas sobre a dita entrega da dita fortaleza S. Filipe desta Cidade; e que em virtude da dita obrigação, digo procuração, se obrigam eles capitão e alferes do dito Castelo, a que o dito Mestre de Campo D. Alvaro de Viveiros entregará, como de

feito já agora a dão, largam, demitem e entregam aos ditos srs. Governadores com toda a sua artilharia e mais armas, mosquetes, arcabuzes, piques e munições, peitos, espaldares e outras quaisquer armas e munições, que no dito Castelo estiverem, pólvora, murrão, pelouros de artilharia, mosquete e arcabuzes: chumbo em pão e em pasta, cobre, pás e enchadas, alviões, picaretas, barras, forquilhas, colheres de artilharia, forma de balas, escopeiros, bota fogos, e todo o mais pertencente á dita artilharia e armas, e todos os mais bens e fazendas que no dito Castelo estão, sem diminuição alguma debaixo das condições e capitulações seguintes:

1.º

Que o Mestre de Campo D. Alvaro de Viveiros, com o seu tenente e alferes, vedor e pagador, tenente de artilharia, capelães e mais oficiais, e soldados, e artilheiros, possam sair por mar e por terra com suas armas e bagagem em ordem, com bandeiras despregadas, tocando caixas, cordas acessas, balas na boca, assim mesmo possa tirar todos os papeis da Veedoria e contadoria da pagadoria e tudo mais anexo e dependente dêles, e auditoria, e contrabando, e todos os mais pertences do dito Castelo, deixando os originais que meramente tocam aos vassalos da Corte de Portugal, e dos que pertenceram aos vassalos de ambas as Corôas, se dará o traslado dêles; e assim mesmo possa tirar a metade dos bens e ornamentos das confrarias do Santissimo Sacramento e Nossa Senhora da Bôa Nova.

2.º

Que possa tirar duas peças de artilharia de bronze, seis quintais de pólvora, seis de corda, e dez de balas de mosquetes e arcabuzes, e vinte balas para cada peça de seu calibre.

3.º

Que se darão embarcações necessárias para passar a um dos portos de Castela, Andaluzia, Biscaia ou Galiza, não se tirando de sua rota e estas serão inglesas com bastimentos, como se

costuma nas armadas, por quarenta dias, a botica para os enfermos, e toda a segurança de passaportes, assim para portugueses como para franceses e holandeses; e será condição que contra estas nações não usarão das armas e força, que levam, até os portos de Castela, e os enfermos, que não poderem seguir logo viagem, serão curados e os mandarão embarcar depois desãos.

4.º

Entregar-se-hão todos os soldados prisioneiros e oficiais da jurisdição de Castela que estão nesta Ilha; e os que estão nas outras, mandaremos vir com toda a brevidade, e se nos entregará a Pedro de Castro do Cânto e os mais prisioneiros que estão no Castelo e assim mesmo os holandeses.

5.º

Que se entregarão os capitães D. Luiz de Viveiros, D. João de Estrada e D. António de Pedrosa e seus oficiais, alferes, e sargentos, e mais soldados que se acharem nestas ilhas, e o licenciado João Guijarro.

6.º

Que o alferes D. Pedro Ortiz, veedor e pagador, doutor, capelães, e o licenceado João Guijarro e Francisco Salinas e a todos os mais soldados e artilheiros e as pessoas de obrigação do dito Castelo se lhe entregarão suas fazendas móveis e raiz e semoventes, no estado em que se acharem em ser ou depositadas, e os que se acharem dissipados em mão de qualquer pessoa, se repiterão ante as justiças, que os mandara entregar pelos meios dela, judicialmente; e que possam dispôr dêles, por si ou seus procuradores, por tempo de quatro anos que terão de liberdade; e os poderão vender e trespassar em dinheiro ou por letra, a parte donde lhes parecer a sua comodidade. E quanto a fazenda do pagador defunto Alonço Gonçalves de Guadelexara se entregará a Manuel do Canto de Castro a terça do vale com seus rendimen-

tos, e a de mais fazenda ficará como esta embargada, para se dar a quem de direito pertencer.

7.º

Que a D. Maria da Câmara se lhe restituirá sua fazenda e rendimentos na forma acima dita e sem limitação de tempo, e o mesmo se entenderá com as demais pessoas que se retiraram ao Castelo.

8.º

Que se pagarão as dividas que se deverem ás pessoas da obrigação do Castelo como tambem eles pagarão as que deverem às pessoas desta Corôa de Portugal, sumariamente.

9.º

Que João Espínola da Veiga se lhe concedem seus bens livremente como ás mais pessoas que se recolheram ao Castelo na forma do capítulo 7, e põe perpétuo silêncio no passado até aqui.

10.º

Que, enquanto se lhe não derem embarcações se lhe dará quartel cerrado á sua satisfação, em que poderá mandar meter guarda, e sobre a sua gente do quartel a dentro terá a sua jurisdição e se fugir algum delinquente, se lhe entregará, e assim mesmo não sairão nem entrarão sem licença de uma e outra parte e será socorrida a infantaria e oficiais como a nossa enquanto se não embarcarem e para os enfermos se dará todo o necessário; e se mandará vender ao dito quartel todos os mantimentos ordinários pelo preço da terra.

Que. Por serem estes os capítulos concordados e acertados entre os contraentes de parte a parte, disseram os ditos procuradores: que se obrigavam em nome do seu Mestre de Campo e como seus procuradores, guardar todo o que á sua parte toca e

fazer a entrega do Castelo até seis do presente mês de Março e entregar tudo o que estiver no dito Castelo de muralhas a dentro na forma das capitulações a que se remetem, e se virá o dito Mestre de Campo recolher com seus oficiais e soldados no quartel que para isso tem ordenado e da dita força poderão tomar a posse os ditos Governadores da Guerra; o que aceitaram os ditos senhores capitães-móres e Governadores da Guerra em nome de Sua Magestade e se obrigarão que fazendo-se-lhes entrega do dito Castelo e chaves dele na forma de que nesta escritura se faz menção, cumprirão todo o capitulado na forma das capitulações feitas e insertas neste auto público, de que mandaram fazer êste dito auto e capitulações, que assinaram todas estas partes e mais nomeados Manuel Ferreira o Moço, Secretário da guerra que o escrevi.

João de Betencourt de Vasconcelos — Francisco de Ornelas da Câmara — Juan Hernandez de Herrera — Francisco Cabral — João do Canto de Castro — D. Pedro Ortiz de Melo — Agostinho Borges de Sousa — Manuel Figueira Delgado — Francisco da Câmara Paim — António do Canto de Castro — Manuel Correia de Melo — o juiz Luiz Coelho Pereira — Tomé Correia da Costa — o juiz Constantino Machado — Jerónimo da Fonseca — o capitão e vereador João de Àvila — o mister Pedro da Costa Machado — o capitão Melchior Machado de Lemos — Jorge de Mesquita de Castel Branco — Baltazar Mendes Vasconcelos — Manuel de Medeiros da Costa — Manuel do Canto Teixeira velho — Francisco do Canto da Câmara — Sebastião Cardozo Machado — Baltazar da Costa Pereira — Gaspar Camelo Pereira — André da Fonseca.

Fica registado no livro da Câmara a folhas duzentas e oitenta e duas, e tres. Sousa.

Capitulações próprias que se fizeram na Ilha Terceira com o Castelhano.

As próprias capitulações.

Nota — Este auto da rendição do Castelo foi extraído da

«Relação» (1) do Padre Leonardo de Sá Sotto Mayor publicada pelo Ex.mo Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, ilustre erudito investigador. Utilizamos a leitura daquele autor por nos merecer mais confiança mas escrevendo o texto na grafia actual.

Evacuação do Castelo pelos Castelhanos

Conforme o estipulado nas capitulações, em quinta-feira 6 de Março, começou a despejar-se o Castelo.

As nossas forças estavam dispostas em duas alas desde o canto da Rua da Oliveira até a «cancela que fecha o Portão dos Carros».

Para presenciar a saída dos castelhanos da Fortaleza reuniu-se muita gente que se aglomerou na Esplanada, grande parte sentada na relva.

A evacuação iniciou-se logo pela manhã com a saída de 180 carros carregados com os haveres dos sitiados a seguir aos quais vinham mais alguns transportando doentes. Estes eram em número de 89 mas nem todos eram transportados nos carros; muitos dêles vinham a pé.

O desfile dos carros terminou pelas três e meia horas da tarde tendo logo em seguida subido a Ladeira do Castelo o Corregedor, os dois capitães-móres e o Padre Francisco Cabral, além de outras pessoas, os quais se detiveram junto á referida «cancela». D. Alvaro de Viveiros, ainda orgulhoso na derrota, mandou o seu ajudante Miranda fazer entrega das chaves do Castelo aos capitães-móres; perante aquela atitude os capitães-móres resolveram que um dos seus ajudantes as fôsse receber.

Seguidamente saíu D. Alvaro de Viveiros, ladeado pelo médico Navarrete, á sua direita e pelo capelão-mór, Francisco de La Cassa e o outro capelão, Tomé Gomez á esquerda; atrás dêstes vinha o tenente e a seguir os dois alferes, todos com as suas insi-

---

(1) — «Alegrias de Portugal ou Lágrimas dos Castelhanos na feliz aclamação d'el-Rei D. João IV» Pelo Padre Leonardo de Saa Sotto Mayor. Leitura, introdução e notas de Manuel C. Baptista de Lima. Lisboa, 1947.

gnias; á rectaguarda dêstes oficiais marchavam 164 mosqueteiros de bandeira desfraldada, 27 piqueiros, dois tambores tocando e um pifano; 4 sargentos e um ajudante; seguia-se o capitão da artilharia, D. Rodrigo, á frente de um carro de bois carregando 8 barris de pólvora e mais dois carros com duas peças de artilharia, atráz dos quais marchavam 15 artilheiros. Vinha depois o sacristão acompanhando um carro com parte dos ornamentos e alfaias da Igreja de S.ta Catarina de Sena. Fechava êste cortejo um grupo de 170 mulheres e umas 60 crianças.

Seriam umas 5 horas da tarde quando terminou o desfile dos castelhanos.

Evacuado o Castelo, foram hasteadas nas suas muralhas várias bandeiras.

A bandeira real foi arvorada no Coroamento da Porta Principal por Frei Manuel dos Santos, da ordem seráfica, sendo saudada com duas salvas de mais de 3000 tiros de arcabuz e alguns de artilharia.

Já durante o dia, como manifestação do grande regosijo que a rendição do Castelo causara, tinham sido dadas várias salvas na Cidade.

Ao quartel dos castelhanos ficaram de guarda três companhias.

Na sexta-feira, portanto no dia seguinte á evacuação do Castelo pelos vencidos, saíu da Igreja da Sé uma procissão do Santíssimo Sacramento em que se encorporaram todas as ordens religiosas da Cidade e o clero, bem como um retrato de D. João IV. A procissão dirigiu-se ao Castelo, tendo-se ali realisado uma missa soléne após o que deu volta aos baluartes fronteiros á Cidade regressando em seguida á Sé onde se recolheu.

Foram disparados 45 tiros de peça e 1400 de arcabuz durante o tempo que mediou entre a saída da procissão e o seu regresso á Sé.

Na tarde de oito dêste mês de Março o povo começou a alvoroçar-se e o seu procurador, acompanhado de várias pessoas, requereu á Câmara pedindo que se não deixasse os castelhanos estarem armados no seu quartel, nem que lá estivessem os mosquetes pois eram perto de duzentos e tinham trazido um número

de armas superior. Dizia-se mesmo que teriam trazido mais pólvora e balas do que o permitido pelas capitulações.

Foram encarregados de conferenciar sobre êste assunto com o Mestre de Campo, o Padre Francisco Cabral, o capitão Jorge de Mesquita e outros. D. Alvaro, bem como o seu tenente, argumentaram que aquele caso se devia ter tratado a tempo e não naquela altura e que se devia cumprir a palavra empenhada. Na tarde do dia 14 os castelhanos fizeram entrega de uma parte dos mosquetes, o que aquietou o povo. A guarda foi reduzida a uma companhia.

Em dez dêste mês a Santa Casa da Misericórdia promoveu uma solène procissão de acção de graças pela ocupação do Castelo pelas nossas forças, em que se encorporou muito clero e frades, tendo tambem por fim fazer a reposição da imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que fôra transferida, no começo da luta, da sua Igreja da Misericórdia para a Ermida de Nossa Senhora da Saúde. Prègou o Padre Francisco Cabral.

Alguns sucessos após a rendição do Castelo

Depois de rendido o Castelo realisaram-se algumas reuniões dos capitães-móres com outras autoridades e pessoas de destaque para serem tratados vários assuntos de importância. Nessas reuniões foi deliberado nomear Governador do Castelo o capitão-mór de Angra, João de Betencourt de Vasconcelos e designado para levar a El-Rei a notícia da rendição da Fortaleza o capitão-mór da Praia, Francisco de Ornelas da Câmara.

Três ou quatro dias após a partida para Lisboa de Francisco de Ornelas, chegou ao porto de Angra a armada de António de Saldanha com uma expedição de 300 homens destinada a colaborar na luta para a rendição do Castelo sob as ordens daquele general. Viajava na mesma armada o fidalgo Manuel de Sousa Pacheco que vinha nomeado Governador do Castelo.

O general António de Saldanha foi recebido com grandes honras. Logo após o desembarque dirigiu-se à Sé, sob pálio, tendo depois seguido para o Castelo.

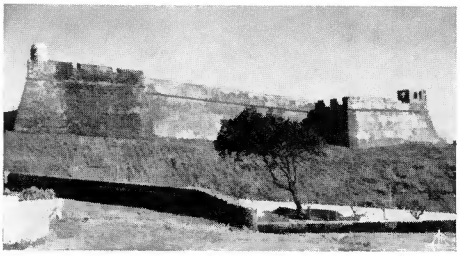
Ordenou várias reparações em fortes e mandou construir a

bateria que tem o seu nome — e está arruinada — na cortina de S. Diogo.

Adquiriu nesta Ilha os cavalos necessários à organização de duas companhias, para irem servir no Continente, sendo dado o comando de uma delas a António do Canto de Castro e o da outra a um dos oficiais que tinham vindo na expedição.

Fez embarcar os castelhanos, a 15 de Maio de 1642, numa nau inglêsa que se destinava à Corunha. Entre homens, mulheres e crianças seguiram cêrca de 300 pessoas.

No dia 16 do mês de Junho entregou o governo do Castelo a Manuel de Sousa Pacheco, embarcando, nêsse mesmo dia, com destino a Lisboa. Antes dirigiu-se a S. Miguel mas não desembarcou naquela Ilha.

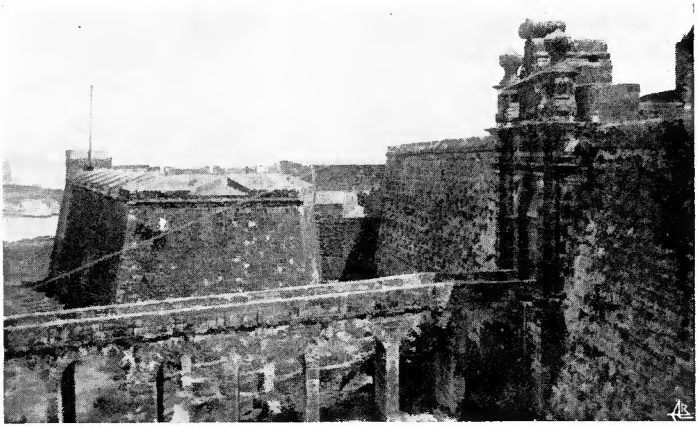


Castelo de S. Sebastião

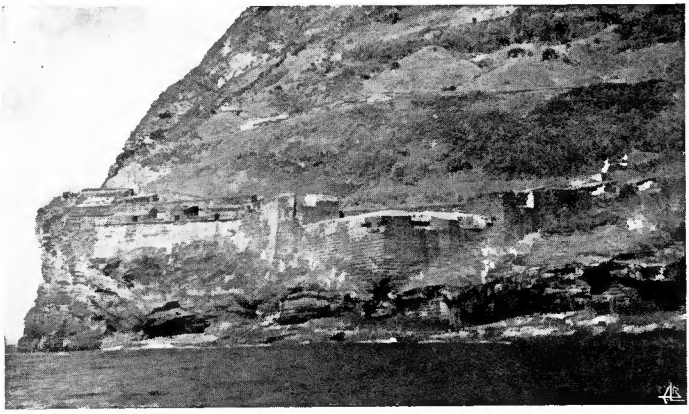
Quebrada — Costa Sul do Monte Brasil.

Castelo de S. Cristóvão — Ampliação da carta de Linschoten.

Baluarte de S. Pedro visto através de um dos arcos da ponte.



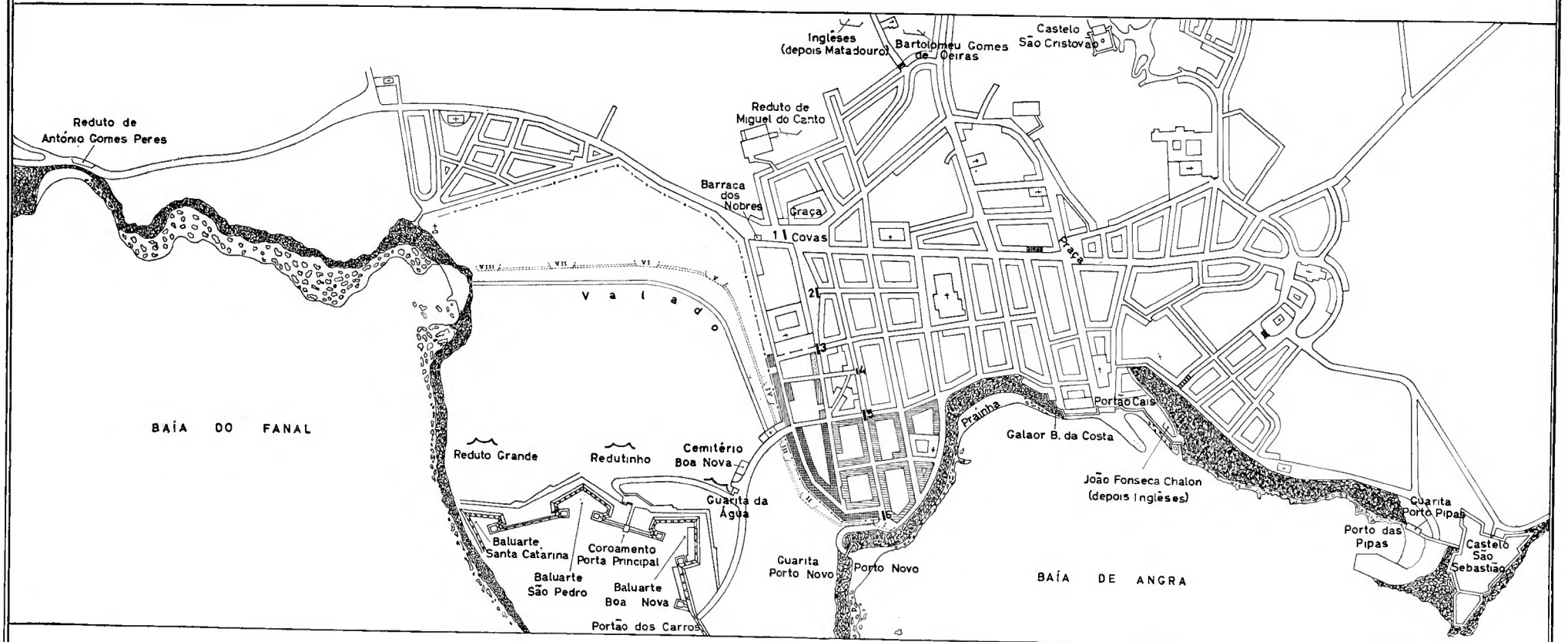
Castelo de S. João Baptista da Ilha Terceira — Porta principal e baluarte da Boa Nova.



Forte de Santo António visto do mar.

PLANTA DA CIDADE DE ANGRA

(Adaptada da carta de Linschoten)



= LEGENDA =

- Primeira Fase
- Segunda ..
- Terceira ..
- Trincheiras
- Reduto
- Casa de João Bettencourt Vasconcelos
- .. .. D. Rodrigo Lobo
- Quartel dos castelhanos casados
- .. .. .. após a rendição

1 Cap. Constantino Machado
2 .. João de Ávila
3 .. João T. de Carvalho
4 Alfs. Manuel Gomes
5 Cap. Vital de Bettencourt
6 .. Baltazar da C. Pereira

i Boceta
ii Amoreiras
iii Flôres
iv Aventureiro
v Rosário
vi Sacramento
vii Guiné
viii Santa Cruz

As Lutas

pela «Provincia de S. João Evangelista» das Ilhas dos Açôres

Pelo Cónego JOSÉ AUGUSTO PEREIRA

Merece-nos certamente maior atenção o nome dos protagonistas das cenas que vamos descrever, do que propriamente, a causa questionada entre os Frades Franciscanos, se bem que, para a respectiva época, isso fosse considerado assunto de alto valor religioso e politico.

Os herois principais desta luta foram os Padres *Fr. Mateus da Conceição* e o irmão *Fr. Diogo das Chagas*, (1) bem conhecidos na história cultural e politica das nossas Ilhas.

---

(1) Nasceram na vila de Sta. Cruz da ilha das Flores, filhos do Capitão-mór Mateus Coelho da Costa e de D. Catarina de Fraga Redovalho. Fr. Mateus da Conceição foi formado em «Artes» e leccionou Teologia, em Evora; Fr. Diogo das Chagas é o autor do *Espelho Cristalino* e foi o braço direito do Cap. Francisco de Ornelas, a quando, na Praia e em Angra, foi proclamada a Restauração de Portugal.

O irmão mais velho, P.e Inacio Coelho, foi vigário de St.a Cruz das Flores.

Pelas circunstancias dificeis em que se viram envolvidos os dois Irmãos, a que vamos fazer referência, tornou-se este um exaltado partidário de D. João IV, contra os Castelhanos. Chegou a enviar para a Terceira, segundo afirma o Dr. Urbano M. Dias, em *Literatos dos Açôres*, perto de 100 soldados e 12 peças para auxiliar o ataque ao Castelo de Angra.

Fez também voto de dotar a sua Ilha com um Convento franciscano, se

Tratava-se de separar os Conventos Franciscanos, que já abundavam nos Açôres e que constituiam apenas uma «Custódia», da subordinação à *Provincia dos Algarves*, «da qual distavam mais de 360 léguas» como fôra alegado na 1.ª exposição apresentada ao Sumo Pontifice neste sentido.

Era isto, de facto, um golpe bem sensivel dado na autoridade e na importancia d'aquela «Provincia,» que, em Portugal, superentendia em toda a vida das Casas Franciscanas. Daqui se infere o empenho da luta de um e de outro lado!

*

É o franciscano micaelense, Fr. Agostinho do Mont'Alverne, que, pode dizer-se, foi quási contemporâneo destes acontecimentos, quem, nas suas *Crónicas da Provincia de S. João Evangelista das Ilhas nos Açôres*, refere muito sucintamente, tudo o que neste sentido se passou e chegou ao seu conhecimento e que, neste trabalho, pretendemos coordenar. (1)

Esta obra que, acompanhando a modestia do seu Autor, se manteve até aqui quási desconhecida, (2) foi publicada há pouco em edição do *Instituto Cultural de Ponta Delgada*, pelo esforço e admirável empenho de alguns dos seus ilustres Membros, a quem é prestado merecido louvor, no prólogo d'aquela edição.

—. .—

O inicio desta eriçada questão, deu-se no «Capitulo» da Ordem, reunido em Ponta-Delgada, a 14 de Julho de 1629, (3) sob a presidência do «Custódio» Fr. Pedro dos Santos.

---

os Castelhanos fossem derrotados em Angra e, com o auxilio dos Irmãos, fundou de facto, naquela Vila, o Convento de S. Boaventura, na casa e quinta que fôra dos Pais.

No vol. III, agora publicado, das Crónicas da Provincia de S. João Evangelista veem notas mais desenvolvidas sobre a biografia de Fr. Mateus da Conceição, a pags. 39, 189, 198 e 214.

(1) Em um ou outro livro, temos lido referências a este empenho de separar da «Provincia dos Algarves» os conventos que constituiam a Custódia dos Açores. Nestas «Crónicas», porém, é que as encontramos mais completas

(2) Havia apenas algumas cópias, quási todas incompletas.

(3) Ano em que nasceu Fr. Agostinho do Mont'Alverne.

Nessa reunião, foi alvitrado que se começasse a trabalhar, com toda a cautela, mas com todo o empenho, para que a «Custódia» Franciscana dos Açôres fosse elevada á categoria de «Provincia».

Para tratar deste melindroso assunto, foi escolhido Fr. Mateus da Conceição que, em Angra, acabara de cursar «Artes» e era por todos muito considerado, por ser tambem lente de Teologia, a dentro da Ordem.

Tendo sido aceita e aprovada esta proposta, o referido «Custódio» retirou para Angra, com os Definidores e ai comunicou a Fr. Mateus o que fora tratado no «Capitulo» em Ponta-Delgada.

Fr. Mateus que, pelo que se vê, era homem resoluto, aceitou a incumbência e poz-se logo em actividade: Dirigiu-se ao Bispo da Diocese, D. João Pimenta e, com ele, combinou os trâmites que deviam seguir-se para a consecução de tal objectivo.

Acordaram em que o Prelado solicitaria á «Mesa do Capitulo» Fr. Mateus da Conceiçâo para, em seu nome e como Procurador do Prelado, ir a Roma prestar homenagem ao Sumo Pontifice e com recomendação particular do Prelado, solicitar o previlégio que pretendiam.

Assim se fez, e o «Custódio» de Angra tambem lhe confiou cartas e procurações bastantes para consecução de tal objectivo.

Preparado com todos estes documentos, Fr. Mateus embarcou para o Reino, levando ainda uma outra «Patente» do respectivo «Custódio,» para apresentar ao Provincial, sem revelação das intenções pretendidas. Nesta «Patente», era-lhe concedida autorização para ir tomar posse da sua cadeira de Teologia em Évora!

Houve porém quem, destas Ilhas, desse aviso aos superiores da «Provincia»; pois que, pouco tempo depois, o Guardião do Convento de Enxobregas, homem que ao tempo era o frade mais importante da «Provincia», arguia Fr. Mateus da Conceição, censurando-o por andar a tratar dum tal negócio, sem lhe dar conhecimento de nada; o que Fr. Mateus da melhor forma encubriu dizendo que «isso eram juizos temerários dos Frades»! E, para melhor dissimular o segredo, tentou embarcar novamente para as Ilhas, pois que, pensava ele, «ainda não era chegada a hora que Deus determinara».

Outra razão porém o movia então: é que não lhe havia chegado o dinheiro suficiente para a viagem!

O novo «Custódio» de Angra, Fr. Luis Baptista, ao celebrar Capítulo, em Ponta Delgada a 1 de Julho de 1635, veiu a convencer-se de que Fr. Diogo das Chagas estava combinado com o Irmão, sobre a criação da Provincia nos Açôres e por isso transferiu-o do Convento de Angra, para o da Ribeira Grande; pouco depois, para o da Graciosa e mais tarde para o da Praia.

Daqui, oferecendo-se embarcação para o Reino, Fr. Diogo escreveu ao Irmão, que afinal ficara a leccionar no convento de Enxobregas, insistindo que, logo que se proporcionasse ocasião e modo viável, tratasse, sem demora, da criação da «Provincia dos Açôres.»

Numa embarcação, que pouco depois saiu, o «Custódio» d'Angra transferiu para o Reino a Fr. João dos Mártires. Este, ao despedir-se, pediu a Fr. Diogo das Chagas uma carta de favor, para Fr. Mateus da Conceição. Nesta carta, Fr. Diogo dizia ao Irmão que este Fr. João dos Mártires «já sabia o caminho de Roma» e, se lhe parecesse bem, o encarregasse a ele de ir a Roma tratar deste caso da «Provincia.»

Fr. Mateus achou boa a advertência e tratou de preparar este frade com todas as cartas e documentos de que se havia ele munido, quando tencionava ele proprio ir a Roma. Endereçou-o pois para outro frade, que conhecia em Roma, que era homem de expediente, bem visto d'alguns cardiais e que assistia mesmo junto do Cardial Belarmino.

Tal impulso deu ele a esta pretensão que, dentro em pouco, estava a «Custódia» nos Açôres separada da «Provincia Franciscana dos Algarves» e imediatamente subordinada sómente ao Geral da Ordem, como concedeu o Papa Urbano VIII, em «Breve» de 12 de Julho de 1638!

Mas agora recrudesce a tempestade!

Quando, 6 meses depois, os Frades da «Provincia dos Algarves» tiveram conhecimento completo do que se havia passado em Roma, procuraram logo, por todos os meios, assim pela sua antiga autoridade, como por via de S. Magestade, impedir, a todo o custo, esta ousada separação!

Levaram o caso ao Conselho de Estado, por meio do respectivo Secretário, *Miguel de Vasconcelos*, que deles era grande amigo e os protegia em excesso, afirmando que os Frades dos Açôres «*eram traidores a S. Magestade e queriam fazer destas ilhas uma Provincia, para com seus naturais, mais fácilmente as entregarem aos herdeiros do sr. D. António, que viviam nos Estados rebeldes da Flandres, com quem estavam em comunicação e trato*» !

Emquanto os frades da *Provincia dos Algarves*, «andavam com estes sinistros informes,» Fr. João dos Mártires, com os amigos que tinha em Roma, alcançou de S. Santidade um *Motu-proprio*, datado de 12 de Junho de 1639, em que foi dado á nova Provincia franciscana dos Açôres o titulo de *Provincia de S. João Evangelista*, abrangendo todos os conventos que antes constituiam a *Custódia das Ilhas dos Açôres*, separando-os assim da obediencia á *Provincia dos Algarves* e outorgando-lhe «*todas as prerogativas, indultos, previlégios e graças que as outras Provincias da mesma Ordem costumam, podem e devem gosar.*»

E, no Capitulo Geral da Ordem Franciscana, reunido em Roma, a 11 de Junho de 1639, foi igualmente decretada, por estatuto geral, a erecção desta *Provincia* da Ordem Franciscana.

A estes autorisados documentos, seguiu-se naturalmente a nomeação daqueles Religiosos que deviam assumir o governo da nova Provincia. É do que trata a «Patente» do Ministro Geral da Ordem, dada em Roma, a 26 de Julho de 1639, no qual se lê: — *Como porém para a Provincia novamente erecta, o Provincial, o Ministro, o Guardião e os Definidores, pela 1.ª vez devem ser eleitos e designados pelo Ministro Geral, nós, a ti, P.e Fr. Mateus da Conceição, Doutor em Teologia e filho da mesma nossa Provincia de S. João Evangelista, a ti, de cuja virtude, religião e regimen de tratar os frades, muito confiamos no Senhor, pelo teôr das presentes elejo e designo Ministro da Provincia novamente erecta, confio e concedo para regeres e governares a sobredita Provincia durante um trienio, a mesma plenaria autoridade que teem todos os Padres Provinciais da nossa Ordem...*

Depois, no mesmo documento, são eleitos e nomeados o

Guardião e os Definidores que o devem coadjuvar no governo da nova Provincia.

Regressou de Roma o Fr. João dos Mártires, trazendo o Motu-próprio de S. Santidade e a referida Patente do Padre Geral.

Trouxe também uma carta particular do Padre Geral, dirigida a Fr. Mateus da Conceição, na qual lhe recomendava que, sob todo o segredo, se embarcasse para as Ilhas a tomar posse do seu lugar, afim de que o não pudessem impedir!

O portador destes documentos, o referido Fr. João dos Mártires, dirigiu-se a Evora, onde Fr. Mateus leccionava a «aula de Prima,» entregou-lhe ocultamente os documentos que de Roma trouxera e regressou logo a Lisboa, a espera-lo, em casa de suas Irmãs, onde se ocultaria.

Fr. Mateus começou então a dar-se por doente e, com parecer do médico, pediu licença ao Guardião para se vir curar em Lisboa; pois sabia que haveria, em breve, embarcação para as Ilhas e, como lhe fora recomendado, assim em breve embarcaria.

Mas «vieram ventos tão contrários» que se passaram os meses de julho, agosto e parte de setembro, sem se poderem fazer viagens!

Embora muito recomendado, o segredo sobre as ordens vindas de Roma, não deixou todavia de se romper. E os frades de Enxobregas apelaram sem demora para Miguel de Vasconcelos que, em companhia do Secretário da Provincia, mandou ao Juíz do Crime que prendesse a Fr. Mateus da Conceição. E, assim preso, o levaram para o seu Convento. Aqui, Fr. Mateus queixou-se ao Provincial, dizendo que «*estava em Lisboa a tratar da sua cura e não de outra coisa alguma e assim o haviam mandado prender!*»

Em resposta, o Provincial disse que «fôra Miguel de Vasconcelos e não ele, quem o mandára prender, por dizerem que ele, Fr. Mateus, tinha feito uma Provincia, da Custódia das Ilhas, sem licença d'El-Rei»

Ao ter conhecimento de que saía outra embarcação para as Ilhas, Fr. Mateus, a quem haviam transferido para Evora veiu novamente a Lisboa para tratar da sua desejada viagem.

Desconfiando ou sabendo que eram estas as suas intenções,

os frades de Enxobregas deram logo conta a Miguel de Vasconcelos que, com o mesmo ardor, mandou passar Provisões para todo a Reino e para as Ilhas, acompanhadas de cartas de Sua Alteza e do Conselho de Estado, para que, onde quer que Fr. Mateus da Conceição fosse encontrado, o prendessem!

Fr. Mateus ocultou-se por algum tempo, esperando que se proporcionasse ocasião de embarcar para os Açôres. Mas, como a parte adversa era poderosa e os vigias muitos, não pôde escapar-se. Foi por isso preso, desta vez pelo referido «Juiz da Justiça,» levado para Enxobregas e entregue ao Provincial e Definidores, com recomendação de que *«o guardassem a bom recato.»*

Mostrando-se gostosamento obedientes a tais ordens, *lhe deram com o corpo no carcere de Evora, que é uma masmorra mais rigorosa que as de Argel; e com isto se deram por bem seguros, persuadindo-se que ali acabaria seus dias»!*

Mas, antes de ser transferido para Evora, Fr. Mateus mandou fazer nma cópia autentica do «Breve» e «Patente» que havia recebido de Roma e, com a devida procuração, remeteu tudo ao irmão, Fr. Diogo das Chagas, para que este, em seu nome, tomasse posse da nova Provincia e destribuisse os vários cargos por quem lhe parecesse que convenientemente as aceitaria.

Por maiores que fossem as diligências empregadas em todos os pontos onde passavam, estes documentos chegaram fielmente ao seu destino.

«Todos se atemorisavam das Ordens d'El-Rei e das suas Justiças;» mas o portador dos referidos documentos soube-os bem guardar, até os entregar a quem devia.

Fr. Diogo das Chagas, logo que teve conhecimento da situação do irmão, tratou de «correr demanda» para o libertar. Mas só mais tarde conseguiu que um cunhado, morador na vila de S. Sebastião obtivesse, d'um amigo, uma carta com 80$000 reis que pudessem ser entregues a Fr. Mateus e outra carta, autorisando-o a tomar, por empréstimo, todo o dinheiro que necessário fosse ao seu interesse, o que tudo o dito cunhado se obrigava a pagar.

Tiveram estas cartas a boa sorte de chegarem todas ás mãos de Fr. Mateus, apezar de estar no carcere; e igual sorte tiveram as que ele enviara a Fr. Diogo das Chagas.

Aproveitou-se Fr. Mateus do dinheiro recebido, para negociar em Madrid e conseguir «*fazer do carcereiro, que eles lhe puzeram por bravo leão, um manso cordeiro!*

*

Quando foi realisada em Angra a «Congregação do Capitulo,» a 19 de fevereiro de 1640, o respectivo Custódio mandou chamar á Praia Fr. Diogo das Chagas e ordenou-lhe que entregasse o «Breve» e mais Papeis que o Irmão lhe havia remetido.

Fr. Diogo respondeu que os não tinha então em sua posse, porque os tinha remetido novamente ao Irmão, «por razões que para isso houve.»

Tal resposta não aquietou o Custódio; pelo contrário exaltou-o mais, a ponto de o mandar enclausurar. Meteu-o pois na loja que servia de carcere (1). Nela ficou durante toda a quaresma de 1640!

Durante este tempo da sua prisão, Fr. Diogo das Chagas mandou trasladar o «Breve» e «Patente» referidos, por 3 ou 4 vias, «ficando em seu poder os traslados autenticados, pois esperava sair com eles, «dando Deus boa maré».

Finalmente, entregou ao referido Custódio os originais do «Breve« e »Patente» que autorizavam a elevação a «Provincia», da circunscrição franciscana dos Açôres. Mas ele reteve estes documentos e não permitia que lhes fosse dado seguimento.

Os frades dos conventos de Angra e Praia ao saberem disto, repudiaram-no, como se estivesse excomungado, e assim regressou o Custódio a S. Miguel, mais o seu secretário.

Os frades de Enxobregas, por seu lado, continuavam a espalhar que os *Padres Corvos* (nome que davam aos frades dos Açôres), eram traidores a El-Rei.

Foi então que Fr. Diogo das Chagas fez uma petição aos Juizes da Vila de S. Sebastião, em nome de seu Irmão, Fr. Mateus, afim de provar, por público instrumento, que *seu Pai sempre fôra bom servidor de El-Rei D. Filipe, e não seguira as partes de D. António (o Prior do Crato) e que, sendo jurado por*

(1) *Comenta Fr. Agostinho de Montalverne:* - «E, para que o não fosse mais, quando Fr. Diogo das Chagas depois foi guardião do dito Convento d'Angra, a transformou em adega»!

Rei de Portugal, D Filipe II, seu Pai, como Capitão-mór das ilhas Flores e Corvo, o aceitou e lhe fez entrega das ditas duas Ilhas; e que, além disso, seu Irmão, agora nomeado Provincial. sempre, nos seus sermões, se demonstrara zeloso do serviço d'El-Rei.

Obtendo este documento, em que tudo se provava com as testemunhas apresentadas, remeteu-o ao Irmão para que testemunhasse e mostrasse as falsidades de que o acusavam os Frades de Enxobregas.

Todos estes instrumentos processuais chegaram à mão de Fr. Mateus, apezar de ainda estar no carcere de Evora.

Com estes elementos que lhe eram altamente favoráveis e á causa da nova Provincia Franciscana nos Açôres, Fr. Mateus preparou um estudante de Teologia, em Evora, Fr. António da Graça, que «era destas coisas firme correio», e pediu-lhe que fosse a Madrid, para as apresentar ao Geral da Ordem, que então, naquela cidade estava.

De Evora, saiu Fr. António da Graça, sob o pretexto de que ia fazer um peditório de trigo e assim chegou a Madrid, onde foi recebido pelo Geral, com quem se demorou mais de 6 meses.

O Geral, por meio de cartas, animava e consolava o novo Provincial no carcere, dizendo que «*esperava em Deus que ele cedo iria governar a sua Provincia, pois que S. Majestade o tinha aceite e ele tratava desta causa como se fôra sua própria, que folgava de vêr os papeis que lhe levara Fr. António da Graça, os quais já estavam no Conselho de Estado e com o desejado despacho*».

Fr. Mateus da Conceição, neste entretanto, para que a sua causa fosse em tudo firme e segura, mandou pedir de Roma, Documento que confirmasse a sua nomeação de Provincial e dos novos Custódios e Definidores, feita pelo Breve de S. S. de 12 de junho de 1639, - o que o mesmo Pontifice concedeu, em novo Breve de 20 de Novembo de 1640.

*

* *

Estavam as coisas neste pé, quando *foi Deus servido lembrar*

se do Reino de Portugal. dando liberdade aos Portugueses, em o 1.° de Dezembro de 1640, com a feliz aclamação de El.-Rei, D. João IV, e com ela, a teve tambem o novo Provincial Fr. Mateus da Conceição, do cárcere, em que estava, havia 14 meses.

Foram dois seculares amigos que, quebrando as portas do cárcere, o libertaram, ao tempo em que os Frades do Convento andavam na procissão de acção de graças, que na cidade de Evora se fazia, pela feliz aclamação!

E, por mais diligências que fizesse o Guardião e os seus sequazes para o tornarem a prender, não o conseguiram, porque D. Rodrigo de Melo que era «Justiça-Maior» na Cidade e seu irmão o Marquês de Ferreira, D. Francisco de Melo, como amigos que eram de Fr. Mateus da Conceição, tomaram-no sob a sua protecção, dizendo, ao Guardião e aos que com ele vinham, que se recolhessem, ao Convento, pois que «aquela sua paixão já era demasiada»! — Assim confundidos, retiraram-se ao silêncio do respectivo Convento.

O novo Provincial, encontrando-se emfim liberto, tratou da própria saúde, pois saíra do càrcere em estado de não poder andar, e logo escreveu ao Irmão, Fr. Diogo das Chagas, autorisando-o a que em seu nome tomasse posse do lugar de Provincial da Ordem Franciscana nas Ilhas dos Açôres, mandando tambem as respectivas Patentes ao Definidor Fr. Francisco da Piedade para governar as Ilhas Terceiras e ao Guardião Fr. João Cardoso para governar os Conventos de S. Miguel e S.ta Maria.

Estes documentos foram trazidos por mão de Francisco d'Ornelas da Câmara, Capitão-Mór da Jurisdição da Vila da Praia, que veiu, ás ilhas, para fazer, a aclamação de El-Rei D. João IV.

Fr. Diogo das Chagas, munido de tal autorização e tendo em seu poder os traslados do «Breve» e «Patente» passados em Roma, tomou, posse, em nome do Irmão, do cargo de Provincial da *Provincia de S. João Evangelista das Ilhas dos Açôres*; Fr. Francisco da Piedade, assumiu o lugar de Custódio dos Conventos das Ilhas Terceiras, Fr. João Cardoso o de Custodio e Guardião dos Conventos de S. Miguel e S.ta Maria e .. todos foram fácilmente obedecidos.

Os frades de Enxobregas apezar de tudo isto, ainda tentaram

embaraçar o novo Provincial, fazendo com que o Procurador da Côrte puzese novos embargos contra ele e a nova Provincia. Neste intuito, detiveram ainda Fr. Mateus durante 6 meses, no Reino.

Compreendendo tal manobra, Fr. Diogo das Chagas empenhou-se junto dos Senhores que assistiam ao cêrco do Castelo d'Angra, solicitando que se dirigissem a S. Majestade, a pedir que fosse mandado, por sua Ordem, para os Açôres, o novo Provincial Fr. Mateus, justificando tal pedido com dizerem que ele era aqui muito necessário, por ocasião da guerra existente, «pelas suas letras, religião e virtude».

Assim o fizeram os tais senhores, em atenção ao pedido de Fr. Diogo das Chagas. E sendo apresentados estes pedidos em Conselho de Estado, S. Majestade, pelas boas informações que lhe haviam dado o Marquês de Ferreira e D. Rodrigo de Melo, mandou: - «*que se puzesse perpétuo silêncio aos oferecidos embargos e que, por seu serviço, havia a nova Provincia por feita e que o Provincial se embarcasse a governa-la.*»

Ao mesmo tempo, S. Majestade mandou ao Secretário de Estado, que, até ali, favorecera a causa dos frades de Enxobregas, que depressa despachasse o novo Provincial, afim de que, pela 1.ª via, se embarcasse para as Ilhas.

O Secretário d'Estado cumpriu o que lhe foi ordenado e com isto, findaram os pleitos: - A «Custódia, franciscana das Ilhas,» ficou, emfim, sendo a *Provincia de S. João Evangelista dos Açores.*

Apezar de tudo, ainda continuaram a manifestar-se algumas controvérsias e partidos. Só em 1657, por um Motu-Próprio do Papa Alexandre VII, se estabeleceu uma concórdia geral, dando poderes a 2 Cónegos da Sé d'Angra e ao respectivo Vigario Capitular, para estabelecerem e defenderem que as determinações de S. Santidade fossem, em tudo, inviolavelmente cumpridas.

*

Todavia, em 1716-1717, veio a fraccionar-se a referida «Provincia de S. João Evangelista,» por causa da chamada rebelião dos Frades Franciscanos», motivada por graves discordias entre o Provincial Fr. João Baptista e o «Padre-mais-digno» Fr. Gonçalo de Jesus.

Em tal periodo houve novamente acirradas lutas, prisões, etc. . . . Até que um Visitador, autorisado pela Nunciatura Apostólica, veiu cá e dividiu a «Provincia» em duas «Custódias,» ficando uma estabelecida em Angra e a outra em Ponta-Delgada - «*pois via que os Religiosos nestas Ilhas, não teriam paz e quietação, senão divididos!*»

1-III-62 *C. Pereira*

Estudo do Folclore Terceirense

Jogos Populares

Pelo Major LUÍS FERREIRA MACHADO DRUMOND

Desde o limiar do presente Século, tem-se verificado uma grande remodelação nos costumes do povo terceirense.

Mercê do grande desenvolvimento operado em todos os ramos da ciência, a vida da nossa gente evoluiu de um modo demasiadamente rápido. Em vez de se procurar incluir os modernos costumes nos já existentes, enriquecendo-se assim a preciosa herança que nos havia sido legada pelos nossos maiores, enveredou-se pelo sistema de olvidar o que havia de bom para só se usar o que aparecia de novo.

Foi assim que se esqueceram os antigos bailes populares e os alegres bailaricos de roda, para só se atender às músicas e cantigas que nos proporcionam os receptores de rádio e televisão e o cinema sonoro, cuja influência já se estendeu até às mais pequenas localidades.

Ora, antes do aparecimento da rádio e do cinema, o nosso povo sentia a necessidade de inventar modos de se distrair, para o que se promoviam reuniões de carácter familiar nas residências particulares ou nas sociedades de recreio.

Na cidade e nas vilas, organizavam-se grupos de amadores teatrais, os quais constituiam um autêntico passatempo, pois, aqueles que se dedicavam a tão interessante tarefa iam passando os serões nos ensaios e na representação das peças.

Deste entretenimento tão instrutivo, resultava o aparecimento de elementos que bem podiam ser integrados no número dos artistas profissionais, não fora a circunstância de terem de abandonar a terra e os entes queridos.

O apego à família e o amor ao torrão natal faziam com que esses pequenos artistas se mantivessem na sua Ilha, embora recalcando sonhos fagueiros tantas vezes reavivados por aqueles que lhes reconheciam algum valor.

O gosto pela arte de Talma levava-os a darem a sua colaboração a todos os grupos teatrais que se organizavam na terra, chegando, por vezes, a conquistar o título de *mestres* pela sua perícia e pelos seus vastos conhecimentos artísticos.

Com o aparecimento dos gramofones que nos vinham do Brasil, trazidos pelos imigrantes que regressavam à terra, a nossa gente foi-se habituando à música roufenha daqueles aparelhos, pondo de parte a viola, a rabeca, a harmónica e outros instrumentos populares que, durante séculos, haviam constituido o melhor p assatempo das antigas gerações.

Logo de seguida, vieram as vitrolas e as grafonolas que, gozando da característica de portáteis, passaram a andar de casa em casa e pelos piqueniques e excursões. fornecendo a música ligeira para a organização dos bailaricos.

Mais tarde, o cinema e a rádio provocaram o maior golpe nas músicas regionais e até nas orquestras e nas filarmónicas.

Mercê de todas essas inovações, a gente das nossas freguesias rurais adquiriu novos hábitos. Em vez de organizar os seus tradicionais bailes populares ou os lindos bailaricos de roda, que irradiavam tanta alegria, passou a ir ao cinema ou a sentar-se em frente de um receptor de rádio a ouvir músicas que não são suas e cantigas que não compreende por serem estrangeiras.

* *
*

Há umas cinco ou seis dezenas de anos, a gente terceirense usava outros entretenimentos para distrair-se nos escassos momentos de ociosidade.

Na cidade de Angra, havia o refrigério do teatro de amadores, das associações de classe e das sociedades de recreio, nas quais se encontrava sempre um bom romance ou livro de estudo na biblioteca, um amigo para conversar, ou uma dependência reservada e três parceiros prontos para jogarem uma partida de *truque*, da *sueca* ou da tradicional *bisca lambida*.

As sociedades que dispunham de espaço apropriado, possuiam um campo de *croquet*, à volta do qual se reuniam numerosos sócios para jogaram ou assistirem às renhidas partidas que ali se realizavam, especialmente nos domingos à tarde.

Por esses tempos, a Associação dos Empregados do Comércio, o Club Musical, a Sociedade «Recreio dos Artistas», a Sociedade «Fanfarra Operária» e o «Lawn Tennis Club» constituiam os maiores centros de reunião e de recreio da cidade de Angra do Heroismo.

Nas freguesias rurais terceirenses, não existiam associações de classe, nem clubes e, como sociedades de recreio, apenas se podiam contar como tal as sedes das filarmónicas, a que o nosso povo chamava, normalmente, a «Sociedade» ou a «Casa da Música» nas quais só muito excepcionalmente se jogavam as cartas.

Não quer isto dizer que a gente das freguesias rurais terceirenses não tivesse também os seus entretenimentos. Tal como ainda hoje acontece, havia muitos homens que se reuniam nas *vendas*, ou nas *tendas*, ou nas casas particulares, para jogarem a sua partida ao *truque*, à *suéca* ou à *bisca lambida*.

Além dos entretenimentos indicados, havia várias modalidades de jogos para crianças, para rapazes e raparigas e para adultos, que se praticavam em casa ou ao ar livre, os quais constituiam o seu melhor passatempo.

Com o decorrer dos tempos, esses antigos jogos foram caindo em desuso, para darem lugar a outros entretenimentos que, embora mais modernos, não contém qualquer caracteristica de superioridade sobre aqueles.

Por nos parecer que seria interessante fazer a recolha dos

antigos jogos populares, não só para arquivo mas também para uma possivel utilização, por parte daqueles que têm a seu cargo a educação da nossa mocidade, procurámos obter, junto das pessoas já idosas, os necessários elementos, com os quais chegámos a publicar alguns pequenos artigos na imprensa local.

O modesto trabalho que hoje apresentamos constitui uma compilação de tais artigos, completada com muitos outros jogos que recolhemos posteriormente.

Ao iniciarmos o presente trabalho, estávamos convencidos de que se tratava de uma ligeira compilação. Porém, sucedeu que, ao pedirmos informações sobre alguns dos jogos que conheciamos de nome, foram-nos surgindo outros, de modo que o seu número aumentou considerávelmente.

Estamos convencidos de que o assunto não ficou esgotado. Quem tiver tempo e paciência ainda poderá recolher muita cousa que existe dispersa por toda a Ilha.

Alguns dos jogos que apresentámos já estavam esquecidos, pelo que houve necessidade de recorrer a várias fontes de informação para poder completá-los, pois, as pessoas que deles nos falavam não se recordavam de todas as suas regras.

Nalguns casos, tivemos de fazer a destrinça de elementos que, pertencendo a um jogo, eram apresentados como parte de outros, produzindo uma amálgama de jogos, da qual só com grande dificuldade se conseguia saír.

Por amável gentileza do Ex.mo Senhor Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva Junior, distinto escritor e poeta terceirense que à etnografia da nossa terra tem dedicado o seu maior esforço, veio parar-nos à mão o Volume V de «A Vila», interessante publicação da autoria do ilustre micaelense Dr. Urbano de Mendonça Dias, livrinho esse que muito nos auxiliou na descoberta de jogos que se usaram na Ilha Terceira.

Com o intuito de obter uma melhor exposição do assunto, ordenámos o presente trabalho em três partes, as quais se acham dispostas do modo seguinte :

A - Jogos Infantis

1 Bico, nico, saranico
2 Capão
3 Tim-Tim, Serra Macaquinho
4 Vassourinha

B — Jogos para rapazes e raparigas

5 Anel
6 Avião
7 Barquinha
8 Barra
9 Batatal
10 Berlinda (para rapazes)
11 Berlinda (para senhoras)
12 Bilharda
13 Capuchinha
14 Caracol
15 Cebolas
16 Escondidos
17 Farelo
18 Gato e Rato
19 Homem
20 Linguiça Assada
21 Malhão
22 Marcas ou botões
23 Mortos ou «Morridos»
24 Padeiro
25 Passarinho bate as asas
26 Pata-Cega
27 Pateiro
28 Pião
29 Pulga-Piolho
30 Queimado
31 Sachinho
32 Talhinha

33 Touchinho
34 Velha

C — Jogos para Adultos

35 Bilro
36 Casados
37 Croquet
38 D. Eugénia
39 Eixo
40 Emboca
41 Espelho
42 Garalha
43 Orgão
44 Padre Cura
45 Pisca
46 Prendas
47 Quatro Cantos
48 Surpresas

A — JOGOS INFANTIS

1) Bico, Nico, Saranico

Constituindo uma engraçada distracção para as crianças, este jogo tinha a propriedade de lhes ir ensinando a maneira como se fabrica o pão.

Para jogarem o *bico, nico, saranico,* as crianças sentavam-se no chão ou em volta de uma mesa e todas colocavam as mãos no centro, com as costas voltadas para cima.

Uma das crianças, a *Mestra do Jogo,* retirava a mão direita da mesa e, ao mesmo tempo que ia dando um pequeno beliscão em cada uma das mãos das companheiras, sempre no sentido do movimento dos ponteiros de um relógio, pronunciava uma das palavras da seguinte lenga-lenga:

Bico-nico-Saranico
Meu pai-matou-um grilo
Para-a boda-dos seus-filhos
Os cavalos-a pular
As meninas-a aprender
Qual será-a mais-bonita
Que-se vai-esconder

Na Urzelina, Ilha de S. Jorge, esta lenga-lenga era assim constituida:

Bico-nico-saranico
Fui ao mar-buscar-sardinha
Para-a filha-do Juiz
Que-está-presa-pelo-nariz
Os cavalos-a correr
As meninas-a aprender
Qual-será-a mais-bonita
Que-se vai-esconder

Na Vila da Povoação, Ilha de S. Miguel, usava-se esta versão:

Bico-nico-saranico
Quem-te deu-tamanho-nico
Foi-o filho-do Luis
Que-está-preso-pelo-nariz
Os cavalos-a correr
As meninas-a aprender
Qual-será-a mais-bonita
Que-se vai-recolher (ou esconder)

A criança que levava o beliscão na ocasião em que a outra pronunciava a palavra «esconder», levantava a mão e colocava-a debaixo do braço, de modo a aqueeê-la rápidamente.

Prosseguia de novo a lenga-lenga, com os consequentes beliscões, os quais se iniciavam na mão seguinte àquela que se tinha *escondido*, procedendo-se sempre de modo idêntico até ficar apenas uma sobre a mesa.

Em seguida, como já não era possivel ir beliscando à volta, a *Mestra do Jogo* dava um beliscão na única mão existente sobre a mesa e outro (fingido) na sua testa, pronunciando sempre as mesmas palavras. Este acto repetia-se as vezes necessárias para que a mão fosse beliscada na ocasião em que se pronunciasse a palavra «esconder».

Recolhidas todas as mãos, a *Mestra do Jogo*, dirigindo-se à criança, que ficava logo à esquerda da última a levantar a mão, perguntava-lhe:

— «*Cá* da minha *brindeirinha*?.

A interrogada respondia:

— Está-se tirando da *burra* (1)

Em seguida a *Mestra do Jogo* ia fazendo a mesma pergunta a todas as outras crianças, as quais respondiam respectivamente:

— Está-se debulhando.
— Está-se deitando no saco.
— Vai pelo Arrabalde abaixo (2).
— Está-se moendo.
— Vem pelo Arrabalde acima.

— Está-se peneirando.
— Está-se escaldando.
— Está-se amassando.
— Está-se levedando.
— Está-se tendendo
— Está-se pondo no forno.
— Está-se cozendo.
— Está-se tirando do forno.

Quando chegava a esta resposta, a *Mestra do Jogo* voltava-se para a criança seguinte e repetia a pergunta:

— *Cá* da minha *brindeirinha?*

A interrogada, fingindo-se pezarosa, respondia:

— Ai, senhora! Eu fui ao quintal buscar um raminho de salsa, para fazer um molhinho de peixe para a ceia, e veio um gato muito grande, com um rabo muito comprido, e comeu-me a *brindeirinha*... Só se a senhora quiser uma fatia de pão, com um bocadinho de gordura...

— Então, deixe lá ver! — dizia a *Mestra do Jogo.*

A criança que tinha falado em último lugar apresentava-lhe as duas mãos. Se estavam ambas quentes, a *Mestra* dava-lhes um beijo. Porém, se as tinha frias, recebia uma palmada.

Em seguida, a *Mestra do Jogo* ia pedindo as mãos a todas as outras crianças, pela sua ordem, até chegar á última, premiando ou punindo, conforme as tinham quentes ou frias.

Este entretenimento era muito apreciado pelas crianças e até por gente grande.

2) Jogo do Capão

Entretenimento próprio para as crianças, o *Jogo do Capão* é muito parecido com o «Bico-Nico Saranico» que já apresentámos.

Para praticá-lo, reuniam-se várias crianças em volta de uma mesa ou sentadas no chão formando roda. Todas colocavam as mãos sobre a mesa, ou no chão, com as costas voltadas para cima.

Uma das crianças, a *Mestra*, sentava-se também na roda e com a dextra começava a dar um pequeno beliscão em cada mão,

da esquerda para a direita, ao mesmo tempo que ia pronunciando a reza seguinte:

Um-dois-e argolinha
Ponha-o pé-na pampulinha
Ó rapaz-que jogo-Fazes
Faço-o jogo-do capão
Ó capão-Feliz-capão
Conta-bem-Manuel-João
Se contares-e não errares
Vinte e quatro-acharás
Pesa-o melro-na balança
Viva-o Rei-que vai-p'ra França
Os cavalos-a pular
As meninas-a correr
Qual será-a mais bonita
Que se vai *arrecolher*.

Quando a *Mestra* pronunciava «*arrecolher*», a criança a quem ela estava a dar o pequeno beliscão levantava a mão e escondia-a debaixo do braço.

A *Mestra* tornava a iniciar a reza, tal como acima dissemos e outra mão se *arrecolhia*, prosseguindo o jogo até que ficasse só uma das mãos sobre a mesa.

Agora, como só havia uma única mão para beliscar, a *Mestra* utilizava a própria testa para alternar os beliscões, prosseguindo o jogo até que ao pronunciar a palavra «*arrecolher*» estivesse a tocar na mão ainda exposta.

Recolhidas todas as mãos, o jogo prosseguia de modo identico ao que indicámos para o jogo do «Bico, nico, saranico».

3) Tim-Tim Serra Macaquinho

Muito parecido com «A Vassourinha», este jogo era também destinado às crianças mais pequenas.

Para praticá-lo, os rapazes e as raparigas sentavam-se em volta de uma mesa, ou no chão. formando a roda.

Uma criança, das mais espertas, assumia as funções de *Mestra de Jogo*, encarregando-se de ir dirigindo o entreentimento em harmonia com as regras estabelecidas.

Para começar, todas as crianças levantavam a mão esquerda até à altura do peito e, com o dedo indicador da mão direita, iam batendo na cabeça dos dedos da outra, ao mesmo tempo que pronunciavam, vagarosamente e em côro, a lenga-lenga seguinte:

Tim-Tim, serra macaquinho.
Debaixo daquela arcada.
Estava um homem
A vender suas garrafas
E mais os seus garrafões.
Vai dizer à tangerina
Que te puxe uma orelhinha.

Quando se pronunciava a última frase da lenga-lenga, cada uma das crianças pegava nas orelhas das companheiras mais próximas e, ao mesmo tempo que repetiam a lenga-lenga, iam puxando pelas orelhas das outras.

Saciada a vontade de fazer sofrer o próximo, o jogo prosseguia de modo idêntico ao que acima indicamos, isto é, com o bater dos dedos e a cantilena da lenga-lenga, repetindo-se também os puxões de orelhas.

Embora a última parte deste entretenimento não fosse das mais agradáveis, tal facto não impedia que as crianças o praticassem com o maior entusiasmo, com risos e gritos de alegria.

4) A Vassourinha

Brincadeira simples e alegre para a gente miúda, que sempre soube divertir-se a seu modo, o jogo «*A Vassourinha*» tinha também uma parte esquisita, pois, quando os jogadores eram de maus figados, podia dar lugar a desavenças.

Para praticar este jogo, as crianças sentavam-se em volta de uma mesa, ou no chão, e colocavam as palmas das mãos sobre a mesa ou no centro da roda.

Uma delas, a *Mestra*, levantava a dextra e, fazendo-a girar suavemente, da esquerda para a direita, por cima das mãos das outras, ia pronunciando a lenga-lenga seguinte:

Barre-barre-bassoi-rinha
Pela-porta da vizinha
Vai-dizer-à tia-Anica (ou *lá tua tia*)
Que-te puxe-uma-orelhinha.

A criança que tinha a mão no lugar onde a *Mestra* parava com a sua, ao terminar a lenga-lenga, levantava-a e ia segurar na orelha da companheira que ficava nesse lado.

Começava de novo a *reza* e, no final, levantava-se outra mão que ia também pegar noutra orelha.

O jogo prosseguia até que todas as crianças pegassem nas orelhas daquelas que lhes ficavam mais próximas. Logo que tal facto se verificava, as crianças que constituiam a roda começavam a cantar compassadamente a lenga-lenga acima mencionada e, no mesmo ritmo, iam puxando pelas orelhas daquelas que estavam sentadas a seu lado.

É claro que, quando os puxões eram dados com certo entusiasmo, as orelhas ficavam bem vermelhas. Algumas crianças, talvez menos habituadas ao clássico correctivo, pediam que as largassem e não era raro acabar este entretenimento com pragas e gritos ...

Este jogo que, possivelmente, já não é conhecido das crianças de hoje, usava-se muito nos dias de matança do porco, nos serões, nas tardes dos domingos e nos períodos de recreio nas escolas primárias.

B — JOGOS PARA RAPAZES E RAPARIGAS

5) Jogo do Anel

Entretenimento de sala, muito usado antigamente, o *Jogo do Anel* era praticado só por raparigas ou por raparigas e rapazes.

Segundo informações que conseguimos colher, as regras deste jogo não eram idênticas em todas as terras onde se usava. Assim, enquanto que nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores as raparigas e os rapazes se limitavam a procurar encontrar o anel para o irem esconder outra vez, no Continente, designadamente em Moncorvo, estabeleciam-se penalidades para aqueles que perdiam.

Para praticar este jogo, as raparigas e os rapazes sentavam-se indescriminadamente, em volta de uma sala. Uma rapariga munia-se de um anel e colocando-o na palma de uma das mãos, assentava-lhe em cima a outra, ficando com as mãos postas.

Todas as pessoas que entravam no jogo punham as mãos e assentavam-nas sobre as coxas, com excepção de uma rapariga ou rapaz que ficava de pé para ir procurar o anel.

Aquela que tinha guardado o anel, dirigia-se a todas as que estavam sentadas em volta e ia-lhes introduzindo as suas mãos nas delas, como que a deixar cair o referido objecto.

As pessoas que estavam em volta, logo que a outra se aproximava, abriam ligeiramente as mãos para receberem o anel e tornavam a fechá-las muito bem, como se de facto o tivessem.

Depois da rapariga se ter dirigido três vezes a cada uma das outras pessoas, saía fora da roda e dirigia-se a um local que se designava por *Poço*, onde fazia o gesto de deitar o anel. Logo depois, tornava para o meio da roda e levava as mãos à boca, num gesto de introduzir nela o referido objecto.

Seguidamente, voltava-se para a rapariga ou rapaz que estava de pé e, por gestos, perguntava-lhe onde estava o anel.

O interrogado, que se mantivera bem atento, enquanto a outra rapariga tinha andado a esconder o anel, dirigia-se à pessoa de quem mais desconfiava que o tivesse e pedia-lhe que abrisse as mãos. Se conseguia acertar, competia-lhe pegar no anel e ir escon-

dê-lo novamente, enquanto a pessoa que o tinha ia substitui-lo no jogo.

Quando não acertava, a pessoa que tinha o anel levantava-se e exclamava:

— Está aqui!

Neste caso, a pessoa que tinha o anel ia escondê-lo e aquela que perdera continuava a ir procurá-lo.

No concelho de Moncorvo, no Continente, era habitual a pessoa que perdia ser obrigado a pagar uma *prenda*, a qual variava com a vontade daquela que tinha andado a esconder o anel.

As *prendas* ou *penas* eram idênticas às que se usavam no *Jogo das prendas*, que apresentamos na devida altura, pelo que nos dispensamos de as mencionar aqui.

* *
*

Neste jogo, havia uma outra modalidade que consistia em enfiar o anel num cordel em que pegavam todas as pessoas que tomavam parte no entretenimento.

Com um constante movimento de mãos, o anel ia passando de uma para outra pessoa, sempre escondido numa das mãos.

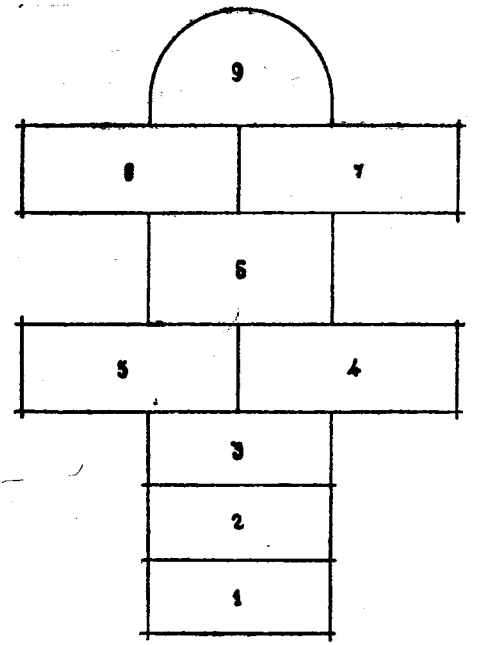
No meio, estava uma pessoa a quem competia indicar onde se encontrava o anel, limitando com ambas as mãos um pedaço de fio. Se o anel era encontrado naquele troço de fio, ganhava, trocando o lugar com a pessoa que o retinha.

No restante, o jogo era idêntico ao que acima descrevemos.

6) Jogo do Avião

Entretenimento para rapazes, o *Jogo do Avião* ou do *Aeroplano* é relativamente moderno, tendo aparecido na Ilha Terceira no primeiro quartel deste Século.

É baseado no antigo *Jogo do Homem*, pois, nele também se usa o pé no ar — o *pé coxinho* — embora se utilizem saltos a pés juntos que, naquele não se davam.



Para praticar este jogo, os rapazes escolhiam um local mais ou menos plano e, sobre ele, riscavam um desenho com o formato constante da figura junta.

Seguidamente, muniam-se de uma pequena rodela de louça, ou de telha, ou ainda de uma pedra daquelas que se encontram à beira mar e que pelo constante vai-vem da maré se tornam arredondadas, quáse em forma de moeda.

Neste jogo, tomavam parte dois ou quatro rapazes, sendo a escolha dos parceiros feita por combinação ou por sorteio, assim como a sua ordem de sequência.

Quando havia só dois parceiros, aquele a quem competia iniciar o jogo atirava a sua *joga* para a casa que designamos pelo n.º 1 e, com um pé no ar, saltava para a casa n.º 2; desta, passava, do mesmo modo, para a casa n.º 3 e seguidamente, dava um salto ficando com um pé na casa n.º 4 e o outro na casa n.º 5.

Depois, saltava para a casa n.º 6, ficando com um pé no ar e, logo a seguir, pulava de modo a ficar com um pé na casa n.º 7 e outro na n.º 8. Tornava a pular a pés juntos para a casa n.º 9, a que se dava a designação de «*Cabeça de Nabo*» e onde se podia descansar à vontade.

Para recomeçar o jogo, o rapaz elevava-se no ar e rodava com o corpo de modo a ficar voltado para baixo e com os dois pés no chão Seguidamente saltava com os dois pés para as casas 7-8 e para a casa n.º 6, onde ficava com um pé no ar. Pulava depois para as casas 4-5, ficando com um pé assente em cada uma delas.

Com um pé no ar, saltava para a casa n.º 3 e, depois, para a casa n.º 2. Desta casa levantava a sua joga com a mão e, sempre com um pé no ar, pulava para fora do jogo, sem tocar com o pé na casa n.º 1.

Seguidamente, jogava para a casa n.º 2 e, com um pé no ar, saltava para a casa n.º 1 e desta para a n.º 3, prosseguindo de modo idêntico ao que indicámos, tendo em atenção que a joga era levantada da casa n.º 3 e não podia pôr o pé na casa n.º 2 para saír.

Até à casa n.º 8, jogava-se de modo idêntico ao que acima indicámos, tendo em atenção que a *joga* era sempre levantada da casa que ficava acima ou ao lado e nunca se podia pôr o pé naquela para onde se atirava a *joga*.

Quando se jogava para as casas n.ºs 4, 5, 7 e 8, como a *joga* ocupava uma das casas, o rapaz punha apenas um pé na casa que ficava ao lado, mantendo o outro no ar.

Ao jogar para a casa n.º 9, o rapaz ia até às casas 7-8 e, destas, saltava a pés juntos para o lado de cima da «Cabeça de Nabo», onde pulava para fazer meia volta. Seguidamente, levantava a sua joga e, sem tocar na casa n.º 9, saltava para as casas n.ºs 7-8, seguindo até abaixo ao modo normal.

Quando acabava esta parte do jogo, iniciava-se outro de cima para baixo, fazendo-se tudo idênticamente.

Constituiam motivo para perder a mão, com direito a reiniciar o jogo na casa onde se perdia:

— Atirar a *joga* de modo a ela cair numa casa diferente da que se pretendia ou em cima de qualquer risco — a *cortar*;

— Pôr um pé em cima de qualquer dos riscos;

— Tocar no chão com o pé que devia andar suspenso.

Quando entravam no jogo quatro rapazes, constituiam-se dois grupos e os dois parceiros de cada um deles iniciavam a jogada ao mesmo tempo.

No jogo de quatro, se um jogador perdia a mão, o parceiro também perdia. Do mesmo modo, quando um conseguia acabar o jogo, os dois ganhavam.

7) Jogo da Barquinha

Este entretenimento era praticado ao ar livre e nele apenas tomavam parte raparigas, as quais convinha que fossem em número bastante grande para que o jogo despertasse maior interesse.

Para iniciar o jogo, escolhia-se uma rapariga para desempenhar o papel de «Mãe», outra o de «Céu» e ainda outra o de «Inferno», as quais combinavam, entre si e em segredo, duas palavras que significariam, respectivamente, o «Céu» e o «Inferno».

Tais palavras eram, por exemplo, «Melão» (Céu) e «Melancia» (Inferno), ou «Farinha» (Céu) e «Farelo» (Inferno), «Laranja» (Céu) e «Limão» (Inferno), etc..

Depois de feita a combinação, o «Céu» e o «Inferno» colocavam-se frente a frente, davam as mãos e levantavam os braços, formando arco.

As outras raparigas colocavam-se em fila indiana e cada uma punha as mãos nos ombros da que lhe ficava em frente.

A «Mãe», que era a primeira da frente, começava a andar em direcção às que representavam o «Céu» e o «Inferno».

A rapariga que representava de «Mãe» cantava:

Ó Senhor barqueiro
Deixe-me passar
Tenho filhas pequeninas
Não as posso sustentar.

As outras raparigas cantavam:

Passarás, passarás
Mas uma cá deixarás
Se não for a Mãe à frente
É a filha lá atrás.

A Mãe chegava junto das que representavam o «Céu» e o «Inferno» e passava por debaixo do «arco», seguida de todas as outras, com excepção da última, que ficava aprisionada pelos braços daquelas, que os baixavam súbitamente.

As duas raparigas perguntavam à prisioneira:

— «Melão» ou «Melancia»? ou

— Farinha ou Farelo? ou

— Laranja ou Limão? etc..

A interrogada, que não sabia o que representava cada uma daquelas palavras, respondia à sorte e, conforme os casos, era mandada para detrás de uma ou de outra das raparigas.

A *Mãe*, tendo dado a volta com todas as outras raparigas, tornava a aproximar-se das que representavam o «Céu» e o «Inferno», repetindo-se as cantigas e tudo o que mais acima se indicou.

Quando a *Mãe* ficava sózinha, as raparigas que representavam o «Céu» e o «Inferno» afastavam-se tanto quanto possivel, sempre de mãos dadas, formando uma *linha* que a *Mãe* deveria passar três vezes a correr.

Nas duas primeiras passagens, a *Mãe* rompia a linha. Porém à terceira vez, ficava também presa nos braços do «Céu» e do «Inferno».

As raparigas faziam-lhe também a pergunta:

— Melão ou Melancia? etc..

Ela, que estava ao corrente do segredo, respondia a palavra correspondente ao «Céu».

O jogo terminava com a vitória do grupo que tinha mais raparigas.

Advirta-se que só no final é que as raparigas sabiam se estavam no «Céu» ou no «Inferno».

É claro que aquelas que ficavam no «Céu» faziam figas às outras por estarem no «Inferno».

Este jogo que se usou no concelho de Moncorvo, no Continente, há uns trinta anos, também se praticava na Ilha Terceira, designadamente na cidade de Angra do Heroismo onde foi jogado, há uma dezena de anos, sob a designação de «Passarás,» embora com algumas diferenças nos versos, o que atribuimos ao facto de ter caido em desuso.

8) Jogo da Barra

Entretenimento destinado a rapazes, o *Jogo da Barra* era muito usado, há uns quarenta anos, em toda a Ilha Terceira.

Para praticar este jogo, os rapazes escolhiam um local mais ou menos plano e riscavam no chão duas linhas pararelas, com cerca de oito a dez metros de comprimento, as quais ficavam separadas por uma distância variável entre dez e vinte metros. Em seguida, traçavam uma nova linha dividindo em duas partes iguais o espaço compreendido entre as duas paralelas.

Traçado o campo do jogo, dois dos rapazes colocavam-se frente a frente, a uma distância de dois ou três metros e, assentando um pé adiante do outro, iam avançando igual número de pés até se encontrarem. Aquele que, para completar o espaço colocasse o pé em último lugar é que tinha o direito de jogar na primeira saída. Também se podia utilizar uma moeda e os jogadores escolherem «caras» ou «cruzes».

Seguidamente, os dois rapazes procediam à escolha dos seus parceiros a qual se fazia da maneira seguinte: aquele a quem competia jogar em primeiro lugar escolhia um dos seus preferidos o do grupo contrário procedia também de modo idêntico, prosseguindo-se assim, alternadamente, até ao fim.

Constituidos os dois grupos, cada um ia colocar-se num dos traços exteriores — a *Barra* — dispondo-se em linha e com um pé sobre o risco.

Para começar, o rapaz a quem competia jogar em primeiro lugar avançava em direcção ao traço central, a provocar os do grupo contrário. Um dos jogadores deste último vinha em sua perseguição e, como saía mais tarde, tinha *barra* sobre o primeiro, pelo que, se lhe tocasse, ele ficava seu prisioneiro.

Logo que os do primeiro grupo divisavam um jogador com *barra* sobre o seu parceiro, faziam sair outro rapaz, que tinha barra sobre o do grupo contrário, para ver se conseguia tocar-lhe. É claro que os do outro grupo também procediam de modo idêntico, de maneira que, pouco depois, estavam quáse todos os rapazes envolvidos no jogo.

Para ficarem com supremacia sobre os do grupo contrário,

os rapazes corriam a *buscar a barra*, para o que bastava tocarem com um pé no risco de onde haviam saído inicialmente.

Quando um jogador tinha *barra* sobre o outro contrário e lhe tocava, ele ficava seu prisioneiro.

Os prisioneiros de um grupo eram colocados no extremo direito da respectiva *barra*, formando uma linha perpendicular. O primeiro ficava a um passo da *barra*, o segundo, a um passo do primeiro e assim sucessivamente, de modo que quanto maior era o número de prisioneiros mais próximos ficavam estes dos seus parceiros.

Quando um grupo tinha parceiros presos no lado contrário, procurava ir soltá-los, para o que bastava tocar num deles, visto estarem todos ligados. É claro que cada um fazia tudo quanto podia para defender os seus prisioneiros.

Ás vezes, sucedia estarem presos quáse todos os jogadores de um grupo e, de repente, serem soltos na sua totalidade.

O jogo só terminava quando um dos grupos prendia todos os rapazes do outro.

Presentemente, os treinadores dos grupos de futebol utilizam o *Jogo da Barra* como exercício físico para os jogadores. Neste caso, as linhas exteriores são os lados do campo de jogos.

Como as distâncias são bastante grandes, sempre que um jogador deseja ir *tomar barra* tem que fazer um percurso muito maior. Acresce que neste jogo há necessidade de fugir aos parceiros contrários, o que obriga a efectuar avanços, recuos, paragens bruscas e mudanças de direcção rápidas.

Segundo informação que obtivemos de pessoas amigas, o *Jogo da Barra*, foi muito usado no Continente, na Ilha da Madeira e em todo o Arquipélago dos Açores.

9) Jogo do Batatal

Entretenimento para rapazes, o *Jogo do Batatal* foi muito usado na Vila de S. Sebastião há uns quarenta e cinco anos.

Para praticar este jogo, um rapaz sentava-se junto de uma

parede e outro *amolhava*, (a) isto é, assentava a cara sobre as coxas do primeiro, que lhe vendava os olhos com as mãos, de modo que ele não visse. Outro rapaz saltava para cima do que estava *amolhado*, ficando escarranchado com uma perna para cada lado.

Seguidamente, o que estava escarranchado elevava uma das mãos e, deixando um ou mais dedos estendidos, exclamava:

— Batata, batatão, quantos dedos tem a mão?

O que estava *amolhado* respondia:

— Tem dois!

O rapaz que estava sentado é que servia de fiscal no jogo, pelo que lhe competia verificar qual dos dois jogadores perdia.

Quando o *amolhado* conseguia adivinhar o número de dedos que o outro tinha abertos, o encarregado da verificação dizia:

— Ganhaste!

Neste caso, o que estava escarranchado ia *amolhar*, e o outro saltava para cima dele, prosseguindo o jogo de modo idêntico ao que acima indicamos.

Se o rapaz não acertava, o que estava sentado exclamava:

— Perdeste! Ele tinha quatro!

É claro que, enquanto o rapaz que estava *amolhado* não adivinhava, o outro cheio de contentamento, continuava a perguntar:

— Batata, batatão, quantos dedos tem a mão?

Neste jogo, como se vê, só o factor sorte é que contava. De nada valia a inteligência ou a esperteza.

Um rapaz, por mais inteligente ou esperto que fosse, não se livrava de estar com outro sobre as costas, enquanto não acertasse com o número de dedos que ele apresentava abertos. Às vezes, a situação prolongava-se e o pobre do *amolhado* lá ia gemendo com o peso do felizardo que estava escarranchado.

O jogo terminava quando algum dos rapazes desistia da brincadeira.

(a) *Amolhar* é o termo mais apropriado, por ter como significado *abater*. No entanto, os rapazes das nossas freguesias rurais usavam, geralmente, o termo *amojar*.

10) A Berlinda (para rapazes)

Um entretenimento que contava muitos adeptos entre os rapazes das freguesias rurais terceirenses era o jogo «A Berlinda».

Reunidos os jogadores, escolhia-se um local apropriado, onde se riscava uma cruz. Um dos rapazes munia-se de uma vara, com uns cinquenta centimetros de comprimento e, deitando-a sobre a cruz, colocava-lhe os pés em cima. Depois, vendando os olhos com as mãos, começava a contar:

— «Um, dois, três,... trinta, trinta e um.

Quando chegava ao último número, exclamava:

— *M... para a galinha; M... para o «pirungo» e um p... para quem está detrás de mim!*

Esta última frase era acompanhada do movimento brusco de um dos pés, que se atirava a rectaguardo, como se o rapaz pretendesse atingir algum companheiro que ali estivesse colocado.

Enquanto o rapaz fazia a contagem até ao número trinta e um, todos os outros procuravam esconder-se, o melhor possivel, nas proximidades do local.

Acabada a contagem, que apenas servia para dar tempo a que todos os jogadores se ocultassem, o rapaz tirava as mãos dos olhos e juntava rápidamente a vara que tinha debaixo dos pés, tendo o cuidado de olhar para tráz, a fim de se certificar se estava alguém. Quando tal sucedia, pronunciava o nome do rapaz e riscava uma cruz no chão, no lugar onde estivera a vara

Em seguida, ia procurar os companheiros, tendo o cuidado de não se afastar muito do lugar onde estava a cruz, pois, para ganhar o jogo, era necessário que ele fosse riscando uma cruz por cada um dos jogadores que avistasse.

Os rapazes que estavam escondidos aproveitavam-se destas pequenas saídas para, em grandes correrias, irem fazer um sinal no lugar onde o outro tinha estado a contar. Se este último os avistava, corria também, ganhando aquele que primeiro riscasse a cruz.

Se todos os rapazes conseguiam *riscar-se* antes daquele que os procurava, este último tinha como penalidade tornar a contar

no jogo seguinte. Porém, se algum dos outros perdia, competia-lhe substitui-lo.

Quando dois ou mais jogadores perdiam, era o último que sofria a penalidade.

Havia rapazes que não gostavam de praticar este entretenimento depois de escurecer, por se dizer que, em certa noite, quando um dos jogadores procurava um dos companheiros, julgou ver a cabeça dele por cima de uma parede, mas, quando ia tocar-lhe, para confirmar o seu achado, notou que pegava nuns cabelos que nada tinham de humanos...

Aquele jogador suplementar e desconhecido, cujos pelos eriçados se projectavam sobe o muro, não podia deixar de ser o demónio...

Verdade ou mentira, o certo é que muitos rapazes se escusavem de jogar «A Berlinda» logo que começava a escurecer, afirmando que... *não é bum.*

11) A Berlinda (para senhoras)

Além do jogo que descrevemos com o nome de «A Berlinda» (para rapazes), havia um outro que era, normalmente, destinado exclusivamente a senhoras, o qual, segundo informações que colhemos, se praticava no Continente, na Ilha da Madeira e no Arquipélago dos Açores, designadamente em toda a Ilha Terceira, na Vila Franca do Campo, Ilha de S. Miguel e na freguesia da Urzelina, Ilha de S. Jorge.

No geral, este entretenimento era praticado numa sala e, como acima dizemos, apenas tomavam parte nele senhoras ou meninas.

Para iniciar o jogo, colocava-se uma cadeira no meio da sala, na qual se sentava uma das raparigas que, por ficar isolada de todas as outras, se dizia que estava na *berlinda.*

Seguidamente, uma das raparigas — a *Mestra* — dirigia-se a todas as outras, que estavam sentadas em volta da sala, e perguntava, em segredo a cada uma delas:

— O que dizes daquela que está na *berlinda?*

Cada uma das raparigas respondia, também em segredo, atribuindo à que estava no meio um defeito como os que abaixo indicamos para exemplo:

— Ela é muito feia!
— Ela está mal vestida!
— Ela é presumida!
— Ela tem o nariz comprido!
— Ela é estupida!

.....

Depois de obter as respostas de todas as raparigas, a *Mestra* dirigia-se à que estava na *berlinda* e, em voz alta, dizia-lhe:

— Uma diz que tu és muito feia; outra diz que estás mal vestida; outra diz que tu és presumida; outra diz que tu tens o nariz comprido; outra diz que tu és estúpida; etc.

Depois da *Mestra do Jogo* ter dito à rapariga que estava na *berlinda* todos os defeitos que lhe eram atribuidos, ela exclamava:

— Pois aquela que diz que eu sou presumida (ou qualquer dos outros defeitos) que venha sentar-se no meu lugar!

Competia à *Mestra* chamar a rapariga que tinha atribuido aquele defeito para que fosse sentar-se na *berlinda*, indo a outra ocupar o lugar dela.

Embora este jogo tenha algo de interessante, dá-nos a impressão de que constitui, de certo modo, um exercicio de maledicência. A pessoa que nos forneceu os elementos de que nos servimos para fazer esta descrição não hesitou em chamar «Alcoviteira» à rapariga que designamos por *Mestra do Jogo*.

12) A Bilharda

Há uns trinta e cinco anos, ainda se praticava entre nós, com certa frequência, o jogo *A Bilharda* que, sendo um entretenimento de crianças, também contava nos seus adeptos muitos adolescentes e até adultos.

Tratando-se de um jogo próprio para crianças, tinha a recomendá-lo o interesse que despertava e a destreza que os rapazes adquiriam na sua prática.

Pelo lado económico, nada havia mais barato, pois eram necessários apenas dois pedaços de pau:

Um — a *bilharda* — com trinta centímetros de comprimento e cerca de dois centímetros de diametro, com os extremos aguçados; o outro — o *pàteiro* — com setenta e cinco centímetros de comprimento e com diâmetro igual ao anterior.

A completar o material indispensável para o jogo, duas pedras, que se colocavam a cerca de setenta centimetros uma da outra, de modo que o *pàteiro* pudesse assentar sobre elas, pelos dois extremos, formando a *baliza*.

Para iniciar o jogo, colocavam-se dois rapazes junto da *baliza*. Um deles, pegando na *bilharda*, pelo meio, com os dedos polegar e indicador da mão esquerda, elevava-a ao ar e, com o *pàteiro*, que segurava com a mão direita por um dos extremos, dava-lhe uma pancada, de modo a projectá-la para a frente.

Em seguida, o outro rapaz, procedendo de modo idêntico, jogava também a sua *bilharda*.

O jogador que tinha a sua *bilharda* mais longe colocava o *pàteiro* sobre as duas pedras e o outro, pegando na *bilharda* que lhe pertencia, atirava-a de modo que passasse por dentro da *baliza*. Caso não acertasse, competia ao parceiro jogar a sua bilharda do mesmo modo.

Quando nenhum dos rapazes conseguia o seu desejo, iniciava-se nova jogada.

O primeiro que conseguisse introduzir a sua *bilharda* na *baliza* é que tinha o direito de jogar. Para tal, colocava-se junto das pedras e atirava a sua *bilharda* para a frente, tal como acima referimos.

O outro jogador apanhava a *bilharda* e, colocando-se no lugar onde ela caíra, atirava-a para a *baliza*, de modo a fazê-la passar por debaixo do *pàteiro* que o parceiro colocava sobre as duas pedras.

Quando o rapaz conseguia o seu intento, competia-lhe fazer a nova jogada e o outro ia substitui-lo na frente. Porém, se não acertava, o outro colocava a sua *bilharda* sobre uma das pedras e dava-lhe uma pancada com o *pàteiro* no extremo da frente, de modo a projectá-la para diante.

Seguidamente, os dois mediam com o *pàteiro* a distância existente entre a *bilharda* e a *baliza* e por cada seis *pàteiros* marcava-se uma *mão* a favor do rapaz que estava na *baliza*.

Enquanto o jogador da frente não conseguia fazer passar a *bilharda* por debaixo do *pàteiro* o outro parceiro continuava sempre a jogar.

Na contagem do jogo, cada dez *mãos* correspondiam a uma *cifra* e dez *cifras* equivaliam a um jogo.

Este jogo também se praticava em Moncorvo e na Ilha de S. Miguel, achando-se descrito pelo Dr. Urbano de Mendonça Dias no Vol. V de «A Vila».

13) A Capuchinha

Constituindo uma interessante distracção para as crianças, este jogo tinha o condão de as obrigar a tomar reflexos rápidos, afim de evitarem o leve castigo aplicado às que perdiam e também para poderem gozar o prazer da vitória.

Para praticar este entretenimento, as crianças davam as mãos umas às outras e formavam um circulo, ficando todas voltadas para o centro.

Uma das crianças saía da roda e empunhando um barrete — a *capuchinha* — começava a andar à volta, por detrás das outras, ao mesmo tempo que ia pronunciando:

— Aqui vai a *capuchinha*, aqui fica a *capuchinha*...

Aqui vai a *capuchinha*, aqui fica a *capuchinha* — e assim sucessivamente.

Quando lhe parecia, deixava cair a *capuchinha* atrás de uma das crianças e continuava a andar normalmente. pronunciando sempre as mesmas frases para disfarçar.

Logo que uma criança notava a existência da *capuchinha* atrás de si, deixava as mãos das companheiras e, juntando-a, corria atrás da outra, procurando atingi-la antes que chegasse ao lugar aberto na roda.

Se a criança que fazia a perseguição conseguia apanhar a

outra e bater-lhe com a *capuchinha* nas costas, antes que ela ocupasse o seu lugar na roda, entregava-lhe a *capuchinha* para que começasse outra vez o jogo.

Quando a criança que deixára cair a *capuchinha* atingia o lugar que estava em aberto na roda, dava as mãos às companheiras, fechando o círculo. Neste caso, competia à criança que fizera a perseguição iniciar o jogo de modo idêntico ao que acima indicámos.

Às vezes, sucedia que a criança que andava com a *capuchinha* a deixava cair atrás duma das companheiras e esta não dava por por isso. Neste caso, a primeira levantava-se e, dando-lhe com ela nas costas, iniciava outra vez o jogo.

Se a criança que andava com a *capuchinha* não tinha grande agilidade para correr, logo que a outra começava a persegui-la, sujeitava-se a repetir o jogo tantas vezes quantas as necessárias para ocupar o lugar aberto na roda.

*

* *

Embora com pequenas diferenças, este jogo também se usa no Municipio de Brusque, Estado de Santa Catarina, Brasil, onde tem a designação de «*Ovo Choco*» (3).

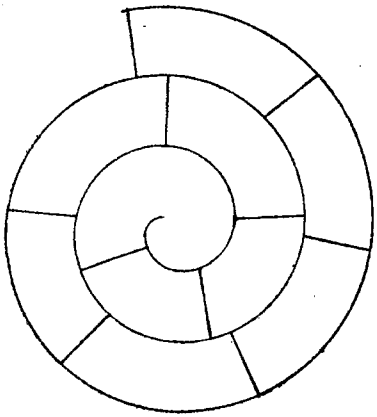
14) O Caracol

Entretenimento destinado a rapazes, este jogo constitui um excelente exercício de equilíbrio e de precisão, ao mesmo tempo que ajuda a enrigecer os nervos.

Para praticar o jogo *O Caracol*, os rapazes muniam-se de uma *joga* constituida por um pedaço de louça velha, ou de telha, arredondado por fricção sobre uma pedra, e, escolhendo um local mais ou menos plano, riscavam no chão (4) uma figura conforme o desenho seguinte:

Para estabelecer a ordem pela qual se seguiriam no jogo, um dos rapazes fazia, no chão e fóra do *Caracol*, um risco mais

ou menos recto, com cerca de dois metros de comprimento. Depois, postavam-se todos a uma distância combinada e atiravam com a sua *joga*, de modo a colocá-la tanto quanto possivel junto da linha marcada.



O rapaz cuja *joga*, ficasse mais próxima do risco tomava a designação de *Rei*, competindo-lhe jogar em primeiro lugar. Os outros seguiam-se-lhe pela ordem das distâncias a que ficavam as suas *jogas*.

Quando havia dúvidas sobre se uma *joga* estava mais perto ou mais longe do que outra, verificava-se a distância que separava cada uma delas do risco, o que se fazia com o auxilio de uma vara ou utilizando como medida a *mão travessa*, ou *mão de travessa* como diz o nosso povo.

Alguns rapazes, em vez de riscarem o traço para verificarem qual a ordem por que deveriam jogar, utilizavam como ponto de referência o centro do *Caracol*, onde faziam uma pequena cruz a partir da qual se contavam as distâncias. Também se usava cuspir no chão e servir-se da *cuspidela* de modo idêntico ao da cruz.

Ao acto de determinar a sequência dos jogadores, dava-se a designação de "*Ir a Reis*".

Determinada a ordem por que os jogadores deveriam seguir-se, o *Rei* pegava na sua *joga* e atirava-a para a primeira casa do *Caracol*.

Em seguida, levantava um dos pés e, saltitando, percorria todas as casas até ao centro do *Caracol*, que era considerado como *Descanso*, pelo que podia assentar os dois pés no chão e descansar o tempo que desejasse.

Depois, tornava a levantar o pé e fazia o percurso inverso até atingir a casa onde estava a sua *joga*.

Logo que chegava junto da sua *joga*, empurrava-a com o pé para a frente, procurando atirá-la para fora do *Caracol*, de modo

que ela não saisse pelos lados nem ficasse sobre qualquer dos riscos.

Seguidamente, saía fora do *Caracol* e, juntando a sua *joga* atirava-a para a segunda casa. Depois, tornava a levantar o pé, ia até ao centro e no regresso, deitava a *joga* fora.

Procedendo sempre de modo idêntico, o rapaz ia jogando até chegar com a sua *joga* ao centro do *Caracol*. Atingindo este, competia-lhe pegar nela com os dedos do pé que tinha andado no ar (5) e atirá-la para fóra do *Caracol*, de uma só vez, terminando assim o seu jogo.

Seguia-se-lhe o rapaz que estava em segundo lugar, o qual procedia de modo idêntico ao acima indicado.

Logo que o segundo jogador atingia o centro do *Caracol* e atirava a *joga* para fora, entrava em jogo o terceiro e assim sucessivamente até ao último.

Constituiam motivos para perder a jogada e iniciá-la, a partir da casa onde se verificava a falta, depois de todos os outros rapazes jogarem:

— Tocar com o pé ou com a sua *joga* em qualquer dos riscos;

— Deixar saír a *joga* para fóra da competente casa;

— Deixar assentar no chão o pé que devia andar no ar;

— Não atirar a sua *joga*, de uma só vez, para fóra do *Caracol*, no final do jogo.

O modo como descrevemos este jogo constitui uma das modalidades, porquanto, não existiam regras perfeitamente definidas; Normalmente, tais regras variavam de terra para terra.

Havia lugares onde se combinava que uma das casas seria considerada como *Descanso*, no qual o jogador poderia parar, por alguns momentos, com os dois pés no chão.

Por vezes, combinava-se que só o *Rei* é que poderia autorizar o jogador a descansar e, no caso de uma negativa, o rapaz só poderia parar no centro do *Caracol*.

Nalgumas localidades, não era permitido tocar com a *joga*, nem com os pés na casa do *Descanso* sem autorização do Rei, assistindo-lhe o recurso de saltar para a casa imediata.

Havia também uma modalidade segundo a qual, logo que cada um dos rapazes acabava a sua jogada, escolhia uma das casas para

seu *Descanso*, adquirindo sobre a mesma os direitos de *Rei*. Estas casas deveriam ser alternadas para permitirem os saltos.

Este jogo era usado também no Continente, tendo-nos chegado a noticia de que, há uns trinta a trinta e cinco anos, se jogava em Moncorvo.

15) Jogo das Cebolas

Entretenimento verdadeiramente campesino, o *Jogo das Cebolas* constituia uma engraçada brincadeira para rapazes, embora houvesse raparigas que também o praticavam.

Segundo uma informação que conseguimos recolher na cidade de Angra do Heroismo, o *Jogo das Cebolas* usava-se na mesma localidade, há uns dez anos, numa modalidade idêntica àquela que vimos praticar na Vila de S. Sebastião, cerca de 1918.

Para iniciar o jogo, sentava-se um rapaz no chão, com as pernas abertas e meio estendidas. Um outro rapaz sentava-se à sua frente e o primeiro passando-lhe as mãos por debaixo dos braços, agarrava-se bem a ele.

Á frente do segundo rapaz, sentava-se outro e depois outro, os quais se iam agarrando, por debaixo dos braços, como se indicou para os dois primeiros, formando assim a *réstea de cebolas*.

Além dos rapazes acima referidos, ficavam fóra da *réstea* mais dois, um dos quais desempenhava as funções de vendedor e o outro as de comprador.

O *Vendedor* colocava-se junto da sua *mercadoria* e o outro afastava-se alguns metros, para, depois, se aproximar do primeiro, a quem dizia:

Eu desejava que o senhor me vendesse uma cebola.

— Olhe, eu tenho ali uma réstea delas—respondia o *Vendedor*.

— Mas, eu queria só uma — declarava o rapaz.

— Pois, então, o senhor que puxe uma.

O rapaz agarrava as mãos da primeira *cebola* e começava a puxar com quanta força tinha. É claro que todos os rapazes que constituiam a *réstea* empregavam os maiores esforços para impe-

direm que o *compradar* levasse a *cebola*, o que, por vezes, se tornava muito dificil.

Tirada a *cebola* da *réstea*, o comprador ia-se embora com ela, voltando pouco depois a comprar outra, o que se fazia de modo idêntico.

O jogo terminava quando o *comprador* levava consigo a última *cebola*.

16) Jogo dos Escondidos

Embora tenhamos incluido este jogo na categoria daqueles que eram praticados por rapazes, a verdade é que ele também servia de entretenimento às raparigas e até aos adultos.

Para praticar o *jogo dos escondidos*, os rapazes reuniam-se num recinto e combinavam entre si qual deles seria o primeiro a ir procurar os outros.

Seguidamente, o escolhido colocava a cara sobre as coxas das pernas de um outro* que para o efeito se sentava em determinado lugar, cabendo a este último tapar-lhe os olhos com as mãos para que ele não visse onde os restantes se iam esconder.

Cada um dos outros jogadores fazia o possivel por arranjar um lugar onde meter-se de modo a não ser encontrado fácilmente.

Depois de todos escondidos, o que era verificado por aquele que estava sentado a tapar os olhos ao rapaz ou pela indicação de um dos interessados, o que estava *amolhado* levantava-se e ia procurar os outros.

Logo que encontrava um dos escondidos, o rapaz era obrigado a pronunciar bem alto o nome dele.

Por vezes, tornava-se dificil encontrar alguns jogadores, pelo que o rapaz pedia:

— «Onde estás, dá um grito!

O interpelado, satisfazendo-lhe a vontade, soltava um pequeno e rápido grito:

— «Hi!.

O outro dirigia-se ao local dondè lhe parecia ter vindo o grito e redobrava as diligências para encontrar o *escondido*.

Depois de descobertos todos os rapazes, repetia-se o jogo, competindo ao último encontrado ir *amolhar* e procurar os companheiros.

17) O Jogo do Farelo

Um entretenimento muito usado pelas crianças das freguesias rurais terceirenses e ao qual ainda assistimos, há uns quarenta e cinco anos, era o *Jogo do Farelo.*

Resolvida a prática deste jogo, um dos rapazes sentava-se sobre uma banqueta, ou qualquer objecto apropriado, e, com as duas mãos, vendava os olhos a um outro que, curvado, lhe colocava a cara sobre as coxas.

A uma distância de seis a oito metros, os restantes jogadores dispunham-se numa fileira, com a frente voltada para os dois primeiros.

Um dos rapazes que estavam na retaguarda avançava até junto do que tinha os olhos vendados e, dando-lhe uma palmada, corria para o seu lugar.

Logo que ali chegava, o que estava sentado retirava as mãos da cara do *amolhado* e este, dirigindo-se à linha formada pelos outros jogadores. procurava *adivinhar* quem lhe tinha batido.

Correndo-os um a um, com o intuito de descobrir qualquer traço fisionómico que denunciasse o autor da palmada, o pobre rapaz, depois de algumas hesitações, acabava por se dirigir àquele de quem mais desconfiava e dizia-lhe:

— Anda cá!

Pegando-lhe às cavaleiras, lá o levava até ao lugar onde o outro estava sentado, o qual, no caso de ele ter acertado, exclamava:

— Amolha que é farinha!

O rapaz que havia sido conduzido às cavaleiras ia colocar a cara sobre as coxas do que estava sentado, que lhe tapava os olhos com as mãos, enquanto o outro corria a ocupar um lugar ao lado dos restantes jogadores.

O jogo prosseguia de modo idêntico ao que acima indicamos.

Quando o que vinha às cavaleiras não era o que tinha dado a palmada, o rapaz que estava sentado deixava-os chegar junto de si e depois exclamava:

— Torna atrás, que é farelo!

O infeliz lá tinha que conduzir o rapaz até ao seu lugar e convidar outro a escarranchar-se-lhe às costas!

A maior dificuldade deste jogo consistia em acertar com o que tinha dado a palmada, porque, no geral, os rapazes ou se faziam muito sérios, com um ar de despreocupados, ou punham-se a rir, muito à vontade, como que a denunciar-se para que os levassem às cavalitas.

Havia rapazes que, depois de duas ou três tentativas infrutiferas, resolviam começar por um dos lados, levando-os, um a um, até ao que estava sentado, o qual, sem dó nem piedade, ia repetindo:

— Torna atrás, que é farelo!

Muitas vezes, era pela maior ou menor violência da palmada que se descobria o seu autor.

Alguns rapazes corriam todos os seus companheiros em busca de qualquer indício revelador, inventando modos de os desmascararem. Assim, a um que estava muito sério, levantava-se-lhe a pala do barrete e, se ele se ria, era sinal quáse certo de que estava descoberto o autor da palmada.

Outro indicio *muito seguro* era um dos rapazes fazer por se conservar sério e estar a olhar fixadamente para um ponto exterior. Porém, estes pequenos sortilégios nem sempre davam certos e poucos eram aqueles que, logo à primeira vez, conseguiam *adivinhar*.

É claro que os outros rapazes, quando viam o infeliz na sua triste condição de gerico, riam a gargalhada, embora estivessem também sujeitos a igual penitência.

Este jogo, além da distracção proporcionada aos que o praticavam, imprimia-lhes uma certa segacidade, que eles conservavam pela vida adiante.

18) O Jogo do Gato e do Rato

Este entretenimento que se usava na Vila de S. Sebastião há umas quatro dezenas de anos e que ainda hà pouco tempo era praticado na cidade de Angra do Heroismo, baseia-se na inimizade existente entre o gato e o rato.

Para praticá-lo, reuniam-se vários rapazes e, dando as mãos uns aos outros, formavam uma grande roda. Para o centro, entravam dois dos rapazes, um dos quais representaria o *Gato* e o outro o *Rato*.

Entre os dois rapazes do centro, travava-se o diálogo seguinte:

— O *Gato* está pronto?

— Falta-lhe a camisa! — respondia o *Gato*.

— O *Gato* está pronto?

— Faltam-lhe as ceroulas! tornava a responder o *Gato*.

— O *Gato* está pronto?

.....

Enquanto o *Rato* fazia sempre a mesma pergunta, o *Gato* ia enumerando todas as peças de vestuário necessárias para vestir um homem desde, os pés à cabeça:

— Faltam as peúgas;

— Faltam os sapatos;

— Faltam as calças;

— Falta a gravata;

— Falta o colete;

— Falta o casaco;

— Falta o chapéu.

Quando se chegava à cobertura da cabeça, o *Rato* tornava a perguntar:

— O *Gato* está pronto?

— Está pronto! respondia o outro.

Nesta ocasião, o *Rato* procurava sair da roda, para o que os rapazes que formavam o circulo levantavam as mãos, a fim de lhe facilitarem a fuga.

Ao mesmo tempo, o *Gato* corria atrás do *Rato*, a ver se o apanhava. Porém, quando tentava sair da roda, os rapazes baixa-

vam as mãos, dificultando-lhe a passagem e, ao conseguir o seu intento, já o *Rato* tinha entrado outra vez.

A perseguição continuava, com as consequentes entradas e saídas e o constante levantar e baixar dos braços dos rapazes que formavam a roda, os quais não podendo, por vezes, resistir aos embates do *Rato* e do *Gato*, caíam por terra.

Quando o *Gato* apanhava o rato, os dois rapazes trocavam os lugares e o jogo começava de novo, como acima se indicou.

19) Jogo do Homem

Na série de jogos que temos vindo a descrever, conta-se o *Jogo do Homem* que, há uns quarenta e cinco anos, era muito usado em toda a Ilha Terceira.

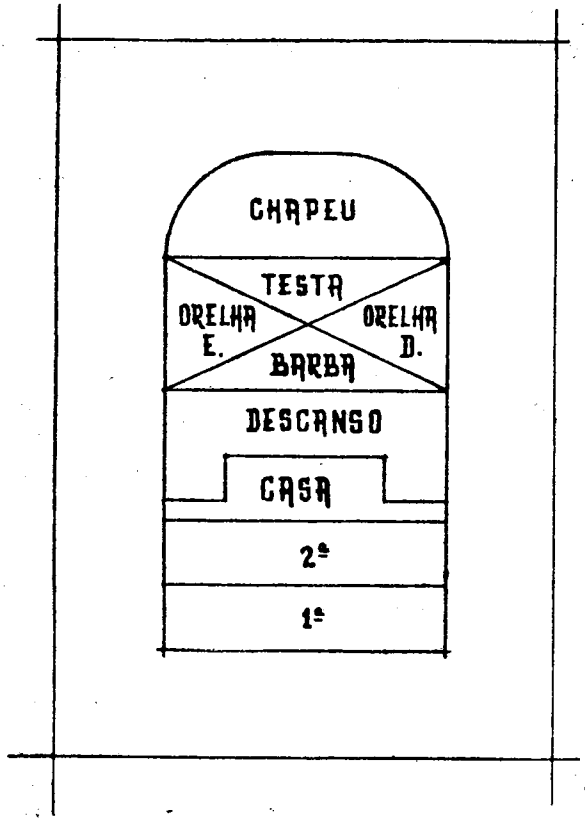
Para praticá-lo, os rapazes escolhiam um local mais ou menos plano, num largo, rua, praça ou páteo, onde riscavam uma figura idêntica à que apresentamos a seguir:

Depois de riscada a figura, escolhiam-se os jogadores e cada qual se munia de uma *joga* ou *marca*, pequena placa de louça préviamente arredondada, ou uma pedra com o mesmo formato que, propositadamente, se trazia da beira-mar.

Postados os jogadores ao longo da primeira linha de baixo, cada um atirava a sua *marca* para a casa do *Descanso*, de modo que ela ficasse tanto quanto possivel junto da linha da *Barba*. O dono da *joga* mais próxima daquela linha tomava a designação de *Rei* e competia-lhe iniciar a partida. Os outros jogavam pela ordem de proximidade das suas *marcas*.

Para começar, o *Rei* colocava-se atrás da linha de fundo e atirava a sua *joga* para a *Primeira*, Depois, com um pé no ar, ia saltitando até à casa do *Descanso*, onde parava. Dali, saltava a pés juntos para o *chapéu*, fazia meia volta elevando os dois pés ao mesmo tempo e, suspendendo um dos pés, vinha até à casa do *Descanso* onde podia *descansar*. Tornava depois a descer com um pé no ar até à *primeira*, onde estava a *joga*, a qual deitava para fóra do jogo, pela linha de fundo, só com o auxilio da ponta do pé.

Enquanto se estava a jogar, era necessário ter um grande cuidado, porquanto, todo aquele que deitasse um pé ou a *joga* sobre algum dos riscos, ou ainda que a deixasse sair para fóra por um dos riscos, laterais, perdia logo a mão em benefício do jogador que estava à vez. O mesmo acontecia àquele que deixasse assentar no chão o pé que devia andar suspenso.



O jogo prosseguia de modo idêntico até à *Testa*, atirando-se a *joga* para todas as casas pela ordem seguinte: *Primeira — Segunda — Casa — Descanso — Barba — Orelha Direita — Orelha Esquerda — Testa*.

Convém notar que a *joga* podia ser deitada fóra do jogo por uma ou mais vezes. O essencial era ela não ficar sobre qualquer dos riscos.

O jogo para o *Chapéu*, era o mais difícil. Caída a *marca* dentro da referida casa, o jogador ia com um pé no ar até ao *Descanso*, onde parava. Depois, colocando um pé na *Barba* e o outro na *Testa*, dava um salto de modo a ficar acima do *Chapéu*, com um pé suspenso.

Seguidamente, entrava nesta última casa, com o pé no ar, baixava-se, pegava com a mão na *joga*, metia-a entre os dedos do pé

que tinha suspenso e descia com ela, na mesma posição até sair do jogo pela linha do fundo.

Esta parte do jogo tinha suas as dificuldades, pois, nem todos os rapazes conseguiam dar os saltos nem levantar a *joga* do chão sem se desequilibrarem e aquele que tocasse com o pé no chão perdia a mão.

Quando um rapaz entrava no jogo, depois de ter perdido a mão, fazia a jogada para a casa onde tinha sofrido a penalidade.

Este entretenimento também tinha as suas combinações. Assim, podia estabelecer-se que, para levantar a *joga* de cima do *Chapéu*, o jogador deveria ter o pé fóra desta casa, pelo que convinha atirá-la bem para cima.

Alguns rapazes combinavam que, para parar na casa do *Descanso*. era necessário pedir licença ao *Rei*, o qual a podia negar.

Usava-se também o estratagema de aumentar o tamanho das casas, para tornar o jogo mais difícil, pois, neste caso, era necessário dar saltos muito maiores.

20) Jogo da Linguiça Assada

Este jogo usava-se, normalmente, quando o tempo estava frio e servia para aquecer as mãos.

Segundo informações que conseguimos obter, o jogo da *Linguiça Assada* foi praticado há muitos anos na cidade de Angra do Heroísmo.

Na Ilha de S. Miguel, dão-lhe o nome de «A Sardinha», designação essa com que vem descrito pelo Dr. Urbano de Mendonça Dias, em «A Vila», Vol V, pág. 27.

Para praticar este jogo, colocavam-se duas pessoas em frente uma da outra, ficando, geralmente, de pé. Uma delas elevava as mãos até à altura da cintura, com as palmas voltadas para cima; a outra, punha as mãos sobre as da primeira mas com as palmas para baixo.

Consistia o jogo em a pessoa que tinha as mãos por baixo retirar uma delas muito rápidamente e, voltando-a ao contrário,

bater com força numa das mãos da outra. Quando conseguia o seu intento, continuava o jogo; porém, se a outra pessoa evitava o toque, retirando a mão rápidamente, a que estava a bater perdia a jogada, competindo-lhe inverter a posição das mãos e sujeitar-se a apanhar as pancadas que lhe fossem dirigidas.

Por mais esforços que fizessem, as pessoas que jogavam a ***Sardinha Assada*** não conseguiam evitar que lhes batessem nas mãos, pelo que, ao fim e ao cabo sempre ficavam com as mãos quentes.

Presentemente, pode dizer-se que este jogo caíu em desuso, sendo poucas as pessoas que dele se recordam.

21) Jogo do Malhão

Um entretenimento muito usado em toda a Ilha Terceira, há uns quarenta ou quarenta e cinco anos, era o *jogo do Malhão*.

Para praticá-lo, os rapazes arranjavam uma pedra mais ou menos em forma de paralelepípedo, com uns dois palmos de comprimento, por um de largura, a que davam a designação de *Malhão*, e colocavam-na com uma das bases menores assente no chão.

Seguidamente, cada um dos jogadores munia-se de uma pedra bem dura, com cerca de dois quilos de peso e de forma arredondada, a que chamavam a *Malha*, e, postando-se na linha do *Malhão*, atiravam-na para a frente, de modo que ela ficasse no lugar que mais lhe convinha.

Depois, aquele que tinha a *malha* mais longe atirava com ela para o *Malhão*, procurando deitá-lo no chão. Se conseguia o seu intento, marcava um ponto e todos iniciavam nova jogada. Porém, se o *Malhão* continuava de pé, competia ao jogador que agora tinha a *malha* mais longe mostrar a sua pericia.

No caso de nenhum dos jogadores conseguir deitar o *Malhão* no chão, todos iniciavam uma nova jogada.

Alguns rapazes calculavam as possibilidades que os outros parceiros tinham de deitarem o *Malhão* no chão e jogavam a sua *malha* de modo a ficar muito próxima, na esperança de que eles não acertassem, o que, às vezes, dava bom resultado.

Neste jogo, faziam-se várias combinações. Assim, podiam os rapazes estabelecer que, para ganhar a partida, seria necessário deitar o *malhão* no chão um certo número de vezes ou uma só.

Outra combinação consistia em se permitir a cada jogador que desse um, dois ou três passos, a contar do lugar onde estava a *malha*, na ocasião em que tentava bater com ela no *malhão*.

Quando um dos jogadores deitava o *Malhão* no chão o número de vezes estabelecido, ia sentar-se à espera que todos fizessem o mesmo. Os outros continuavam a jogar até completarem os pontos necessários para ganharem e, depois, sentavam-se também. A partida só acabava quando um dos dois últimos jogadores conseguia vencer o outro.

Começava então a parte mais interessante do jogo para os rapazes, pois, o infeliz que tinha perdido a partida era obrigado a andar com todos os outros às cavalitas.

Para tal, aquele que primeiro tinha completado o número de pontos necessários para ganhar colocava-se junto do *Malhão* e, pondo a sua *malha* sobre o peito de um dos pés, atirava-a para a frente com quanta força tinha. Seguidamente, voltava-se para o lado contrário e, com um pé no ar, começava a saltitar até ser apanhado.

O que tinha perdido a partida corria a juntar a *Malha* e, deixando-a junto do *Malhão*, ia apanhar o jogador que a atirara, trazendo-o depois às cavalitas até ao *Malhão*.

Em seguida, aquele que ganhara em segundo lugar atiráva também a sua *malha* com o pé e corria, com um pé no ar, para o lado contrário até que o outro o apanhasse.

O pobre rapaz que tinha perdido a partida lá ia carregando com todos os outros jogadores às cavalitas, como castigo pela sua falta de perícia e agilidade, na esperança de melhor sorte no jogo seguinte.

Logo que acabava o castigo, os rapazes davam inicio a nova partida nos moldes indicados.

22) Jogo das Marcas ou Botões

Temos a impressão de que não havia entretenimento que mais entusiasmasse os nossos rapazes do que o *Jogo das Marcas* ou botões.

Qualquer criança de oito ou nove anos de idade andava sempre com a algibeira provida desta *moeda corrente* entre a gente miuda. Havia rapazes que, se porventura lhe faltavam as *Marcas* para jogar, não hesitavam em recorrer às do vestuário que trazia no corpo.

O entusiasmo despertado por este entretenimento era tal que alguns estabelecimentos comerciais das freguesias rurais — as *vendas* — possuiam um sortimento de botões usados para venderem aos pequenos jogadores.

Recorda-nos até o facto interessante de na Vila de S. Sebastião existir uma das tais *vendas* onde os botões estavam metidos num frasco de vidro, com a boca mais ou menos larga. Quando os rapazes iam ali com determinada importância, a proprietária mandava-os meter a mão no frasco e tirar os botões que pudesse trazer de uma só vez.

Perante tão ampla oferta, o rapaz metia a mão e enchia-a quanto podia. O pior era que, ao tentar retirá-la, o diametro da boca do frasco obrigava-o a comprimir os dedos, de modo tal que, no fim de contas, apenas conseguia trazer pouco mais de uma duzia de botões!

Para praticar o *Jogo das Marcas*, fazia-se no chão uma pequena cova, de forma arredondada, que se alisava com o calcanhar e, a uma distância de três ou quatro metros, traçava-se um risco perpendicular à direcção da *coveta*,

Todos os jogadores colocavam os pés por forma a não ultrapassarem o risco e atiravam a *Marca* de modo a ficar o mais próximo possivel da *coveta*.

Depois de se verificar qual a *marca* que tinha ficado a uma menor distância, o respectivo dono avança e, pondo-se de cócoras, tentava metê-la na *coveta*, o que deveria ser feito com um unico impulso, dado apenas com as falanginha e falangeta do dedo indicador, sem arrastar.

No caso de o rapaz não meter a *marca* na *coveta*, tocava a vez ao jogador que tinha ficado em segundo lugar e, assim, sucessivamente até que um deles o conseguisse.

Com relação às restantes *marcas*, procedia-se de modo idêntico, tendo em atenção que o botão era ganho pelo rapaz que o metesse na *coveta*.

Neste entretenimento havia muitos *batoteiros* que, para mais fácilmente ganharem, arrastavam os dedos até quáse à boca da cova o que dava lugar aos protestos dos companheiros que, nalguns casos, os obrigavam a repetir a jogada.

Com seriedade ou sem ela, muitos rapazes conseguiam levar para casa uma algibeira cheia de botões, enquanto outros se sujeitavam a apanhar uma sova, por se terem permitido cortar alguns do fato que tinham vestido.

23) Jogo dos Mortos (ou *Morridos*)

Um entretenimento muito usado pelos rapazes e raparigas das freguesias rurais terceirenses, a cuja prática assistimos muitas vezes, há uns quarenta anos, era o *Jogo dos Mortos*, a que o nosso povo dava a designação de *Jogo dos Morridos*.

No geral, usava-se muito nas casas onde estavam os emblemas do Senhor Espirito Santo e tomavam parte nele todas as pessoas presentes.

Para iniciar o jogo, punha-se uma cadeira no centro da sala, por detrás da qual se colocava uma rapariga munida de um lenço, daqueles que as senhoras usavam na cabeça.

Depois, uma das pessoas presentes ia sentar-se na cadeira e a outra colocava-lhe o lenço por cima da cabeça, de modo a tapar-lhe os olhos.

A pessoa que estava sentada exclamava:

— Eu morro!

— Por quem? — preguntava a que lhe tinha vendado os olhos.

— Por fulano — respondia a primeira.

A pessoa cujo nome fôra indicado avançava para junto da «agonizante» e esta, depois de lhe desvendarem os olhos, levantava-se e dava-lhe um cerimonioso abraço, indo sentar-se entre os assistentes.

O rapaz ou rapariga que tinha acorrido ao chamamento do primeiro *morrido* sentava-se na cadeira, a pessoa que tinha o lenço vendava-lhe os olhos e o jogo prosseguia de modo idêntico.

Neste entretenimento, devia ter-se em atenção que a um homem só era permitido morrer de amores por uma mulher e vice-versa, de modo que a indicação de uma pessoa do mesmo sexo dava lugar a vivos protestos por parte da assistência.

Muitas raparigas, para evitarem qualquer suspeita àcerca da identidade dos preferidos do seu coração, cujos amores constituiam um segredo só conhecido de duas pessoas, declaravam que morriam por um irmão, ou por um parente chegado, furtando-se assim aos sorrisos chistosos, ou escarninhos, das companheiras.

Quanto aos rapazes, se alguns procediam com a mesma cautela, outros não se faziam rogados para declararem públicamente o nome daquela que lhes ia na alma. Era mesmo com certa prosápia que o faziam, talvez na mira de, embora com todo o respeito e cortezia, lhe darem o abraço que a norma do jogo impunha.

Neste entretenimento, havia que contar com os comentários da assistência. Assim, quando um rapaz se sentava na cadeira duas vezes e em ambas declarava que «morria» pela mesma rapariga, logo começavam a dar parabéns aos dois, significando que, naquele gesto, viam um principio de namoro.

Na realidade, o rubor com que algumas raparigas e rapazes se apresentavam no meio da sala, para darem cumprimento às regras do jogo, tinha algo de comprometedor.

Com o rodar dos tempos, este entretenimento tem caído em desuso.

Nos tempos em que se praticava o *Jogo dos Morridos*, os costumes populares da nossa terra eram muito diferentes dos actuais. Nessa época, os rapazes não andavam tanto em contacto com as raparigas. O namoro começava-se numa tourada à corda, em frente de um muro, ou de um palanque, e ia continuar-se no

canto da rua, que chegava a atingir os cinquenta metros de distância.

Deste modo, aquelas assembleias alegres e divertidas constituiam uma necessidade humana e social, porquanto, era nelas que os rapazes travavam relações mais directas com aquelas que mais tarde iriam buscar para companheiras do lar.

24) Jogo do Padeiro

Um jogo muito antigo, mas que ainda há poucos anos se praticava nas freguesias rurais terceirenses, com certo gáudio dos rapazes, era o *Jogo do Padeiro*, a que na Ilha de S. Miguel chamavam «Cabo Bulhão» (6) e também «*João da Cabra*» e que nós conhecemos na Vila de S. Sebastião por um nome que não citamos por ser indecente.

Nestes entretenimentos de carácter verdadeiramente campesino e popular, verificava-se uma circunstância deveras interessante que, em nosso entender, lhe garante uma origem continental. Embora com pequenas alterações, este jogo praticava-se, e talvez se pratique ainda, na freguesia da Ribeirinha, concelho de Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, na freguesia de Guadalupe, concelho de Santa Cruz, Ilha da Graciosa, na freguesia de Granja, concelho de Mourão, distrito de Évora, e na Ilha da Madeira, onde era conhecido por Jogo do Padeiro.

Talvez não seja descabido supor que esta brincadeira de rapazes tenha sido trazida até nós pelos primeiros povoadores destas terras açóricas...

Para praticar este jogo, todos os rapazes, em número ilimitado, davam as mãos e tomavam um dispositivo em forma de ferradura.

Entre os dois que estavam nos extremos, travava-se o diálogo seguinte:

— Ó Padeiro!
— Capaz Senhor?
— Quantos pães tem na sua alcofa?
— Vinte e um queimados!

— Quem os queimou?
— Foi o fogo?
— *Cá do* fogo?
— Está no mar!
— Entre por esta cadeirinha dentro!

O que estava no extremo oposto avançava para junto do que falou por último e, baixando a cabeça, passava por debaixo das mãos dele e do que lhe ficava ao lado, sendo seguido por todos os outros rapazes.

Aquele que dava a mão ao que mandava entrar «pela cadeirinha dentro», como não podia fazer o mesmo que os outros, rodava de modo a ficar voltado em sentido contrário, sem largar as mãos dos companheiros.

O primeiro a passar a cadeirinha continuava a andar até ao lugar onde estava, seguido por todos os outros, tornava a formar o dispositivo em ferradura.

Repetia-se o mesmo diálogo:

— Ó Padeiro!
— Capaz Senhor!

.....

Quando o último da esquerda era mandado entrar «pela cadeirinha dentro», todos eles tornavam a passar entre o que ficára de costas e o seguinte, do que resultava ficar o terceiro também voltado ao contrário.

O jogo ia prosseguindo de modo idêntico até que todos os rapazes ficassem voltados para o lado contrário, com excepção daqueles que estavam nos extremos.

Em seguida, os dois rapazes que ficavam voltados para a frente iniciavam o diálogo seguinte.

— Ó Padeiro!
— Capaz Senhor!
— Venho pedir-lhe que me empreste uma corda.
— Senhor, eu tenho aqui uma, mas está muito cheia de nós. Só se quiser experimentá-la...
— Então, puxe para lá!

Os dois que estavam nos extremos começavam a puxar, cada

um para seu lado, até que algum dos rapazes deixasse a mão do que lhe ficava ao lado.

É claro que todos faziam o possível para que a corda fosse forte. Porém, ela sempre partia e, assim, acabava o jogo.

25) Jogo do Passarinho Bate as Asas

Entretenimento muito interessante, o Jogo do *Passarinho bate as asas* praticava-se na cidade de Angra há uns trinta e cinco ou quarenta anos.

No geral, tomavam parte no jogo dois grupos de rapazes; um, que ia esconder-se; outro que ia procurar o primeiro.

Escolhido o local para ponto de partida do jogo — o *Poiso* — os rapazes de um dos grupos iam esconder-se nas imediações daquele local. Um dos jogadores, logo que arranjava o seu esconderijo, exclamava em voz alta:

— Passarinho bate as asas! Uma!

Outro jogador, mais adiante, exclamava:

— Passarinho bate as asas! Duas!

O último a esconder-se, exclamava também:

— Passarinho bate as asas! Três!

Os rapazes do outro grupo, enquanto esperavam que todos os parceiros contrários se escondessem, combinavam entre si o melhor modo de os descobrirem, dividindo em pequenos sectores a área onde presumiam que eles se encontrassem.

Logo que ouviam a palavra «três», os rapazes do grupo a quem competia ir procurar os outros corriam aos lugares onde lhe parecia que eles estivessem, tendo o cuidado de revistar todos os recantos.

A descoberta de um dos rapazes escondidos fazia com que todo o grupo perdesse. Do mesmo modo, quando um dos procurados conseguia chegar ao *Poiso*, sem que os grupo contrário o vissem, todos os parceiros ficavam *livres*, pelo que lhes competia tornar a esconder-se.

No geral, um dos rapazes mais espertos do grupo que ia esconder-se mantinha-se vigilante próximo do *poiso* a fim de

verificar se algum dos parceiros contrários ia vigiar para onde se dirigiam os seus companheiros e só no fim é que procurava o seu esconderijo.

Por sua parte, os do grupo encarregado de ir procurar os escondidos nomeavam um dos parceiros para vigiar o *poiso*, a fim de evitar que algum do grupo contrário ali chegasse primeiro.

26) Jogo da Pata-Cega ou Cabra Cega

Entretenimento simples e engraçado, o Jogo da *Pata-Cega* foi muito usado antigamente e parece ter conquistado as simpatias de grandes e pequenos.

Para praticá-lo, arranjava-se um lenço e dobrando-o a meio, de modo a formar um triângulo, vendava-se os olhos a um dos jogadores, amarrando-lhe as duas pontas maiores na nuca.

Em seguida, todos os outros formavam um círculo e davam as mãos uns aos outros, deixando no meio o que tinha os olhos vendados — a *Pata-Cega* — e mais um que seria o encarregado de o chamar.

Para iniciar o jogo, aquele que estava no centro e não tinha os olhos vendados batia as palmas. A *pata-cega*, procurando guiar-se pelo som produzido, avançava em direcção ao ponto onde parecia estar o outro rapaz. tentando apanhá-lo, o qual, por sua vez, mudava de lugar, batendo de novo as palmas.

A perseguição continuava até que a *pata-cega* conseguisse apanhar o que batia as palmas. Neste caso, os dois rapazes trocavam as suas situações e o jogo continuava de modo idêntico.

A parte mais interessante estava no facto de o rapaz que fazia de *pata-cega* não conseguir orientar-se pelo som das palmas e, por vezes, dirigir-se exactamente na direcção contrária, o que dava lugar a que os outros que formavam a roda se rissem à gargalhada.

Quando os dois rapazes que estavam no meio já tinham feito de *pata-cega*, eram substituidos por outros que, no geral, se ofereciam para tal.

Havia ainda uma outra modalidade, que consistia em os dois rapazes que estavam no meio terem os olhos vendados, o que tornava o jogo ainda mais interessante.

27) Jogo do Pàteiro

O *Jogo do Pàteiro* era um entretenimento que, embora muito simples, constituia um belo exercício de precisão e desenvoltura para os rapazes, que o praticavam com grande entusiasmo.

O material necessário para se poder jogar a *Pàteira* estava ao alcance de todas as bolsas, pois, bastava arranjar duas varas com centímetro e meio de diâmetro e com o comprimento de setenta e cinco centímetros e quarenta e cinco centímetros, respectivamente. A vara maior tinha a designação de *Páu* e a mais pequena a de *Pàteiro*.

Obtido o material acima referido, escolhia-se um local mais ou menos amplo e riscava-se no chão um círculo com o diâmetro mais ou menos igual ao comprimento do *Páu*.

Para iniciar o jogo, um dos rapazes pegava, com a mão direita, num extremo do *Páu* e, com a mão esquerda, a meio do *Pàteiro*, enquanto o outro jogador se ia colocar uns oito ou dez metros à sua frente.

Assim dispostos, o jogador que tinha o *Pàteiro* atirava-o para o ar, de maneira a elevá-lo uns vinte e cinco centímetros na vertical, e dava-lhe uma pancada com força, fazendo por projectá-lo o mais longe possivel. Seguidamente, colocava o *Páu* sobre o circulo, de modo a ficar numa direcção perpendicular à frente do jogo.

Competia ao outro jogador apanhar o *Pàteiro* e, com os pés no ponto onde ele caíra, atirá-lo por forma a bater no *Páu*.

Quando o rapaz conseguia bater com o *Pàteiro* no *Páu*, ganhava a jogada, pelo que lhe competia ir bater o *Pàteiro*, em substituição do outro, que passava para o seu lugar. Porém se o rapaz não acertava com o *Pàteiro* no *Páu*, mantinha-se na frente até consegui-lo, o que, por vezes, se tornava difícil, especialmente quando aquele que estava junto do circulo sabia jogar bem.

Quando o rapaz que estava na frente tinha boa agilidade, procurava apanhar o *Pàteiro* pelo ar, reduzindo assim a distância que o separava do circulo, o que lhe dava maiores probabilidades de ganhar.

28) Jogo do Pião

Entretenimento muito popular em todo o Portugal Continental e Insular, tem caído últimamente em desuso.

Antigamente, era o jogo preferido na época quaresmal, com excepção da Semana Santa, em que se guardava uma verdadeira abstenção por respeito à morte de Cristo.

Como a cerimónia da Ressureição se realizava no sábado Santo, ainda há quem se lembre de ver os rapazes de pião enfieirado, à espera que os sinos começassem a repicar anunciando a Alelúia, para serem os primeiros a jogar, acto este que era saudado com grande alegria.

Quando algum rapaz jogava o pião no período compreendido entre o meio dia da Quinta-Feira Santa e o repicar dos sinos no Sábado seguinte, era logo advertido pelos outros que lhe diziam:

— Estás a dar nicos em Nosso Senhor!

O entretenimento do pião prolongava-se pela época do Senhor Espírito Santo e entusiasmava não só os rapazes mas até os homens casados que, pedindo os piões àqueles, realizavam partidas bastante renhidas.

Os melhores piões eram feitos de buxo e outras madeiras rijas e sem nós. No entanto, havia-os também de louro ou de faia, variando o material empregado com as possibilidades dos torneiros e o dinheiro dos compradores.

Antigamente, havia piões à venda nos estabelecimentos comerciais da cidade e das freguesias rurais, os quais eram expostos amarrados num cordel que se prendia no tecto ou numa parede do aposento.

No geral, todos os rapazes possuiam o seu pião, que jogavam isoladamente, aparando-o na palma da mão ou na unha do dedo

polegar, deitando-o depois na mão das raparigas que lho solicitavam.

Quando o pião tinha o ferrão bem centrado, girava sempre no mesmo ponto e o seu movimento produzia um zumbido interessante, especialmente se era colocado sobre um móvel qualquer. No geral, quando se verificava tal facto, dizia-se que o pião estava a *dormir*.

Se o ferrão de um pião não era bem centrado, ele tinha a tendência para se deslocar de um para outro lado, pelo que os rapazes o classificavam de *sachador*, pela semelhança que ele tinha com o utensílio de lavoura com esse nome.

Neste jogo, sucedia, por vezes, que o pião *escapulia* da fieira e ia parar longe, chegando a bater de encontro aos vidros duma janela ou nas *canelas* de algum dos que assistiam à partida.

Para salvaguardarem possiveis responsabilidades, os rapazes, antes de começarem a jogar, exclamavam:

— «Olha lá! Ou pés, ou canelas ou sacos ou novelas!»

Se o pião atingia alguém, o rapaz exclamava:

— Eu avisei!

É claro que o antingido não tinha razão para se queixar...

Em geral, no *Jogo do Pião* havia muitas modalidades, as quais variavam de localidade para localidade.

Na impossibilidade de as darmos todas, vamos apresentar algumas:

a) *Aparada*

Esta modalidade é, por certo, a mais simples e, antigamente, usou-se muito nas freguesias rurais terceirenses.

No geral, era o jogo que praticavam os rapazes mais novos, talvez por não possuirem ainda os conhecimentos necessários para se abalançarem a outras modalidades consideradas difíceis.

Para iniciar o jogo, um dos rapazes cuspia no chão e todos deitavam o seu pião de modo que ele desse uma *nicada* tanto quanto possível sobre a *cuspidela*. Aquele que batesse mais

próximo era o primeiro a jogar, seguindo-se lhe os outros pela ordem crescente das respectivas distâncias, com excepção do mais afastado que era obrigado a pôr o seu pião no chão.

Em seguida o rapaz que ficava em primeiro lugar jogava o seu pião de modo a dar uma *nicada* no que estava *amolhado*. Caso conseguisse bater-lhe, dava o seu lugar ao jogador seguinte. No caso de não o conseguir, podia aparar o pião à mão e tocar com ele no que estava *amolhado*, o que correspondia à *nicada*.

Quando um jogador não tocava no pião que estava no chão por qualquer dos modos acima indicados, era obrigado a *amolhar* o seu, sendo o outro levantado pelo respectivo dono.

Logo que um dos rapazes conseguia que o pião tocasse no que estava *amolhado*, dando a *nicada* ou a pancadinha, dava a mão ao jogador imediato, seguindo-se-lhe todos os outros de modo idêntico.

Nesta modalidade de jogo, era habitual estabelecerem-se as condições seguintes:

— Cada rapaz era obrigado a *amolhar* o pião com que jogava ou poderia ser autorizado a substituí-lo por outro mais velho ou por uma *piorra* (7);

— Quando se deitava o pião e, por qualquer circunstância, ele não chegava a dar três voltas sobre si, a jogada podia ser ou não considerada nula. No primeiro caso, o rapaz tinha o direito de jogar novamente. Porém, se não era aceite a nulidade, mesmo que a fieira *escapulisse*, perdia-se a mão e *amolhava-se*.

b) *A Amolha*

Jogo Individual

Para praticar esta modalidade de jogo, escolhia-se um local mais ou menos plano e procedia-se à verificação da ordem de sequência dos jogadores pelo sistema da *cuspidela* que acima referimos.

Amolhado o pião do rapaz que ficava em último lugar, aquele a quem competia dar inicio à partida deitava o seu de modo que

ele batesee com o bico ou ferrão no que estava no chão. No caso de conseguir o seu intento, ganhava a jogada e dava a mão ao parceiro que se lhe seguia. Se não tocava no pião que estava no chão, era obrigado a *amolhar* e o outro rapaz levantava o seu.

Nesta modalidade não era necessário fazer deslocar o pião *amolhado*, seguindo-se o jogo no local onde ele se encontrava.

Às vezes, os rapazes combinavam que, para a jogada ser válida, era preciso que o jogador desse uma nicada no pião que estava *amolhado* e, em seguida, aparasse o seu na mão, cláusula esta que apenas servia para dificultar o jogo.

Jogo de Parceiros

Nesta modalidade de jogo, dois dos rapazes que jogavnm melhor constituiam-se em parceiros contrários e cada um escolhia, alternadamente, os jogadores que deveriam constituir o respectivo grupo, fazendo-se o possível para que, de parte a parte, houvesse uma certa equivalência de valores.

Em seguida, os mesmos dois rapazes verificavam entre si qual dos grupos deveria *amolhar*, utilizando para o efeito o sistema da *cuspidela*, atirando uma moeda ao ar, ou escondendo uma pedrinha numa das mãos e convidando o outro a bater.

No geral, os rapazes combinavam que os piões *amolhados* deveriam ser levados desde a *cuspidela* até uma certa distância que se demarcava com um traço no chão.

Nalgumas localidades, os rapazes traçavam um grande rectângulo que tinha por centro a *cuspidela*, estabelecendo que, para ganhar a partida, se deviam levar os piões até um dos extremos, voltar ao extremo contrário e regressar ao centro onde estava o cuspo.

Para iniciar o jogo, os rapazes do grupo a quem competia *amolhar* colocavam os seus piões em linha, junto ao cuspo, e os do outro grupo começavam a jogar, um após outro, procurando cada um dar uma *nicada* num dos piões *amolhados* e fazê-lo deslocar-se na direcção de um dos extremos do rectângulo.

Por vezes, os rapazes combinavam que era necessário que todos os jogadores do grupo dessem uma *nicada* nalgum dos piões

amolhados para ganharem a jogada. Assim, desde que um dos rapazes não tocasse em qualquer dos piões, era obrigado a *amolhar* e mais todos os seus companheiros, enquanto os do grupo contrário corriam a levantar os seus piões e passavam a jogar.

Havia também a combinação de o grupo não perder a mão desde que um dos jogadores tocasse nos piões *amolhados*.

Para dificultar o jogo, também se estabelecia que, para a jogada ser válida, o rapaz deveria dar a nicada e em seguida aparar o pião na mão.

Quando o grupo que estava a jogar perdia a mão, era obrigado a *amolhar*, pela primeira vez, junto da cuspidela. No seguimento do jogo, *amolhava-se* no lugar onde os piões tinham sido, levantados na vez anterior.

Neste jogo, sucedia, por vezes, que um dos rapazes ao dar uma *nicada* num dos piões *amolhados* o rachava ou o fazia saltar de modo a não ser encontrado. Para estes casos, havia a seguinte regra:

— «Pião rachado, é lenha para o lume;
Pião perdido, quem perdeu pagou.»

Traduzindo a regra, podemos dizer que se um rapaz desse uma *nicada* no pião *amolhado* e o rachasse ou *escalasse* a meio, ficava o dono com o prejuizo. Porém se o pião *amolhado* era atirado para fóra do recinto e não se conseguia encontrá-lo, o rapaz que estava a jogar era obrigado a pagá-lo.

* * *

Segundo informações que nos foram prestadas por algumas pessoas do Continente, quando se jogava à *Amolha* na modalidade do jogo individual, era habitual os rapazes fazerem uma pequena cova no local onde deveria terminar a partida, à qual se dava a designação de «Matadouro». Logo que o pião *amolhado* entrava na dita cova, todos os jogadores tinham o direito de lhe darem tantas nicadas quantas as que haviam sido combinadas.

Por vezes, também se estabelecia que, no final, seria rachado o pião *amolhado*. Alguns metiam-lhe o ferrão de aço do seu pião e, depois davam-lhe com uma pedra em cima.

Qualquer destas combinações admite que havia só um pião *amolhado*. No entanto, usava-se também o sistema do rectângulo.

c) *Catazola*

A catazola era círculo que se traçava no chão, com uns quatro ou cinco metros de diâmetro.

Neste jogo havia duas modalidades: jogo individual e jogo de parceiros.

Jogo individual

Pelo sistema da *cuspidela*, verificava-se qual a ordem de sequência dos jogadores e também qual deles deveria *amolhar* o seu pião no centro da catazola.

Amolhado o pião o rapaz a quem competia jogar em primeiro lugar deitava o seu pião *de banda*, de modo a tocar no que estava *amolhado* e saír fóra da catazola. No caso de conseguir o seu objectivo, levantava o seu pião e aguardava que todos os outros jogassem Porém, quando não tocava no pião *amolhado*, era obrigado a deixar lá ficar o seu, dando a mão ao parceiro seguinte.

No jogo da catazola, também podia combinar-se que o rapaz deveria deitar fóra o pião *amolhado* logo à primeira jogada ou, no caso de não lhe tocar, aparar o pião à mão e bater com ele no outro de modo a conseguir o mesmo objectivo.

Jogo de parceiros

Nesta modalidade. formavam-se dois grupos com igual número de rapazes. Um dos grupos *amolhava* e o outro ia jogar.

Cada jogador não podia deitar fóra da catazola mais do que um dos piões *amolhados*, pois, se o fizesse, privava um dos companheiros de deitar também um pião fóra.

Quando um rapaz deitava dois ou mais piões fóra, o seu grupo perdia e *amolhava* imediatamente para que os do grupo contrário pudessem jogar.

29) O Jogo da Pulga-Piolho

Há uns quarenta anos, os rapazes das freguesias rurais terceirenses praticavam muito um jogo que era conhecido por *Pulga-Piolho* e que também ouvimos designar, na Vila de S. Sebastião, por *Jogo do Piloto.*

Para jogar o *Pulga-Piolho*, arranjavam-se dois grupos, cada um dos quais era constituido por dois, três ou quatro rapazes.

Um dos grupos *amolhava-se*. ficando o primeiro jogador com a cabeça encostada a um muro, ou sobre as coxas de um outro rapaz que, para o efeito se sentava. Os restantes *amolhavam-se*, respectivamente, sobre a traseira do primeiro, do segundo, do terceiro, etc..

O outro grupo, colocando-se a uma distância de quatro ou cinco metros, conforme a habilidade e a ligeireza dos rapazes, combinava entre si a ordem por que os seus componentes deveriam saltar sobre os *amolhados.*

Para tomar maior embalagem, o primeiro iniciava uma corrida e saltava para cima do grupo contrário, de modo a ficar bem adiante, se possivel, sobre o que estava na frente. Os outros iam-se seguindo pela sua ordem até chegar ao último.

Constituia regra do jogo nenhum dos rapazes dar parte de fraco. Os que estavam *amolhados* deveriam manter-se sempre firmes e os outros não poderiam tocar com os pés no chão, nem com qualquer outra parte do corpo, sendo-lhes vedado o direito de melhorarem a sua posição depois de terem saltado.

Como ambos os grupos pretendiam ganhar, os que estavam *amolhados* faziam o possivel por se manterem sempre firmes até que algum dos outros tocasse no chão. Porém, quando um deles ficava com dois dos parceiros contrários sobre si, não lhe era fácil aguentar com o peso por muito tempo e, não vendo probabilidades de ganhar, só lhe restava o recurso de gritar:

— Pulga!

Esta frase equivalia a um pedido de rendição e, por isso, os que estavam escarranchados respondiam;

— Piolho!

Pronunciando esta palavra, apeavam-se todos imediatamente e iniciava-se nova jogada, *amolhando* o grupo que perdera.

Quando sucedia um dos rapazes que estavam escarranchados sobre os outros tocar no chão com um pé, com uma das mãos ou qualquer outra parte do corpo, logo o seu grupo perdia a partida, competindo-lhe *amolhar* para os outros saltarem.

Neste jogo, a maneira de saltar tinha muita influência. Se o primeiro rapaz não ficava bem à frente, os outros não tinham lugar para se colocarem e, então, mal acomodados, caíam com facilidade, pois, começavam a escorregar.

Às vezes, agarravam-se uns aos outros para melhor se firmarem e encolhiam as pernas para não tocarem no chão.

Quando um dos grupos perdia, havia sempre uma reacção por parte dos seus componentes, pois, acusava-se aquele que dera parte de fraco

— Foste tolo! Eles estavam quáse perdendo!

— Pois não! Estavam dois em riba de mim!

Algumas vezes, estabelecia-se que o barrete dos que estavam *amolhados* também se considerava como parte do jogo. Assim, se um dos que saltavam deitasse ao chão o barrete de um dos *amolhados*, esse facto dava lugar a que estes últimos ganhassem a jogada.

Por tal motivo, antes de começarem a saltar, um dos jogadores ia verificar se todos os *amolhados* tinham o barrete bem seguro ua cabeça, não fizessem eles a malandrice de os colocarem mal para mais fácilmente ganharem a partida.

Por vezes, também se estabelecia que os rapazes que estavam *amolhados* podiam *gingar*, para provocarem a queda mais rápida dos parceiros contrários.

30) Jogo do Queimado

Este entretenimento, que parece ser uma resultante do espirito inventivo dos nossos rapazes, tem por base uma cena muito vulgar na vida campesina.

Quem vive nas freguesias rurais conhece perfeitamente o milhafre, a que o nosso povo dá a designação de *queimado*, uma ave de rapina que, alimentando-se de ratos e de répteis, constitui o terror dos pequenos pássaros e das galinhas.

Dotado de uma agudeza de vista invulgar, o milhafre levanta vôo até grande altura e, pairando lá no alto, procura divisar algo que lhe satisfaça o apetite.

Logo que avista um bando de galinhas, procura aproximar-se dele e, num vôo rápido, avança sobre uma das aves e dá-lhe com os pés de modo a fazê-la caír. Imediatamente, pega nela com as garras e eleva-se no ar, sem que ninguém tenha tempo de ir defendê-la.

Muito traiçoeiro, o milhafre não é capaz de atacar de frente as suas vítimas, havendo quem afirme que um bom galo não hesita em oferecer-lhe combate.

Ora, o jogo do *queimado* tem algo de semelhante com o que acabamos de dizer.

Para praticá-lo, reuniam-se vários rapazes e escolhiam entre si um que representaria o *Milhafre* e outro que seria o *galo*, sendo todos os restantes considerados como *galinhas*.

O *queimado* ía colocar-se a uma distância de dez a quinze metros, enquanto o *galo* reunia todas as *galinhas* e formava com elas uma espécie de cordão. Para tal, um dos rapazes agarrava na aba traseira do casaco daquele que fazia de *galo*, outro pegava no casaco do segundo e assim sucessivamente até ficarem ligadas todas as galinhas.

Logo que se achava concluído o cordão, o *queimado*, levantando os braços horizontalmente, avançava em direcção ao grupo das *galinhas*, dando uns gritos estridentes como que a imitar a ave que representava.

Competia ao *galo* fazer frente, ao *queimado*, procurando impedi-lo de tocar nas *galinhas*, as quais fugiam para um e outro lado a fim de evitarem ser apanhadas.

Quando o *queimado* conseguia tocar com a mão numa das *galinhas*, esta pertencia-lhe e, deixando o cordão, ia ocupar um lugar préviamente escolhido no lado do *queimado*.

O jogo prosseguia de modo idêntico até que o *queimado*

ganhasse todas as *galinhas*. Logo que tal se verificava, o rapaz que fazia de *galo* passava a *queimado* e o *queimado* passava a *galo*.

Resta esclarecer que o *queimado* nunca podia vencer o *galo*.

Na Ilha da Madeira, este jogo era designado por jogo do Francelho, nome por que é conhecido o Milhafre ou Queimado.

31) O Jogo do Sachinho

Este entretenimento era praticado, normalmente, por rapazes de dez ou doze anos, embora, por vezes, as raparigas da mesma idade também o usassem.

Para jogar o «*Sachinho,*» reuniam-se vários rapazes, em número impar, e, dando as mãos, formavam um círculo.

Um deles, deixando as mãos dos companheiros, entrava para a roda e, começando a andar à volta, ia tocando nos rapazes, um por um, ao mesmo tempo que dizia:

— «Sachinho, sachinho, não caso co'este, nem co'este, nem co'este...»

Em certa altura, parava em frente de um dos companheiros e, estendendo os braços, abraçava-o, ao mesmo tempo que exclamava:

— Há-de ser co'este!

Cada um dos rapazes procurava abraçar-se ao que lhe ficava mais próximo e, como o número dos jogadores era ímpar, ficava um sózinho, facto esse que demonstrava a sua falta de agilidade, a qual dava lugar a um castigo.

Para tal fim, os rapazes que haviam conseguido abraçar-se a um dos companheiros iam colocar-se em duas filas voltadas uma para a outra e davam as mãos, elevando-as até à altura da cabeça.

Aquele que ficava isolado, tinha a obrigação de passar três vezes por entre as duas filas, com a cabeça baixa e o corpo inclinado para diante, ao mesmo tempo que os outros lhe batiam com as mãos nas costas, com mais ou menos força consoante a amizade que lhe dedicavam.

No final destas três passagens pouco desejadas, formava-se

outra vez a roda, competindo ao que tinha perdido ir para o centro e iniciar novo jogo como acima referimos.

Às vezes, o rapaz que andava à volta da roda fazia o gesto de se abraçar a um, mas não chegava a completar a acção, pelo que alguns tinham que desfazer os abraços e formar de novo a roda, enquanto ele prosseguia na sua lenga-lenga:

— «...nem co'este...»

Este jogo, constituindo um excelente meio de desenvolver a agilidade dos rapazes, tinha o condão de provocar-lhes o entusiasmo.

32) O Jogo das Tàlhinhas

Há uns quarenta e cinco anos, usava-se na Vila de S. Sebastião um entretenimento a que se dava a designação de *Jogo das Tàlhinhas*.

Para praticar o referido jogo, escolhia-se um rapaz para desempenhar as funções de «Vendedor» e outro que seria o «Comprador». Seguidamente, todos os outros rapazes punham-se, ao longo do muro, de cócoras e com as mãos metidas debaixo das coxas figurando as asas da *tàlhinha*.

A iniciar o jogo, o *Comprador*, que se havia colocado a certa distância, dirigia-se ao *Vendedor* e perguntava-lhe se tinha talhas para vender. O rapaz mostrava-lhe as *tàlhinhas* e dizia-lhe que escolhesse a que mais lhe agradasse.

O *Comprador* optava por uma das tàlhinhas e perguntava ao outro rapaz:

— Quanto custa esta *tàlhinha*?

— Cinco mil reis — respondia o vendedor...

— Está muito cara! Não lhe dou mais de quatro mil e quinhentos...

Depois de regatearem o preço, o *vendedor* acabava por concordar com o preço e dizia ao outro:

— Leve lá a *tàlhinha*!

O *Comprador* fazia o gesto de pagar, entregando qualquer

objecto que representava o dinheiro. Em seguida, pedia a ajuda do outro rapaz e cada um enfiava o braço numa das *asas* da *tàlhinha*, levando-a para determinado local, onde a deixavam.

O jogo prosseguia com a repetição desta cena até que o *comprador* levasse todas as *tàlhinhas*.

* *
*

Pessoa amiga forneceu-nos uma versão usada na cidade de Angra do Heroísmo que achamos mais completa e muito mais interessante.

Escolhido o *Vendedor* e o *Comprador*, todos os rapazes ou raparigas se colocavam de cócoras como acima indicámos.

Aquele que representava de *comprador*, ao chegar junto do *vendedor* perguntava-lhe:

— O Senhor tem *tàlhinhas* para vender?

— Tenho estas—respondia o vendedor.

— Dá-me licença que veja se elas têm algum defeito?

— Faça o favor!

O comprador chegava junto de cada *tàlhinha* e batia-lhe com os dedos na cabeça. Cada rapaz ia produzindo um som.

Escolhia a *tàlhinha* que mais lhe agradava, o *comprador* perguntava o preço, regateavam os dois e, no final, o que ia fazer a compra declarava que não tinha dinheiro que chegasse e que ia buscá-lo a casa.

Pouco depois, voltava o *comprador* e dizia:

— Aqui tem o dinheiro para pagar a *tàlhinha*.

O *vendedor*, fingindo-se muito admirado, exclamava:

— A *tàlhinha*!? Mas, eu não tenho *tàlhinhas* para vender!

— Ó senhor, pois eu estive aqui a escolher uma há bocado!

— Está enganado! O que eu tenho para vender são *pianos*...

— Calha bem! Eu desejo comprar um piano! — respondia o *comprador*.

Em seguida, pedia para ver os *pianos*, tocava-lhes na cabeça e eles iam produzindo diversos sons. No final, regateavam o preço e o *comprador* acabava por declarar que ia a casa buscar dinheiro para o pagamento.

Quando voltava para levar o *piano*, o *Vendedor* declarava que não tinha pianos e que só havia *Santos*. Na verdade cada um dos rapazes se apresentava agora numa atitude de imagem de Santo.

O *comprador* resolvia adquirir uma das *imagens* e tornava a casa a fim de trazer dinheiro para a compra.

Ao chegar, dizia ao *vendedor* que ia buscar a imagem. Ele, porém, respondia que não tinha *santos* para vender. O que havia para vender eram *bezerros*.

— *Bezerros*?! Não pode ser! o que o senhor tinha aqui eram *santos* — respondia o *comprador*.

— Pois, então, veja o senhor!

Nesta altura todos os rapazes tinham posto as mãos à altura dos olhos, com os dedos indicadores bem estendidos e, logo que o *comprador* se voltava para os rapazes, todos corriam em sua perseguição, fazendo grande algazarra.

O *Comprador* procurava esconder-se em qualquer sítio e assim acabava o jogo.

33) O Jogo do Toucinho

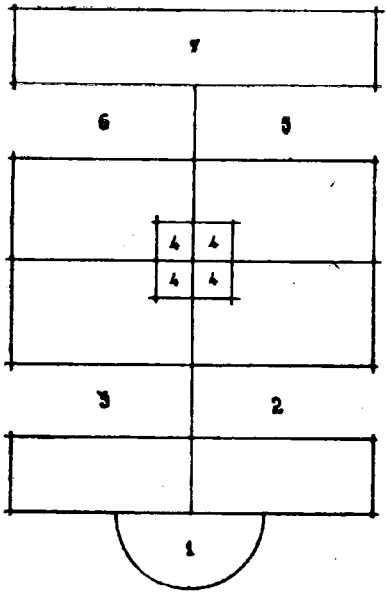
Não sabemos donde nos veio este jogo e também não o conhecemos quando, em criança, nos distraíamos com entretenimentos semelhantes.

Temos conhecimento de que se usou, há uns trinta anos, na Vila da Praia da Vitória e na Vila de S. Sebastião, sendo provável que o seu aparecimento na Ilha se tenha verificado conjuntamente com outro jogo a que deram o nome de «aeroplano» ou de «avião».

O nome deste jogo também constitui para nós uma verdadeira incógnita, pois, nem o seu formato, nem o modo de o jogar contém qualquer característica especial que nos faça lembrar o toucinho.

Seja como for, o *Jogo do Toucinho* não deixa de ser um entretenimento engraçado e susceptivel de entusiasmar os rapazes, tendo grande semelhança com o antigo *Jogo do Homem*.

Para praticar o *Jogo do Toucinho*, os rapazes começavam por escolher um local mais ou menos plano onde traçavam uma figura com o formato ao lado indicado.



Antes de iniciarem o jogo, os rapazes verificavam qual a ordem por que se seguiriam, para o que jogavam as suas jogas para as casas assinaladas com o n.º 4.

Aquele cuja joga ficasse mais próxima da cruz central seria o primeiro a jogar. Os outros seguiam-se pela ordem de distâncias das respectivas *jogas*.

Para começar a partida, o primeiro jogador colocava a sua joga na casa que designámos pelo n.º 1, podendo fazê-lo com a mão. Seguidamente, saltava a pés juntos para os espaços acima do primeiro rectângulo, assinalado com os n.os 2 e 3, de maneira a ficar com um pé à esquerda e outro à direita do traço central. De modo idêntico, saltava para os espaços 5-6, onde fazia meia volta para ficar voltado para baixo.

A pés juntos passava para os espaços 2-3 e dessa posição juntava a malha com a mão, tornando a saltar para fóra do jogo.

Seguidamente deitava a joga no espaço 2 e com os pés na casa 1, saltava para o espaço assinalado com o n.º 3. ficando com um pé no ar. Com uma das mãos, levantava a joga, pulava para os espaços 5-6, fazia meia volta e regressava ao espaço 3, onde ficava outra vez com o pé no ar. Depois, saltava para fóra do jogo, trazendo sempre a joga na mão.

Do mesmo modo, jogava para o espaço 3, advertindo-se que, neste caso, saltava para o espaço 2, onde ficava com um pé no ar.

A próxima jogada era para um dos quatro pequenos quadrados, assinalados com o n.º 4 e a *joga* deveria ser levantada com a mão tendo os dois pés assentes nos espaços 5-6.

Ao jogar para as casas 5-6, deveria ficar com um pé no ar,

como se disse para os espaços 2-3. É claro que, neste caso, não havia que saltar mais para cima.

Seguidamente, jogava para a casa assinalada com o n.º 7 — o *chapéu*. Com os dois pés no circulo que designamos com o n.º 1, saltava para os espaços 2-3 e 5-6 e ainda para cima do chapéu, ficando com um pé no ar.

Sem abater o pé, levantava a malha com a mão e atirava-a de modo a ficar fóra do jogo, abaixo do circulo 1. Saltava a dois pés para os espaços 5-6 e 2-3 e, daqui, esticava-se para apanhar a malha, o que se tornava dificil, pelo que convinha que ela ficasse muito próxima do circulo.

Às vezes, o jogador deitava a mão no chão e fazia-a deslizar até chegar à *joga*. Depois, tornava a movê-la para um lugar que lhe permitisse levantar-se.

Havia rapazes que estabeleciam a condição de um parceiro poder auxiliar o outro a levantar a *joga*, para o que lhe era permitido pegar numa das mãos do companheiro e puxá-la para trás.

Neste jogo, constituiam motivo para perder a mão:

— Deitar um pé sobre qualquer dos riscos;

— Deixar cair no chão o pé que devia andar suspenso.

— Deixar a *malha* saír fóra, ou ficar atravessada sobre qualquer dos riscos.

A partida era ganha pelo jogador que primeiro completasse todas as jogadas acima referidas.

Quando havia quatro jogadores, formavam-se dois partidos e os respectivos parceiros jogavam as suas jogas ao mesmo tempo, ou um atrás do outro. saltando e saindo do mesmo modo.

Logo que um dos rapazes completava a última jogada da partida, considerava-se como vencedor o respectivo grupo, embora o outro parceiro não tivesse chegado ao fim do jogo.

34) O Jogo da Velha

Um entretenimento muito usado pelos rapazes e raparigas das freguesias rurais terceirenses, há uns quarenta a quarenta e cinco anos, era o *Jogo da Velha*.

No geral, praticava-se num largo, ou rua, e só incluia jovens do mesmo sexo, o que se compreende pela natureza do entretenimento.

Para iniciar este jogo, colocavam-se os rapazes em fila, uns atrás dos outros, pegando cada um com ambas as mãos na aba do casaco daquele que ficava na frente.

Um rapaz – a *Velha* – punha-se a uma distância de sete a oito metros e avançando na direcção daquele que estava à frente da fila formada por todos os outros — a *Mão* — exclamava;

— A senhora pode dar-me um copinho de água...?.

— A minha filha foi à fonte! — respondia a *Mãe*.

— Para onde é a fonte? — perguntava a *Velha*.

A *Mãe* indicava uma direcção, para a direita ou para a esquerda, e exclamava:

— É para ali...

— É para ali! — respondia a *Velha*, ao mesmo tempo que apontava para o lado contrário.

Esta divergência de afirmações dava lugar a uma calorosa discussão, afirmando cada um que era para o seu lado. Em certa altura, a *Mãe*, fingindo-se muito zangada, dizia:

— Vá a *Velha* morrer longe!

A *Velha*, mostrando-se irritada, voltava-lhe as costas e, fazendo-se coxa, afastava-se do grupo. Quando ela se achava a uma distância de sete ou oito metros, a *Mãe* e todos os outros rapazes — as filhas — começavam a cantar em coro:

— Torna atrás, perdeu o chinelo!... Torna atrás, perdeu o chinelo!...

Aquele que fazia o papel de *Velha*, tornava atrás e procurava apanhar o último rapaz da fila, no que era impedido pela *Mãe* e por todas as *filhas*, as quais se agarravam bem aos casacos, para acompanharem o movimento da frente e também o da rectaguarda, pois, o perseguido ia *rabeando* para um e outro lado até ser tocado pela *Velha*.

Logo que o último rapaz da fila era *apanhado*, ia colocar-se atrás da *Velha*, segurando-a pela aba do casaco, de modo idêntico ao que acima indicámos e repetia-se o diálogo:

– A Senhora quer dar-me um copinho de água!

— A minha filha foi à fonte!

....

O jogo prosseguia até que a *Velha* ficasse com o número de *filhas* igual àquele que tinha a *Mãe*.

Chegados a essa ocasião, o rapaz que fazia de *Mãe* colocava-se adiante da Velha e as filhas de cada um dos grupos abandonavam a aba da jaqueta dos outros e enlaçavam as mãos na cintura daqueles que estavam à sua frente.

Quando todos se achavam bem agarrados, a *Mãe* e a *Velha* davam as mãos e cada um dos grupos puxava para seu lado, com quanta força tinha, até que um deles conseguisse arrastar o outro.

Seguidamente, todos os rapazes que faziam parte do grupo que perdia iam colocar-se à retaguarda daqueles que tinham ganho, com excepção do primeiro da frente que, no jogo seguinte, representava o papel de *Velha*.

Este entretenimento, apesar de já ser muito antigo, ainda é praticado pelas crianças da Vila de S. Sebastião.

C — JOGOS PARA ADULTOS

35) Jogo do Bilro

Há uns quarenta e cinco anos, os homens e os rapazes das freguesias rurais terceirenses usavam muito o *Jogo do Bilro*.

No geral, era nos domingos à tarde que eles se dedicavam a este entretenimento, para o que aproveitam os típicos terreiros existentes junto das *vendas*, os largos e os caminhos do menor movimento.

Neste jogo, havia duas modalidades completamente diferentes, pelo que vamos descrevê-las separadamemnte.

a) *Bilros grandes*

Nesta modalidade, o equipamento do jogo limitava-se a dois bilros, cada um dos quais constituido por um páu com uns cinquenta a setenta centímetros de comprimento e cerca de doze centímetros de diâmetro.

Para cada jogador, havia ainda uma *malha* constituida por um rolo de madeira com uns vinte centímetros de comprimento e diâmetro sensivelmente igual ao dos bilros. Nalguns casos, as referidas *malhas* eram substituidas por bolas de madeira com diâmetro mais ou menos igual ao daqueles.

Para começar o jogo, colocavam-se os dois bilros a uma distância de doze a quinze metros um do outro, ficando os mesmos assentes no chão por um dos extremos.

Seguidamente, todos os jogadores se colocavam junto de um dos bilros e cada um procurava atirar a sua malha de modo a derrubar o outro bilro.

Quando um jogador conseguia derrubar o bilro, contava dois pontos, tornando-se a levantá-lo para que o parceiro seguinte pudesse bater.

Como norma, as *malhus* só se levantavam depois de todos jogarem, pois, aquela que ficasse mais próxima do bilro dava ao respectivo dono o direito de marcar um ponto. Do portador da malha mais próxima dizia-se que ficava a *mandar*.

Logo que o primeiro jogador terminava a sua jogada, tocava a vez ao segundo e, depois, aos restantes, procedendo todos de modo idêntico ao que acima indicámos.

Depois de todos jogarem para o primeiro bilro, corriam a juntar as suas malhas e passavam a jogar para o bilro contrário, seguindo sempre as mesmas normas.

Neste jogo, podia adoptar-se o sistema de cada parceiro jogar para si ou formarem-se dois grupos, caso este em que os respectivos componentes contavam todos para o mesmo monte.

Na contagem dos pontos havia a considerar o seguinte:

— Quando um jogador batia com a sua *malha* no bilro, fazendo-o tombar ao lado, contava dois pontos;

— Quando a *malha* batia com mais força e obrigava o bilro a dar uma volta inteira, contava quatro pontos;

— Quando a *malha* ao bater, obrigava o bilro a dar duas voltas, contava oito pontos.

Deste modo de contar a pontuação, resultavam os seguintes termos:

— *Um páu de quatro*, quando o bilro dava uma volta inteira;

— *Um páu de oito*, quando o bilro dava duas voltas completas.

O jogo terminava quando um dos grupos completava cinquenta pontos.

Uma partida compreendia quatro jogos.

Tratando-se de um jogo que caíu em desuso na Ilha Terceira, servimo-nos em grande parte da descrição que do mesmo fez o Dr. Urbano de Mendonça Dias em «A Vila», Vol. V, pag. 29, sob a designação de *Jogo do Bilro ou da Bola.*

b) *Bilros pequenos*

Nesta modalidade, o equipamento do jogo era constituido pelo material seguinte:

— Seis bilros de madeira com cerca de trinta centímetros de comprimento e uns quatro ou cinco centímetros de diâmetro, tendo um dos extremos aguçado, em forma de cone;

— Uma *malha* de ferro, para cada jogador, com o formato de moeda, tendo um diâmetro de cêrca de oito centímetros de altura.

Por vezes, estas malhas eram substituídas por rolos de madeira com uns vinte centímetros de comprimento e um diâmetro igual ao dos bilros.

Para praticar este jogo arranjava-se um recinto plano, com uns dez metros de comprimento, por três ou quatro metros de largura.

Num dos extremos do recinto, colocavam-se cinco bilros de pé, com base maior assente no chão e dispostos do modo seguinte:

*

* * *

*

A cerca de oito metros de distância, colocava-se o outro bilro, que ficava isolado e na mesma posição.

Seguidamente, todos os jogadores se postavam em linha junto dos cinco bilros e, um de cada vez, jogavam a sua *malha* em direcção ao bilro isolado.

Quando um jogador conseguia derrubar o bilro, ganhava cinco pontos, competindo-lhe levantar o bilro para que os outros pudessem jogar.

A *malha* não se levantava.

Logo que todos acabavam de fazer a primeira jogada, verificava-se qual a *malha* que estava mais próxima do bilro, competindo ao respectivo dono escolher os parceiros e jogar em primeiro lugar.

Se o jogo era individual, a ordem de sequência dos jogadores era regulada pela distância a que as respectivas *malhas* se achavam do bilro isolado, começando pela que ficava mais próxima.

Estabelecidos os dois grupos de parceiros e a ordem por que deviam jogar, o primeiro atirava a sua *malha* em direcção aos cinco bilros, procurando derrubar o maior número deles, marcando depois o número de pontos ou tentos obtidos.

Para fazer a contagem da pontuação, em relação aos bilros derrubados, atribuiam-se cinco pontos ao primeiro da frente e três pontos a cada um dos restantes.

Logo que o primeiro jogador acabava a sua jogada, colocavam-se os bilros ao alto e o segundo procedia de modo idêntico.

Os jogadores iam-se seguindo, um após outro, até que um deles conseguisse ganhar a partida.

No geral, eram os jogadores que combinavam quantos pontos seria necessário fazer para completar a partida, estabelecendo-se, por exemplo, vinte e cinco, cinquenta ou sessenta pontos.

Quando o jogo era individual, ganhava o jogador que primeiro completasse o número de pontos combinado. No caso de

existirem dois grupos, bastava que um elemento completasse a pontuação para que o grupo se considerasse vencedor.

Este jogo usou-se muito na Ilha do Faial e ainda hoje é praticado no lugar do Porto Martim desta Ilha.

36) O Jogo dos Casados

Um entretenimento muito usado pelas raparigas e rapazes terceirenses, há uns quarenta anos, era o *Jogo dos Casados*.

No geral, praticavam-no aqueles que, à noite, se reuniam nas casas onde se encontravam os emblemas do Senhor Espirito Santo, enquanto aguardavam a hora da reza do terço, embora também servisse de entretenimento nas tardes dos domingos e nos serões para fiar lã ou para desfolha do milho que, antigamente, se faziam com grande concorrência de pessoas de todas as idades.

Para praticar este jogo, uma das raparigas munia-se de uma chinela, calçado que ainda se usava naquele tempo, e escolhia um certo número de rapazes que fazia recolher numa sala contígua ou, na sua falta, num canto da mesma sala. Num banco, ou em cadeiras, mandava sentar igual número de raparigas.

Em seguida, aquela que mandava o jogo — a *Mestra* — pedia a cada uma das raparigas que lhe dissesse, qual dos rapazes desejava para *marido*, indicação essa que deveria ser dada sem que nenhum dos presentes dela tomasse conhecimento. Quando sucedia uma rapariga designar o nome de um rapaz que já tinha sido escolhido por outra, a *Mestra* dizia-lhe para indicar outro, visto aquele já não poder ser.

Depois de todas as raparigas indicarem os respectivos *maridos* a *Mestra* dirigia-se para a porta da sala onde estavam os rapazes e, abrindo-a, dizia a um deles:

— O Senhor F... vá procurar a sua *mulher!*

O rapaz entrava da sala e, olhando para todas as raparigas, no intuito de descobrir algo que lhe indicasse aquela que o preferia, acabava por decidir-se e, dirigindo-se até junto de uma delas, fazia-lhe uma vénia, levando o joelho direito ao chão.

Se o rapaz acertava, a *Mestra* mandava-o sentar junto da *sua mulher* e todas as raparigas batiam palmas. Porém, se ele não tinha acertado, a escolhida batia com os pés no chão e todas as outras faziam o mesmo. Neste caso, o rapaz recolhia à sala de onde viera e a *Mestra* castigava-o com uma chinelada nas costas.

A *Mestra* mandava entrar o segundo rapaz, que procedia de modo idêntico ao que acima indicámos

Depois de entrarem na sala todos os rapazes, tornavam a chamar-se aqueles que não tinham acertado na primeira vez e, assim, sucessivamente até que todos ficassem sentados juntos das *suas mulheres.*

A *Mestra* ia indicando os lugares onde os pares se deviam sentar, de modo a ficarem distribuidos pela sala.

Logo que todos estavam «*casados*», a *Mestra* dirigia-se à primeira das raparigas e perguntava-lhe:

— A senhora vive bem com o seu marido?

— Muito bem! — respondia a interrogada.

Passando à rapariga seguinte, tornava a perguntar:

— A Senhora vive bem com o seu marido?

— Não vivo bem com ele...

— Então porquê?

— Porque não me quer ir buscar lenha para eu cozer...

— Então, qual é que deseja?

— Eu quero F... (um dos rapazes que tomavam parte no jogo).

Sem qualquer ordem, os dois rapazes trocavam os lugares, não sem que a *Mestra* aproveitasse a oportunidade para castigar o *mau marido* com umas chineladas nas costas, enquanto ele corria de um para o outro lado.

Seguia-se idêntico interrogatório a todas as raparigas, as quais iam declarando que viviam bem com os seus *maridos* ou os acusavam de mil e um defeitos, que elas se encarregavam de inventar, só para os verem a correr de um lado para o outro a toque de chinela!

Quando acabava o interrogatório a todas as «mulheres», tocava aos homens a oportunidade de se vingarem delas, pois, agora eram eles que tinham de responder à *Mestra* se viviam bem ou não.

Um deles declarava que não vivia bem, porque, a mulher não sabia fazer a cama; outro, alegava que ela não sabia lavar a roupa; outro, dizia que a mulher o matava à fome; enfim, não faltavam as acusações suficientes para que as pobres das raparigas andassem de um banco para outro, perseguidas pela *Mestra*, a qual, de chinela em punho, ia castigando todas as ofensas à boa harmonia do lar.

Modernamente, já não há tempo para praticar este entretenimento. Numa época de velocidades supersónicas, de satélites e de foguetões dirigidos aos planetas mais longíquos, como a actual, este jogo deve ser muito demorado e monótono...

37) O Jogo do Cróquet

Entretenimento muito usado na cidade de Àngra do Heroismo, há uns quarenta anos, o jogo do Cróquet possuia as caracteristicas de um autêntico desporto. Susceptível de despertar o interesse daqueles que o jogavam, tinha ainda a aconselhá-lo o facto de constituir um exercício suave que, pondo em funcionamento todo o sistema muscular, lhe proporcionava a necessária elasticidade sem produzir cansaço.

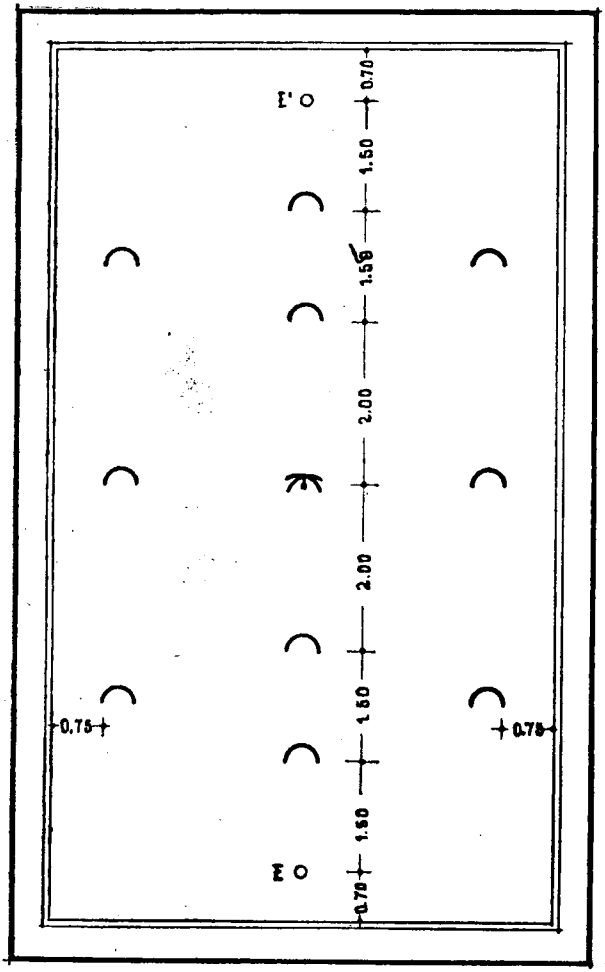
Para praticar este jogo, era necessária a construção de um campo próprio, de carácter permanente, para o que se escolhia um terreno plano e abrigado, de modo a dar maior comodidade aos jogadores e também à assistência, para o que, por vezes, se colocavam bancos nos lados do recinto.

O campo, de forma rectangular, tendo cerca de doze metros de comprimento por uns oito de largura, era feito de terra muito batida, coberta por uma leve camada de areia bem espalhada.

Limitado por tabelas de madeira, constituidas por tábuas assentes de cutelo, fixas por pequenos tacos, (8) o campo de jogo compreendia um arco duplo em cruz, dez arcos simples e duas estacas com a disposição indicada na figura.

As estacas E e E' eram colocadas a meio da linha de cabeceira e a cerca de 75cm desta, tendo de altura 50cm e 15cm, respectivamente.

A cêrca de 1,5m da estaca E e na direcção da estaca E' havia um arco simples com uma abertura não inferior a 35 cm e, metro e meio mais adiante, um outro arco igual.



No meio do campo de jogo, havia dois arcos cruzados, dos quais pendia uma pequena campaínha que ficava elevada do solo uns 10cm.

Seguiam-se mais dois arcos simples, dispostos simétricamente aos primeiros dois.

A cêrca de um metro das tabelas laterais, eram colocados três arcos simples, separados por uma distância de dois metros, mais ou menos, ficando os do meio mais para dentro, cerca de vinte centímetros, para dificultar o enfiamento, o qual só com muita pericia e golpe de vista poderia conseguir-se.

Os primeiro e terceiro arcos laterais deveriam estar colocados numa linha que passasse sensívelmente a meio dos primeiros dois arcos da linha central.

Para praticar este jogo, era necessário o seguinte equipamento individual:

— Um maço de madeira com o diâmetro de 7 ou 8 centímetros e 25cm de comprimento, tento o cabo mais ou menos um metro:

— Uma bola de madeira de buxo, ou pau branco, com um diâmetro de cerca de 15cm.

Como na partida podiam tomar parte quatro jogadores, havia normalmente, quatro maços e quatro bolas.

Antes de se iniciar a partida, o campo era bem varrido no sentido do comprimento, sem levantar a vassoura senão nas cabeceiras, para que a areia ficasse bem distribuida, a fim de que as bolas pudessem rolar sem desvios.

Modo de Jogar

Para dois jogadores:

Na escolha do jogador que deveria iniciar a partida, usava-se o sistema de atirar a moeda ao ar, ou jogar a bola da linha de cabeceira da estaca maior (E) para a cabeceira contrária. ganhando aquele cuja bola ficasse mais próxima da tabela.

Para começar a jogar, o parceiro a quem saíra a sorte de o fazer em primeiro lugar, colocava a sua bola na posição que mais lhe convinha, em frente do 1.º arco, a cêrca de um metro deste.

Com o maço, usado com ambas as mãos, e com a bola colocada entre os pés, batia-a de maneira a passar sob os dois arcos antes da campaínha. Se só atravessava o 1.º arco, continuava a jogar. Porém, quando passava os dois arcos, punha a ponta do cabo do maço no local onde estava a sua bola e traçava um arco de circulo para a frente, tendo o direito de avançar a bola para cima do risco que marcava o referido arco do círculo, colocando-a na posição que melhor lhe conviesse para bater a campaínha.

Depois de «dar campaínha», deveria deslocar a sua bola para trás do 1.º arco lateral à direita da estaca de saída, a fim de passar os três arcos laterais. Porém, como ao jogar do centro para o canto não passava qualquer arco, perdia a mão em benefício do parceiro contrário, ficando a sua bola no canto.

Quando o primeiro jogador passava só um arco de cada vez, à saída, e, após passar o 2.º arco, a sua bola ficava acima dos

arcos centrais, podia tentar desta posição, bater a campaínha, fazendo o possivel para que, com o auxílio da tabela, a sua bola parasse atrás do 1.º arco lateral da direita. No caso de o conseguir, atravessava os três arcos laterais e, depois ao passar o 3.º arco lateral, tornava a «dar campaínha».

Se um dos jogadores tinha a sua bola no canto direito da cabeceira do lado da saída, por aguardar a sua vez para iniciar o jogo, por não ter passado um dos arcos. ou por lhe ter falhado a campaínha, logo que o parceiro contrário perdia a mão, iniciava a sua jogada ou prosseguia na mesma, conforme os casos.

Quando um jogador dava campaínha e com a mesma «tacada» levava a sua bola até junto da do parceiro contrário, havia todo o interesse em enviá-la para longe, prejudicando-lhe assim o jogo. Para tal efeito, podia, em continuação da jogada, carambolar a bola do adversário. Feita a carambola, ia buscar a sua bola onde quer que ela tivesse ido parar e, encostando-a bem à outra, colocava-lhe um pé em cima, com o calcanhar assente no chão, para ficar bem firme, e batia com o maço na sua bola a qual, percutindo na outra, a fazia deslocar na direcção em que fora alinhada até uma distância variável com a energia da pancada.

Por vezes, o jogador que atirava a bola para longe procurava «escondê-la» por detrás da campaínha ou da perna de um dos arcos, para tornar mais dificil o jogo do adversário.

Quando a bola atirada para longe ficava muito próxima de uma tabela, o jogador castigado podia *colocá-la na marca*, isto é, pô-la mais para dentro do campo, a uma distância igual àquela que ia da tabela à perna de um dos arcos laterais.

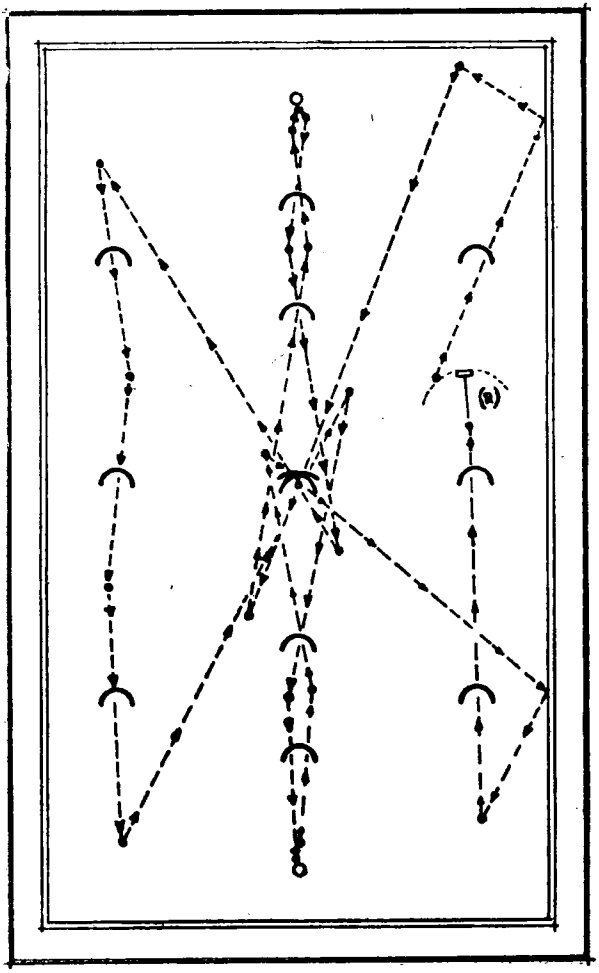
Depois de «dar campaínha» pela segunda vez, o jogador continuava a jogada, fazendo passar a sua bola pelos dois arcos centrais mais afastados da cabeceira de saída e tocar na estaca menor (E'), de modo a ficar apta a retornar pelos mesmos arcos e bater na campaínha pela terceira vez.

Como se tornava necessário fazer passar a bola pelos três arcos laterais da esquerda, havia toda a conveniência em que, na jogada da estaca pequena para a campaínha, ao chegar ao arco mais próximo desta, a bola fosse atirada de maneira que ficasse

abaixo dos arcos cruzados, para que, ao «dar campaínha, ela rolasse até acima do 3.º arco lateral esquerdo.

Passados os três arcos laterais esquerdos, a bola deveria «dar campaínha» outra vez, pelo que atravessava os dois primeiros arcos centrais a contar da cabeceira de saída e «dava estaca para acabar».

A partida era ganha pelo primeiro jogador que batesse na estaca maior onde se iniciava e acabava a partida.



No decorrer do jogo, cada parceiro fazia o possivel por não perder a mão, procurando dificultar o jogo do adversário, para o que lhe carambolava a bola sempre que o podia fazer, pois além de afastá-la para longe, tinha ainda a possibilidade de dar nova colocação à sua.

Para quatro jogadores:

Quando jogavam quatro individuos, constituiam-se duas equipas, jogando os respectivos parceiros alternadamente.

Damos seguidamente um esquema pelo qual se exemplifica um dos modos de conduzír a jogada pela forma a ganhar com mais facilidade.

Na gravura exemplifica-se o caso de ter passado dois arcos seguidos com a bola, o que permite adiantá-la a distância de um cabo do maço.

Resta esclarecer que, se uma só jogada, se atravessava um arco e batia numa das estacas, tal facto também dava lugar a avançar a bola uma distância igual ao comprimento do cabo do maço.

Se um dos parceiros não chegava a bater a estaca mais pequena, apanhava uma «*sapata*», o que, além de desprimoroso, representava uma vantagem para o rival que marcava dois jogos. Todavia, nem sempre era admitida esta vantagem nas regras do jogo.

A partida era de quatro jogos.

38) O Jogo da D. Eugénia

Era um entretenimento próprio para sala e nele podiam tomar parte rapazes e raparigas.

Embora fosse muito simples, o jogo da D. Eugénia tinha condão de provocar o riso de todas as pessoas presentes.

Para praticar este jogo, todas as pessoas que nele tomavam parte formavam uma roda. Uma delas voltava-se para a que lhe ficava a direita e perguntava:

— Sabe quem morreu?

— Não. Quem foi? — perguntava a interpelada.

— Foi a D. Eugénia — respondia a primeira.

— Com quê?

— Com isto... — E a pessoa que iniciava o diálogo começava a mexer com a mão direita.

Aquela a quem fora feita a primeira pergunta voltava-se para a que estava à sua direita e perguntava-lhe:

— Sabe quem morreu?

— Não. Quem foi? — perguntava a interpelada.

— Foi a D. Eugénia.

— Com quê?

— Com isto... — E, aquela que respondia, passava também a mexer com a mão direita.

Seguidamente, a pessoa que tinha iniciado o jogo tornava a fazer as mesmas perguntas à que lhe ficava à direita, a qual lhe respondia de modo idêntico e, desta vez a Dona Eugénia tinha morrido por mexer com a mão esquerda.

O interrogatório continuava de modo idêntico até que todas as pessoas ficassem a mexer com as duas mãos.

Tornava a fazer-se um terceiro interrogatório e, desta vez, a Dona Eugénia tinha morrido por mexer com a cabeça.

No interrogatório seguinte, aquela senhora morrera por mexer com a lingua e todas as pessoas ficavam a mexer com a lingua.

Depois tocava a vez ao pé direito e ao esquerdo, de modo que, neste altura, todas as pessoas mexiam com as mãos, com a cabeça, com a língua e com os dois pés.

Deve nortar-se que só muito raramente se conseguia levar o jogo até ao mexer com os pés, no geral, todas as pessoas começavam a rir e o jogo acabava mesmo assim.

Este jogo usava-se também no Alentejo, na Ilha da Madeira, na Ilha de S. Miguel e na de S. Jorge.

39) O Jogo do Eixo

Um entretenimento que antigamente se praticava em todas as freguesias rurais terceirenses, nas outras Ilhas do Arquipélago e também na Metrópole, era o *Jogo do Eixo*.

Se bem que este modo de distracção fosse um tanto violento, tinha também o seu lado bom, pois, além de adestrar os novos nas corridas e nos saltos, enrijecia-lhes os músculos, tornando-os mais fortes para árduos serviços do campo.

Para praticar este entretenimento, depois de se reunirem vários rapazes, um deles saía do grupo e ia colocar-se a uma

distância de oito a dez passos, com as mãos apoiadas sobre as coxas e a cabeça curvada para o chão.

Um outro rapaz avançava para ele e, ao mesmo tempo que lhe batia com as palmas das mãos sobre as costas, para ganhar maior impulso, saltava-lhe por cima, indo bater com os dois pés no lado oposto.

Como o que estava *abaixado* se apresentava de lado, tornava-se necessário uma certa perícia para saltar, pois, quem não tivesse o cuidado de tomar um bom impulso e de afastar bem as pernas, sujeitava-se a uma queda pouco agradável, além de perder o jogo.

Aquele que acabava de saltar tinha a obrigação de ir *abaixar* cêrca de oito a dez passos mais adiante.

Seguidamente, um outro rapaz saltava por cima dos dois primeiros e ia postar-se, também à mesma distância, com as mãos apoiadas nas coxas e a cabeça inclinada para o chão, procedendo de igual modo todos os que entravam no jogo.

Quando todos os rapazes do grupo tinham passado, por cima do primeiro *abaixado*, este levantava-se e começava também a saltar, de igual modo. Os outros a seguir faziam o mesmo.

Geralmente, os jogadores iam formando um círculo em volta da praça ou largo onde se praticava o jogo. Porém, quando se tratava de uma rua ou caminho, os rapazes continuavam a *abaixar* sempre em linha recta.

Havia rapazes que, para tornarem o jogo mais difícil, em vez de apoiarem as mãos próximo do joelho, colocavam-nas sobre o grosso da coxa, ficando assim mais altos, o que obrigava a um maior esforço e agilidade.

Este entretenimento tinha também as suas regras. Assim, aquele que não conseguisse saltar por cima de um dos companheiros tinha como penalidade ir *abaixar*, imediatamente, à frente de todos os outros.

Igual punição sofria aquele que caísse na ocasião em que saltava.

Às vezes, os rapazes combinavam que todo aquele que, na ocasião de saltar, deitasse ao chão o barrete do *abaixado*, teria como penalidade ir *agachar-se* à frente de todos.

Este castigo, além de privar o delinquente do prazer de continuar a saltar, colocava-o numa situação de inferioridade perante os companheiros, que se riam da sua falta de agilidade.

Nalgumas localidades, quando os rapazes iam saltando por cima dos outros, pronunciavam uma espécie de lenga-lenga, da qual apenas nos foi possível recolher o seguinte:

— Eixo, ribaldeixo, arriba o pau do eixo....

Havia ainda uma outra lenga-lenga, talvez mais antiga, a qual conseguimos recolher mais ou menos completa. Nesta última, o rapaz que saltava pronunciava uma frase e o que estava amolhado ou abatido dava-lhe a respectiva resposta.

As respostas dadas pelos rapazes que estavam abatidos, a rimar com as frazes dos que saltavam, eram, no geral, muito indecentes, pelo que nos abstemos de as reproduzir na sua totalidade, dando algumas apenas como exemplo:

Na primeira volta, o rapaz que saltava dizia:

— *Lá vai ũa!* ou *Ala ũa!*

O outro rapaz respondia:

— .....pirũa!

Nas outras voltas, diziam:

— *Lá vão as três!*

— *Foi a conta que Deus fez!*

— *Lá vão as dez!*

— *Corri teu pai aos pontapés!*

— *Lá vão as doze!*

— *Faltam duas para catorze!*

Convém esclarecer que o rapaz que não pronunciasse a frase certa tinha como castigo ir amolhar-se à frente de todos os outros.

Modernamente, ainda se joga o *Eixo*. Porém, a sua prática está a cair em desuso. Os nossos rapazes, tendo voltado costas a tudo quanto é antigo, hão-de acabar por esquecer, ou melhor, por ignorar todos esses entretenimentos que se usavam há uns quarenta ou cinquenta anos.

Já Somerset Maugham dizia que «o maior infortúnio deste mundo é que os bons hábitos são mais fáceis de perder que os ruins».

40) Jogo da Emboca

Um entretenimento que consideramos muito antigo, porque o vimos praticar por pessoas já idosas, há mais de quarenta e cinco anos, é o *Jogo da Emboca.*

Antigamente, este jogo constituia o melhor passatempo dos homens das freguesias rurais terceirenses e, por certo, noutras ilhas, porquanto, vem descrito pelo Dr. Urbano de Mendonça Dias em «A Vila», volume 5.º, como um dos jogos usados na Ilha de S. Miguel.

Para jogar a Emboca, usava-se o material seguinte:

— Duas bolas de madeira bem rija, com diâmetro igual;

— Um aro de ferro — o *Ás* — de diâmetro sensívelmente superior ao das bolas, ligado a um espigão, de tamanho proporcionado, para se poder fixar no solo;

— Quatro palhetas de madeira, em forma de faca, com um tamanho proporcionado ao das bolas (palmo e meio, mais ou menos);

— Um cepo de madeira, em forma de paralelepípedo e de tamanho variável.

Obtido o respectivo material, arranjava-se um local, mais ou menos plano e traçava-se um rectângulo, com cêrca de 40 a 50 palmos de comprimento por 10 a 12 de largura, cujos lados eram, por vezes, limitados por tábuas assentes de cutelo ou por pedras.

Em seguida, colocava-se o aro, em posição vertical, a cêrca de um metro e cinquenta centímetros do meio da tabela menor que ficava mais alta, enterrando-se o espigão de modo que uma bola, deslizando normalmente, passasse o *Ás* sem dificuldade.

Numa das faces do aro existiam umas cruzes, ou traços, que tinham a designação de *Barras* ou *Bocas,* lado esse que deveria ficar sempre voltado para a cabeceira mais afastada, que tinha o nome de *Ré.* A face contrária às *Barras* era designada por *Culhas.*

Logo atrás do *Ás,* e a uma distância igual ao comprimento de uma *palheta,* fazia-se um risco no sentido da largura, a que se chamava o *Patrão,* sendo o seu uso facultativo.

Neste entretenimento, podiam tomar parte dois ou quatro jogadores. Quando era de quatro, jogavam dois contra os outros dois.

Para iniciar a partida. um dos jogadores colocava o *cepo* atrás do *Ás* e assentava sobre ele a sua bola. Um outro jogador, do grupo contrário, ia colocar a outra bola à frente do *Ás*, a uma distância que era variável com a sua habilidade e com a do parceiro contrário.

Em seguida, o que tinha a bola em cima do *Cepo*, metendo-lhe a *palheta* por baixo, atirava-a sobre a outra, de modo a fazê-la chegar à *Ré*. acto este a que se dava a designação de *cabo*.

Se o jogador conseguia impelir a bola contrária até à linha da *Ré*, sem que a sua atingisse a mesma linha, ganhava quatro pontos Porém, no caso contrário, nada tinha a marcar.

De modo idêntico, tinha o direito de dar mais dois *cabos*, pelo que os lugares onde estavam colocadas as bolas inicialmente eram assinalados com uma cruz.

Logo que o primeiro jogador executava os três *cabos*, o parceiro contrário procedia do mesmo modo, sendo as bolas colocadas nos mesmos lugares.

Qualquer dos dois jogadores não podia negar-se a dar os três *cabos* acima referidos e, no caso de nenhum deles ganhar pelo menos um, davam a vez aos respectivos parceiros, os quais procediam de modo idêntico.

Bastava que um dos jogadores conseguisse ganhar um *cabo* para não se repetir a jogada.

Logo que os dois jogadores acabavam os três *cabos*, iam colocar-se na *Ré*, colocando os pés de modo a não ultrapassarem o traço que a definia.

O último que tinha ganho um *cabo*, tendo a palheta na mão direita, assentava a bola sobre ela e atirava-a para a frente, por forma a fazê-la passar pelo aro.

Se a bola entrava no *Ás*, o que tinha jogado marcava dois pontos e pertencia-lhe jogar a seguir. O outro jogador dava a vez ao respectivo parceiro, que entrava no jogo do mesmo modo.

No caso de o primeiro jogador não conseguir que a bola passasse pelo aro, o segundo atirava a sua de modo idêntico e,

se ganhava os dois pontos, tinha o direito a nova jogada. enquanto os parceiros contrários se substituiam como se indicou.

Quando um dos jogadores atirava a bola e ela não chegava até à altura do *As*, perdia um ponto e entregava a palheta ao seu parceiro.

Se nenhum dos jogadores conseguia meter a sua bola no aro, o que primeiro atirava perguntava ao outro se desejava *bater*. No caso de o interrogado responder afirmativamente, ele colocava a sua bola sobre a palheta e assentando a ponta desta um pouco atrás do *Patrão*, fazia que ela deslizasse para a frente, procurando dificultar a jogada.

Deve notar-se que a ponta da palheta não se deveria colocar à frente do *patrão*. pois, nesse caso, perdia-se um ponto e a mão.

Quando não se riscava o *patrão*, as jogadas para diante do *As* podiam fazer-se de dois modos: o primeiro, consistia em colocar a bola sobre a palheta e, assentando a ponta desta no mesmo lugar onde estava a bola, jogava-se para a frente do aro ao modo normal; o segundo, exigia uma certa habilidade, pois, para o realizar, era necessário assentar um pé junto do aro e o outro para trás, tanto quanto possivel. Em seguida, apanhando a bola só com o auxilio da *palheta* – á *falhança* – rodava-se sobre os calcanhares e, trazendo-a em equilíbrio, jogava-se para a frente, sem que a ponta da palheta ultrapassasse o *As*. Este sistema de jogar deu lugar à designação especial de — *apanhar a bola à falhança*.

O jogador que tinha a bola atrás do aro dava o *Cabo*, se lhe convinha, podendo utilizar o *cepo* que deveria ser colocado no lugar onde estava a bola.

Quando a posição das bolas não era boa, por estarem longe ou enfiadas com o aro, o jogador que estava atrás podia dizer que não lhe convinha dar o *cabo* e mudar a sua bola para outro ponto. O outro jogador tinha o direito de mudar também a sua bola para mais longe ou para outro lado. Estas mudanças que, muitas vezes, não passavam de um simples toque com a ponta da palheta, podiam repetir-se até que o jogador que desejava dar o *cabo* as considerasse em boa posição ou se resolvesse a dá-lo.

Se, após várias jogadas, ou toques, o que estava atrás entendia

que a posição das bolas não lhe era favorável, podia declarar que o *cabo* não lhe convinha e jogar também para a frente do mesmo modo que o parceiro contrário, procurando colocar a bola de modo a impedir que o outro fizesse passar a sua pelo aro, acto este designado por *emboca.*

Aquele que já tinha a bola adiante, tentava embocar e, se o não conseguia, competia ao outro jogador fazê-lo. O primeiro que embocava ganhava um ponto e aquele que jogava com ele perdia a mão em favor do seu parceiro.

Às vezes sucedia que, estando as duas bolas em frente do aro, aquele a quem correspondia jogar não podia fazer a *emboca,* por causa da posição da outra bola. Nesse caso, podia dar-lhe com a sua, de modo a afastá-la para trás, ou dar um pequeno toque com a sua bola no aro, para que ele se voltasse, prejudicando assim a jogada do parceiro contrário.

Convém notar que, em qualquer ocasião, mesmo diante do aro, o jogador cuja bola estava mais longe da linha da *Ré* tinha o direito de dar um *Cabo,* desde que coubesse uma palheta entre as bolas.

Aquele que dava um *Cabo,* e levava a bola contrária à *Ré,* ganhava quatro pontos; porém, se a sua bola também ia à *Ré,* era o parceiro contrário que marcava os referidos pontos. Em qualquer dos casos, o que perdia dava a vez ao respectivo parceiro e começava-se nova jogada.

Quando um jogador atirava a bola da *Ré* e ela voltava o aro contrário, deveria dizer imediatamente — *Culhas*! — pois, se não o dissesse, caso o outro metesse a sua, ganhava dois pontos.

Se o segundo a jogar fizesse passar a sua bola pelo *As,* estando este com o lado das *Culhas* voltado para a *Ré,* ficava com *Culhas* e teria que passá-la outra vez ao contrário, ou bater com ela na do parceiro adverso, para poder *embocar* ou dar um *cabo.*

Além das regras já indicacas, havia a considerar mais as seguintes:

— Se um dos parceiros já tinha a bola adiante do *As* e o outro, ao jogar, lhe tocava com a sua, perdia a jogada e o contrário marcava um ponto;

— Igual penalidade sofria aquele que, ao pertender *embocar*

a sua bola, fazia com que a do parceiro adverso passasse pelo aro;

— Na ocasião em que os dois jogadores deviam ir para a *Ré*, a fim de iniciarem nova jogada, um deles podia declarar que ficava de espera e colocar a sua bola no lugar que mais lhe conviesse para dar um *Cabo*. Porém, não se deve esquecer que qualquer jogador podia dar um cabo, desde que a sua bola estivesse mais para cima do que a do parceiro contrário e, assim, aquele que ia para a *Ré* tinha o direito de usar de tal perrogativa.

— Quando, ao jogar para a frente, a bola ficava encostada ao *As*, dizia-se que *estava doce* e fazia-se nova jogada.

Neste jogo, também se faziam várias combinações, as quais eram fixadas no inicio da partida, por acordo entre todos os jogadores.

Citaremos as seguintes:

— Modo de jogar a bola para a frente do aro, que podia ser a partir do risco *Patrão*, do lugar onde ela se encontrava, ou estendendo o pé para a retaguarda — à *falhança*.

— Mudar de *palhetas ao meio do jogo*, quando nem todas eram boas.

— Jogar os primeiros quinze pontos ao modo normal, sendo a partida iniciada na *Ré*, e os restantes em *Cabos*.

— Substituição dos parceiros que perdiam a partida por outros que aguardavam ocasião para poderem jogar. Era o que se designava por *Perdidos à rua*. Muitas vezes, eram as pessoas da assistência que impunham esta regra para poderem jogar.

Os três *cabos* iniciais, que se dão modernamente, não passam de uma combinação, que, por se praticar mais ou menos correntemente, já assumiu foros de disposição regulamentar do jogo. Há uns quarenta anos, o uso de tal regra era desconhecido na Vila de S. Sebastião.

Terminava a partida quando um dos jogadores conseguia ganhar trinta pontos, os quais costumavam ser marcados com a ponta da palheta.

41) O Jogo do Espelho

Entretenimento próprio para ser usado numa sala, o *jogo do Espelho* incluia apenas duas pessoas, uma das quais não devia conhecê-lo.

Para praticar este jogo, uma pessoa que já o conhecesse arranjava dois pratos vulgares, e com uma vela, fazia defumar o fundo de um deles, operação esta que se efectuava encobertamente para que ninguém tivesse conhecimento, especialmente o outro jogador.

Seguidamente, entrava na sala e convidava um dos presentes, que não conhecesse o jogo, para pegar num dos pratos, tendo o cuidado de lhe entregar o que tinha o fundo sujo.

Depois, dizia-lhe que ele era *espelho* e, como tal, deveria fazer todos os gestos que visse fazer, mas com a condição de olhar fixamente para a pessoa que estava na sua frente.

A pessoa que tinha o prato limpo metia os dedos no mesmo e, depois. passava-os pela cara, como quem estava a empoar-se e o que estava na sua frente imitava-lhe os gestos.

A primeira passava os dedos por debaixo do prato e tornava a passá-los pela cara, operação esta também repetida pela outra, tantas vezes quantas aquela a praticava.

As pessoas que assistiam ao jogo, ao verem que um dos jogadores ia sujando toda a cara de fumo negro, riam à gargalhada. Porém, este último supunha que a risota era devida ao modo como ele fazia as imitações, só vindo a descobrir o verdadeiro motivo quando o outro jogador interrompia o jogo para lhe pôr um espelho em frente do rosto.

42) O Jogo da Garalha

Entre os jogos usados antigamente pelos rapazes das nossas freguesias rurais, alguns há que se podem considerar perigosos e, se os mencionamos aqui, apenas nos move o desejo de que fiquem arquivados. Longe de nós a ideia de fazermos a sua apologia.

No número de tais jogos, conta-se o da *Garalha* que passamos a descrever.

Para praticar este entretenimento. escolhia-se um terreno livre, ou parte de caminho onde não houvesse casas, e marcava-se um rectângulo, com seis ou sete metros de comprimento, por três ou quatro de largura. Nos dois extremos, colocava-se uma pedra para servir de balisa.

Neste entretenimento só tomavam parte quatro rapazes. Dois deles, parceiros no jogo, muniam-se com o tipico *bordão* e iam colocar-se cada um na sua balisa. Os outros dois, também parceiros no jogo, ocupavam do mesmo modo as duas balisas e um destes sustinha na mão direita a *Garalha* — um pedaço de páu com cêrca de sessenta centímetros de comprimento e dois e meio de diâmetro.

Para iniciar a partida, aquele que tinha a *Garalha* atirava-a na direcção da outra balisa, de modo que o parceiro contrário lhe batesse com o *bordão*, pelo que convinha jogar para o lado mais favorável.

Dada a pancada, se a *garalha* ficava no recinto de jogo, aquele que estava junto do que batera ía apanhá-la e corria para o extremo contrário, procurando tocar com ela na pedra. Ao mesmo tempo, os que estavam a *bater* trocavam rápidamente os seus lugares e tocavam com a ponta do *bordão* na *balisa*.

Se o da *Garalha* tocava na pedra antes do parceiro adverso, este último perdia a jogada e o primeiro ia *bater* e mais ó seu companheiro. No caso contrário, continuavam os mesmos com o *bordão*.

Quando, dada a pancada, a *garalha* saía fóra do recinto de jogo, os quatro rapazes corriam atrás dela e o que primeiro a apanhasse é que ía *bater* juntamente com o seu parceiro.

Ás vezes, quando a *garalha* saía fóra do jogo, sucedia que dois parceiros contrários lhe pegavam ao mesmo tempo. Neste caso, tratava-se discussão sobre aquele que primeiro lhe tocara. A pendência era então resolvida do modo seguinte:

Regressados ao recinto de jogo, os dois que estavam a *bater* pegavam nos *bordões* e, assentando um dos extremos sobre a *balisa*, punham-se em posição para correrem ao primeiro sinal.

Um dos outros colocava-se bem a meio do recinto com a *garalha* na mão, também pronto a correr para uma das balisas.

O jogador que ficava de fóra contava, em voz alta até três e, ao pronunciar o último número, os dos extremos trocavam os seus lugares, voltando o *bordão* para a frente, a fim de encurtecerem as distâncias. Ao mesmo tempo, aquele que tinha a *Garalha* corria para uma das *balisas*, procurando tocar-lhe antes do parceiro contrário.

Aquele que tocava na pedra em primeiro lugar ia *bater*, enquanto os outros tomavam conta da *garalha*.

Este modo de resolver a pendência não agradava muito aos que estavam a *bater*, pois, ao passo que eles deveriam percorrer todo o comprimento do recinto, o outro só andava metade.

Quando se atirava a *garalha* e o parceiro contrário não lhe tocava, a jogada era nula e tornava a ser atirada para o lado contrário.

O perigo deste entretenimento está no facto de a *garalha* ser batida com força e poder atingir a cara de um dos jogadores ou as janelas dos vizinhos que... não estavam a jogar.

43) O Jogo do Órgão

Pessoa já idosa, a quem devemos muitas informações àcerca do folclore terceirense, contou-nos que, há uns cinquenta ou sessenta anos, se praticava na Vila de S. Sebastião um entretenimento que, embora contenha algo de indelicadeza, não deixa de ser engraçado. Era o *Jogo do Órgão*.

No geral, este entretenimento era usado nos típicos serões que se realizavam para a desfolha do milho, para fiar lã, ou para a execução dos inumeráveis trabalhos do linho.

Para praticar o referido jogo, dois rapazes, que já o conhecessem bem, resolviam entre si que um seria o dono do *Órgão* e o outro o seu comprador.

Em seguida, convidavam seis ou oito rapazes, que nunca tivessem presenciado tal entretenimento, para constituírem as

partes do referido instrumento e, colocando-os em duas filas, voltadas uma para a outra, mandavam-nos segurar, com ambas as mãos, um bordão que estendiam pelo meio deles. A completar o aparato do *orgão*, deitavam um cobertor por cima das cabeças dos rapazes.

Realizados todos estes preparativos, aquele que pertendia comprar o instrumento, tendo-se retirado préviamente para uma sala contígua, pedia licença para entrar e perguntava ao outro:

— É o senhor que tem um orgão para vender?

— Sou eu, senhor.

— Eu gostava de ouvir o som dele — dizia o primeiro.

— Com muito gosto! — respondia o *dono*.

O comprador, dirigindo-se para o improvisado instrumento, ia tocando uma a uma as cabeças dos rapazes que, já industriados sobre o modo de proceder, correspondiam ao toque com sons variados, o que provocava o riso a toda a assistência.

Depois de ouvidas todas as *linguas* do improvisado *instrumento*, o comprador exclamava:

— O seu *orgão* tem um lindo som. Porém, eu desejava que o senhor me desse licença para o experimentar...

— Com todo o gosto, senhor! respondia o dono.

Então, o comprador, que préviamente se tinha munido com um recipiente onde deitava fuligem da chaminé misturada com qualquer substância gordurosa, embebia nela os dedos e, dirigindo-se a um dos extremos, tocava na cabeça de um dos rapazes, o qual, conforme o combinado, fazia ouvir um som qualquer.

O comprador mostrava-se muito sastisfeito e, metendo a mão por debaixo do cobertor, afagava a cara do rapaz, tendo o cuidado de lha sujar bem, ao mesmo tempo que louvava a sua habilidade:

— Oh! Que belo som tem esta *língua!*

As pessoas presentes, sabendo do que se tratava, soltavam grandes gargalhadas, que os componentes do *orgão* interpretavam como sendo provocadas pelos sons que eles faziam ouvir.

De modo idêntico, e comprador ia tocando nas cabeças de todos os rapazes, tendo o cuidado de lhes sujar bem as caras.

Quando chegava ao último dos rapazes, o comprador voltava-se para o dono do instrumento e perguntava-lhe:

— Quanto quer o senhor pelo seu *orgão*.

— Cem escudos — respondia o outro.

— Está um bocadinho caro...

Ás vezes regateava-se o preço e, no final, o que desejava fazer a compra exclamava:

— Gostei de ouvir o seu *orgão*, que toca muito bem. Porém, se o senhor desse licença, eu desejava vê-lo por dentro... Como se trata de uma cousa muito cara, sempre é bom ver se tem qualquer peça partida...

O outro não se fazia rogado:

— Sim, senhor! Faça o favor...

Ambos retiravam o cobertor de cima das cabeças dos rapazes que, ao repararem nas caras dos que estavam na sua frente, exclamavam:

— Olha como tens a cara!

— E tu também:

É claro que a assistência dava largas a sua hilaridade, rindo com vontade, ao vêr as caras enfarruscadas daqueles patuscos que se tinham prestado a servir de *linguas de orgão*.

44) — O Jogo do Padre Cura

Este entretenimento era dos que os rapazes e as ragarigas se serviam para passarem o tempo mais alegremente, quando se encontravam reunidos nalguma sala.

Segundo informações que conseguimos obter, o *Jogo do Padre Cura*, praticava-se no Continente, na Ilha da Madeira e no Arquipélago dos Açôres, designadamente na Ilha Terceira, na de S. Jorge e na de S. Miguel (9), o que nos leva a crer que se usava em todo o nosso país.

Para praticar este passatempo, os jogadores sentavam-se em volta da sala, com excepção de um rapaz que representava o *Padre Cura* e de uma rapariga que desempenhava o papel de *Ama*.

Seguidamente, solicitava-se a cada rapariga que escolhesse o nome de uma flôr por que desejava ser designada. Nesta escolha, as raparigas indicavam nomes femininos, como, por exemplo «Rosa», «Violeta», «Dália», «Margarida», etc. Os rapazes, por sua vez, tomavam nomes masculinos, como, por exemplo; «Cravo», «Lirio», «Jasmim», «Goivo», etc..

Constituia regra obrigatória do jogo dar ao *Padre Cura* o tratamento de «Senhoria» e à «*Ama*» o de «Vossemecê». Todo aquele que não cumprisse esta regra, era obrigado a pagar uma *prenda*, a qual consistia em cumprir uma pena como as que a seguir designamos:

— Dar uma volta à sala, com os sapatos na mão;

— Fazer um discurso sobre determinado assunto;

— Dar um aperto de mão a todas as pessoas que tomavam parte no jogo;

— Ajoelhar no meio da sala e pedir perdão a todos os presentes;

— Beijar a mão a todas as senhoras que tomavam parte no jogo;

— Etc...

Para iniciar o jogo, a pessoa que representava o «Padre Cura» exclamava:

— «*Padre Cura*» foi caçar e a casa da moça foi descançar.

— Mente Vossa Senhoria! — exclamava a «*Ama*»

— Onde estava Vossemecê? — Perguntava o *Padre Cura.*

— Em casa do «Cravo»!

— Mente Vossemecê! — exclamava o «Cravo».

— Onde estavas tu? — perguntava a *Ama.*

— Em casa da «Rosa»! — respondia o «Cravo».

— Mentes tu! — respondia a «Rosa».

— Onde estavas tu? — perguntava o «Cravo».

— Em casa do «Lírio»! — respondia a «Rosa».

— Mentes tu! exclamava o «Lírio».

— Onde estavas tu? — perguntava a «Rosa».

.....

O jogo ia prosseguindo pelo modo que acima indicámos até que uma das pessoas que nele tomavam parte se esquecesse de dar

o tratamento devido ao «*Padre Cura*» ou à *Ama*, caso em que se interrompia para que a faltosa cumprisse a pena que lhe era imposta.

Também constituia falta uma das *flores* responder em vez de outra, isto é, uma dizer que estava em casa da «Rosa» e a que tomava o nome de «Violeta» é que dizer — «Mentes tu!»

Ás vezes, sucedia que uma das pessoas não se lembrava do nome de outra *flôr*. Nesse caso, dizia que estava em casa do *Padre Cura* ou da *Ama*, o que obrigava as outras a usarem o tratamento especial que lhes era devido.

45) O Jogo do Pisca

Embora tivesse caído em desuso, este jogo praticou-se, há umas dezenas de anos, na Ilha Terceira, conforme informação que conseguimos recolher de uma pessoa amiga que residiu na Vila da Praia da Vitória.

Era um entretenimento de sala e nele tomavam parte rapazes e raparigas.

Para praticar o *Jogo do Pisca*, todos os rapazes que nele tomavam parte colocavam-se em volta da sala, tendo cada um na sua frente uma cadeira onde se sentava uma rapariga. Mandava a regra que uma das cadeiras ficasse vaga, isto é, havia um rapaz que não tinha dama na sua frente.

A fim de remediar tal falta, competia ao rapaz convidar uma das raparigas que tomavam parte no jogo para ir sentar-se na sua frente. Porém, como não lhe era possivel saír do seu lugar, nem dirigir-se-lhe de viva voz, pois, tal sistema poria de sobreaviso os outros jogadores, só lhe restava *piscar o olho* à rapariga que mais lhe agradasse.

A preferida, logo que notava o sinal, levantava-se e ia ocupar a cadeira que estava devoluta em frente do rapaz. No entanto, aquele que estava por detrás dela podia segurá-la, para impedir que fugisse, ao qual ela não deveria resistir, ou deixá-la partir.

Agora, competia ao rapaz que ficava só, *piscar o olho* a outra

rapariga, prosseguindo o jogo de modo idêntico ao que acima indicámos.

Por vezes, havia raparigas que não simpatizavam com os rapazes que estavam à sua retaguarda, pelo que, logo que lhe fazlam o sinal, fugiam imediatamente, sem dar tempo a que as segurassem.

Este jogo praticava-se também na Vila Franca do Campo, Ilha de S. Miguel e vem descrito, pelo Dr. Urbano de Mendonça Dias, em «A Vila», Vol. V, pág. 18, sob a designação de «O Jogo da Malícia», por este último termo ter para os micaelenses o mesmo significado de *piscar o olho.*

Na descrição deste jogo, seguimos em grande parte o trabalho do ilustre micaelense acima referido, em virtude de não nos ter sido possivel obter os necessários elementos sobre o modo como era jogado na Ilha Terceira.

46) O Jogo das Prendas

Entretenimento próprio para sala, era muito usado antigamente na Ilha Terceira, na de S. Jorge e na de S. Miguel, sendo do nosso conhecimento que também se praticava no Continente, designadamente em Moncorvo e em Elvas.

Quando se resolvia praticar este jogo, as pessoas que nele tomariam parte escolhiam entre si uma rapariga que seria a *Mestra do Jogo*, a qual se encarregava de nomear uma outra para sentar-se numa cadeira que se punha no centro da sala. Esta última deveria conhecer bem o jogo, pois, tinha uma missão especial a desempenhar no decorrer do mesmo.

Seguidamente, a *Mestra do Jogo* dirigia-se a cada uma das pessoas que entravam no jogo e pedia-lhes que deitassem uma *prenda* no regaço dela, prendas essas que eram constituidas por pequenos objectos de uso pessoal, como por exemplo um anel, um lenço de mão, uma prisão do cabelo, um canivete, etc..

Recolhidas todas as prendas, a *Mestra do Jogo* dirigia-se para junto da que estava sentada no meio da sala e, introduzindo a

mão no regaço, pegava num dos objectos que mantinha escondido e perguntava:

— O que se faz ao dono ou à dona desta prenda?

A rapariga que estava sentada respondia:

— Se for homem, há-de fazer uma declaração de amor à senhora que está sentada à sua direita; se for mulher, há-de ir ajoelhar diante do altar do Senhor Espirito Santo e rezar uma Avé-Maria, em voz alta.

A *Mestra do jogo* mostrava então a *prenda* e perguntava:

— De quem é esta prenda?

— É minha! — respondia aquele ou aquela a quem pertencia o objecto.

— Então, vá cumprir a sua sentença — dizia a *Mestra.*

O rapaz ou a rapariga recebia a sua prenda e executava a *sentença* que lhe tinha sido determinada, ao som das gargalhadas da assistência.

Acabada a execução da *pena*, a *Mestra do Jogo* pegava noutra *prenda* e tornava a repetir-se a mesma cena, com excepção da indicação das *sentenças* que íam variando conforme a vontade da rapariga que estava sentada no meio da sala.

Por vezes, tais *sentenças* tinham a sua originalidade, chegando mesmo a causar relutância no seu cumprimento. Havia raparigas que não hesitavam em proferir sentenças como as que abaixo indicamos:

— Se fôr homem, há-de pôr-se em pé sobre uma cadeira e cantar uma cantiga.

— Se fôr mulher, há-de ir à porta da rua e apregoar peixe.

— Se fôr um homem, há-de ajoelhar-se e rezar um Pai-Nosso.

— Se fôr mulher, há-de dar um beijo em todos as homens.

É claro que, quando se tratava de uma menina em idade de casar, esta última sentença era mais dificil de cumprir e, por isso, apareciam, por vezes, pessoas mais velhas que apelavam em favor da condenada, propondo que ela se desobrigasse de pena imposta dando um beijo no Senhor Espirito Santo.

Quando tal sucedia, surgiam as reclamações por parte dos rapazes que, muitas vezes, conseguiam ver cumprida a sentença.

O jogo terminava quando a *Mestra do Jogo* declarava que tinham acabado as prendas.

47) O Jogo dos Quatro Cantos

Este jogo, que vimos praticar por pessoas de ambos sexos e de todas as idades, era, muito usado nas freguesias rurais terceirenses, onde o conhecemos há uns quarenta e cinco anos.

No geral, servia de entretenimento nas casas onde se encontravam os emblemas do Senhor Espirito Santo, enquanto se aguardava a hora da reza do terço

Neste entretenimento entravam apenas cinco pessoas: quatro que se colocavam uma em cada canto do aposento e uma que ficava no centro.

Para iniciar este jogo, a pessoa que estava no meio dirigia-se a uma das outras e fazia a pergunta:

— Aqui há lume?

A interpelada apontava para um dos outros cantos e respondia:

— Acolá fumaça!

A que pedia o lume dirigia-se para o local indicado e repetia a frase:

— Aqui há lume?

Tal pergunta obtinha resposta idêntica à que acima indicámos, de modo que a pessoa qne estava no meio não tinha outro recurso senão ir andando à volta, pedindo o lume que ninguém lhe dava.

As pessoas que ocupavam os cantos da sala aproveitavam a ocasião em que a outra estava de costas para mudarem de lugar, o que se fazia com a maior rapidez, pois, aquela que pedia o lume, logo que via um canto sem ninguém, corria a ocupá-lo.

Como os cantos do aposento eram apenas quatro, sempre que a pessoa que andava a pedir lume ocupava um dos lugares, a que perdia ia pedir lume.

Este jogo era tanto mais interessante quanto maior fosse o

número de mudanças, as quais podiam ser feitas no sentido lateral ou oblíquamente

Por vezes, faziam-se tres mudanças de lugar simultâneas, o que aumentava o perigo de perder o lugar, embora fosse o melhor modo de aquele que pedia o lume se ver livre da sua penitência.

Este jogo praticava-se também na Ilha de S. Miguel, vindo descrito pelo Dr. Urbano de Mendonça Dias em «A Vila», Vol. V, pág. 28.

48) O Jogo das Surprezas

É também um jogo de sala e nele tomam parte rapazes e raparigas.

Para pratica este entretenimento, era necessário que uma das raparigas, pelo menos, não o conhecesse.

Dispostas todas as pessoas em volta da sala, uma das raparigas colocava uma cadeira no meio da sala e pedia a outra que não conhecesse o jogo para se sentar, tapando-lhe em seguida os olhos com um lenço, de modo que ela não pudesse ver.

Seguidamente uma outra rapariga avançava até junto da que tinha os olhos vendados e dava-lhe um beijo na face, retirando silenciosamente para o seu lugar. Ao mesmo tempo, um rapaz ia colocar-se junto da rapariga que estava sentada numa atitude de quem acabava de beijá-la.

A rapariga que estava por detrás da cadeira tirava a venda dos olhos à outra que estava sentada, a qual, ao ver a cara do rapaz junto à sua, ficava convencida de fóra ele que a beijára.

Geralmente, a rapariga ficava envergonhada e, por vezes, reagia violentamente ao ponto de querer esbofetear o *atrevido*.

É claro que a assistência achava graça e ria com vontade.

* *
*

Além dos jogos que atrás descrevemos, há outros que sabemos terem sido usados na Ilha Terceira, os quais não incluímos na devida altura por falta dos necessários elementos em pormenor.

Estão neste caso o «Jogo das Fitas» e o «Jogo Mercado das

Almas» que se praticaram na Vila da Praia da Vitória há uns trinta a trinta e cinco anos, conforme nos referiu uma pessoa amiga daquela Vila, a qual declara já não se recordar das regras e pormenores dos mesmos.

No seu interessante livrinho «A Vila», Vol, V, pág. 18, o Dr. Urbano de Mendonça Dias incluíu, sob a designação de «O Meu Amor», um jogo que supomos ser o mesmo que nos indicaram como «Jogo das Fitas» que se usou na Vila da Praia da Vitória. Porém, o facto de naquele jogo também se fazer uso de fitas não constitui prova de que seja o mesmo.

Relativamente ao «Jogo Mercado das Almas», que vem descrito, pelo mesmo autor, em «A Vila», Vol. V, pág 13, verifica-se caso idêntico. A pessoa que nos informou ter conhecido o referido jogo na Vila da Praia da Vitória declara possuir uma leve ideia da sua existência mas esqueceu as suas regras.

Na impossibilidade de fazermos a descrição dos dois jogos acima citados, pelos motivos expostos, aqui deixamos esta referência que poderá ser utilizada por aqueles que se interessem por estas velharias.

Luis Ferreira Machado Drumond.

NOTAS

(1) Termo usado, geralmente, na Ilha Terceira para designar a armação de madeira — a *Tolda* — em que é seco e conservado o milho destinado ao fabrico do *pão de milho.*

(2) Local onde se situam os moinhos de água na Vila de S. Sebastião da Ilha Terceira.

(3) Dr. Walter F. Piazza, em «Folclore de Brusque», edição da Sociedade Amigos de Brusque (Brasil) - 1960, pág. 180.

(4) Nos lugares lageados ou cimentados, riscava-se com giz ou com um pedaço, de telha.

(5) Os rapazes que usavam calçado procuravam pôr a *joga* sobre o pé que tinha andado suspenso e, depois, atiravam-na fóra do jogo. Neste caso, assentavam os dois pés no

chão, com as pernas abertas, e levantavam a *joga* com a mão.

(6) Na vila da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, chamavam-lhe «João da Cabra». Na Vila Franca do Campo, da mesma Ilha, davam-lhe a designação de «Cabo Bulhão», nome esse com que vem descrito pelo Dr. Urbano de Mendonça Dias em «A Vila», Vol. V, pág. 21.

(7) Pião muito tosco, feito geralmente à navalha, que servia para *amolhar*, em substituição de outro melhor.

(8) Também se usavam tabelas de relva, em rampa, as quais tinham o inconveniente de não darem efeito à bola.

(9) Vem descrito, pelo Dr. Urbano de Mendonça Dias, em «A Vila». Vol. V.

Quando o trabalho antecedente estava a ser composto, faleceu o seu autor, quási subitamente, a 14 de Julho de 1963, na ilha de São Miguel, onde fóra de visita a seus filhos.

Nascido a 26 de Março de 1905 na vila de São Sebastião, na Ilha Terceira, Machado Drumond era trineto do autor dos *Anais da Ilha Terceira*, Francisco Ferreira Drumond, de quem herdára, além de um acrisolado amor pela sua terra, o mesmo desejo intenso de investigar, com meticulosidade e escrúpulo, a nossa história e as nossas tradições, usos e costumes.

Além dos artigos publicados neste Boletim, o nosso consócio deixa vasta colaboração da mesma natureza em periódicos locais.

A morte de Machado Drumond é uma grande perda para o Instituto Histórico da Ilha Terceira e aqui deixamos consignado o nosso profundo pesar pelo seu passamento.

N. R.

Busto oferecido pela Comissão das Comemorações Henriquinas
à Câmara Municipal de Angra do Heroismo

Comemorações do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique na Ilha Terceira

Por Decreto-Lei n.º 39.713, de 1 de Julho de 1954, mandou o govêrno que fosse constituída uma Comissão Nacional para, sob a orientação da Academia Portuguesa de História, se encarregar de promover as comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, a realizar em 1960, segundo programa a submeter à aprovação do Govêrno.

Do preâmbulo desse Decreto constam as seguintes palavras com que a Comissão Executiva das Comemorações abre o Volume I da *história sumária dos acontecimentos ocorridos durante o ano centenário*, publicada em Dezembro de 1961.

> *O Infante de Sagres é, não só um dos maiores vultos da história nacional, como certamente o português de maior projecção no Mundo. O curso da história e da civilização ocidental não seria o que foi sem ele, ou, o que é o mesmo, sem os descobrimentos dos Portugueses, que na máxima parte se devem ao seu esforço e engenho.*

Para nós, Açorianos, o Infante D. Henrique é mais do que o vulto de projecção mundial que deu novo rúmo à história dos

povos do Ocidente. Foi ele quem mandou descobrir estas ilhas, quem as mandou povoar e quem para cada uma delas estabeleceu a primeira igreja. Mais ainda, foi o Infante D. Henrique quem estruturou o modo de govêrno das ilhas. Como donatário delas, em nome da Ordem de Cristo e com a sanção régia, ele inventou o sistema governativo das capitanias, uma experiência que veiu a mostrar-se profícua e que desde o início deu à gente insulana paz e prosperidade. Não poderemos contestar que a boa índole e o espírito sereno e acomodado da nossa gente se filiam de algum modo na sábia orientação do nosso viver colectivo, incutida desde o início do povoamento pelas firmes e prudentes directivas do Infante.

Foi certamente dentro deste espírito que a Comissão Executiva das Comemorações Centenárias, presidida pelo falecido Professor Doutor José Caeiro da Mata, Presidente da Academia Portuguesa de História, resolveu não só incluir no Programa Geral alguns actos comemorativos de sua iniciativa, a realizar nas ilhas adjacentes, mas nomeou, em cada um dos distritos insulares, uma delegação sua para estudar, propor e promover comemorações locais.

Os números do Programa Geral, promovidos directamente pela Comissão Executiva, no Distrito de Angra do Heroismo, foram:

Inauguração de uma estátua a Alvaro Martins Homem na cidade de Angra do Heroismo;

Exposição bibliográfica e cartográfica nas salas da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroismo.

A Delegação em Angra do Heroismo da Comissão Executiva foi constituida assim:

Presidente: Dr. Teotónio Machado Pires, Governador do Distrito Autónomo e Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira no biénio de 1958-1959.

Vogais: Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Director do Arquivo Distrital, da Biblioteca Pública e do Museu Regional de Angra do Heroismo.

Dr. José Leal Armas, Presidente da Junta Geral,

Dr. Manuel Flores Brasil, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional,

Diogo de Meneses Ávila, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória,

Dr. Eliseu Pereira Pato François, Reitor do Liceu Nacional,

Eng.º Manuel Rodrigues Teixeira, Delegado do Ministério das Obras Públicas,

Luís Gaspar de Lima, Director do Distrito Escolar,

P.e Dr. Artur da Cunha Oliveira, director do diário «A União»,

Dr. Joaquim da Rocha Alves, director do jornal «Diário Insular»,

Tenente-coronel José Agostinho, presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, desde Janeiro de 1960.

Esta delegação, a cuja última reunião assistiu o Engenheiro Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo, Director-geral dos Serviços de Urbanização e vogal da Comissão Executiva das Comemorações, estabeleceu o seguinte programa das comemorações locais, que foi aprovado:

Colocação de uma placa de bronze na torre sineira da Câmara da Praia da Vitória e outra na Avenida Infante D. Henrique, em Angra do Heroismo,

Colocação de um busto de bronze do Infante D. Henrique no salão nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroismo,

Colocação de uma lápide à entrada do antigo solar dos Côrte-Reais, na rua João Vaz Côrte-Real, em Angra do Heroismo.

Por sua vez o Instituto Histórico da Ilha Terceira resolveu promover, de sua iniciativa, as realizações que constam da acta da primeira reunião ordinária do ano de 1960, transcrita na secção «Vida do Instituto», no final deste volume.

As comemorações, na Ilha Terceira, foram inauguradas oficialmente no dia 4 de Março de 1960, com os seguintes actos:

Às 12 horas, Solene Te-Deum na Sé Catedral de Angra, sob a presidência do Vigário-Geral da Diocese, Monsenhor Cónego Pe-

reira da Silva, com a assistência das autoridades civis e militares. Antes da exposição do Santissimo Sacramento, Sua Reverendíssima o Vigário-geral, pronunciou uma alocução alusiva às comemorações.

Às 16 horas realizou-se no Salão nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroismo uma sessão solene à qual presidiu, o Governador substituto do Distrito em exercicio, major médico João Homem Lemos de Menezes, com a comparência das autoridades e muitas outras pessoas. Discursou o professor do Liceu, Dr. José dos Santos, que se referiu à figura e à obra do Infante, tendo tambem pronunciado breves palavras, sobre o acto, o vice-presidente da Câmara, em exercício, Eng.º Marcelo Betencourt.

O discurso do Dr. José dos Santos foi publicado no vol, III, p-298, da publicação «Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique», Lisboa, 1963.

Na Câmara Municipal da Praia da Vitória realizou-se tambem uma sessão solene, a que presidiu o Dr. Jorge Serpa Neves, vice-presidente em exercício, que no acto da abertura da sessão explicou o significado patriótico das comemorações, discursando depois o advogado, Dr. Alberto de Ornelas.

A esta sessão assistiram o tenente-coronel Marcial Rodrigues, em representação de Comandante da Zona Aérea dos Açores, o comandante da Base Aérea das Lajes, tenente-coronel Rosa Rodrigues, o Brigadeiro-General, George B. Dany, comandante das Forças Americanas nos Açôres, as autoridades locais e muitas outras pessoas.

Realizaram-se ainda sessões alusivas às comemorações no Castelo de S. João Batista, quartel do Batalhão Independente de Infantaria n.º 17, e no Seminário Diocesano. No castelo usaram da palavra o comandante do Batalhão, tenente-coronel J. F. de Assa Castel-Branco e o aspirante Carlos Garcia de Castro. No Seminário foram oradores, Monsenhor José Machado Lourenço, o Padre Coelho de Sousa e o seminarista António B. de Avila.

*

Às Comemorações, realizadas no mês de Julho, presidiu o Ministro da Marinha, Contra-almirante Quintanilha de Mendonça

Dias, que chegou ao aeroporto das Lajes pelas 10 horas do dia 14 de Julho, tendo sido recebido na cidade com as honras inerentes ao seu alto cargo.

O Senhor Ministro da Marinha, após a sua chegada, dirigiu a seguinte saudação aos Terceirenses, através do jornal «A União».

«Profundamente emocionado, volto a pisar esta encantadora Ilha da qual conservo as mais gratas recordações, pois sempre que aqui entrei, recebi as maiores provas de simpatia e carinho dos seus habitantes.

Venho como representante do Govêrno presidir às Comemorações Henriquinas numa hora duplamente festiva visto que ao entusiasmo da população angrense se juntam as manifestações de júbilo e patriotismo de todos os portuguêses»

Ás 16 horas, no átrio da Escola Infante D. Henrique, onde funcionam as aulas do ensino elementar dos dois sexos, das quatro freguesias da cidade, foram inaugurados paineis reproduzindo os portulanos de João Manta, tendo discursado o Director do Distrito Escolar, Luís Gaspar de Lima.

Às 16 horas e 30 minutos foi inaugurada a placa designativa da Avenida Infante D. Henrique, tendo discursado o vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroismo, Dr. Francisco Mendes Pereira.

Às 17 horas foi inaugurada na Praça da Restauração, em frente ao edifício do Paço Municipal, a estátua de Alvaro Martins Homem, fundador de Angra. A estátua é do escultor João Fragoso e foi oferecida à cidade de Angra do Heroismo pela Comissão Executiva das Comemorações Henriquinas.

No acto discursou, no impedimento por doença do presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, o sócio efectivo do Instituto, Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, cujo discurso vai adiante publicado.

No encerramento deste acto memorável falou o senhor Ministro da Marinha, cujas palavras vão tambem adiante arquivadas, reproduzidas do jornal «Diário Insular» de 15 de Julho de 1960.

Ás 21 horas 45 minutos realizou-se uma sessão solene no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para inauguração do busto de bronze do Infante D. Henrique, da auto-

ria do escultor Numídico Bessone, tendo discursado o Presidente da Câmara, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, cujo discurso vai também adiante reproduzido,

Após o discurso do Presidente da Câmara, seguiu-se a entrega à Câmara Municipal, do busto do Infante, pelo Eng. Viriato Campos, em representação da Comissão Executiva das Comemorações, o qual foi descerrado pelo Ministro da Marinha.

A todos os actos que ficam mencionados, presidiu Sua Excelência o Ministro da Marinha e aos mesmos compareceram, além do Governador do Distrito Áutónomo, Dr. Teotónio Machado Pires, as autoridades civis, militares e eclesiásticas.

No dia 15 de Julho, de manhã, realizaram-se os actos comemorativos na Praia da Vitória, inaugurados com um Te-Deum na Igreja Matriz, celebrado pelo Rev. Dr. Manuel Alfredo Tavares, em representação do Bispo da Diocese, ao qual assistiram Sua Ex.ª o Ministro da Marinha, bem como as principais autoridades da Ilha.

Seguidamente foi descerrada por Sua Ex.ª o Ministro da Marinha na torre sineira do edifício dos Paços do Concelho uma placa comemorativa que ostenta a seguinte legenda da autoria do Professor Vitorino Nemésio, nascido na Praia da Vitória:

ESTA É A CÂMARA DE DIOGO DE TEIVE,
ALVARO MARTINS HOMEM, PERO DE BARCELOS, QUE AQUI POVOARAM E DAQUI
ABRIRAM À EUROPA OS MARES DO OESTE
1960 — ANO DO INFANTE

Neste acto falou o vice-presidente da Câmara da Praia da Vitória, em exercício, Dr. Jorge Neves, usando por último da palavra o Senhor Ministro da Marinha, que pronunciou o discurso que vai reproduzido adiante, segundo o texto publicado no jornal «Diário Insular» de 16 de Julho de 1960.

No mesmo dia 15 de Julho pelas 15 horas o Senhor Ministro da Marinha inaugurou no Palácio Bettencourt uma exposição cartográfica, integrada de valiosos documentos e visitou as insta-

lações do Museu Regional, que desde então ficaram patentes ao público.

Ás 16h 15m realizou-se um desfile de tropas pela rua da Sé, perante o Sr. Ministro da Marinha e as autoridades civis e militares, que se encontravam numa tribuna armada no alto da escadaria da Sé.

Tomaram parte no desfile, sob o comando do tenente-coronel Assa Castel-Branco, comandante do Batalhão Independente de Infantaria n.º 17, contingentes das seguintes forças: Legião Portuguesa, Policia de Segurança Pública, Base Aérea n.º 4 e Batalhão Independente de Infantaria n.º 17. A fanfarra do Batalhão, postado na rua Rio de Janeiro, tocou, durante o desfile, uma marcha militar.

Pelas 20h 30m realizou-se no Palácio do Govêrno Civil um banquete em honra do Sr. Ministro da Marinha, com o qual se encerraram as comemorações nesta ilha, presididas por Sua Ex.ª

O Sr. Ministro da Marinha seguiu para o Faial na manhã do dia 16 de Julho.

No dia 13 de Novembro de 1960, data em que passou o quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, acompanhou a cidade de Angra do Heroismo as cerimónias do encerramento das Comemorações Henriquinas realizadas em todo o País.

Nesse dia tiveram lugar os actos que adiante se mencionam, aos quais assistiram o Governador substituto do Distrito, em exercicio, Dr. João Homem de Menezes, o Prelado da Diocese, o Comandante da Zona Aérea dos Açôres e comandante militar da Terceira, o Presidente da Junta Geral, o Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroismo, o Comandante da Defesa Maritima, e as restantes autoridades civis e militares.

Pelas 15 horas foi descerrada a lápide mandada colocar pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo junto ao portão de entrada da Casa dos Côrte-Reais, que foram capitães de Angra.

Usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, cujo discurso é reproduzido mais adiante.

Cêrca das 15h 30m procedeu-se ao acto de abertura da exposição bibliográfica, comemorativa do I centenário da fundação da primeira Biblioteca de Angra, tendo usado da palavra o Dr. Baptista de Lima, Director da Biblioteca Pública, do Arquivo Distrital e do Museu Regional.

Às 20h 30m realizou-se no Salão Nobre da Junta Geral a Sessão Solene de encerramento das Comemorações Henriquinas, por iniciativa do Instituto Histórico da Ilha Terceira, à qual presidiu o Governador do Distrito substituto, em exercicio, e em que usou da palavra o Presidente do Instituto, Tenente-coronel José Agostinho, cujo discurso vai também incluido neste relato das comemorações.

Não se encerra este relato sem registar a extensão com que os dois diários de Angra do Heroismo, «A União» e «Diário Insular», descreveram, nos mais miudos pormenores, todos os actos comemorativos, e o relevo que deram ás comemorações, especialmente pela publicação de artigos dos seus colaboradores, versando vários aspectos das mesmas e a sua significação.

E não será tambem de esquecer o entusiasmo com que a gente da Ilha Terceira acompanhou estes actos repassados do mais alto significado patriótico, que os terceirenses tão bem tem compreendido através de toda a história.

Discurso de S. Ex.ª o Ministro da Marinha, Contra-almirante Quintanilha de Mendonça Dias, no encerramento da cerimónia da inauguração da estátua de Alvaro Martins Homem.

Vão já decorridos vinte anos, desde a última vez que visitei esta ilha, e não posso esconder a minha grande satisfação por aqui me encontrar de novo nesta nobre e hospitaleira cidade, da qual guardo as mais gratas recordações.

Várias cerimónias se realizaram este ano em todas as parcelas da Nação para comemorar o V Centenário da morte do Infante D. Henrique, e em todas elas não podémos deixar de evocar os nossos maiores que nos legaram um património sagrado e que nos cumpre defender.

Foi esta a terceira ilha que as velas do Infante encontraram, seguindo-se o seu povoamento por carta de capitania concedida a Jácome de Bruges, mas o seu progresso e desenvolvimento só começou verdadeiramente quando, dividida em duas capitanias, se fizeram sentir as medidas administrativas tomadas respectivamente por João Vaz Côrte Real e Alvaro Martins Homem, cuja estátua tenho o privilégio inestimável de inaugurar.

O impulso que deu lugar, ao movimento de ocupação humana da ilha, teve a mesma origem de muitos outros que nos levaram à epopeia dos descobrimentos.

Não é, pois, de admirar que as ideias do Infante seduzissem os dois capitães, atraindo-os para a grande aventura de novas descobertas, levando-os a embrenharem-se no pélago e afrontar os mares

onde havia ilhas geladas, para alcançarem o continente norte-americano.

As tradições marítimas da Terceira datam, por assim dizer, desde o seu povoamento e foram sempre alimentadas pela visita assídua das Armadas das carreiras da India e do Brasil, revigorando nos terceirenses aquelas virtudes que nos tornaram grandes entre os grandes, pelo valor, heroísmo e amor da Pátria.

As vicissitudes históricas acrisolaram ainda mais esses sentimentos, como são disso prova os actos de valentia de homens e mulheres na célebre batalha da Salga e a pronta e decisiva acção com que expulsaram o invasor, logo que houve conhecimento da Restauração.

Esta sua formosa capital, onde paira no ar o aroma de um passado glorioso, é um documento vivo de lealdade, bravura e heroísmo.

Por isso ostenta a legenda de *mui nobre* e *sempre leal*, e ainda a de *sempre constante*, em reconhecimento dos altos serviços prestados pelos seus filhos em momentos delicados da vida da Nação.

Terra acolhedora por excelência, e de requintada hospitalidade, agasalha generosa e fidalgamente o pessoal das Forças Aéreas, que aqui forma a guarda-avançada da nossa defesa.

Recebendo com entusiasmo e carinho o representante do Govêrno, nesta ocasião de alto significado histórico, desejo transmitir-lhe muito comovidamente um abraço de efusiva solidariedade de todos os portugueses nesta hora grandiosa da vida nacional.

Discurso de S. Ex.ª o Ministro da Marinha no acto do descerramento da lápide colocada na torre sineira do edificio dos Paços do Concelho da Praia da Vitória.

Nesta enternecedora peregrinação pelas ilhas dos Açores, durante a qual tenho tido a consoladora sensação de rever pessoas e locais que visitei na minha carreira de marinheiro, vim agora apreciar de novo os sentimentos de lealdade à Pátria e do patriotismo incontestável do seu povo.

Lançando as suas raizes históricas nesse maravilhoso século XV, — em que a Nação portuguesa, transcendendo os limites apertados das suas fronteiras continentais, passa a desvendar os mistérios do oceano, — a generosa e altiva população açoriana conserva sempre vivas as virtudes excelsas da raça e cultiva com mais intensidade as suas excelsas qualidades.

Comemorando-se neste ano de 1960 o V Centenário da Morte do Infante, esse grande obreiro da expansão portuguesa no Mundo, não podia o Governo da Nação deixar de dar o maior realce à primeira revelação do seu sonho magnífico.

De facto, os Açores constituem a mais antiga concretização dos seus planos gigantescos, e cabe-lhes, portanto, por direito histórico inalienável, a honra da primazia na consagração da obra ciclópica do Infante. Por essa razão incontroversa, aqui me encontro a assistir às entusiásticas e apoteóticas manifestações de solidariedade e fidelidade do povo açoriano.

Não chegam as palavras para traduzir a emoção que sinto pela sinceridade e carinho das manifestações que tenho tido a

honra de receber como representante do Governo durante esta visita ao Arquipélago.

São profundas e longínquas as fontes onde esta Vila da Praia da Vitória vai aurir os ouropeis da sua irrefragável lealdade. Desde o povoamento da Ilha, passando pelos infaustos anos do eclipse da dinastia de Aviz, aos gloriosos dias da Restauração, até ao preço de sangue pago no esforço de pôr termo às guerras fratricidas que enlutavam o País no segundo quartel do século XIX, os seus filhos não desmentiram nunca a tradicional devoção à Pátria.

Vitória se chama esta terra, e vitória há-de alcançar sempre, se os seus filhos forem chamados a prestar o sacrifício maior das suas vidas para manter a integridade dos tezouros do seu passado glorioso, tanto contra os inimigos externos, como contra agitadores dissolventes da paz interna.

A força de vontade inabalável dos heróicos companheiros do Infante e a determinação firme dos seus prosseguidores, continuam a correr-lhes nas veias, tão vivas, fortes e estuantes, como nos pioneiros, no dia da sua fabulosa aventura.

Estou certo de que neste momento todos os portugueses espalhados pelo Mundo nos acompanham nestas manifestações festivas e enviam entusiasticamente cordiais saudações aos seus irmãos açorianos, e eu não posso deixar de formular os votos mais sinceros pelo constante progresso desta terra que tão galhardamente me ofereceu a sua fidalga hospitalidade.

Discurso do Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, em nome do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no acto da inauguração da estátua a Alvaro Martins Homem.

Inaugura-se hoje em lugar nobre, palco secular de manifestações populares, frente à Domus Municipalis, — a Estátua de Álvaro Martins Homem, capitão do Donatário. Foi ele que traçou as ruas largas da Vila, depois cidade de Angra, com uma visão das necessidades futuras que nos surpreende e enche de admiração, e canalizou as águas e construiu os primeiros edifícios. Ampliou e melhorou a Praia, de que foi Capitão. Está sepultado em Santa Cruz. Os principais templos da Cidade e da Vila são glorioso Panteão de povoadores e navegadores da Terceira. A estátua não é a expressão da verdadeira fisionomia do Capitão, pois desconhecemos a sua efígie, porventura o esculptor, influenciado pelas figuras dos paineis e quadros da época longínqua. Mas é um símbolo imponente do esforço considerável e heróico dos povoadores, rudes, de botas de coiro cru, habitando casas palhaças, que pesquisaram nascentes, lavraram a terra ubere, a arrotearam, cortaram matos espessos, ergueram castelos no alto das colinas, em pontos estratégicos, para se defenderem bravamente, mãos crispadas, dos piratas rapaces e assassinos, levantaram, piedosos, altares e cruzes, depois Ermidas e Igrejas e Conventos, de luzes bruxuleando nas alampadas de prata, onde rezavam com fervor, cobrando alento, ou choravam e gritavam, inquietos e convulsos, em horas de terror pânico, que as superstições avolumavam, quando o solo tremia e o mar rugia encapelado, espumando contra as rochas alcantiladas

ou crescia pelas praias até ao casario! Clareava a manhã, os sinos dos Campanários tocavam, o sol doirava os montes, e os habitantes olhavam o mar infinito, a tentar avistar, no horizonte, algum navio de velas latinas, que trouxesse noticias, refrigério recebido com alvoroço e alegria. Em Alvaro Martins Homem se homenageia o hercúleo e porfiado trabalho dos que vieram para a ilha, ela era silva e mato, de veredas e escaleiras sinuosas, Cavaleiros de África, escudeiros e pagens e peões, Frades franciscanos, de burel escuro, e sandalias, de rosário de contas toscas, sempre em contacto com a «arraia miuda», prègando-lhe a fé religiosa, confortando-a e auxiliando nas fainas agrícolas e marítimas. A nossa laboriosa gente terceirense verá, desvanecida, nesta estátua que o Govêrno ofereceu, um prémio à geração de antanho, de que ela é directa e digna herdeira. E para além do Capitão do Donatário, o Monumento, bem se pode dizer, lembra e glorifica o Infante D. Henrique e sucessores. É que as Ilhas dos Açôres, são as Ilhas do Infante, e os actos dos Capitães dos Donatários são vasados nos moldes das suas instruções, dictames e orientação. Foram as suas Caravelas que as acharam. Os Açorianos conhecem os problemas que giram em torno do aureolado impulsionador das descobertas, que ligaram a Europa a outros Mundos, por caminhos marítimos desconhecidos até então, creando fontes de riqueza e uma civilização fulgurante que transformou a Sociedade medieval.

Não podemos proceder a investigações na Torre do Tombo, lá longe, e pelos Arquivos estrangeiros, mas debruçamo-nos, olhos humedecidos, sobre os documentos e estudos publicados, para fazer trabalho de síntese e formular opiniões; cogitamos sobre eles, na angústia que é patriótica sede devoradora, de colher a verdade e de penetrar os perturbantes enigmas, que os há, na acção do Infante e seus pilotos e mareantes e calafates, e suas viagens, em barcos frágeis, à busca de terras imaginadas e suspeitadas ou indicadas, ainda que imperfeitamente, por viandantes de Caravanas terrestres, ou nos Portulanos que a Sagres tinham vindo parar. Não foram ao acaso as Descobertas.

Com o Infante alvorece a Renascença em Portugal, diferentes concepções políticas e sociais, uma nova aristocracia emergiu,

pergaminhos conquistados no relampejar e tinir dos montantes e espadas, nas lutas contra os castelhanos, consolidando a Independência, e na África alargando o Império, uma Burguesia a crescer e a impor-se, enriquecendo-se no Comércio, e os Mesteirais a dar pareceres com firmeza, na «Casa dos 24».

Julgamos não valer a pena a tortura de precisar e fixar com rigor a quota parte, nas Descobertas, de D. Pedro, o douto irmão, o das «Sete Partidas», dos conhecimentos obtidos em Ceuta e da ligação com os Cosmógrafos estrangeiros. A Ciência não sai de um jacto, como Minerva brotou rutilante de Jupiter, no dizer das teogonias gregas, da cabeça de um homem só. Nem as verdades imortais de Newton. O Infante é o lucidíssimo ou genial coordenador das Navegações, e a ascese da fé religiosa, chama crepitante na alma, que nada abatia, lhe dava um vigor espantoso, tornando de ferro a sua vontade. Tudo nas referências dos velhos «Cronistas» e nas Bulas Pontifícias» nos mostra que a principal ideia motriz é a de propagar a fé e cristianizar, e opô-la ao mussulmano, guerreiro perigoso, credo diferente, o «infiel». Cristianizar e defender a Pátria, são pensamentos que se confundiram. D. Henrique é a alma ecuménica da Nação.

O Comércio surgiu naturalmente, o factor económico, — já Aquiles Loria, embora com exagero, o viu sorrir na beleza impressionante das Catedrais Góticas, — no desenrolar da formidável empresa, e os lucros eram necessários para ocorrer às despesas extraordinárias das viagens, sorvedoiro insaciável da moeda. Endividado morreu o Infante, endividado ficou o Mestrado de Cristo, de que era o Governador. Acusam-no de ser duro e insensivel às desgraças e aos dramas da Família. Consideramos mesquinho e errado apreciar os grandes homens, os movimentadores dos acontecimentos notáveis que alteram a face do Mundo, por critérios comuns e estreitos, que não podem apreender a sua visão excepcional e as razões altas que os orientam. As águias dominam as montanhas.

Quem comanda e orienta as Empresas, — das que ficam na história, — e tem de remar contra as ondas revoltas dos preconceitos e incompreensões e ideias feitas, — para triunfar, precisa,

por vezes, de ser inexorável, embora no seu coração haja a florir sentimentos de piedade.

Também Álvaro Martins Homem, foi acusado de autoritário e violento. Travou lutas com outros povoadores, aguilhodos por idênticas ambições, na demarcação das terras e na disputa do Mundo. A paisagem ainda selvagem e o mistério dos montes e dos matagais, sobre que a névoa por vezes alastrava, deviam entenebrecer os espíritos e acirrar as truculências. E a luta segue o homem, como a sua sombra; é a Lei da vida.

Sagres foi escola não apenas de Navegadores, mas ainda de Povoadores, e a Terceira, menos de meio século depois do seu primeiro arroteamento, já exportava para Portugal, em abundancia, gado, trigo, cevada e pastel. E a Vila que Álvaro Martins Homem fundou, foi depressa cidade, cabeça das Ilhas Terceiras, Séde de Bispado, séde de construções Navais e aquartelamento de Milícias adextradas e valorosas. E de tal arte — Senhor Ministro — e consumada perícia técnica e psicológíca, mixto de instinto e inteligência, se iniciou e realizou o Povoamento, que um verdadeiro fenómeno de osmose, se operou, a despeito das diferenças geográficas e climáticas, que os costumes e crenças, maneiras de sentir e de vibrar, virtudes e defeitos dos continentais, se radicaram para sempre nas populações dos Açores. E de tal arte, — Senhor Ministro — o povoamento foi avante, e se retratou nos Ilheus a alma nacional, que na Terceira se criou a vontade e a audácia assombrosas de resistir, até ao martírio, ao Demónio do Meio Dia», sustentando um infeliz Príncipe Português, quando Portugal, que a catástrofe de Alcácer Kibir, exaurira, já curvara a cerviz, no colapso, ao Senhor do Maior Império do Mundo. Não há terceirense que o não saiba, é já lugar comum, e não recorde o facto sublime da resistência, com orgulho e regozijo.

Dizem as «Crónicas» que os marinheiros do Infante, em louvor dele, escreviam a sua divisa «Talent de Bien Faire», nas cascas das árvores das regiões que pisavam pela primeira vez. Que conste, nos Açores, — não se encontrou tal gravação admirativa, mas os Terceirenses, não ignorando a honrosa paternidade, trazem-o Heroi no espírito e o continuam na sua fé e na sua vontade inquebrantável. Não obstante as dificuldades e escolhos, a parece-

rem insuperáveis, o Infante triunfou e com ele triunfou a Grei. E é esta Fé do Inclito filho da Casa de Aviz, que é preciso hoje ter, frente às dificuldades e escolhos, frente ao destroçar estrepitoso e dramático de Impérios, num desfalecimento surpreendente de energias, fieis como devemos ficar à sagrada herança henriquina, para assegurar a continuidade do que os nossos antepassados arrotearam, civilizaram e cristinianisaram e tornaram Províncias de Portugal. Relembramos o Infante, e erigimos esta estátua, evocando o Capitão Donatário, para podermos sentir como eles e os da sua famosa geração sentiram. Fé e Unidade Nacional! A vitória será dos que as tiverem. Ela depende de nós todos, somos nós que a forjamos.

Discurso proferido pelo Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroismo na Sessão Solene realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho para a Inauguração do Busto do Infante D. Henrique, no dia 14 de Julho de 1960.

A Lição do Infante

Senhor Ministro da Marinha
Excelência:
Ex.mo Senhor Governador do Distrito Autónomo
Ex.mas Autoridades Civis e Militares

As minhas primeiras palavras são para Vossa Excelência Senhor Ministro de saudação respeitosa em nome da Câmara a que tenho a honra de presidir e no meu próprio.

Quero também saudar na pessoa ilustre de Vossa Excelência a nossa gloriosa Marinha de Guerra, fiél depositária e continuadora das excelsas virtudes do Portugal marinheiro de quatrocentos e quinhentos.

Desejo ainda exprimir a Vossa Excelência Senhor Almirante Mendonça Dias, a nossa grande admiração pela notável obra governativa levada a cabo por Vossa Excelência no Ultramar português a bem da defesa da integridade do território nacional e do progresso de algumas das suas mais valiosas parcelas.

Regozija-se e sente-se sobremaneira honrado o Concelho de Angra com a presença de Vossa Excelência na Casa da sua Câmara e não pode deixar de manifestar o seu júbilo por ter sido Vossa Excelência tão justamente escolhido, para presidir nestas Ilhas, como representante do Govêrno, às Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A personalidade do Infante, a sua biografia e os altos feitos que a exornam e enriquecem são sobejamente conhecidos e têm sido no corrente ano suficientemente lembrados, para que me permita roubar-vos tempo a recordá-los um vez mais. Gostaria, porém, de, em breve síntese, extrair da vida do Príncipe de Sagres aqueles factos que se situam para além do tempo e do espaço e que constituem o que poderíamos chamar «a lição da sua vida», lição para o futuro, lição de sempre.

A melhor interpretação psicológica do carácter do Infante é porventura aquela que se colhe da observação atenta dos retratos da Crónica da Guiné e das Tábuas chamadas de S. Vicente.

Tanto o miniaturista da primeira como o pintor das segundas souberam transmitir-nos esse rosto firme e sereno onde transparece uma vontade forte aliada a uma manifesta bondade e uma simplicidade que quáse atinge a severidade monacal. O retrato é pois a expressão plástica fiél do que nos refere Zurara e do que nos conta o próprio D. Duarte no seu Leal Conselheiro, referindo-se às virtudes cultivadas na casa paterna e em que todos os irmãos por igual se extremavam

O amor ao método, à rigidez de princípios e o espírito de disciplina foram herdados de sua mãe, Dona Filipa de Lencastre, e ser-lhe-iam tão preciosos durante a vida e o empreendimento a que se abalançou como a vontade forte e o desejo de altos feitos herdados do Mestre de Aviz.

Embora pouco se conheça acêrca da preparação literária e científica do Infante, a verdade é que ela, servida por um espírito prático e uma perfeita intuição das realidades, foi o suficiente para a preparação das bases da grande empresa, tanto do ponto de vista económico como científico e ainda para a orientação do

aproveitamento de novas terras e sua conversão em novas fontes de riqueza.

As diversas concepções geográficas da Antiguidade parecem terem sido do seu conhecimento bem como as viagens de descobrimento efectuadas em reinados anteriores, designadamente no de D. Afonso IV, embora sem sequência e parece também que sem objectivo prático, se exceptuarmos a que se refere às Canárias.

Não desejamos aventar qual o primeiro motor ou objectivo que levou o Infante a lançar as bases da empresa que acabaria por conduzir à descoberta da Terra.

O reconhecimento dos Arquipélagos da Madeira e dos Açôres e o início do povoamento do primeiro destes, logo após a conquista de Ceuta, parecem indicar que o Infante havia traçado, pelo menos em parte, antes que se verificasse o desastre de Tânger, as linhas fundamentais do grande empreendimento.

Parece outrossim, fóra de dúvida, que alguns dos mais importantes problemas relacionados com o progresso das navegações, já se encontravam resolvidos nesta data.

Referimo-nos expressamente à substituição da Barca e do Barinel pela Caravela, sobretudo nas viagens de longo curso, que mais se afastavam da terra; ao abandono da costa na viagem de regresso, ou seja à volta pelo largo, mais tarde também chamada «volta do sargaço»; e à navegação astronómica nessas viagens pelo largo, que só poderiam ser feitas com o conhecimento da latitude, utilizando-se o Astrolábio e o Quadrante para a medição da altura do pólo.

Só assim se explica convenientemente o descobrimento ou reconhecimento dos Açôres em 1427 e as viagens que se lhe seguiram, designadamente as de 1432, que marcam o claro intento de colonização destas Ilhas.

O novo processo de navegar trazia também, como consequência necessária, uma modificação nos trabalhos cartográficos, pois a representação, tanto das terras conhecidas, como das novamente achadas, teria de fazer-se em obediência aos mesmos princípios, para que as viagens, tanto na ida como no regresso ficassem asseguradas.

Compreende-se que para a colheita e obtenção de elementos

concretos e úteis, em cada um destes sectores, tenha sido necessário desenvolver uma actividade prodigiosa, cujos trâmites e dificuldades escapam hoje, necessàriamenfe, aos homens do século XX.

Jácome de Maiorca e os outros mestres catalães são apenas alguns dos obreiros que foi necessário chamar do estrangeiro, para lançar as bases da nova Cartografia, que no século seguinte, ao rigor científico, juntaria uma tão notável beleza artística que a tornaria única no mundo.

Mas à experiência catalã, juntou-se a ciência italiana e as concepções de alguns dos seus principais cosmógrafos, uma e outras trazidas pelo Infante D. Pedro, cuja colaboração fraterna, em nada diminui ou apouca a obra e a iniciativa Henriquina.

Aos nossos homens do mar, alguns ainda descendentes dos Genoveses, que para cá tinham vindo, no tempo do rei D. Dinis, foi exigido o testemunho da sua experiência. conjugada com a de outros povos, se bem que manifestamente inferior, designadamente no que se refere à navegação em latitude, cuja concepção e utilização tem sido unânimente considerada como obra dos nossos marinheiros e cosmógrafos.

A pausa de poucos anos verificada no progresso das navegações, antes e depois do insucesso de Tânger, compreende-se fácilmente e explica-se até também, pela necessidade de reorganizar a parte financeira da empresa, até então alimentada quase que exclusivamente pelos réditos do Duque de Viseu e o Senhorio da Covilhã, embora já com a participação dos freires de Cristo a cuja Ordem é finalmente doada a espiritualidade das ilhas e terras descobertas e a descobrir, ficando o Infante como donatário da temporalidade das mesmas, o que torna possível aumentar, até certo ponto, a base económica deste empreendimento, cada vez mais dispendioso pelo número de homens e de navios que absorvia.

Talvez que o povoamento das Ilhas, a que se referem as Cartas Régias de 1439, 1447 e 1449, se possa filiar precisamente nessa necessidade de aumento de fundos, pois a Madeira e o Porto Santo deveriam já estar produzindo, a esse tempo, açúcar e vinho em quantidade satisfatória e sobretudo compensadora dos gastos a que obrigara a sua colonização e das despesas impostas pela

introdução de novas culturas, como a de cana de açúcar e a de diversas castas de vinha do Sul da Espanha e da Itália.

Nos Açôres ia experimentar-se, além dos processos agro-pecuários, tradicionais no país, para a produção de carne e cereais, a introdução de diversos tipos de vinha e mais tarde a cultura do pastel, que fizera a riqueza simultânea da região de Tolouse, onde se produzia e de diversas cidades da Flandres, onde se utilizava largamente na tinturaria.

Tal como acontecera com a Madeira e Porto Santo, os povoadores das ilhas dos Açôres parecem ter sido trazidos das diferentes províncias de Portugal, sem excepção, embora algumas delas tenham contribuído com maior contingente e os seus filhos possam ter predominado, de início, numa ou noutra, podendo encontrar-se vestígios desse índice mais elevado, na existência de certos usos, costumes. tradições e no próprio acento da linguagem falada.

Não se encontrou, porém, até hoje, explicação definitiva para a inclusão de estrangeiros, principalmente Flamengos, entre os primitivos povoadores, embora o seu número tenha sido muito inferior ao que inicialmente se indicou. Talvez que o facto encontre um princípio de explicação na introdução, aliás inteligente, de novas culturas desconhecidas no Continente português e que para darem o desejado rendimento careciam, necessáriamente, de quem as pudesse iniciar com a indispensável experiência.

A divisão das Ilhas em Capitanias, cada uma das quais governada por um capitão do donatário, foi uma inovação introduzida pela Administração Henriquina, de que iria beneficiar mais tarde a nossa expansão ultramarina, designadamente a colonização do Brasil.

O equilíbrio entre os capitães do donatário e a Ordem era estabelecido pelos Almoxarifes a quem cumpria a arrecadação da fazenda.

Na África optou-se pela construção de fortalezas ao longo da costa, a primeira e mais importante das quais foi, durante muitos anos, a de Arguim, destinadas a assegurar o comércio com os povos do litoral e do interior e a fornecer apoio e ancoradouro seguro às nossas frotas. Todavia, nessas viagens sucessivas, não só

se procurava estabelecer laços de paz e amizade com os povos do litoral, mas avançava-se, por vezes, como nos refere Diogo Gomes, muitas léguas pelo interior, para se ter informação dessas terras e das suas gentes no intuíto de alcançar esse reino cristão, que hoje universalmente se acredita ser o de Prestes João. E essas descrições, que durante muitos anos pareceram fantasiosas e que respeitam, por vezes, a territórios situados ainda ao Sul da Guiné Portuguesa, foram dadas ainda há poucos anos como inteiramente verídicas e particularmente preciosas, por um dos mais eminentes africanistas ocidentais, o Professor Teodoro Monot.

Com o Infante assiste-se, pois, a qualquer coisa de novo, a um trabalho ordenado, sério, ponderado que visa determinado objectivo e que conscenciosamente estuda os meios e os métodos que pode e deve utilizar para alcançar o fim em vista.

Podemos dizer no duplo sentido da expressão que estas navegações «não se fizeram, indo a acertar» nem quanto à sua expressão própriamente marítima, nem quanto à sua organização administrativa.

À distância de cinco séculos, o acontecimento causa-nos admiração, pelas grandiosas proporções de que se reveste.

Não admira que o Infante apenas tenha deixado iniciada a sua obra, pois trata-se, na verdade, de um empreendimento que precisaria de algumas gerações para ser levado a bom termo.

Mas morreu, possivelmente, na certeza de que estava no bom caminho e de que o êxito seria finalmente alcançado.

Morreu também na certeza de que cumprira inteiramente o seu dever, muito para além do que seria lícito e humano exigir, dedicando-se, como se dedicou, inteiramente, à causa nacional, quer impulsionando as navegações, quer favorecendo os estudos como protector da Universidade.

Morreu pobre, deixando até dívidas, como acontece normamente com todos os beneméritos da Pátria, mas deixou-nos uma lição preciosa, a de uma vida inteira consagrada à causa da Nação, exemplo de abnegação sob todos os aspectos, sabendo vencer todas as dificuldades e sabendo-se vencer até a si próprio

como parece ter acontecido, quando do lamentável desastre de Alfarrubeira.

Escreveu recentemente um eminente escritor sobre a personalidade do Infante, estas palavras a cuja leitura não nos furtamos: «Crente sincero e profundo, excelente soldado, inteligência capaz de apreciar o saber alheio, homem prático mas não mesquinho, o Infante D. Henrique possuía em admirável equilíbrio dotes pessoais que, completando-se, constituiam uma personalidade forte; e porque teve também capacidade de organizador, metódico e persistente, sabendo ordenar os problemas e escolher os colaboradores — cartógrafos, cosmógrafos e uma admirável pleíade de homens do mar — tornou-se-lhe possível devotar-se à expansão ultramarina, àquilo que veio a constituir a maior grandeza de Portugal e o legítimo fundamento do seu renome na História da Humanidade».

Mutatis mutandis, a nossa expansão obedeceu, até hoje, aos sábios princípios que nortearam o pensamento Henriquino: — colonizar e desenvolver terras despovoadas, levar a civilização cristã e ocidental a povos não civilizados, estabelecer laços de paz e comércio com esses povos e procurar com todos os vizinhos uma coexistência pacífica, dentro do respeito mútuo.

Essa vida de estudo, trabalho e dedicação correspondeu sempre ao lema expressivo" talent de bien faire" que livremente podemos traduzir como "vontade de grandes e altos feitos".

Que nos dias conturbados que atravessamos, essa divisa, que é a súmula da lição do Infante, possa nortear todos os Portugueses para maior glória de Portugal.

Tenho dito.

Discurso proferido pelo Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroismo, no momento da inauguração duma lápide evocativa, na Casa dos Côrtes-Reais, no dia 13 de Novembro de 1960.

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Autónomo
Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Angra e Ilhas dos Açôres
Excelentíssimas Autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Segundo narram alguns dos nossos antigos Cronistas, foi precisamente neste local que se estabeleceu, no terceiro quartel do século XV, o primeiro Capitão que residiu na parte de Angra e que podemos considerar como o fundador deste povoado — Álvaro Martins Homem – cuja estátua recentemente inaugurada, por Sua Excelência o Ministro da Marinha, se ergue altaneira em frente dos Paços do Concelho, deixando transparecer no rosto a firmeza e a dignidade que foram timbre dos cavaleiros de quatrocentos.

Álvaro Martins fizera-se acompanhar do seu amigo e também navegador, Afonso Gonçalves de Antona Baldaia, que se estabeleceu um pouco mais a norte, onde fundou a pequena Capela de Nossa Senhora da Guia, no local onde hoje se encontram a Igreja e o antigo Convento de S. Francisco, no qual funciona actualmente o Liceu Nacional desta cidade.

Pouco se conhece presentemente da acção de Alvaro Martins Homem na parte de Angra. Sabe-se, todavia, por documentos oficiais, que, além de ter dado início ao povoamento deste lugar, canalizou a respectiva Ribeira e promoveu o seu aproveitamento, nela tendo instalado diversos moínhos que são, com a maior probabilidade, os que se encontram entre o antigo Castelo de S. Luís, hoje Memória, e o já referido Convento de São Francisco.

Não se conhece ao certo qual a data da sua chegada à Ilha Terceira ou do seu estabelecimento nesta localidade. Alguns historiadores não hesitam, todavia, em recuar este acontecimento à década de 1460, e o Padre Jerónimo Emiliano chega mesmo a sugerir o ano de 1463.

Embora por falta de documentos não nos seja possível optar actualmente por qualquer das datas alvitradas, afigura-se-nos, todavia, que entre a chegada de Álvaro Martins e a sua partida para a Capitania da Praia, deve ter mediado um lapso de tempo suficiente para a realização das referidas obras, nas quais fez tão considerável despesa, que a ela se alude na Carta de 17 de Fevereiro de 1474, em que lhe é concedida esta segunda Capitania, sendo ainda de ter em consideração o facto de no mesmo documento se fazer referência aos já mencionados moínhos, cuja existência, só por si, atesta um certo desenvolvimento do povoado de Angra no ano de 1474, com colheitas relativameute importantes, que haviam já imposto a substituição do moínho de mão e da atafona pela azenha, muito mais rápida, mas também mais onerosa e da qual o próprio Capitão cobrava o respectivo dízimo.

Recuando embora a chegada de Álvaro Martins a esta ilha aos primeiros anos da década de 1460, temos de convir que a passagem deste Capitão por Angra foi efémera e que, se a respectiva Capitania parece ter existido de facto, antes da divisão da Ilha pela Infanta Dona Beatriz, em 1474, a verdade é que, de direito, as Capitanias de Angra e da Praia só ficaram constituídas a partir daquele ano com a outorga das respectivas Cartas aos Capitães Álvaro Martins Homem e João Vaz Côrte-Real.

Álvaro Martins, se outros títulos de glória não possuísse que o impusessem à nossa respeitosa admiração, bastar-lhe-ia o de ter sido o fundador do povoado de Angra e primeiro Capitão desta

parte da Ilha, para que tributássemos à sua memória a homenagem de reconhecimento e gratidão que lhe é devida

Foi o desaparecimento de Jácome de Bruges, que levou a Infanta Dona Beatriz a promover a divisão oficial da Ilha em duas Capitanias e a conceder a João Vaz Côrte-Real o direito de opção de uma delas.

Esta faculdade explica, só por si, o alto conceito em que João Vaz Côrte-Real, fidalgo da Casa do Infante, era tido na Côrte e no Governo da Ordem de Cristo.

A sua família era, sem dúvida, uma das principais do Algarve e tanto ele como seu pai haviam prestado já assinalados serviços nas partes de África, sobretudo nas conquistas de Ceuta, Arzila e Tânger. Mas a Ordem de Cristo tinha ainda outras razões, que só agora começam a ser conhecidas, e ainda mal, para conceder a João Vaz Côrte-Real uma Capitania nas Ilhas do Atlântico.

Durante muitos anos se teve por fantasiosa a viagem de descobrimento que nos conta o Dr. Gaspar Frutuoso nas «Saudades da Terra» e durante a qual João Vaz Côrte-Real reconhecera uma parte da Terra Nova e possivelmente do norte do Continente Americano, seguindo talvez os rumos e utilizando a experiência e os conhecimentos de um outro grande navegador, também estabelecido na Ilha Terceira, Diogo de Teive, que visitara aquelas paragens vinte anos antes.

Estudos mais recentes e devidos quase que exclusivamente a investigadores estrangeiros, têm demonstrado e cada vez com maior evidência, que era bem fundamentada a narrativa do Dr. Gaspar Frutuoso. Refiro-me, em primeiro lugar, ao magnífico trabalho do historiador dinamarquês, Sophus Larsen, que na sua obra «The Discovery of North America Twenty Years before Columbus», editada em 1924 e de que já há muitos anos se publicou um resumo em português, demonstrou que João Vaz Côrte-Real e o piloto John Skolvus, dinamarquês para uns, escandinavo ou alemão para outros, haviam reconhecido uma larga extensão do Nordeste do Continente Americano, em expedição luso-dinamarquesa, no ano de 1472.

Os estudos de Larsen têm encontrado apoio e confirmação nos trabalhos de Tridtjof Nansen, Egmont Zechlin, David O. True

e Artur Davies, que não hesita em apresentar João Fernandes Lavrador como um continuador e possivelmente piloto da casa de João Vaz Côrte-Real e o mesmo poderíamos talvez dizer de Pero de Barcelos, Francisco Fernandes e João Gonçalves, sabidos companheiros do referido João Fernandes nas suas viagens para Ocidente, no final do século XV.

Do que não há dúvida, é que a actividade de João Vaz Côrte-Real, como navegador, foi prosseguida e ultrapassada até por seu filho Gaspar Côrte-Real, que nos anos de 1500 e 1501, em frotas que nesta Ilha armou à sua custa, percorreu o Sul da Groenlândia, as costas do Labrador e da Terra Nova e penetrou na baía de S. Lourenço.

Na última destas viagens, perdeu-se o navio que pessoalmente capitaniava mas as outras duas caravelas conseguiram chegar ao Tejo e as descrições da viagem feitas pelos respectivos mestres chegaram até aos nossos dias, graças aos cuidados com que foram registadas por Pietro Pasqualigo, Embaixador de Veneza em Lisboa e Alberto Cantino, agente do Duque de Ferrara, naquela cidade.

Das referidas viagens dão também notícia Damião de Gois, Jerónimo Osório e Gaspar Correia nas suas «Crónicas» e António Galvão no seu «Tratado dos Descobrimentos».

Em 1503, perdeu-se nos mesmos mares outro filho de João Vaz Côrte-Real, Miguel Côrte-Real, que ali fôra em busca de seu irmão Gaspar e que alguns historiadores, após os trabalhos do Professor Delabarre, admitem ter alcançado a costa oriental dos Estados Unidos, próximo de Boston, aceitando a leitura proposta por aquele Professor e seus partidários para a inscrição da já famosa pedra de Digton. Dentre os actuais adeptos daquela leitura permitimo-nos destacar o seu entusiástico defensor, Dr. Manuel Luciano da Silva.

A Vasco Enes Côrte-Real, filho mais velho de João Vaz, foi recusado, em 1503, empreender uma nova tentativa para encontrar seus irmãos, mas sabemos que continuou interessado na empresa dos descobrimentos e a ele se deve talvez o descobrimento da «Bermuda», então denominada «Ilha Garça», da qual lhe foi concedida a propriedade dos ofícios de almoxarife, Juiz dos

Orfãos e escrivão da Câmara, por carta régia de 23 de Agosto de 1521.

Manuel Côrte-Real, filho e sucessor deste, continuou interessado, não só nas navegações, mas também no povoamento das regiões da Terra Nova, tendo preparado, em 1567, uma expedição de três navios destinada a levar colonos da Ilha Terceira para aquelas paragens, na qual ia um seu lugar-tenente para tomar posse da respectiva capitania e um escrivão nomeado pelo Corregedor de Angra, para o serviço judicial e administrativo.

Mas a par da importante actividade marítima desenvolvida pelo Capitão de Angra João Vaz e por seus filhos e sucessores, outra há que cumpre igualmente evocar neste momento e junto destas pedras venerandas, algumas das quais talvez ainda da sua época e que, para felicidade nossa, têm conseguido sobreviver ao poder destruidor do tempo e ao desinteresse dos homens.

Neste local que há perto de cinco séculos foi escolhido para residência dos Capitães, cumpre também dizer algo da actividade prodigiosa desse grande Chefe que foi João Vaz Côrte-Real e da obra por ele realizada nesta cidade, da qual nós ainda hoje continuamos a ser os grandes beneficiários.

Em 1474, escolhe João Vaz Côrte-Real, a Capitania de Angra e estabelece-se na Casa então aqui existente.

O povoado de Angra é ainda muito reduzido e serpenteia ao longo da ribeira, entre o porto e a colina onde pouco depois será edificado o Castelo de S. Cristóvão ou de S. Luís. Para além dessa estreita faixa desbravada pelos primeiros colonos, ao longo do curso de água que lhes garantia as indispensáveis condições de vida, estendiam-se matas frondosas e bosques virgens, que constituiam sérios obstáculos ao desenvolvimento da população, pois os recursos para a sua remoção não iam além do machado do lenhador e da serra de mão.

Para fazer progredir o povoamento, tornava-se indispensável uma vontade férrea, que não conhecesse desânimos, servida por uma grande capacidade de organização de trabalho e um considerável espírito de iniciativa. Estas qualidades não faltaram a João Vaz Côrte-Real. Dentro de pouco tempo estava feito o cais e montados alguns estaleiros junto da Ribeira de Angra a que se

seguiram posteriormente outros na Prainha e no Porto de Pipas. Fundava-se depois o Hospital e mais tarde a Misericórdia. Dava-se início ao Castelo dos Moínhos e às muralhas do Cais. Edificava-se a Alfândega no local onde ainda existe. Traçava-se a Rua Direita e a Praça da Restauração adquiria uma quadratura semelhante á que hoje conhecemos. Dava-se o alinhamento da Rua da Sé, onde em 1486 já se encontrava edificada a Matriz de S. Salvador, precisamente no local onde se ergue a actual Catedral de Angra. Seguiu-se de perto o traçado de todas as outras Ruas como a Rua de São João, a Rua Padre António Cordeiro, a Rua Rio de Janeiro, etc., bem como o dos arruamentos que se cruzam com estas, numa impressionante regularidade geométrica e num domínio pleno das curvas de nível e irregularidades que o terreno naturalmente devia de apresentar.

E estes arruamentos resultaram além de suaves e rectilíneos, amplos e espaçosos, na sua maioria, tal como os conhecemos.

De tal forma se houve João Vaz e seus filhos no traçado da cidade de Angra que ainda hoje ele causa justificada admiração até aos técnicos urbanistas contemporâneos que o observam com atenção e bem o poderemos considerar como um dos mais notáveis exemplos de urbanização portuguesa, dos séculos XV e XVI.

João Vaz Côrte-Real, além de fidalgo da Casa do Infante D. Fernando e seu porteiro-mór, teve a donataria da Ilha de S. Jorge e foi o padroeiro da Capela-Mór de S. Francisco de Angra, onde ficou sepultado com outros membros da sua família.

Viveu quase continuamente nesta Casa, ou melhor, na casa que então aqui se encontrava edificada, só se ausentando para curtas viagens e aqui faleceu em 2 de Julho de 1496, tendo-lhe sucedido seu filho, Vasco Enes Côrte-Real, que foi o seu mais próximo colaborador e dedicado continuador.

A este, que faleceu em Tavira, com cêrca de 90 anos, em 1538, sucedeu seu filho Manuel Côrte-Real, a quem em 1576 foi dada a alcaidaria do Castelo de São Sebastião, que então se acabara de construir.

A sucessão da Capitania de Angra, coube por seu falecimento, em 1578, a seu filho Vasco Anes Côrte-Real e após a morte deste, em 1581, a Dona Margarida Côrte-Real, Marquesa de Castelo

Rodrigo, pelo seu casamento com Cristóvam de Moura, tendo sido último Capitão de Angra, seu filho Manuel de Moura Côrte-Real, cujos bens foram confiscados, após a Restauração, inclusivé esta Casa, que a partir de então, passou a fazer parte dos próprios nacionais, tendo a Capitania ficado devoluta e sido incorporada mais tarde nos bens da Coroa. Os últimos Capitães, a partir de Manuel Côrte-Real, não habitaram pràticamente este Edifício e não encontramos qualquer referência à presença, ainda que de passagem, de Dona Margarida Côrte-Real, nesta Ilha.

Dispondo de um magnífico palácio, junto da Ribeira de Lisboa e em frente da Casa da India, ocupando cargos de relêvo e desempenhando uma actividade importante na Côrte, compreende-se que os últimos Capitães tenham encontrado dificuldade numa deslocação e permanência, ainda que curta, nesta Ilha.

Outro tanto não aconteceu, porém, com os ascendentes, designadamente João Vaz e seus filhos, que aqui viveram e trabalharam afincadamente para fazerem prosperar o povoado de Angra elevando-o a vila e mais tarde a cidade, a primeira a ser criada nos Açôres — e de tal forma importante que foi escolhida pela Santa Sé para Séde do Bispado destas Ilhas, tendo já a esse tempo o desenvolvimento do porto de Angra e a bem conhecida actividade dos seus estaleiros de construção naval, determinado que aqui fosse instalada a Provedoria das Armadas e Naus da Índia, no começo do século XVI, época em que igualmente se fixou em Angra a sede da Correição, com o respectivo Corregedor.

Ora, meus senhores, uma grande parte de todos esses projectos, de todos esses estudos, de todos esses planos que haviam de fazer prosperar, desenvolver e acreditar o povoado de Angra, foram elaborados, congeminados, pensados e discutidos, precisamente nesta Casa, cuja primeira edificação data do século XV. Do século XVI resta-nos o alpendrado da porta principal e uma parte das paredes voltadas ao Sul, como se pode ver da planta panorâmica de Linschoten, que data do fim deste século. O facto do referido corpo alpendrado e da referida parede se encontrar encimada por ameias, leva-nos a concluir que a sua construção se poderia ter verificado ainda em fins do século XV ou primeiro quartel do século XVI.

Actualmente o Edifício apresenta acrescentamentos e alterações introduzidas nos séculos XVII e XVIII e outras até posteriores.

Aqui se devem ter feito os projectos de muitas das embarcações construídas na Ribeira de Angra, quer para viagens de descobrimento, quer para fins meramente comerciais.

Aqui se reuniram pilotos, cartógrafos e simples mareantes, para trocarem conhecimentos sobre os ventos, as correntes e o clima do Atlântico Norte e delinearem as suas cartas de marear.

Aqui devem ter sido estudados alguns dos novos rumos que deveriam levar os Portugueses à descoberta da América do Norte antes de qualquer outro povo da Europa com excepção nos Vikings.

Aqui devem ter sido representadas pela primeira vez nas cartas de marear as novas terras descobertas.

Aqui viveram efectivamente alguns dos grandes navegadores portugueses cuja memória é hoje universalmente respeitada e de justificadamente nos podemos orgulhar.

Aqui viveram os Capitães de Angra, aqui se gizou o desenvolvimento e o engrandecimento desta terra durante quase um século que será, sem dúvida, para todo o sempre, um dos mais notáveis da história desta cidade.

Foi aqui que residiu o Prior do Crato quando a esta ilha se deslocou e foi junto desta casa que se edificaram, em 1582, as Secretarias do Estado, quando a Ilha Terceira constituia o último bastião da independência, onde flutuava orgulhosa a bandeira das quinas.

Foi por isso que a Câmara de Angra oportunamente deliberou que nesta Casa, que vai ser classificada de imóvel de interesse concelhio e que a tradição de há muito vem denominando acertadamente Casa dos Côrte-Reais, fosse colocada uma placa de bronze, com uma legenda simples que a identificasse e a assinalasse ao conhecimento das gerações futuras, para que seja protegida e preservada como relíquia histórica dum passado glorioso que herdámos e de que queremos ser os dignos continuadores.

A execução artística desta placa esteve a cargo do Senhor Arquiquecto Fernando de Sousa que para tanto se inspirou em

textos e lápides dos séculos XV e XVI, a fim de que esta legenda fosse tanto quanto possível executada ao gosto da época.

É para nós motivo de grande regozijo termos presente neste acto, como categorizado representante da Família Côrte-Real, o ilustre investigador e professor, Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Moniz de Sá Côrte-Real e Amaral, que nesta terra tem ocupado, com o maior brilho e dignidade, os mais elevados cargos, inclusivé os de Reitor do Liceu, Presidente do Município e Governador do Distrito.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Que a dedicação dessa família à sua terra e o esforço aqui dispendido a bem do seu engrandecimento, que o mesmo é dizer do engrandecimento nacional, nos possa servir de guia e lema nos dias difíceis em que vivemos.

Tenho dito.

Discurso do Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Tenente-Coronel José Agostinho, na sessão de encerramento das Comemorações Henriquinas na Ilha Terceira, promovida pelo Instituto em 13 de Novembro de 1960.

Circunstâncias bem conhecidas dos nossos consócios fizeram com que o programa traçado pelo Instituto Histórico para colaborar nas comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique não pudesse ter o relevo e a amplitude que entendiamos de nosso dever dar-lhe.

Poude no entanto o Instituto estar presente na inauguração da estátua a Álvaro Martins Homem, oferecida pelo Governo da Nação à cidade de Angra como homenagem de alto significado ao seu fundador. Essa oferta do Governo e o facto da mesma ter sido solenemente efectivada por Sua Ex.ª o Ministro Quintanilha de Mendonça Dias, Chefe supremo da gloriosa Marinha, que é depositária das nobres tradições marítimas da nossa Nação e legítima representante dos navegadores que acharam estas ilhas e as ligaram indissoluvelmente à Pátria Portuguesa, essa oferta é também um penhor valiosíssimo que ficará pelos séculos fóra a atestar o reconhecimento do Governo para comnosco, terceirenses, que em todas as ocasiões temos demonstrado a mais completa identificação com o sentir e o agir da Mãe-Pátria. Isto mesmo poude o Instituto exprimir de maneira patente através do verbo brilhante e inflamado do nosso ilustre Consócio, Sr. Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, que naquele acto solene representou esta nossa agremiação.

Poude ainda o Instituto marcar a sua presença no Congresso Internacional de História dos Descobrimentos na pessoa do nosso douto Consócio, o Sr. Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, que àquele conclave de sumidades vindas dos países mais cultos de todo o Mundo levou provas documentais das porfiadas tentativas de colonização de terras do Novo Mundo por descendentes do nosso famoso navegador Pero de Barcelos, tentativas a juntar às dos Côrte-Reais, já anteriormente reveladas por Ernesto do Canto.

Hoje encerramos as comemorações henriquinas com esta sessão que se torna possível devido ao patrocínio e à hospitalidade que a Junta Geral concede generosamente ao Instituto, e com o brilho que a presença de Vossas Excelências lhe trás e que o Instituto muito agradece.

No dia de hoje, ou melhor no dia 26, se quizermos obedecer ao rigor do calendário alterado pelo Papa Gregório XIII, completam-se quinhentos anos após a morte do Infante D. Henrique. Nesta data se encerram as comemorações centenárias que fizeram reviver toda a glória do grande Príncipe e recordaram com o merecido relêvo o alcance que, não só para Portugal como para o Mundo inteiro, teve o empreendimento que ele sonhou e cuja realização encetou. Homens de Ciência, homens de Estado, historiadores e até simples entusíastas, fizeram apregoar com retumbância os merecimentos do Infante e a expansão da sua Cruzada.

Os écos desse oportuno e merecido alarde chegaram até mesmo aos mais retirados recantos destas ilhas e seria ocioso dar-lhes agora aqui repercussão. Mas seria imperdoável deixar de recordar aquilo que devemos, nós Terceirenses, como Açorianos, ao Infante D. Henrique e o esforço, dedicação e até sacrifício com que, desde que os Açôres são Açôres, temos prosseguido tantas vezes, até sem darmos conta disso, na senda que ele traçou.

O motivo original da nossa gratidão para com o Infante está na sua resolução de mandar descobrir e povoar estas ilhas. Se assim não fôsse, talvez nós não estivéssemos aqui hoje, pois aventureiros de outra nação poderiam ter induzido algum soberano a assenhorear-se delas. Portugal teria perdido estas parcelas destacadas do seu território que para todo o sempre lhe deram

posição privilegiada neste Oceano Atlântico que aqui muitas dezenas de milhas à roda temos como nosso.

Mas, quando o Infante D. Henrique rompeu a cortina que encobria o caminho do mundo que estava para além do Oceano, os primeiros poisos que os seus marinheiros encontraram, foram estas ilhas. E logo trataram de as povoar e de aqui estabelecer o que era necessário para irem mais além. Daqui partiram navios a desvendar o oceano, a observar e notar os climas e os ventos, as estações e o desenrolar, ao sabor delas, dos caprichos dos ares e dos mares. Até mesmo os desvios misteriosos da agulha de marear.

Tudo isso era feito a coberto do maior segredo, como bem mostrou o historiador, recentemente falecido, Dr. Jaime Cortezão em uma monografia publicada na Colecção Henriquina pela Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Pretendia-se assim evitar que outros viessem intrometer-se na empresa que os Portugueses tinham muito justamente por sua. Nessa tremenda viragem da História o sigilo era tão importante como agora nestoutra a que estamos assistindo, quando a utilização da energia atómica abre novos caminhos à Humanidade. Tudo se esconde, tudo se guarda a sete chaves. Sòmente a espionagem e a traição quebram o mistério.

Também os segredos dos nossos navegadores dos mares do Ocidente escaparam pelas malhas da rede que os encobria. No fim, três estrangeiros, três italianos, vieram a colher senão os frutos pelo menos a glória de se apresentarem como descobridores do Novo Mundo, ofuscando totalmente aos olhos de historiadores presos apenas à evidência dos documentos, todo o portentoso esforço dos nossos navegadores que lhes abriram o caminho.

O genovês Cristóvão Colombo chegou às Antilhas, seguindo uma rota que aprendeu com marinheiros portugueses e o seu nome ficou para sempre glorificado como sendo o descobridor do Novo Mundo.

O veneziano João Caboto, explorando em 1497 as costas do nordeste do novo continente, por onde os nossos navegadores

já tinham andado, é aceite como o descobridor da Terra Nova e tem uma estátua na cidade de North Sydney, no extremo norte da Nova Escócia.

E o florentino Américo Vespúcio, a quem bem poderemos chamar o pai dos repórters, e decerto o mais afortunado deles, alcançou fama e teve o seu nome dado a um continente, com a divulgação do seu *Mundus Novus*, um folheto de umas trinta páginas que deu volta à Europa com assombrosas novidades a respeito das terras ocidentais.

Os navegadores portugueses, percursores de Colombo e de Caboto, e que destas ilhas tinham feito as navegações que abriram caminho a ambos, esses permanecem ignorados à falta de documentos, embora não de indícios, que provem as suas explorações. O investigador russo, Professor F. Tsukernik, que se propusera vir ao Congresso dos Descobrimentos e pôr tudo a limpo, trazendo valiosa documentação sobre essas primitivas viagens de exploração da gente portuguesa, esse professor nunca apareceu, nem os célebres documentos.

O historiador Jaime Cortezão, na obra que há pouco citámos, refere-se aos indícios a que aludimos, acentuando principalmente o conhecimento que Duarte Pacheco, na sua famosa obra, *Esmeraldo de situ orbis*, mostra da existência duma grande terra firme que corresponde ao continente americano, isto ainda em 1505, quando os *descobridores* estranhos estavam ignorantes da continuidade das duas Américas. E acrescenta: «Este conhecimento, e naquela data,... revela só por si uma série de viagens secretas, que deve datar do reinado de D. João II, quando não dos tempos do Infante D. Henrique, e deve entroncar nos descobrimentos de Diogo de Teive.

Diogo de Teive é pois, no entender do autorizado historiador Jaime Cortezão, um explorador dos mares do Ocidente, bastante anterior a Colombo, como aliás este mesmo o admite e vem reproduzido nos seus biógrafos. Diogo de Teive foi o homem de experiência e de pulso trazido por Jácome de Bruges para dirigir o povoamento desta ilha Terceira. O seu nome não póde pois deixar de ser recordado neste momento como encabeçando a lista dos varões que têm tornado esta ilha famosa.

A par com Diogo de Teive temos de citar João Vaz Côrte-Real e Alvaro Martins Homem, igualmente navegadores dos mares de oeste, até à Terra-Nova, conforme a tradição referida por Gaspar Frutuoso. Nem nos repugna aceitar essa tradição, embora refutada por críticos severos, pois seria inverossímil que durante umas dezenas de anos os nossos navegadores se tivessem conservado inactivos na exploração dos mares do ocidente, à excepção de Diogo de Teive. Pelo contrário, é muito de acreditar que as duas capitanias da ilha Terceira tivessem sido dadas no ano de 1474 a João Vaz Côrte-Real e a Alvaro Martins Homem, como prémio de seus esforços e êxitos em explorações dessa natureza, embora, por motivo do sigilo, as respectivas cartas aludam apenas a serviços prestados ao donatário sem especificarem quais fossem. (1).

Outros navegadores se sucederam a esses e os seus nomes estão por demais celebrizados, como foram Pero de Barcelos, João Fernandes, o lavrador desta ilha que se fez navegante, Gaspar e Miguel Côrte-Real, ambos fiéis à tradição paterna.

Não esqueçamos também os ignorados colonos que daqui partiram no século XVI para a América do Norte, em tentativas infructíferas de fixar ali a primeira gente de origem europeia. Além das já conhecidas levas de colonos enviados pelos Côrte-Reais, capitães de Angra e senhores da Terra-Nova, há agora a acrescentar as que foram também impelidas para aquelas paragens por descendentes de Pero de Barcelos conforme revelou o Sr. Dr. Baptista de Lima, com base em documentos existentes no nosso Arquivo Distrital. Nunca mais se soube desses primeiros emigrantes açorianos para terras da América. Contudo é esta boa altura de recordar que o sábio professor de História da Universidade de Harvard, Samuel Eliot Morison, grande autoridade em matéria de navegações antigase notável biógrafo de Colombo, me informou há anos, com grande pormenor, acerca de vestígios de

---

(1) As pessoas que tiveram o prazer de ouvir a exposição magistral do Presidente da Câmara Dr. Baptista de Lima na inauguração da placa colocada na casa dos Côrte-Reais ter-se-ão inteirado de autorizadas opiniões de vários historiadores estrangeiros corroborando esta suposição.

uma antiga povoação existente perto de Ingonish, na Nova Escócia, a qual na tradição dos índios teria sido ali fundada por gente vinda do oriente, muito provàvelmente alguns desses colonos daqui enviados.

Esses vestígios, que incluem umas peças de artilharia que datam incontestàvelmente dos começos do século XVI, virão talvez a ser ainda veneradas como relíquias destas primeiras idas aventurosas de gente nossa para o continente americano há mais de quatrocentos anos, um século antes da colonização inglesa e holandesa.

Entronca nesses primeiros colonos sacrificados toda a avanlanche de gente nossa que depois tem vindo a prolongar a nossa raça e as nossas tradições nas terras mais distantes do Globo, numa proliferação assombrosa, alargando-se até recantos mais ignorados do Mundo, tal como o previra e desejara o Infante D. Henrique. Seria injustiça não pôr em destaque os esforços, os sacrifícios e as dôres dessa gente humilde e ignorada, porque se é grande a glória do homem que concebe e põe em acção um grande plano, não é de modo algum para esquecer o quinhão dessa glória que toca aos humildes que com o seu sacrifício contribuem para realizar esse plano. E a nossa gente tem levado a cabo cabalmente aquele que concebeu o génio do grande Infante.

E isto não se verifica apenas na obra de exploração de mares desconhecidos, no desbravar e povoar novas terras, como aconteceu no Brasil e está acontecendo na África, ou de se aventurar até países distantes e submetidos a outros povos, como a América do Norte, a Argentina, o Chile, a Venezuela, as ilhas do Pacífico e terras do Oriente.

A obediência da nossa gente ao impulso seguro e irreprimível que o Infante deu à Nação, traçando-lhe um destino que hoje mais do que nunca se manifesta como o mais seguro esteio e garantia da continuidade do papel que o nosso País desempenha no drama mundial, essa fidelidade ao ideal que D. Henrique concebeu e pôs em acção, manifesta-se ainda mais arreigada e firme no campo espiritual.

Para comprovar isto é necessário recordar o que tinha o

Infante em mente ao promover essas viagens de descobrimento que haviam de levar os portugueses a países exóticos.

Isto é uma questão delicada em que se dividem as opiniões dos historiadores e dos que, mesmo não sendo historiadores, se metem a interpretar os desígnios do Infante.

A um lado agrupam-se aqueles que não vêem nessas expedições mais do que um intúito político e comercial, concedendo quando muito o aspecto religioso como acessório. Ainda há bem poucas semanas, num congresso internacional que em Lisboa se reuniu logo após o Congresso dos Descobrimentos e como natural sequência deste, tal ponto de vista foi calmamente exposto por um dos mais considerados congressistas nacionais.

Do lado oposto estão aqueles que não podem ver no Infante o simples gerente de um colossal empreendimento mercantil destinado a desviar para Portugal o comércio do oriente então nas mãos dos doges e dos mercadores de Veneza. Estes últimos concedem ao Infante um propósito fundamentalmente espiritual e tomam todo o seu esforço como uma cruzada destinada a levar a Fé cristã por esse mundo fóra e a estabelecer o Evangelho como lei e norma de vida dos povos.

Para ajuizarmos com alguma lógica de que lado está a razão, sem sermos dogmáticos, bastará que procuremos primeiro recordar alguma coisa que nos revele traços seguros do carácter do Infante. Para não alongar e repetir aquilo que já está dito e redito, queremos apenas fazer uma referência ao testamento do Infante, único documento conhecido, por ele escrito ou ditado. O testamento revela muitas vezes traços seguros do carácter de um homem e o do Infante é bem explícito a tal respeito.

Em todo esse documento verifica-se que a Fé religiosa do Infante era intensa, profunda e bem vincada. Ele refere-se constantemente ao desejo de que os seus herdeiros não se descuidem de mandar celebrar missas que ele miudamente prescreve, e em mais de um lugar manifesta a preocupação de garantir a salvação da sua alma.

Por outro lado enumera as terras que mandou descobrir com o propósito de esclarecer quais as igrejas que ordenou e estabeleceu nessas terras, a igreja de Santa Maria, na ilha de Santa Maria,

a igreja de S. Miguel, na ilha de S. Miguel, a igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, na ilha de Cristo, que é esta nossa. E muitas mais, algumas até difíceis de identificar.

Pelo que toca à parte puramente material do testamento, que é breve, avulta nela a preocupação de que os seus testamenteiros paguem as suas dívidas. Mais de uma vez se refere a isto. E este pormenor só por si bastará para mostrar que o Infante estava bem longe de olhar a interesses mercantis nas suas empresas. Se a eles olhasse, em vez de dívidas deixaria decerto volumosos cabedais e sua preocupação seria dividi-los bem para que os menos contemplados em vez de reconhecimento não viessem antes a resmungar contra aquilo que se lhes afiguraria uma repartição injusta.

Não, o Infante era um homem inteiramente dedicado a um fim bem mais alto do que traficar, ou explorar as minas da Guiné.

Apresentados assim brevemente traços do carácter e índole do Infante convém agora analisar em que capacidade se investiu D. Henrique para orientar, dirigir e custear as expedições que enviou. E é necessário recordar isto, pois ainda restam muitas ideias erradas a tal respeito.

O Infante D. Henrique não foi um agente do Rei. Não foi um homem de Estado, não actuou nunca como tal. Toda a sua actividade estava submetida evidentemente ao soberano, mas essa actividade não estava integrada na administração do Estado, como poderia parecer. O Infante agia com toda a independência e com os largos poderes que lhe davam as funções de que por bula papal foi investido na Ordem Militar de Cristo. Curioso é notar que, bem ao contrário do que ainda se lê em compêndios escolares e até em obras de maior fôlego, ele nunca foi sequer cavaleiro professo da Ordem de Cristo e muito menos seu Mestre (ou Grão-mestre, como se lê com frequência).

As relações do Infante com a Ordem de Cristo estão definitivamente esclarecidas em um trabalho do Padre jesuíta, António Brásio, intitulado «A Acção Missionária no Período Henriquino» e publicado pela Comissão dos Centenários na Colecção Henriquina. Por aí se vê que o Infante foi tão sòmente administrador pleno e geral da Ordem e governador das pessoas, direitos e bens a ela

pertencentes, conforme a bula para tal efeito decretada pelo papa Martinho V a 20 de Maio de 1420.

Nessa conformidade o Infante não só usaria dos copiosos rendimentos da Ordem para continuar na cruzada contra os sarracenos de Marrocos, cruzada que ele iniciara com a conquista de Ceuta, mas prosseguiria nessa obra de conversão de infieis e pagãos por terras de além mar e mandaria povoar de gente cristã as terras de novo descobertas e que não estivessem ainda habitadas, como aconteceu com estas ilhas dos Açôres.

Vê-se pois claramente que a alta missão que o Infante concebeu, e pôs em execução, tem o carácter de uma autêntica cruzada, cruzada que ainda continua pois o Mundo está longe de atingir uma perfeita integração na civilização cristã, a única que poderá alcançar para os povos tranquilidade e bem estar.

Este ideal, repetimos, que o Infante D. Henrique visionou e procurou encaminhar, constitui decerto a mais alta e significativa manifestação do seu génio.

Agora, nestes tempos conturbados que vamos atravessando, a visão henriquina patenteia-se com toda a clareza e com todo o alcance prodigioso que ela abrange. O Mundo está dividido em dois campos. A um lado a nossa civilização orientada por concepções e princípios espirituais, herdados de muitos séculos de cultura fundada em normas que excedem os limites tacanhos das nossas possibilidades materiais, por mais assombrosas que elas nos pareçam. Do lado oposto o materialismo, a força bruta, o desprezo pelo que paira para além daquilo que está imediatamente submetido à apreciação dos nossos sentidos

A separação entre estas duas maneiras de encarar o futuro e orientar a Humanidade, é cada vez mais funda, uma luta que se trava já acesa no campo das palavras, e até dos gestos, ameaça concretizar-se em hostilidade aberta servida pelos engenhos e armas que põe em risco todo o planeta.

Longe de se imaginar a possibilidade de um pacto, que não seria senão um adiamento da catástrofe, a única esperança que nos resta é a de que o substracto de espiritualidade, que reside sem dúvida no âmago de uma boa parte do povo russo, acabe por despertar uma reacção que o traga ao bom caminho de que o

afastaram. Isto mesmo expôs há anos, claramente e com uma visão admirável, um jovem sacerdote açoriano num livrinho pouco conhecido por aqui, mas que ultrapassou as nossas fronteiras e teve repercussão nos meios onde poderia ser mais justamente apreciado. Refiro-me à obra «Fátima e a Conversão da Rússia» de que é autor o Sr. Bispo de Tiava, D. José Pedro da Silva, cujo nome venerando encabeça a lista dos sócios honorários do nosso Instituto.

Não são as armas nucleares, nem os exércitos que se estão agora adaptando às mais revolucionárias concepções da Estratégia, que constituem a nossa única esperança na luta contra o Comunismo.

Todos os portentosos meios de ataque e de defesa de que dispõe as forças militares dos paises ocidentais, são susceptíveis de ser neutralizados pelos nossos oponentes. O que eles não conseguem neutralizar é a nossa Fé, a confiança absoluta que temos de que a Providência acabe por fim por nos conceder a vitória pela conversão daqueles que se mantém afastados daqueles princípios, daquela conduta que o Infante D. Henrique idealizou e lançou com as suas caravelas e com os seus missionários pelas terras que mandou desvendar e descobrir.

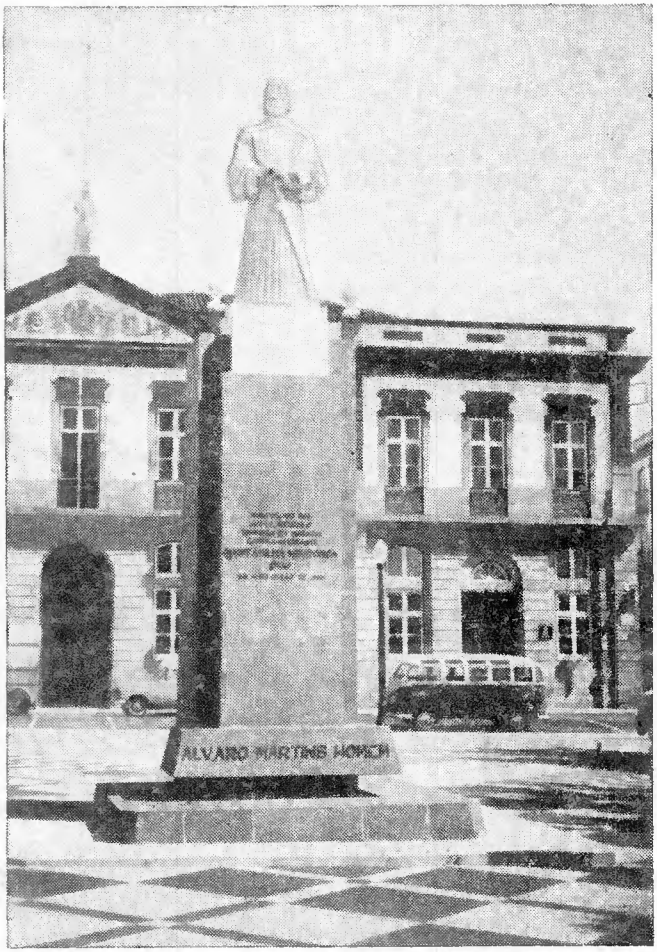
É de lamentar que outros povos que nos seguiram na expansão europeia pelos continentes que nós portugueses descobrimos e fomos os primeiros a explorar, em vez de nos imitarem, tivessem ignorado ou desprezado esse ideal que o grande Infante nos impôs, e ao qual nos temos mantido fieis. E ousam pretender, ainda por cima, imiscuir-se no destino que nós traçámos para alargar a Pátria portuguesa pelo mundo e até pedir-nos contas do nosso viver, da nossa conduta justa e criteriosa, da qual aliás, somos nós apenas os soberanos juízes. E isto quando se encolhem, mudos e prudentes, para não dizer timoratos, perante a violência com que o mais brutal dos potentados que este planeta tem conhecido nos tempos modernos, escraviza e esmaga nações civilizadas e cultas, mesmo dentro dos limites da Europa.

Não é só na conformidade e integração absolutas com o sentir da Pátria que a gente da Terceira, a gente dos Açôres, manifesta a sua absoluta fidelidade ao mandato do Infante. É que

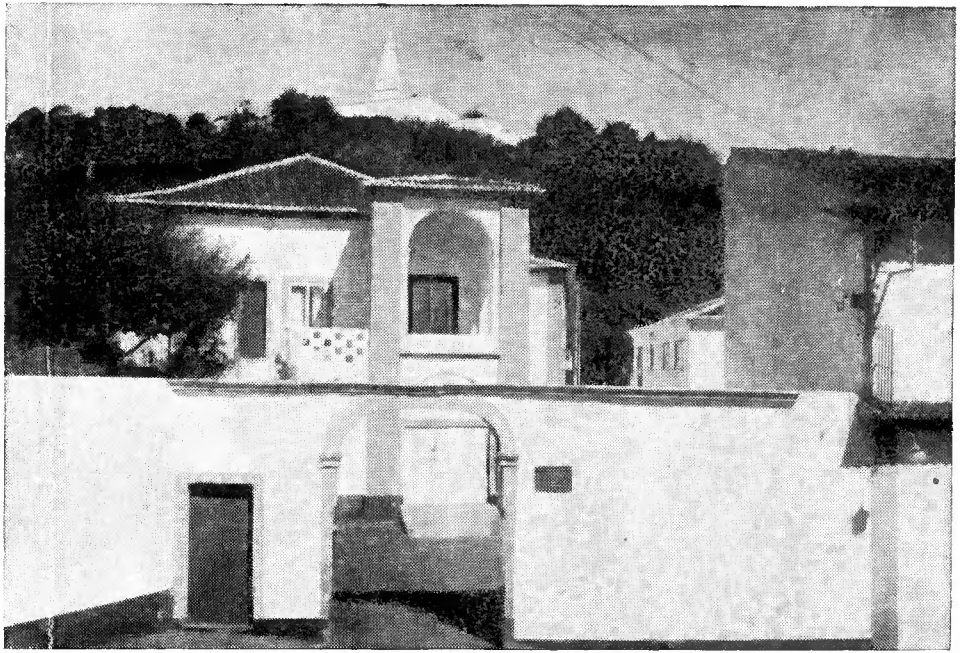
também, ao espalhar-se pelos mais afastados recantos do Mundo, eles levam consigo e difundem, tantas vezes até como zelosos missionários, a Fé religiosa em que foram criados. E, quando nos momentos de crise, se apela para uma mobilização total dos seus recursos espirituais, estes pobres ilheus logo se apresentam em massa, unidos, reverentes, fervorosos, em manifestação esmagadora de Penitência e de prece, como há justamente um mês tivémos ocasião de observar na peregrinação que o nosso venerando Prelado promoveu e ordenou ao improvisado santuário de Nossa Senhora de Fátima, no Monte Brasil.

Esta fidelidade à mensagem que o Infante D. Henrique nos legou é o mais valioso tributo que podemos render à sua memória. Eu não hesito em proclamar neste lugar e neste dia memorável, que a Terceira, tem indubitàvelmente dado as melhores provas de reconhecimento para com o Príncipe que mandou descobrir e povoar estas ilhas, ao mesmo tempo que tem sabido cumprir dentro dos estreitos limites duma ilha, mas com uma largueza que se extende e ecoa muito mais longe, a missão que esse Príncipe, há cinco séculos, ditou à Nação e ao Mundo.

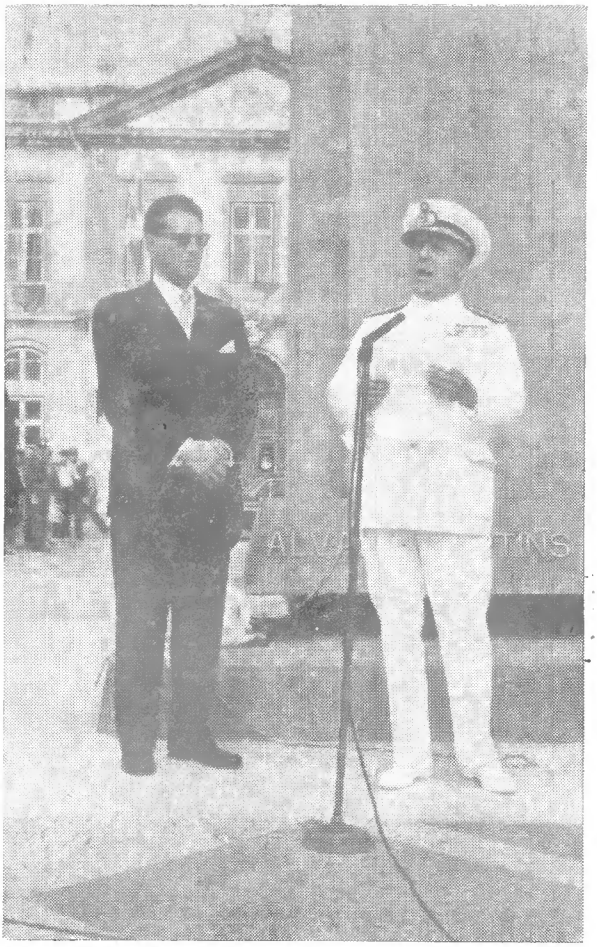
Disse!



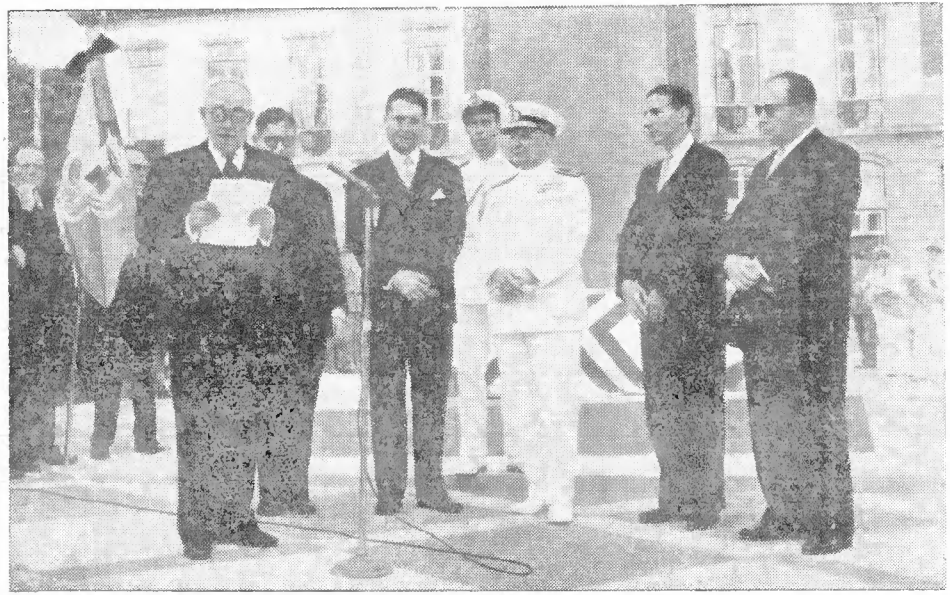
Estátua oferecida pela Comissão das Comemorações Henriquinas
à Cidade de Angra do Heroismo,
fundada por Alvaro Martins Homem



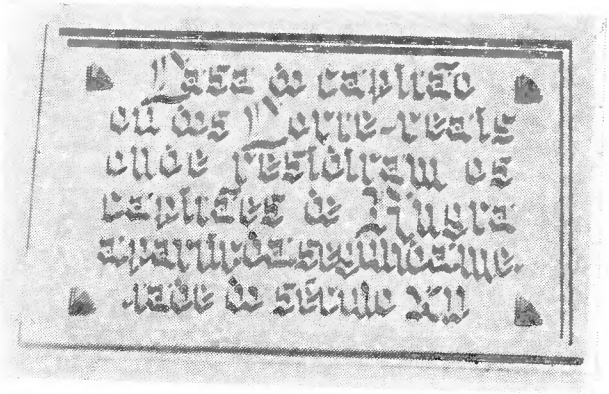
Casa dos Côrtes - Reais
no local onde existiu a residência dos capitães do Donatário.
Ao lado do portão de entrada a placa inaugurada em 13 de Novembro de 1960.



O Ministro da Marinha,
Contra-almirante Quintanilha de Mendonça Dias,
discursando no acto da inauguração da estátua a
Alvaro Martins Homem.
Ao lado do orador, o Governador do Distrito,
Dr. Teotónio Machado Pires



O Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr. discursando, em nome do Instituto Histórico da Ilha Terceira, na inauguração da estátua de Alvaro Martins Homem. A' direita do Ministro da Marinha, o Governador do Distrito, Dr. Teotónio Machado Pires, ao lado deste, por detrás do orador, o Dr. Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral. A' esquerda, o Engenheiro Viriato Campos e o Dr. Manuel C. Baptista de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroismo



Placa junto ao portão da casa dos Côrte-Reais
mandada colocar pela
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Os Portugueses no descobrimento do Canadá

Testemunho de um Canadiano

Jornais da Nova Escócia e de outras províncias do Canadá publicaram no dia 9 de Janeiro de 1961 uma extensa notícia, da autoria do redactor Jack Best, da Canadian Press, divulgando a opinião do conservador da secção cartográfica dos Arquivos Públicos do Canadá, Mr. T. E. Layng sobre a prioridade das viagens dos navegadores terceirenses, Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador por aquelas paragens, rebatendo a opinião comum entre os canadianos de que fôra o navegador italiano, João Caboto, ao serviço do rei Henrique VII, de Inglaterra, quem havia descoberto as costas do Canadá.

A notícia nada encerra de novo para nós portugueses, pois desde que o escrupuloso historiador micaelense, Ernesto do Canto, fez uma larga e bem documentada exposição sobre as viagens que daqui se realizaram para os mares do ocidente, num memorável artigo «Os Côrte-Reais», publicado no vol. IV do *Archivo dos Açôres*, desfizeram-se as nossas dúvidas a tal respeito. Outros historiadores prosseguiram numa afincada exploração do assunto e o nosso consócio, Director do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, Dr. M. C. Baptista de Lima, levou ao Congresso Inter-

nacional de História dos Descobrimentos, reunido em Lisboa em Setembro de 1960, documentos encontrados no Arquivo e ainda desconhecidos, mostrando tentativas de colonização de terras do Canadá por descendentes de Pero de Barcelos, como se vê do artigo que abre este número do Boletim.

No mesmo Congresso apresentou também Mr. Theo E. Layng, a quem se refere a notícia da CP, uma memória sobre o assunto que na mesma é contido. Sabemos mais ainda, por informação do Sr. Dr. Baptista de Lima, que Mr. Layng assim como o Prof. T. P. Josk, da Universidade de Ottawa, persistem nas suas indagações sobre a tentativa de colonização da Nova Escócia por gente nossa, incidindo essas investigações em parte nas imediações da cidade de Ingonish, no extremo norte da ilha do Cabo Bretão, onde o sábio Professor de Harvard, Samuel E. Morison, encontrou vestígios de um antigo povoado «espanhol», que certamente teria sido afinal português, conforme revelou numa carta há muitos anos escrita ao actual presidente do Instituto Histórico, Tenente-coronel José Agostinho.

O nosso principal interesse na notícia da CP reside no facto de ter havido alguém de reconhecida competência como historiador no Canadá, Mr. T. E. Layng, que vem publicamente denunciar uma opinião errada que entre Canadianos, Ingleses e Americanos têm sido sustentada a favor da prioridade da viagem de João Caboto, a quem recentemente foi erigida uma estátua na cidade de Cape North, na ilha do Cabo Bretão, não longe de Ingonish.

Mais ainda nos é grato relatar que a comunicação desta notícia foi feita ao tenente-coronel José Agostinho por um amigo seu, residente em North Sydney, também na ilha do Cabo Bretão, Mr. C. G. Hopkins. Mr. Hopkins, que como empregado da Western Union residiu durante mais de vinte anos na cidade da Horta e é natural da Terra Nova, ouvira sempre aqui dizer que que aquela ilha e as terras ali à volta tinham sido descobertas por navegadores portugueses idos dos Açôres. Nessa conformidade, repugnou-lhe a colocação da estátua de Caboto em Cape North e não o ocultou. Para confirmar a sua divergência com o sentir geral dos canadianos, documentou-se melhor com informações daqui enviadas, e fez uma exposição pública do assunto numa

reunião de Rotários, onde não faltaram elementos influentes na colocação da estátua de Caboto. Ninguém contestou porém as afirmações de Mr. Hopkins, cujo regosijo pela publicação da opinião de Mr. Layng é bastante compreensível.

Nesta época em que Portugal está debaixo de um fogo vivo de todas as partes, até mesmo de aliados nossos que não compreendem nem sabem, ou fingem não compreender nem saber o que o Mundo deve ao nosso País e o tremendo esforço desenvolvido por uma nação pequena, como era a nossa, para alargar a Cristandade e a Civilização pelas terras que nós fomos descobrindo, é consolador registar que alguém que por aqui passou com os olhos abertos, como Mr. Hopkins, se erga lá muito longe, sem outro interesse senão o de respeitar a verdade, para levantar o nome de Portugal e fazer reviver a glória daqueles que fizeram a nossa grandeza.

Publicamos a seguir uma tradução do artigo de Jack Best. Nessa notícia há dois equívocos do autor, que foram sublinhados, mas que de modo algum prejudicam o valor da mesma, que merece o nosso reconhecimento.

Cabot, afinal, seguiu uma rota já conhecida [1]

por Jack Best

Redactor efectivo da Canadian Press.

Ottawa (CP) — Teria Jonh Cabot seguido uma rota já sulcada, quando realizou as suas famosas viagens ao Novo-Mundo, no final do século XV ?

T. E, Layng, chefe da Divisão cartográfica dos Arquivos Públicos, está convencido de que assim foi. A sua teoria é que o caminho já fôra antes desbravado por um obscuro lavrador-marinheiro das ilhas dos Açôres, chamado João Fernandes.

---

(1) Notícia publicada em jornais da Nova Escócia e de outras partes do Canadá em 9 de Janeiro de 1961. (*Tradução de J. Agostinho*).

Sugere ele que Fernandes, em companhia de um morgado aventureiro, Pedro de Barcelos, avistou a Groenlândia em 1496, quando exploravam aquelas paragens sob a bandeira do rei Henrique *(Henry)* (2) de Portugal.

Cabot, o lobo do mar, de Bristol, amplamente acreditado como descobridor da velha rota dos Normandos até às Americas, seguiu apenas na esteira de Fernandes quando avistou a Groenlândia em 1497, segundo a teoria apontada.

Cabot levou depois a bandeira inglesa até às costas da Terra-Nova e da ilha do Cabo Bretão.

Mr. Layng, um historiador pertinaz, de 46 anos de idade, que se compraz em esquadrinhar os recessos e escaninhos da antiguidade, diz que as suas teorias tomaram corpo durante doze anos de uma investigação laboriosa e cuidada. Ele tem o cuidado de acentuar que fala por si e não pelos Arquivos Públicos. Diz que durante muito tempo um poderoso conluio favorável a Cabot tem deliberadamente amesquinhado a significação das explorações portuguesas no Atlântico Norte nos fins do século XV.

Mr. Layng, que nasceu em Smiths Falls, Ontário, e a quem a *Queen's University* concedeu o grau de doutor honorário em História, expôs as suas opiniões em um congresso internacional, em Lisboa, no verão passado.

Este congresso foi reunido por iniciativa do Governo Português como parte das comemorações do quinto centenário do nascimento *(birth)* (3) do Infante D. Henrique. Mr. Layng representou ali a Associação Histórica Canadiana.

Diz ele que a sua teoria provocou viva argumentação por parte dos historiadores ingleses presentes, que de maneira geral a atacaram enquanto os Portugueses se compraziam em defendê-la.

Mr. Layng urdiu uma teia de provas circunstanciais para basear as suas afirmações. Escudou-se principalmente num velho mapa, sem data e anónimo, existente no Museu Oliveriano, em Pésaro, Itália.

---

(2) O rei de Portugal nesta época era D. Manuel I. (*N. T.*)

(3) As comemorações foram da morte e não do nascimento do Infante (*N. T.*)

O nome «Labrador» apareceu primeiro em um dos protótipos usados para organizar esse tal mapa...

«É presentemente aceite de um modo geral, que o nome Labrador, tão afortunadamente e com tanta proeminência perseverado na nomenclatura canadiana, está identificado com Fernandes, um *lavrador* dos Açôres.»

Mr. Layng diz que acredita que os protótipos foram os primeiros esboços feitos das costas do Canadá

O mapa da Oliveriana apresenta duas vezes o nome Labrador: *cavo Laboradore*, correspondendo ao cabo Farewell, na Groenlândia, e *Insula do Labrador* para uma ilha ao sul e ligeiramente a oeste da Groenlândia.

A interpretação «mais razoável e honesta» — confirmada por legendas em vários mapas posteriores — é que uma expedição chefiada por um *lavrador* avistou a Groenlândia e a tal terra ao sul que o mesmo presumiu ser uma ilha, segundo diz Mr. Layng.

Mr. Layng não tenta identificar esta segunda terra, embora se sinta tentado a conjecturar que seja o Labrador actual ou a Terra-Nova.

Mais directamente para oeste da Groenlândia apresenta o mapa uma região de muito maior extensão, tambem não identificada. Poderá representar território ao longo do rio São Lourenço.

O arquivista diz que acredita que o mapa Oliveriano seja uma composição de esboços feitos primeiro por Fernandes e posteriormente por Cabot.

Para corroborar esta hipótese Mr. Layng cita o cosmógrafo espanhol Santa Cruz, que escreveu em 1541 que «um lavrador *(husbandman)* dos Açores» deu notícia da Groenlândia a Henrique VII de Inglaterra quando este enviou Cabot a explorar os mares do norte.

E diz que há «provas irrefutáveis» de que Fernandes, o lavrador, e Barcelos, estiveram ausentes da sua terra do domínio de Portugal durante três anos, no período em questão, ocupados em viagens de descobrimento.

J. A.

VIDA DO INSTITUTO

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1960.

No dia 21 de Março de 1960, com a presença de Sua Ex.ª o Governador do Distrito Autónomo, Sr. Dr. Teotónio Machado Pires, Presidente da Mesa do Instituto na gerência cessante, e do Ex.mo Presidente da Junta Geral, Sr. Dr. Agnelo Ornelas do Rego, Presidente honorário do Instituto, teve lugar a primeira sessão ordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no salão da Junta Geral do Distrito. Compareceram os sócios efectivos Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr., tenente-coronel Frederico Lopes Jr., Governador do Castelo de S. João Baptista, tenente-coronel José Frederico Porto de Assa Castel-Branco, tenente-coronel José Agostinho, Cónego Dr. José Enes, capitão Luís Ferreira Machado Drumond, major Miguel C. de Araujo, Dr. Rafael Valadão dos Santos e Francisco Coelho Maduro Dias, tesoureiro, que serviu de secretário na ausência do Dr. M. C. Baptista de Lima, em missão de estudo no estrangeiro.

Aberta a sessão pelas 20 horas e 30 minutos, foi lida e aprovada a acta da anterior reunião. Foi depois lido o ofício da Inspecção Superior do Ensino Particular, comunicando ter sido

sancionada a eleição da mesa que há-de servir no biénio de 1960-1961, composta pelos sócios, tenente-coronel José Agostinho, presidente, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, secretário, e Francisco Coelho Maduro Dias, tesoureiro, após o que usou da palavra o Sr. Governador e Presidente da mesa cessante, que empossou a nova mesa, dirigindo palavras de encómio ao novo presidente, e saudando o Sr. tenente-coronel José Frederico Castel-Branco, recentemente investido nas funções de Governador do Castelo de S. João Baptista, e que pela primeira vez toma parte numa reunião do Instituto.

Assumiu a presidência, o sr. tenente-coronel José Agostinho que agradeceu as palavras do Sr. Governador, congratulou-se com a presença do Sr. Presidente da Junta Geral, cujo interesse pelas actividades do Instituto constituem alto estímulo para as actividades do mesmo e cumprimentou o Sr. tenente-coronel Castel-Branco, que agradeceu as saudações do Sr. Governador e do novo presidente.

Seguidamente foram tratados os seguintes assuntos :

1) Foram lidos ofícios da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e da Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, comunicando ter Sua Ex.ª o Subsecretário de Estado da Educação Nacional concordado com a transferência do Museu Regional de Angra do Heroísmo para o antigo convento de S. Francisco, logo que este se encontre desocupado pelo Liceu Nacional. O Presidente recordou que se projecta instalar o Instituto numa dependência do Museu, quando venha a ser transferido para o convento de S. Francisco, para o que se farão oportunamente as necessárias diligências.

2) Foi lida uma comunicação da Presidência da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo, informando ter sido autorizada superiormente uma comparticipação até 20.000$00 por parte da referida Junta, na obra de reconstrução do lanço de muralha sobranceira à estrada 28 de Maio, solicitada pelo Instituto.

3) Lido um ofício do Sr. Chefe do Gabinete do Ministério das Obras Públicas, informando ter Sua Ex.ª o Ministro mandado incluir no Plano de Obras em estudo, para 1960, uma verba para

obras de restauro e reintegração da Igreja de S. João Baptista, conforme fôra solicitado pelo Instituto.

4) Foi submetido um pedido do Director da Escola Primária «Infante D. Henrique» para a oferta de um exemplar da reprodução da gravura de Linschooten, representando a cidade de Angra em 1595. Foi autorizado, tendo o Exmo Presidente da Junta Geral declarado que a Junta ofereceria o caixilho e vidro para a mesma gravura, por forma a ela poder estar patente na Escola em situação acessível aos alunos.

5) Por proposta conjunta do Sr. Governador e do Presidente, foi eleito sócio honorário do Instituto o Sr. Professor Dante de Laytano, Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul, e personalidade de alto relêvo intelectual, que tem manifestado grande interesse pelas tradições açorianas no Brasil, tendo visitado esta ilha no ano de 1958 e publicado impressões dessa viagem que muito contribuem para dar relêvo ao papel desempenhado pela gente açoriana nos estados do Sul do País Irmão.

6) Foram admitidos como sócios contribuintes os Srs.: Dr. Felton Rosa Pimentel, residente nesta cidade, A. Garibaldi, residente em Felgueiras, José João de Deus Pedroso da Silveira, residente no Canadá, e Miguel Figueirêdo Côrte-Real, residente no aeroporto de Santa Maria.

7) Foram apresentadas e aprovadas as contas da gerência transacta, verificando-se estarem saldadas as despesas da publicação do Boletim n.º 16 e haver nesta data um saldo positivo, de 8.118$00.

8) Foram presentes vários pedidos de oferta ou troca do Boletim, tendo sido resolvido que a Mesa fique autorizada a considerar esse e futuros pedidos, resolvendo como melhor entender, incluindo a interrupção de ofertas ou trocas, quando se mostre que as entidades respectivas não mostram interesse nas mesmas.

9) Foi submetido o Plano de actividades do Instituto para 1960, do teor seguinte:

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Plano de actividade para 1960

1. Do Plano aprovado para 1959 encontram-se ainda pendentes de realização os seguintes assuntos que terão de ser considerados no ano de 1960, se possível fôr:

a) Edição dos *Anais da Ilha Terceira,* de Ferreira Drumond;
b) Edição do Livro VI das *Saudades da Terra,* de Gaspar Frutuoso;
c) Depósito dos livros e publicações do Instituto na Biblioteca Pública;
d) Obtenção do reconhecimento oficial de adequada protecção a vários edifícios e fortificações da Ilha Terceira.

2. Publicação do vol. 17 do Boleitm, que se refere a 1959. O atrazo vem da gerência anterior a 1958, pois na gerência de 1958-59 foram publicados dois volumes do Boletim.

3. Participação do Instituto nas Comemorações Henriquinas.

a) Em ligação com as Comemorações estão previstas no Plano Nacional: a inauguração da Estátua a Alvaro Martins Homem e uma Exposição Bibliográfica e Cartográfica, esta a cargo da Biblioteca e Arquivo Distrital.
b) No programa das comemorações locais, fóra do ambito do Instituto, estão previstas: colocação de placas de bronze, alusivas, na torre sineira do edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória e na Avenida Infante D. Henrique, em Angra; colocação de um busto do Infante D. Henrique no salão nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; colocação de paineis de azulejo, reproduzindo antigos mapas mostrando a extensão das

navegações para ocidente, conduzidas desta Ilha, na Escola Primária Infante D. Henrique; Estão também previstas várias solenidades e comemorações festivas, em ligação com o programa das Festas da Cidade.

O Instituto associar-se-á às comemorações projectadas para que seja convidado e pela maneira que fôr julgada mais adequada.

c) O Instituto promoverá por si as seguintes realizações:

— Publicação da «Insulana Monumenta Histórica», conforme já foi aprovado na sessão de 29 de Janeiro de 1959, assunto a cargo do sócio Sr. Dr. Baptista de Lima;

— Realização de uma sessão soléne, em data e local a fixar, de harmonia com a Delegação local da Comissão Nacional Henriquina, manifestando o voto de que seja orador nessa solenidade, o sócio honorário do Instituto, Sr. Prof. Vitorino Nemésio;

— Realização de três palestras alusivas ao início, desenvolvimento e culminância da acção do Infante D. Henrique no que respeita a esta Ilha, e suas consequências póstumas mas incontestàvelmente filiadas no impulso dele emanado, a saber: povoamento, viagens de descobrimento para oeste, elevação de Angra a cidade com prioridade a todos os outros centros populacionais já existentes no Arquipélago. Estas palestras serão realizadas, se se possível fôr, em sédes de associações locias;

— Breves palestras no emissor do Rádio Club de Angra, destinadas a pôr a população ao corrente das comemorações e do seu significado.

Para a realização das palestras a Mesa empreenderá as necessárias consultas e convites aos sócios e entidades cuja intervenção se torna necessária, formulando com brevidade um programa de que dará conta numa próxima reunião extraordinária.

— Publicação, ainda no ano corrente, se fôr possível, do vol. 18 do Boletim, respeitante a 1960, o qual será de homenagem à memória do Infante D. Henrique.

Sobre o plano usou da palavra em primeiro lugar o Sr. Governador que elucidou os sócios presentes àcerca do Programa das Comemorações Henriquinas e prometeu o apoio da Delegação local da Comissão Nacional, dentro das possibilidades. Alvitrou ainda que se procurasse pôr ao corrente do significado das comemorações, os componentes das Forças Americanas nas Lajes, pelos meios que forem julgados mais adequados. Sugeriu também que se procure averiguar se será realmente um marco limite da capitania das Quatro Ribeiras, doada a Fernão Dulmo, a pedra que existe junto ao Caminho Velho, limite actual entre as freguesias de Agualva e Quatro Ribeiras e que se assim fôr, seja ali colocada uma lápide que recorde a memória do navegador que daqui tentou em 1486 explorar os mares do Ocidente.

Tendo o Presidente sugerido que o sócio Sr. Capitão Drumond procure identificar os lugares tradicionalmente ligados aos primeiros passos dos povoadores nesta ilha, nos arredores da vila de S. Sebastião, afim de oportunamente se promover uma visita aos mesmos, usou da palavra, além do Sr. capitão Drumond, que prometeu encetar as necessárias diligências para isso, o Sr. Dr. Cândido Forjaz que lembrou também como seria interessante colocar uma lápide na casa onde é tradição que nasceu Gaspar Gonçalves, filho de Gonçalo Anes da Fonseca e de sua mulher Mécia d'Andrade Machado, o primeiro varão nascido nesta ilha (Anais, I, 43).

Posto à votação foi o Plano aprovado por unanimidade com os aditamentos, sugestões e alvitres atrás mencionados.

10) Tendo o Sr. Governador comunicado que o Sr. João de Lacerda, filho do falecido maestro Francisco de Lacerda, tem reunido copiosas notas genealógicas referentes a ilhas do Distrito e remontando aos primeiros tempos do povoamento, de grande interesse portanto para a história local, foi resolvido que se solicitassem do mesmo senhor informações concretas e detalhadas

sobre essas notas e as condições em que estaria disposto a cedê-las ao Instituto.

11) Foi resolvido que se obtivessem informações sobre o valor histórico que poderão ter algumas pedras com siglas ou letras que se encontram dispersas pelas ilhas do Distrito, como uma que existe num prédio do Sr. Dr. Flores Brasil e outra no Topo, ilha de S. Jorge, onde é tradição que desembarcaram os primeiros povoadores daquela parte da ilha, conforme informação do Rev. Dr. José Enes.

12) Dirigindo-se em especial ao Sr. Governador do Castelo o Sr. Governador do Distrito referiu-se à reposição da antiga «Guarita da água», à entrada para o Castelo de S. João Baptista, no seu estado primitivo. E o Presidente sugeriu também ao Sr. tenente-coronel Castel-Branco, que sejam depostas sobre dormentes as peças que junto a vários pontos das muralhas do Castelo se encontram sobre o solo, sem qualquer protecção. Os presentes concordaram unanimemente com estes alvitres, tendo o Sr. tenente-coronel Castel-Branco declarado que faria todo o possível para lhes dar satisfação.

E, não havendo mais nada a tratar, foram encerrados os trabalhos desta reunião pelas 22h 15m.

(assinados) — *José Agostinho*
Francisco Coelho Maduro Dias

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1960.

No dia oito de Junho de mil novecentos e sessenta, com a presença de Sua Ex.ª o Governador do Distrito, Senhor Dr. Teotónio Machado Pires, e do Ex.mo Presidente da Junta Geral, Senhor Dr. Agnelo Ornelas do Rego, presidente honorário do Instituto, teve lugar a segunda sessão ordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira no Salão Nobre do Paço da Junta Geral.

Compareceram os sócios efectivos Ex.mos Senhores Francisco

Coelho Maduro Dias, Tenente-Coronel Frederico Lopes Junior, Dr. José Leal Armas, Dr. Rafael Valadão dos Santos, Capitão Luís Machado Ferreira Drumond e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Aberta a sessão usou da palavra o Sr. Dr. Manuel Baptista de Lima que disse que o Ex.mo Presidente do Instituto, Senhor Tenente-Coronel José Agostinho, não podendo comparecer a esta reunião, em virtude do seu estado de saúde, lhe solicitára em sua carta de 7 de Junho corrente que o substituisse e dirigisse os trabalhos da presente reunião, carta que seguidamente passou a ler.

Após haver convidado o Tesoureiro da Mesa, Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, para secretariar esta reunião, procedeu à leitura duma exposição dirigida pelo Senhor Presidente ao Instituto em que informava os consócios da sua doença e lhes dava conhecimento do atrazo que da mesma havia resultado para o expediente do Instituto, justificando as razões por que esta reunião se efectuava com certo atrazo e terminando por pedir a sua substituição, em virtude do seu aludido estado de saúde.

Tendo o Instituto apreciado devidamente a exposição do Senhor Tenente-Coronel José Agostinho, deliberou lamentar a sua doença e consignar um voto pelo seu rápido restabelecimento e que atendendo ao rápido progresso da sua convalescença, continuasse o Senhor Tenente-Coronel José Agostinho no exercício das suas funções auxiliado nos assuntos respeitantes à edição e impressão do Boletim, pelo consócio Tesoureiro, Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, e no que se refere ao expediente geral e outros assuntos, pelo Secretário da Mesa.

O Senhor Dr. Baptista de Lima deu seguidamente conhecimento ao Instituto da visita que lhe fizera o Senhor Dr. Raposo Marques, quando da sua estadia nesta cidade com o Orfeon de Coimbra, de que é ilustre regente, tendo nessa ocasião a gentileza não só de cumprimentar esta agremiação cultural mas também de lhe oferecer uma colecção das suas publicações. Atendendo a que o Senhor Dr. Raposo Marques além de músico muito distinto é também um ilustre filho dos Açores que muito se tem interessado pela música açoriana, tendo incluído até no Reportório do Orfeon

Académico, diversas canções destas Ilhas, que têm sido ouvidas com o maior agrado em todo o Mundo, propunha que o Senhor Dr. Raposo Marques fosse eleito sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade após o que o Presidente da Mesa expôs as razões por que se encontrava muito atrazada ainda a preparação da Insulana Monumenta Histórica e que provinha, em grande parte, da sua investidura nas funções de Presidente da Câmara de Angra, cujo serviço oficial lhe absorvia pràticamente todo o tempo disponível e, em parte também, por só recentemente ter sido possível interessar na execução desta obra, a Dr.ª D. Maria da Graça de Almeida Lima, 3.ª Conservadora da Biblioteca Pública a qual, por seu turno, dispunha também de muito pouco tempo livre para dedicar a este trabalho, em virtude de se encontrar chefiando interinamente a Biblioteca e Arquivo e Museu Regional de Angra. Acrescentou, entretanto, o referido sócio, que tinha esperança de que, até ao fim do ano, pudesse estar preparada uma parte da obra, embora neste momento fosse impossível determinar a sua extensão.

O Senhor Dr. Baptista de Lima informou depois o Instituto de que fora convidado a colaborar e assistir ao Congresso Internacional de História dos Descobrimentos a realizar em Lisboa, em Setembro do corrente ano, e que para esse efeito tinha preparado uma comunicação com base em documentos que encontrara na Biblioteca e Arquivo de Angra e na toponimia de diversas espécies cartográficas portuguesas e estrangeiras, o que demonstrava que a colonização da Terra Nova fôra iniciada por Portugal antes de qualquer outro país designadamente por Açorianos da Ilha Terceira — a Família Barcelos — que, durante a primeira metade do século XVI se esforçara por estabelecer ali um núcleo populacional como base de apoio para as pescarias que então se iniciaram nos Bancos daquelas paragens.

Passou seguidamente o Presidente da Mesa a apresentar os trabalhos já recebidos, para incluir no próximo número do Boletim e que são os seguintes: «Vocabulário Regional Terceirense» e «Os Ladrilhos da Terceira» do Senhor Tenente-Coronel Frederico Lopes, «Olarias da Vila Franca do Campo» (S. Miguel)

do Professor Dr. Willelm Guise, «Um Verão nos Açôres» e «Madeira em Relance», tradução do Dr. J. H. Anglin e a «Batalha do Porto de Mós» do Senhor Major Miguel Araujo».

Sob sua proposta foi aprovado um voto de agradecimento a estes ilustres colaboradores que uma vez mais vêm valorizar o Boletim do Instituto.

Seguidamente o sócio Senhor Tenente-Coronel Frederico Lopes disse que ia enviar para a Mesa uma Moção que, depois de lida, desejava fosse posta à votação da Assembleia e que é do teor seguinte:

«*Feliz foi a associação da história e da etnografia como fim desta instituição*» — disse o nosso erudito e saudoso primeiro Presidente, Dr. Luís Ribeiro, na sessão inaugural do Instituto, em 25 de Março de 1943.

Se contribuir para a conservação e engrandecimento de todo o património espiritual açoreano tem sido sempre o nosso objectivo n.º 1, preservá-lo de acções que por qualquer modo o diminuam na sua estrutural constituição ou possam conduzi-lo à perda de alguns dos seus elementos mais valorizadores, é tarefa a que não podemos regatear o nosso apoio.

O insigne romanista Dr. Fritz Krüger, professor da Universidade de Hamburgo, emitiu até o seguinte ponto de vista ante a onda de transformações impostas ao Mundo: «...*que se conservem dormindo nos arquivos os manuscritos, pouco importa; o que importa é salvar o que daqui a pouco não poderá salvar-se, as manifestações das tradições locais que são testemunhas da história de um país e que se devem respeitar como qualquer documento de valor*».

Ora se muito se tem deixado perder da Tradição, pelo cómodo encolher de ombros ou por demasiada confiança no seu melhor guardião que é o povo, impende-nos o dever de, pelo menos, apoiá-lo na defesa do pouco que resta, procurando a todo o transe evitar que lhe introduzam modificações profundas na sua estrutura basilar, capazes de desvirtuá-la completamente, imprimindo-lhe novos rumos pela destruição das fontes onde ia beber a sua inspiração primeva.

As festas do Espírito Santo, comuns a todas as ilhas açoria-

nas, têm nesta ilha Terceira um esplendor mais alto e, com as touradas à corda que são diversão exclusiva, constituem valioso repositório de todas as manifestações folclóricas do nosso povo, as únicas que não se têm abastardado pela introdução de modernismos, a que a aproximação de povos com outros costumes e diferente educação, não podem ser estranhos.

É facto tão conhecido este que seria ocioso demonstrá-lo, pois aos primórdios da história do povoamento anda estreitamente ligado. Mas a história ensina-nos também que certas restrições que lhes têm sido impostas, contribuiram, não pouco, para que se vão perdendo alguns dos mais típicos costumes a essas festas ligados: — os foliões, por exemplo, já quase desaparecidos.

Se nessas associações de devotos do Espírito Santo, chamadas Irmandades, fôr produzida, como se pretende, radical mudança na sua estrutura primitiva, perder-se-á aquele ritual *sui generis* que tanto as caracteriza e que em nada diminuia, antes pelo contrário, a arreigada crença e profunda devoção do povo pela 3.ª Pessoa da Santíssima Trindade, nos seus 3 símbolos, respeitadíssimos e até adorados: a corôa, a pombinha e a bandeira.

Não há (pode dizer-se afoitamente) nenhum símbolo religioso tão venerado e até tão temido, como aqueles que o representam. Mais ainda, qualquer animal ou objecto, imolado ou simplesmente oferecido «*em honra e glória do divino Espírito Santo*» se reveste daquela auréola de esplendor que apenas à Divindade Santíssima a Igreja admite. É atributo que só no Paganismo poderá tolerar-se, mas é espelho também do profundo respeito com que o povo venera o Paráclito.

Na sua ignorância e empirismo, transporta para as coisas divinas o modo de ser das potestades terrenas, tornando intangível, por extensão, tudo que a seu domínio anda sujeito. Por isso, bulir com o que a Tradição lhe diz que é do agrado de Deus e criado para sua glória, desperta no nosso homem do monte, além duma súbita reacção, como tal impensada e violenta, arrastando-o por vezes ao cometimento de excessos condenáveis, uma brusca viragem para a irreverência e o combate à Igreja, que se traduz no desrespeito a seus Ministros e no desprezo por

ameaças de sanções, que até então constituiam temor irreprimível de todos.

Por outro lado, as restrições impostas pelo Governo da Diocese, conduzem ao abandono de algumas práticas religiosas, como sejam a coroação e a benção das esmolas, que representam actos dos mais sensibilizantes daquelas festividades e cujo desaparecimento está dando origem a dissíduos e malquerenças, nas populações.

Em contrapartida as irmandades constituídas nos moldes impostos pelos Novos Estatutos, estão procurando, a conselho dos párocos, ou sob a sua complacência, *valorizar* as respectivas festas com a introdução de números exóticos, diremos *mesmo carnavalescos*, de discutível valor artístico, e que destoam em absoluto dos que a tradição legou, fazendo perder o carácter tão típico dessas festividades (a nosso ver sem vantagem e até contradizendo o próprio espírito das leis restritivas ultimamente promulgadas) como provam as fotografias que se juntam para melhor elucidação.

Sem pretendermos qualquer intromissão nos assuntos que à Igreja digam respeito, entendemos de nosso dever pugnar, junto das Hierarquias da Diocese, para que a doutrina tão prudente e acisadamente exposta pelo nosso ilustre consócio Ex.mo Sr. Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr., no jornal «Diário Insular» desta cidade, em seu n.º 4237 de 19 de Maio findo, seja considerada pelas duas partes, já em litígio aberto, no sentido de se obter uma possível conciliação, capaz de assegurar os direitos da Igreja e a continuidade duma tradição que já conta cinco séculos nestas Ilhas.

Nestes termos e aprovada que seja esta Moção, proponho que o conteúdo dela seja enviado a Sua Ex.ª Rev.ma o Bispo da Diocese de Angra, para que sobre a mesma se pronuncie, determinando a suspensão das medidas de repressão já deliberadas ou postas em prática, até que o assunto seja devidamente estudado e ponderado, a bem da Tradição e da Paz, sèriamente ameaçadas entre a gente ordeira e de seu natural submissa e respeitadora destas Ilhas Açorianas.

Mais proponho que sejam enviadas cópias desta Moção a

todas as instituições congéneres do Arquipélago, para que secundem a nossa acção, usando para tanto dos meios que entenderem por mais convenientes ao fim em vista. — Angra do Heroísmo, 8 de Junho de 1960. — (ass.) Frederico A. Lopes da Silva Jr.»

Terminada a leitura desta Moção, disse o Presidente da Mesa que, em virtude de se tratar de assunto complexo e melindroso e possivelmente até inesperado para muitos dos presentes, lhe parecia conveniente suspender a sessão por um período de quinze minutos, que poderia ser ampliado, se necessário, para que todos se inteirassem do assunto e pudessem trocar sobre ele livremente as suas impressões. Durante este período pediu para se ausentar o Sr. Dr. Leal Armas que foi chamado do exterior.

Reaberta a sessão, trinta minutos depois, usou da palavra o Senhor Dr. Teotónio Machado Pires, que disse que em seu entender, não deveria ser o assunto da Moção do Senhor Tenente-Coronel Frederico Lopes discutido no Instituto em virtude de se referir a uma matéria que é da competência da Autoridade Eclesiástica, ainda que relacionada com tradições locais, que aliás como é do conhecimento de todos, têm também evoluído, pelo menos em grande parte, e já não são hoje na cidade de Angra, aquilo que eram há cinquenta ou sessenta anos. Por outro lado, não havia chegado ainda ao seu conhecimento ou ao conhecimento do Instituto, segundo supunha, qualquer documento oficial proibindo as celebrações mais tradicionais e possivelmente de maior interesse etnográfico das festividades do Espírito Santo e terminou observando que o Decreto da Autoridade Religiosa, recentemente promulgado, se referia a assuntos de culto ou a outros que lhe estão directamente subordinados e, por consequência entendia, que o Instituto não podia nem devia pronunciar-se a tal respeito.

Falou depois o Presidente da Mesa que disse que as denominadas Festas do Espírito Santo compreendiam, além das conhecidas e bem caracterizadas festas profanas, outras de natureza ou inspiração religiosa, algumas das quais revestiam forma mais ou menos tradicional.

Segundo depreendia, a Moção do Senhor Tenente-Coronel Frederico Lopes, referia-se a estas últimas festividades. Todavia,

não lhe parecia possível dissociar esses aspectos, mais ou menos tradicionais, da organização religiosa ou litúrgica a que as referidas festas devem obedecer. De resto, na referida Moção, não se fazia essa destrinça entre o que poderia ser considerado de interesse etnográfico e o que deve ser necessàriamente respeitado como organização religiosa. Nestas condições, entendia que a matéria da Moção estava fóra da competência do Instituto, porquanto em festividades de natureza religiosa, ainda que tendo aspectos tradicionais, só a Autoridade Eclesiástica se pode e deve pronunciar. Por isso era de parecer que antes de submeter à aprovação do Instituto a proposta do Senhor Tenente-Coronel Frederico Lopes, deveria pôr à assembleia a seguinte questão prévia: «Por recente decreto de Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Bispo de Angra, haviam sido reformadas e regulamentadas as festividades religiosas, de carácter popular, denominadas vulgarmente Festas do Espírito Santo; que esta regulamentação parecia não estar a ser bem acolhida em certos meios, como já transparecera na Impresa local, onde se manifestara até certo desacordo. Assim, a intromissão do Instituto nesta matéria poderia correr o risco de ser considerada uma manifestação partidária. Nestas condições perguntava a todos os consócios, se entendiam que o Instituto se deveria ou não pronunciar sobre a matéria em causa».

Procedendo-se à votação, foi deliberado por maioria de cinco votos contra dois, que o Instituto não se deveria ocupar da referida matéria, após o que o Senhor Tenente-Coronel Frederico Lopes usou da palavra, exigindo, com a concordância da maioria dos sócios, que fosse posta à votação a sua Moção.

Neste momento o Senhor Dr. Teotónio Pires pediu para se ausentar da sala, em virtude de haver já anteriormente declarado que não concordava com a referida Moção. Efectuada a votação, verificou-se que a Moção em causa fôra aprovada pela maioria de quatro votos contra dois, pertencendo estes últimos ao Presidente da Mesa, Senhor Dr. Baptista de Lima e Senhor Dr. Agnelo do Rego, Presidente honorário do Instituto, que seguidamente falaram, tendo dito este último que regeitava a proposta em causa por a julgar ineficaz e inconveniente e o Senhor Dr. Baptista de Lima porque entendia que o assunto da mesma se situava inteiramente

dentro da matéria que o Instituto em deliberação que acabara de tomar, resolvera não dever ocupar-se e ainda porque, como já havia dito, entendia que a matéria era da livre competência e atribuições da Autoridade Eclesiástica.

Foi seguidamente proposto pelo Senhor Dr. Valadão dos Santos, tendo em vista a presença de um maior número de sócios, que o Instituto se pronunciasse em nova reunião sobre a referida Moção, pois entendia que a mesma ficára aprovada em princípio. Esta proposta foi aprovada pela maioria de quatro votos, em virtude dos consócios Senhores Drs. Agnelo do Rego e Baptista de Lima continuarem a entender que o Instituto não deveria pronunciar-se sobre o assunto em causa pelo que o Presidente nos termos do art.º 2.º do Regulamento, fixou nova reunião desta Sessão para o dia 15 do corrente pelas 20 horas e não estando presente a essa hora a maioria dos sócios a reunião terá início pelas 20 horas e 30 minutos deliberando então com qualquer número de sócios presentes conforme preceitua o art.º 5.º do mesmo Regulamento.

— E nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa encerrou os trabalhos quando eram dez horas e quarenta e cinco minutos.

(assinados) — *Manuel Coelho Baptista de Lima*
Francisco Coelho Maduro Dias

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1960.

No dia quinze de Junho de mil novecentos e sessenta, com a presença do Ex.mo Presidente da Junta Geral, Senhor Dr. Agnelo Ornelas do Rego, Presidente honorário do Instituto e conforme resolução tomada na sessão de oito do corrente, se reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira no Salão nobre da Junta Geral, para o fim constante da respectiva comunicação que era continuar a apreciação de uma Moção apresentada pelo sócio Tenente-Coronel Frederico Lopes, relativa aos festejos do Espírito Santo, que ora estão decorrendo nesta ilha.

Compareceram os sócios efectivos Ex.mos Senhores Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Arquitecto Fernando de Sousa, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Tenente-Coronel Frederico Lopes, Cónego Dr. José Enes, Dr. José Leal Armas, Capitão Luís Ferreira Drumond e Dr. Rafael Valadão dos Santos.

Como faltassem os sócios componentes da Direcção Ex.mos Senhores Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário, e Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro, presidiu à sessão o Sócio mais velho, Ex.mo Senhor Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, que leu a seguinte carta do Ex.mo Presidente: «Angra do Heroísmo, 14 de Junho de 1960 – Ex.mo Snr. Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior — Ilustre Consócio — Não permitindo o meu estado de saúde estar presente à reunião do Instituto que deve realizar-se amanhã no Salão da Junta Geral pelas 20 horas, como prolongamento da sessão ordinária iniciada a 8, e tendo-me o Secretário do Instituto comunicado verbalmente que não assistiria à mesma reunião, tenho a honra de solicitar de V. Ex.ª que se digne presidir à mesma. O assunto a tratar consta do final da acta da reunião do dia 8. — Dei conhecimento deste pedido que dirijo a V. Ex.ª ao Tesoureiro da Mesa, nosso consócio Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, convidando-o a servir de secretário. – Queira V. Ex.ª aceitar, com os meus agradecimentos, os protestos da minha máxima consideração (assinado) — José Agostinho — Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira».

Tendo assumido a Presidência da Mesa o sócio Senhor Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior e por não se encontrar também presente o sócio Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, propôs para Secretário o sócio Senhor Tenente-Coronel Frederico Lopes, o que foi aprovado por unanimidade.

Aberta a sessão, o Instituto retomou a discussão da Moção do sócio Tenente-Coronel Frederico Lopes. Sobre o assunto foram trocadas largas impressões, desde o texto da proposta até aos factos que a determinaram, discussão que se situou sempre em plano da maior franqueza e elevação, tendo por fim ficado aprovada por unanimidade a seguinte deliberação: — «O Instituto Histórico da Ilha Terceira considerando que, segundo chegou ao

seu conhecimento, se estão introduzindo em tradicionais manifestações religiosas populares, inovações que alteram a pureza dessa tradição, além de revestirem aspectos ridículos que só deminuem a grandeza dessas manifestações, como se pode verificar por fotografias presentes pelo sócio Snr. Tenente-coronel Frederico Lopes, em que nos mostram crianças exibindo-se em danças de negros e outras semelhantes; considerando que a alínea c) do art.º 1.º dos Estatutos claramente atribui ao Instituto a missão de fazer o possível para manter na sua pureza primitiva tudo o que convenha perseverar, quanto às manifestações literárias e artísticas populares e bem assim aos usos e costumes das três ilhas do Distrito; — delibera, em princípio, dirigir um apêlo às entidades competentes para que, quanto possível, se tomem as providências necessárias para assegurar aquela pureza, sustando, porém, a redacção definitiva dêsse apêlo para uma reunião a convocar oportunamente com intuito também de tal redacção poder merecer a aprovação do maior número possível de sócios.»

Em seguida o Ex.mo Presidente disse ter um trabalho intitulado «Na Praia da Vitória. Um Juiz de Fóra e um Frade Constitucional», destinado a publicação no presente número do Boletim do Instituto e que não pôde apresentar na última sessão ordinária por não ter podido comparecer à mesma.

Foi admitido como sócio contribuinte o Snr. Dr. Amadeu Carreiro de Freitas, ministro plenipotenciário, Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

E não havendo outro assunto a tratar se encerrou a sessão sendo 22 horas e cinquenta minutos.

(assinados) — *Francisco Lourenço Valadão Júnior*
Frederico Augusto Lopes da Silva

Publicações Recebidas

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto, receberam-se no ano de 1960 e muito se agradecem, as seguintes publicações:

António Fernandes de Matos — Edição dos Amigos da D. P. H. A. N. — Recife 1957.

Arquivo de Beja — Vol. XV - XVI — 1958 - 1959.

Anuário do Museu Imperial — Petrópolis — Vol. XV — 1954.

Douro Litoral — Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História — Quinta Série — III - IV — 1953 — Nona Série — Vol. I - II - IV — 1959.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.os 10 - 12 — 1958 — N.os 4 a 9 — 1959 — N.os 10 - 12 — 1959 — N.os 1 - 3 — 1960.

Revista da Faculdade de Ciências — II série — Vol. VII — Fasc. 2.º — 1959.

Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares — Tomo XIV 1958 — Tomo XV — 1959 — Tomo XVI — 1960.

Xangô — Registos Sonoros de Folclore Musical Brasileiro — I — 1948.

Tambor-de-Mina e Tambor-de-crioulo — Registros Sonoros de Folclore Musical Brasileiro — II — 1948.

Chegança de Marujos — Registros Sonoros de Folclore Musical Brasileiro — V — 1955.

Catimbó — Registros Sonoros de Folclore Musical Brasileiro — III — 1949.

Babassuê — Registros Sonoros de Folclore Musical Brasileiro — IV — 1950.

Agronomia Lusitana — Estação Agronómica Nacional — Vol. 20— N.º 4 — 1958 — Indices dos volumes I — XX — Vol. 20 — N.º 2 - 1958 — Vol, 21 — N.º 1 — 1959 — Vol. 21 — N.º 2 — 1959.

Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores — N.ºs 27/28 — 1958.

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. XXII F. 1-2 — 1959 — Vol. XXI — F. 3-4 — 1958 — Vol. XXII — F. 3-4 — 1959. — Vol. XXIII — Fas. 1-2 — 1960.

Revista de Guimarães — Sociedade Martins Sarmento — Vol. LXIV N.ºs 1/2 — 1959 — Vol. LXIV — N.ºs 3/4 — 1959 — Vol. LXX — N.ºs 1/2 — 1959.

Boletim do Núcleo Cultural da Horta — Vol. 2 — N.º 1 — 1959.

Boletim da Comissão Catarinense de Folclore — Ano XI — N.ºs 25/26 - 1959 — 1960.

Boletim da Biblioteca Municipal de Matozinhos — N.º 7 — 1960.

Lares — Ano XXVI — Fasc. I/II — 1960.

Pelourinhos da Madeira — Edição da Junta Geral do Funchal — 1959.

Portugal Eterno — Por José S. da Costa.

Pesquisas — Instituto Anchietano de Pesquisas — N.º 3 — 1959 N.º 2 — 1958.

Discurso pronunciado pelo Generalíssimo Doutor Rafael Leonidas Trujillo Molina — 1959.

Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 98 — 1959 — N.º 97 — 1959 — N.º 99 — 1958 — N.º 100 — 1959.

Anales del Instituto de Lingüistica — Universidade de Cuyo — Argentina — Tomo VII — 1959.

Melodias registradas por meios não mecânicos — Perfeitura do Município de São Paulo — 1.º Volume — 1946.
Catálogo Ilustrado do Museu Folclórico — Perfeitura do Município de São Paulo — 2.º Vol. — 1950.
O Instituto — Coimbra — Vol. 120.º — 1958 — Vol. 121.º — 1959.
A Cidade de Évora — Boletim da Comissão Municipal de Turismo N.os 39-40 — Anos XIV - XV — 1957/58.
Arquivo Histórico da Madeira — Funchal — 1958.
Notas Bibliográficas — Separata da Revista Portuguesa de Filologia — Vol. VIII — 1957.
Behind the Scenary in Kentucky — 1958.
Historical Abstracts — Vol. 4 — 1958.
H. A. Bulletin — Vol. 5 — N.º 1 — 1959 — N.º 4 — 1959 — Vol. 6 — N.º 1 — 1960.
Indice Cultural Espanhol — N.os 159-166-167 — Ano XIV — 1959 — N.es 168 — Ano XV — 1960 — N.os 169 a 175 — 1960.
Guia del Indice Cultural Espanhol — N.os 156 a 167 — 1959.
Proceedings of the Technical Session Kentucky Oil and Gas Association, Twenty-Third Annual Meeting-June 5, 1959.
Revista de História — São Paulo — Brasil — Vol. XIX — N.º 40 1959 — Vol. XX — N.os 41 e 42 — 1960.
Insulana — Orgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. XIV — 1958 — Vol. XV — 1.º Sem. — 1959.
Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga — N.º 1 — Vol. IV — 1959.
A Vida das Plantas — por Miguel Pereira Coutinho — 1959.
IV Centenário da Fundação da Universidade de Évora — Exposição Bibliográfica de 1959.
Aspectos de Vila Nova — Bibliografias — 1959 — Sacerdotes de Eleição — 1960 — Factos e Nomes — 1960 — por Vasco Cesar de Carvalho.
Reajuste de la Deuta Externa — Rafael L. Trujillo — 1959.
La Herida Roja de América — Lantaro Solva — Tomo I — II — 1959.
Why Dominicans Call Him el Benefactor — 1959.
Discurso pronunciado por Doutor Rafael L. Trujillo Molina — 1959.

Bulletin of the New York Public Library — Vol. 64 — N.° 2 — 1960.

Portugal — Faits et Documents — N.° 6 — 1959.

Arquivo dos Açores — 15.° Vol. — 1959.

Etnografiska Museet — Goteborg — 1957/1958.

El Bacilo de Marx — J. A. Osório Lizarazo — 1959.

XXIII Congresso Luso-Espanhol — Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências — Tomo VIII — 1956.

Asi es Trujillo — J. A. Osório Lizarazo — 1958.

Compilation of Coal and Petroleum Production Data for Kentucky— Série X — 1958.

Some Truths About Castro — J. B. Matthews — 1959.

La Obra Cristiana del Benefactor de la Patria — 1959.

Biografia del Generalissimo Hector B. Trujillo Molina — 1959.

Resolucion del Claustro Universitario de la Universidad de Santo Domingo — 1959.

Calendário para el año academico — 1958 — 1959.

Indice Geral dos Artigos de Toponimia Portuguesa de Joaquim da Silveira — 1959.

Boletim Bibliográfico e Informativo — Universidade de S. Paulo — Ano II — N.os 7 - 8 — 1958 — 1959.

Annual Report — Harvard University Library — 1959.

A passagem de Colombo por Santa Maria, por Jacinto Monteiro 1960 (Separata).

O Concelho de Santo Tirso (Boletim Cultural) — Vol. VII — N.° 1 — 1960.

Boletim da Junta de Provincia da Extremadura — Série II — N.os 50/52 — 1959.

Boletim Cultural Peruano — Ano II — 1959 — Ano III — 1960.

Boletim Alagoano de Folclore — Ano III — N.° 3 — 1958.

Boletim Cultural — Junta Distrital de Lisboa — N os LIII — LIV — 1960.

Boletim Bibliográfico Informativo — São Paulo — Ano III — N.° 10 — 1959/1960

Romanceiro Popular Galego de Tradicion Oral — Junta de Província do Douro Litoral — XVII — 1959.

Guia da Exposição dos Documentos, Livros e Cartas Geográficas do Arquivo Distrital do Funchal — 1960.

Açoreana — Boletim da Sociedade Afonso Chaves — Vol. V — N.º 4 — 1960.

1.º Centenário do Nascimento do Coronel Francisco Afonso Chaves — 1958.

Viagem de Estudo aos Estados Unidos e ao Canadá, pelo Prof. A. Quintanilha — Junta de Exportação do Algodão — N.º 37 — 1959.

N.º 151

Hé hum Instromento por onde consta
Diogo de Barcellos Machado e seu
filho Afonço de Barcellos, (sic) desta Ilha,
á sua custa descobrirão a Ilha in-
vocada Barcellona. 1574 (sic)

Angra

(Capa ou rosto executado em 1828, cuja letra e papel são identicos aos da transcrição efectuada por José Pinto da Silva Leal e o tabelião Antonio Leonardo Pires Toste, em 1 de Outubro daquele ano e que se encontra juntamente cosida com o original, antecedendo-o),

Fol. 1 Certefiquo eu Ignaçio Toledo de Souza escriuão da Camara desta çidade de Angra desta jlha 3.ª de Jhus Christo por sua magestade etc.ª q̃ por Gujlherme saltefis me foj aprezentado hum jnstromento passado em publjqua forma no quoal esta jmcorporado hum requerim^to^ que fes diogo de bracellos e seu hirmão sobre o descubrim.^to^ da terra noua cujo theor de todo de verbo ad verbum he o seguinte: — Sajbam quoantos este estromento passado por mandado e autorjdade de justiça com o theor do abaixo escrito virem q̃ no anno do nassim.^to^ de nosso Senhor Jhus Xpto de mil e quinhentos e setenta e quoatro annos aos dezoito dias do mes de Abril nesta çidade d'angra da jlha terceira na çidade digo na praça della estamdo ahj manoel fernandes de Sea juis hordinario perante elle pareçeo manoel de barcellos machado caualeiro professo fidalgo da casa del Rej nosso senhor e morador nesta çidade e por elle foi ditto ao
Fol. 1v. ditto juis que elle tinha hum // jnstromento em seu poder que estaua algum tanto gastado e uelho e temia se danasse cada ues mais e tinha nesceçidade delle em publiqua forma pera por ella requerer sua justiça que requeria a sua merçe lho mandasse passar em publiqua forma de maneira que fizesse fée e lhe mandasse dar comprim.^to^ digo e lhe mandasse dar o proprio — o ditto iuis mandou que se tresladasse em publiqua forma de

maneira que fizesse fée e o proprio lhe tornasse; o quoal estrom.to Eu taballião aqui adjuntej e he o seguinte balthezar Glz taballião o escreuj : — Sajb. — tos est — estrom.to de requerimento e — testação virem que no anno do nassim.to de nosso Senhor Jhus Christo de mil e quinhentos e trinta e hum annos aos sete dias do mes de outubro da ditta hera na villa dangra da jlha 3.a de Jhus Christo nas pouzadas de mim taballião hj pareçeo Roque
Fol. 2 Vas homem solteiro // morador na Villa da praia e por elle me foj apresentado hum requerimento que hora fas diogo de barcellos e seu hirmão affonsso de bracellos morador nesta Villa o quoal requerjmento he tal como se ao diante segue francisco alures (sic) taballião o escreuj.

«Requerimo.to»

Vos taballião me passaj hum estromento do requerim.to e protestação que eu diogo de barcellos emvio hora fazer por uos taballião por esse meu requerjmento a afonsso de barcellos meu hirmão em como assj se lhe passa em uerdade que eu alcamsej del Rei nosso senhor hũa merçe pera hir a discubrir e nella nomeej pera companheiro na parte que nos comcertassemos afonsso de barcellos; e loguo e — ito re — se queria aseitar algũa parte — a ditta merçe e soprir comiguo ha parte das despezas que lhe coubessem e elle o não quis aseitar e entam
Fol. 2v. me fornessi a armar // hum nauio e foj descubrir com o quoal descobrjmento descobrj certas jlhas e terras e sem embargo delle ser lamcado, e não querer entender em cousa algũa lhe tornou (si) agora outra uez a requerer se quer aseitar algũa parte nas terras e jlhas que tenho descubertas e satisfazerme a parte da despeza que tenho feitta e lhe couber; e asim fornesser a despesa que hora fasso com dous nauios q̃ pella digo que pera la tenho arendados de jr lá emuernar e fazer esperiençia em as dittas jlhas sobre a pouoação dellas que se dezia jr comigo de si ou de não da publjcassão desse requerimento a trinta

dias por contrato publiquo em que aseite a parte da
despeza e proueito que se a tirem suprir e querendo que
logo me pague a parte da despeza que lhe couber e a
despeza que eu tenho feitta e asj supra a que hora e
daquj em diante a sua parte for nescesario cõmigo jun-
Fol. 3 tamente // e não querendo em todo esto cumprir eu
protesto de fazer sobre o cazo todo o izame e couzas
nescessarias e jr fazer comesso de esperiencia e pouoação
por mim e meus ajudadores e elles (sic) em nenhum
tempo não poder alegar por bem do que ditto hé nenhum
direito nas jlhas e nas terras que elle diogo de braçe-
los tem a sua custa descubertas mas antes elle diogo de
barcellos as auer por bem da ditta merce de sua alteza
declarar que as haja o que as prim.ro descubrir; e este
requerim.to requeiro a uos taballião que lho publiqueis
asim a elle afonso de barcellos como a sua molher e de
como ho assj publiquaste me passaj loguo de uosso offí-
cio hum estromento com quoalquer resposta que uos
logo hj derem se a dar quiserem, ou sem ella e assj pes-
so por minha guarda e pera se em todo o tempo se uer
como o tenho pera o cazo requerido e não aseitas com...
Fol 3v. effeitto // da satisfassão do que tenho despezo e neses-
sario he despemder sobre o que ditto he esta presen-
tado assj o ditto requerimento por o ditto Roque Vaz
como ditto he. / Logo no ditto dia eu taballião me fuj
com o ditto requerim.to na mão a caza do ditto a.o de
barcellos e ahj por mim taballião a elle ditto afonsso
de barcelos e a sua molher Anna Lopees ambos junta-
mente lhes fuj publicamdo digo lhes fis publicado o ditto
requerim.to e lido todo de verbo ad verbum e lido e
publicado como ditto he o ditto afonsso de barcellos deu
em sua reposta per sj e sua molher que presente estaua
o que adiante esta escrito por sua letra eu fran.co alurẽz
taballião o escreuj.

Reposta

Respondemos nos afonsso de barcellos e anna

Lopes a este requerimento com que hora uem diogo de barcellos; e quoanto ao que dis em o seu requerim.to que
Fol. 4 el Rej / nosso senhor nos ditinha (sic) feitto merçe per hum seu aluara que pudesemos descubrir todas e quoaisquer terras que discubertas não fossem, e que de todo nos fazia merçe das capitanias dellas como mais compridam.te se conthem no aluara de merçe; a isto respomdo que quoando o ditto diogo de barcellos foj descubrir as dittas jlhas e terras que achadas tem elle me requereo que fosse com elle Eu por me não astrever nem querer guastar minha fazenda do que estaua jmcerto não quis hir com elle no ditto descubrimento, nem menos quero agora Eu nem minha molher e daqui pera todo sempre nos lançamos do ditto aluara e não queremos gozar delle nem menos aner parte nem quinhão das terras que achadas tem e descubertas e daqui dizemos que elle ditto diogo de barcellos fassa de todo o que achado e descu-
Fol. 4v. berto tem, todo o que quizer // e por bem tiuer como de couza sua propria jzenta que he porque nos não queremos quinhão nem parte de tcdo o que descuberto tẽ e todo lhe largamos e deixamos e asim nos lamssamos de lhe pagar nenhuã couza do que gastado tem e gastar no ditto descubrim.to e por assi todo passar na uerdade Eu ditto afonsso de barcellos e Anna Lopees lhe damos esto em reposta e asjnamos hoie sette dias do mes doutubro de quinhentos trinta e hum annos e a rogo da ditta anna dias (sic) asino eu afonso de barcellos e por mim: eu francisco alvrẽs taballiam do publiquo e do judiçial por el Rej nosso senhor em esta villa e seus termos passej este estrom.to ao ditto diogo de barcellos e com todos os autos que em meu poder ficam e comcertei com Joãm mĩz tabalhiam em esta Villa e aquij pus meu publico sinal que tal he — pagou com o proprio cem rẽs. = com-
Fol. 5 certado comigo pero antam taballião por Joam / mĩz tabalião não ser na uilla. / pero antão. = o quoal treslado do estromento Eu balthezar gonsalves tabaliam publiquo e do judiçial por el Rej nosso senhor nesta cidade

d'angra e seus termos fis tresladar dos proprios autos
que me foram dados pello ditto manoel de barcellos e
este treslado com elles comcertej e de meu publiquo sinal
assjnej que tal hé e não haja duvidas nos seis riscados
desta maneira ⁝/.=⁝/. que não vam escritos por a letra
que nelles falta ser rota e gastada somente vaj escrito o
que nelles estaua — e estes comcertej com o taballiam
abaixo assinado e de como tornej os proprios ao ditto
manoel de barçellos asinou aqui. / pagou nada / — Com-
çertado por mim = Bathezar Glz = Comcertado Pedral-
vrẽs = ettc.ª segumdo pareçia do ditto jnstromento = e
asim mais me foj apresentado pello ditto Gilherme Salfis
(sic) hũa sentença e carta testemunhauel do ditto manoel
Fol. 5v. de barcellos machado // cujo theor della de uerbo ad
uerbum he o seguinte§ João da Silua do Canto fidalguo da
caza del Rej nosso senhor prouedor de sua fazemda Arma-
das fortificassois desta jlha terceira e jlhas de baixo dos
Assores ettc.ª A quoantos esta minha carta testemunhauel
aprezentada for e o conheçimento della com direito per-
tençer fasso saber como perante mim pareçeo manoel de
barcellos machado fidalguo da caza do ditto senhor me
foj pedido lhe mandasse passar por carta testemunhauel
em manejra que fizesse fée o treslado de hũa petição
e despacho della e testemunhas por ella tiradas por lhe
ser nescessario pera conservação de sua justiça a quoal
mandej lhe fosse passada cujo treslado de todo de uerbo
ad uerbum he o segumte§ Anno do nassjmento de nosso
Fol. 6 senhor Jhũs // Christo de mil e quinhentos sesenta e outo
annos aos outo dias do mes de janeiro do ditto anno
nesta cidade dangra da jlha terceira em as pouzadas de
mjm escriuão ahj por parte de manoel de bracellos macha-
do morador nesta cidade me foi apresentado a petição ao
diante escrito com hum despacho ao péé della do senhor
prouedor João da Silva do Canto requerendo me a tomas-
se e autuasse e comfórme ao despacho do senhor pro-
uedor lhe fizesse hum ssumario (sic) de certas testemu-

nhas que aprezentaria a quoal eu escriuão tomej e aqui juntej que he a seguinte Antonio da Silva o escrevj.

S.or

Dis manoel de barcellos machado morador nesta cidade Dangra da jlha terçeira que elle comprou hum
Fol. 6v. nauio nouo de que he mestre João Cordeiro pera // hir pouoar a jlha barcellona de sam bardão em cujo descubrimento seu paj que haja gloria e elle tem gastado mais de simquo mil cruzados na quoal tem já criassão de gado vaquum, e de ovelhas, cabras e porquos; e porque elle supp.te não tem o ditto nauio pera andar aos fretes senão pera a pouoacão da ditta jlha e esta de caminho pera hir por março ou Abril a ditta jlha com gente pera a pouoar; Pede a vossa merçe que lhe mande tirar sertas testemunhas disto e provamdo o que dis mande que o ditto nauio que lhe tomou pera trigo de sua alteza o leue athe Lisboa somente porque possa vir a tempo que uão pera a ditta jlha noua e lhe seja o ditto nauio desembaracado nos annos que uierẽ pois o comprou pera hir pouoar e
Fol. 7 não pera outra couza e recebera justiça // e merçe e deste nauio se desembaraçar recebe sua alteza m.to prouejto e hé mujto seu seruisso: —

= Despacho =

Perguntemsse as testemunhas que o supplicante aprezentar sobre o comtheudo nesta petição.//. João da Silva do Canto.//. Em os outo dias do mes de janeiro de mil e quinhentos secenta e outo annos nesta Cidade dangra da jlha tercejra em as pouzadas de mim escriuão ahj se asentou comigo gomes dias vieira emqueredor a perguntar as testemunhas por parte de manoel de barçellos machado comforme ao despacho do senhor prouedor e seus dittos e testemunhos sam os seguintes = Antonio da Silva escriuão da fazenda de sua alteza e provedoria o

Fol. 7v.r escreuj. // Manoel albernas cidadam e morador no termo desta cidade testemunha jurado aos Santos evamgelhos que lhe pello ditto emqueredor foram dados prometeo dizer uerdade e perguntado pello artigo do custume disse nada —//. — Perguntado elle testemunha pello contheudo na petição de manoel de barcellos machado disse elle testemunha que he uerdade que manoel de barcellos machado tem comprado hum nauio que hora estáá surto no porto desta çidade de que he mestre João Cordeiro o quoal nauio sabe elle testemunha que o ditto manoel de barcellos o comprou pera hir a hũa terra noua que seu paj e elle tem descuberta a quoal terra se chama a barçellona e sabe elle testemunha que o ditto nauio
Fol. 8 não foj comprado // mais que somente pera hir e uir a ditta terra noua a pouoar com gente; e sabe que o supljcante manoel de barcellos mandou leuar à ditta terra noua vaquas, e ouelhas e quabras e porquos A sertos annos, e sabe q̃ agora esta de caminho neste março que uem ou em abril elle manoel de barcellos ou seu filho segundo se fazem prestes, e ser seu uizinho e lho elles proprios dizerem, e sabe elle testemunha que o paj do supljcante e elle suplicante tem gastado mujto dinheiro no descubrimento desta jlha e mais não disse e assjnou com o ditto emqueredor. Antonio dalua (sic.) escriuão o escreuj.//.

r João Cordeiro mestre do navio A uera Crús morador nesta cjdade testemunha jurado aos Sanctos avamgelhos (sic) que lhe pello ditto emqueredor forão dados porme-
Fol. 8v. teo dizer uerdade e perguntado pello artigo do cus // tume disse nada Antonio da Silua escriuão o escreuj.

Perguntado elle testemunha pello contheudo na petiçam do suplicante manoel de barcellos disse elle testemunha que he uerdade que o ditto manoel de barçellos comprou o ditto nauio pera hir a terra noua por nome barcellona em o quoal nauio elle testemunha tem hum terço e quoando o comprou o ditto manoel de barçellos foj com comdição que elle testemunha por ser mestre do ditto nauio auia dir com elle a ditta terra a pouoalla, e a

uer o gado que nella tinha do que hera fejto escreptura, e pera esse efeitto comprou o ditto manoel de barcellos o ditto nauyo e sabe elle testemunha que o ditto manoel de barcellos embarcou no porto desta cjdade gado em
Fol. 9 hum nauio // vacum, porquos, quabras e ouelhas o quoal ouuio dizer elle testemunha que se botou na ditta terra barcellona, e sabe elle testemunha que o ditto manoel de barcellos esta prestes pera se partirem no mes de março ou abril, pera a ditta terra, e ouuio dizer elle testemunha q̃ o paj do suplicante e elle tinhão gastado mujto dinheiro sobre o descubrimento della e lhe parece a elle testemunha que se a terra for pera isso e se pouoar que el Rej nosso senhor terá proueito nisso e do contheudo na petição mais não disse e assjnou com o ditto emqueredor Antonio da Silva escriuão o escreuj //. —

r Diogo Vieira morador no termo desta çidade testemunha jurado aos sanctos avamgelhos que lhe pello ditto emqueredor foram dados prometeo dizer uerdade e perguntado pello artigo do custume disse elle testemunha que a
Fol. 9v. molher // do suplicante he sua sobrinha fjlha de hũa sua hirmaa contudo dira a uerdade e mais não disse. Perguntado elle testemunha pello contheudo na petição do suplicante disse elle testemunha que he uerdade que o paj do suplicante descubrio a terra de barçellona aquella terra no descobrimento della o ditto seu paj e elle suplicante tem gastado m.^{to} dinheiro assi o ditto seu paj como elle suplicante, e de de simquo ou seis annos a esta parte o suplicante mandou lá dous navios, com vem saber o primejro foj auera seis annos pouquo mais ou menos o quoal leuou gado vacum, e porquos e da hj a dous annos mandou outro em que foram gados, ouelhas e cabras que deitarão na terra onde acharão os guados gordos e fermozos e multiplicado digo multiplicado no que tem gastado mujto, e sabe elle testemunha que o suplicante tem com-
Fol. 10. prado hum naujo nouo que elle testemu // nha comprou por sua comissão de que he mestre João Cordeiro o quoal comprou pera este mesmo efeito da pouoação des-

ta terra e sabe elle testemunha que o supp.te esta de caminho em marsso (sic) ou Abril e com gasto feitto pera hir pera a ditta terra e mais não disse e assjnou com o ditto emqueredor Antonio da Silua escriuão o escreuj .//.

r Gaspar Roiz morador em Sancta barbara termo desta cidade testemunha jurado aos santos auãogelhos que lhe por o ditto emqueredor forão dados prometeo dizer verdade e perguntado pello artigo do custume disse nada .//.

Perguntado pello contheudo na petição do suplicante disse elle testemunha que he uerdade que o paj do suplicante manoel de barcellos descubrio a jlha barcellona e que elle e o suplicante tem gastado mujto no descubrimento della, e que auera seis annos pouquo mais ou menos que o suplicante mandou lá hum nauio a ditta
Fol. 10v. terra // com guado vacum e porquos; e despois dahj a dous annos tornou a mãdar la outro com mais guado ouelhas, e porquos, e quabras em o quoal elle testemunha dis hir e foj a ditta terra, e elle testemunha vio o ditto guado vacum que andaua muito fermozo e mujto multiplicado, e botarão o outro mais guado que leuauão na ditta terra per omde sabe que o ditto supp.te tem feitto mujto gasto sobre a ditta terra; e sabe elle testemunha por lho o suplicante dizer que tem comprado hum nauio nouo de que he mestre João Cordeiro pera hir a ditta terra para a pouoar e uer os dittos guados por onde tem elle testemunha pera ssj (sic) que semdo a terra boa sera mujto proueito a fazenda de sua alteza; e do contheudo na ditta petição mais não disse e assinou com o ditto emqueredor. Antonio da Silua escriuão o escreuj.

r Marcos de barcellos machado testemunha jurado aos sanctos avamgelhos que lhe por o ditto emqueredor foram
Fol. 11 dados prometeo dizer verdade e perguntado pello artigo // do custume disse elle testemunha que he primo com hirmão do suplicante e contudo dira uerdade e mais não disse .//.

Perguntado elle testemunha pello contheudo na petiçam do supljcante disse elle testemunha que he nerdade

que elle sabe o ditto manoel de barcellos comprar parte de hum nauio nouo na jlha de sam Jorge com Joam Cordeiro e sua detriminação hera hir a jlha noua de sam bardam omde elle marcos de barçellos e manoel de barcellos tem deitado mujto guado vaquum, e porquos, e ouelhas, e quabras os quais tem mujto multiplicado pollos elle testemunha ver e sabe elle testemunha que o paj delle supljcante e o supliquante tem gastado no descubrimento da ditta jlha e na pouoação do ditto guado tem gastado mujto; e tambem sabe elle testemunha que o supljcante esta prestes com ajuda de deus de partir este março ou Abril pera a ditta terra no ditto nauio e pera isso o fes e comprou e mais não disse e assinou com o
Fol. 11 ditto emqueredor Antonio da Silua escrjvão o escreuj .//

En treze dias do mes de janeiro de mil e quinhentos e secenta e outo annos nesta çidade dangra em as pousadas de mim escriuão ahj por parte de manoel de barcellos machado foj requerido a mim escriuão fizesse estes autos comclusos com os testemunhos que se tirarão por uertude do despacho do senhor prouedor o quoal fis Antonio da Silua escriuão o escreuj — // —

.// Despacho .//

Passe o escruião destes autos os dittos das testemunhas perguntadas nelles por carta testemunhauel de maneira que fassa feé á parte que fes a petiçam em angra a doze de janeiro de mil e quinhentos e seçenta e oito = João da Silua do Canto = // —

Foi publiquado o despacho assjma escrito do senhor prouedor João da Silua do Canto em suas pouzadas por elle mesmo nesta çidade dangra da jlha 3.ª aos doze dias do mes de janeiro de mil e quinhentos seçenta e outo annos. Antonio da Silua escriuão o escreuj. — // — O quoal traslado da petição despacho dittos de testemunhas
Fol. 12 Antonio da Silua escriuão da prouedoria e meu // carrego fis tresladar dos proprios que ficam em seu poder e

comcertou com o escriuão abaixo e os sobescreueo e uaj por mim assinado e assellado com o sello desta prouedoria que perante mim serue em sete folhas de papel com esta todo de hũa letra sem couza que duuida fassa nesta cidade dangra d esta jlha 3.ª aos dittos doze dias do mes de janeiro de mil e quinhentos sesenta e outo. e eu Antonio da Silua os fis escreuer e comcertej com o escriuão abaixo assinado. pagou cento deste cento e simcoenta e quatro Rs. e des Rs. de sello = Concertado Ant.º da Silua = Concertado = bastiam pires. // —

E com o theor do que sobre ditto he eu Ignacio Toledo de Souza escriuão da Camara desta muj nobre e sempre leal cidade de angra fis tresladar bem e fielmente do proprio estromento e sentença de carta testemunhauel passada em nome do ditto prouedor da fazenda João da Silua do Canto que no tal tempo seruia as quoais tornou em sj A Reçeber gilherme salsefis que aqui assjnou em como as recebeo e com elles e escriuão comigo ao diante assjnado este corrj comferj e comçertej e uaj
Fol. 12v. na uerdade tais como nos // proprios se conthem a que me Reporto e a outras certidõis papeis q̃ dellos sejam passados e omde majs comprir e nescessario forem e o fis escreuer e sobescreuj em esta ditta cidade de angra desta jlha 3.ª de Jhs christo aos outo dias do mes de feuereiro de mil e seiscentos e quarenta e outo annos Pagou desta certidão quinhentos e uinte Rs. E leua o emmendado que dis '//. João mĩ .//' o que se fes por uerdade e eu Ignasio Toledo de souza escriuão da Camara o sobescreuj e assinej.

Ignasio Toledo de souza

E por mim escriuão.

Consertado

Ant.º de Barcellos m.ral

Ignasio Toledo de souza

Guilherme Bearsfeld

Fol. 13v. Hum Auto da Ilha Verde q̃ tirey da Camara desta Sidade Em o Anno de 1650.

He hum instromento que se passou na Camara desta cidade sobre ser descuberta a Ilha chamada Barcellona que foy descuberta p. Diogo de Barcellos.

INDICE

Autores

Araujo (Major Miguel Cristóvam de)

—— A Restauração na Ilha Terceira (1641 - 1642) 38

Baptista de Lima (Dr. Manuel Coelho)

—— A Ilha Terceira e a Colonização do Nordeste do Continente Americano no século XVI 5

Drumond (Major Luís Ferreira Machado)

—— Estudo do Folclore Terceirense — Jogos Populares 129

Pereira (Cónego José Augusto)

—— As Lutas pela Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores 117

Assuntos

Artigos

A Ilha Terceira e a Colonização do Nordeste do Continente Americano no século XVI, pelo Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima . . . 5
A Restauração da Ilha Terceira (1641 - 1642) — Cêrco e tomada do Castelo de São Filipe do Monte Brasil pelos Terceirenses, pelo Major Miguel Cristóvam de Araujo. 38
As Lutas pela Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores pelo Cónego José Augusto Pereira 117
Estudo do Folclore Terceirense — Jogos Populares, pelo Major Luís Ferreira Machado Drumond. 129
Comemorações do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique na Ilha Terceira 225
Os Portugueses no descobrimento do Canadá — Testemunho de um Canadiano. 269

Vida do Instituto

Actas das reuniões havidas no ano de 1960 274

Publicações recebidas 291

Adenda

Instromento por onde consta Diogo de Barcellos Machado e seu filho Afonso de Barcellos, desta Ilha, à sua custa descobrirão a Ilha invocada Barcellona, 1574 (Apenso ao artigo do Dr. Baptista de Lima, A Ilha Terceira e a Colonização do Nordeste do Continente Americano), 12 folhas numeradas I - XIII . . . . . *no fim do volume*

Este número, que é o décimo oitavo do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, acabou de se imprimir na oficina da Tipografia Andrade aos vinte e um de Dezembro de 1963.